Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano C • Nº 37 | Poder Legislativo | Recife, terça-feira, 28 de Fevereiro de 2023

Deputados reagem à distribuição de kits de redução de danos no Carnaval

FOTOS: NANDO CHIAPPETTA



QUESTIONAMENTO - "Política de redução de danos é mostrar o perigo do uso de drogas", argumentou Joel da Harpa, que defendeu ação policial realizada no espaço de acolhimento



CRIMINALIDADE - Abimael Santos reforçou críticas e, ao comentar casos de violência, fez apelo pela contratação de mais policiais: "Estamos com um déficit de praças no Estado"

Ação implementada em Olinda por ONG voltada para usuários de drogas repercutiu na Reunião Plenária

Estratégias para redução de danos com foco em usuários de drogas durante o Carnaval foram questionadas na Reunião Plenária de ontem na Alepe. Os deputados Joel da Harpa (PL) e Abimael Santos (PL) criticaram a ação de uma organização não-governamental (ONG) que incluía a distribuição de itens como canudos limpos e cartões para minimizar os riscos de contaminação. Na avaliação dos parlamentares, essa prática caracterizou apologia ao uso de entorpecentes.

No último dia 20, segunda-feira de Carnaval, a Polícia Civil fechou, com base numa denúncia anônima, um espaço de acolhimento que estava funcionando no centro histórico de Olinda (Região Metropolitana). Joel da Harpa repudiou a ONG pernambucana que vinha distribuindo os kits de redução de danos no local. Segundo o parlamentar, o material facilitava o uso de substâncias ilícitas, além de informar, por meio de folhetos, os efeitos destas no organismo do indivíduo.

"Política de redução de danos é mostrar o perigo do uso de drogas. No entanto, o que eu vi foi um incentivo à utilização delas", avaliou. Com a ressalva de que a entidade não teria recebido recursos públicos, o parlamentar levantou suspeitas sobre o financiamento da ação. "O crime organizado deve estar investindo nessas ONGs para facilitar o uso de drogas em Pernambuco", indicou. "Essa é a política de prevenção que a esquerda está querendo aqui para o Estado", acrescentou.

Também o deputado Abimael Santos repudiou a distribuição dos itens. "Quem defende redução de danos tem que aprender com os mais antigos como se faz: com trabalho e estudo. Uma enxada e um cipó de goiabeira dão mais resultado do que esse kit", acredita. "Entregar cartão e canudinho para usar droga é incentivar. Acho até que talvez haja criminosos por trás disso", concordou.

Santos também usou o tempo na tribuna para sugerir a edição de uma norma que permita a convocação de excedentes do concurso público de 2018 para soldado da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE). Ele citou, como exemplo, a Lei Complementar nº 505/2022, que autorizou o Estado a convocar os candidatos a oficiais da corporação e do Corpo de Bombeiros Militar cujas redações foram corrigidas para realizar os exames médicos e as demais fases do certame.

"Estamos com um déficit de praças no Estado, precisamos fazer alguma coisa", discursou. "Vamos levar essa pauta à governadora (Raquel Lyra) para que as pessoas que já fizeram o concurso possam trabalhar. Penso que é mais barato e não precisa esperar de seis meses a um ano para outra prova", sugeriu. Ele ressaltou, por outro lado, a importância de novos processos seletivos para a área de segurança pública.

Atos

ATO Nº. 54/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 001813/2023 e no Ofício nº 72/2023, **do Presidente Deputado Álvaro Porto**,
RESOLVE: exonerar **ULYSSES MATIAS BORBA DE ALBUQUERQUE GADELHA,** do cargo em comissão de Assistente Técnico, Símbolo PL-ATE-1, da Estrutura da Superintendência de Comunicação Social, nomeando para o referido cargo, **JOSUE NOGUEIRA FILHO**, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2023, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 9 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente
(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

ATO Nº 210/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 117 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido nos Ofícios nºs 020/2023 do Líder da Bancada do Solidariedade, 021/2023 do Líder da Bancada do PL, 2693/2023 do Líder da Bancada da Federação PT/PCdoB/PV, 023/2023 do Líder da Bancada do UNIÃO, 008/2023 do Líder do Bloco PP/REPUBLICANOS, 016/2023 do Líder da Bancada do PSB, e 013/2023 da Líder do Bloco PSDB/PATRIOTA,
RESOLVE: Designar, conforme relação abaixo, os membros efetivos e suplentes das Comissões Parlamentares Permanentes abaixo relacionadas para o primeiro biênio da Vigésima Legislatura:

COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

1ª COMISSÃO: CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES:	**PARTIDO:**
DEPUTADO ANTONIO MORAES	PP
DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA	PL
DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA	PSDB
DEPUTADO JOÃO PAULO	PT
DEPUTADO LUCIANO DUQUE	SOLIDARIEDADE
DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE	UNIÃO
DEPUTADO SILENO GUEDES	PSB
DEPUTADO WALDEMAR BORGES	PSB
DEPUTADO WILLIAM BRÍGIDO	REPUBLICANOS

SUPLENTES:	**PARTIDO:**
DEPUTADO ERIBERTO FILHO	PSB
DEPUTADO FABRIZIO FERRAZ	SOLIDARIEDADE
DEPUTADO JOAQUIM LIRA	PV
DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO	PATRIOTA
DEPUTADO KAIO MANIÇOBA	PP
DEPUTADO MÁRIO RICARDO	REPUBLICANOS
DEPUTADO RENATO ANTUNES	PL
DEPUTADO RODRIGO NOVAES	PSB
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO	UNIÃO

2ª COMISSÃO: FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

TITULARES:	**PARTIDO:**
DEPUTADO ANTONIO COELHO	UNIÃO
DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA	PL
DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA	PSDB
DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO	PP
DEPUTADO JOÃO DE NADEGI	PV
DEPUTADO LULA CABRAL	SOLIDARIEDADE
DEPUTADO PASTOR JÚNIOR TÉRCIO	PP
DEPUTADO RODRIGO FARIAS	PSB
DEPUTADO SILENO GUEDES	PSB

SUPLENTES:	**PARTIDO:**
DEPUTADO AGLAILSON VICTOR	PSB
DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO	PP
DEPUTADO CLÉBER CHAPARRAL	UNIÃO
DEPUTADO IZAIAS REGIS	PSDB
DEPUTADO JARBAS FILHO	PSB
DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA	PC DO B
DEPUTADO KAIO MANIÇOBA	PP
DEPUTADO LUCIANO DUQUE	SOLIDARIEDADE
DEPUTADO RENATO ANTUNES	PL

3ª COMISSÃO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TITULARES:	**PARTIDO:**
DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA	PL
DEPUTADO JEFERSON TIMÓTEO	PP
DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO	PATRIOTA
DEPUTADO JOAQUIM LIRA	PV
DEPUTADO RODRIGO FARIAS	PSB
DEPUTADO ROMERO SALES FILHO	UNIÃO
DEPUTADO WALDEMAR BORGES	PSB

SUPLENTES:	**PARTIDO:**
DEPUTADO ANTONIO COELHO	UNIÃO
DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO	PP
DEPUTADA DELEGADA GLEIDE ÂNGELO	PSB
DEPUTADO LUCIANO DUQUE	SOLIDARIEDADE
DEPUTADO RENATO ANTUNES	PL
DEPUTADA ROSA AMORIM	PT
DEPUTADA SIMONE SANTANA	PSB

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 211/2023

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 33, c/c § 2º do art. 34, c/c art. 37, todos do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 13/2023, do Deputado Joel da Harpa.

RESOLVE: Considerar licenciado em caráter cultural ao Deputado Joel da Harpa, no período de 01 a 14 de março de 2023.

Sala Torres Galvão, em 27 de fevereiro de 2023.

ÁLVARO PORTO
Presidente

ATO Nº 212/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido nos Trâmites nºs 001767/2023 e 002643/2023 e nos Ofícios nºs 017/2023 e 030/2023, **do Deputado Doriel Barros,**
RESOLVE: tornar sem efeito o Ato nº 1005/23, publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, do dia 1º de fevereiro de 2023, e o Ato nº 48/23, publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, do dia 10 de fevereiro de 2023, ambos no que se refere à exoneração de **CLAUDEMIR BARBOSA DE LIMA.**

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 213/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno,
RESOLVE: anular o Ato nº 197/23 e seus efeitos, publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, do dia 24 de fevereiro de 2023, referente à exoneração de **ANA LUIZA DOS SANTOS BASTOS AFONSO** e à nomeação de **PATRÍCIA AMÉLIA ALVES RODRIGUES DE MENDONÇA.**

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 214/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 002581/2023 e, no Ofício nº 008/2023, **da Deputada Simone Santana**,
RESOLVE: exonerar dos cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, a partir do dia 1º de março de 2023, nos termos da Lei nº.11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

NOME	**CARGO**	**SÍMBOLO**
NAFTALY RENATO SOARES DE FREITAS	ASSISTENTE PARLAMENTAR	PL-APC
ADRIANE RICELLY SILVA BARROS	ASSESSOR ESPECIAL	PL-ASC
MARCELO CAETANO DE AZEVEDO TAVARES	ASSESSOR ESPECIAL	PL-ASC
ANA RITA GALVAO DE ARRUDA	ASSESSOR ESPECIAL	PL-ASC

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 215/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 002576/2023, **do Deputado Adalto Santos**,
RESOLVE: exonerar dos cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, a partir do dia 1º de março de 2023, nos termos da Lei nº.11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

NOME	**CARGO**	**SÍMBOLO**
ISAAC PEDRO DA SILVA JUNIOR	Secretário Parlamentar	PL-SPC
MANASSES OLIVEIRA DA SILVA	Secretário Parlamentar	PL-SPC

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Álvaro Porto; **1º Vice-Presidente**, Deputado Aglailson Victor; **2º Vice-Presidente**, Deputado Francismar Pontes; **1º Secretário**, Deputado Gustavo Gouveia; **2º Secretário**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **3ª Secretária**, Deputada Socorro Pimentel; **4º Secretário**, Deputado Joel da Harpa**; 1° Suplente**, Deputado Rodrigo Farias; **2° Suplente**, Deputado Henrique Queiroz Filho; **3° Suplente**, Deputado Gilmar Júnior; **4° Suplente**, Deputado Coronel Alberto Feitosa; **5° Suplente**, Deputado William Brigido; **6° Suplente**, Deputado Joaozinho Tenório; **7° Suplente**, Deputado France Hacker. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretário-Geral da Mesa Diretora** - Mauricio Moura Maranhão da Fonte; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Jose Luiz de Oliveira Junior; **Superintendente de Gestão de Pessoas -** Danielle Crhistina de Aguiar; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Wildy Ferreira Xavier; **Superintendente Militar e de Segurança Legislativa** - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Jose Airton Paes dos Santos; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo -** José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral -** Deputado Adalto Santos; **Ouvidor-Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente Parlamentar** - Diogo Case Moraes; **Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa** - José Rivelino Ferreira de Morais; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Edson Alves Jr.; **Reportagem e edição** - André Zahar, Gabriela Bezerra, Isabelle Costa Lima e Ivanna de Castro; **Fotografia:** Roberto Soares **(Gerente de Fotografia)**, Breno Laprovitera **(Edição de Fotografia)**, **Repórteres Fotográficos -** Evane Manço, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Nando Chiappetta e Roberta Guimarães; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Antonio Violla; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** *scom@alepe.pe.gov.br.*

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br*

MARCOS FERNANDO SOUZA DE OLIVEIRA	Secretário Parlamentar	PL-SPC
MARIA DA CONCEICAO ALVES DO NASCIMENTO	Assessor Especial	PL-ASC
LUIS CARLOS AGRIPINO DE CARVALHO	Assessor Especial	PL-ASC
GLEICEELEN FIGUEIREDO DE AZEVEDO RIBEIRO	Assessor Especial	PL-ASC

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 216/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 138/2023, do **Primeiro Secretário, Deputado Gustavo Gouveia**,
RESOLVE: exonerar **ANA LUIZA DOS SANTOS BASTOS AFONSO,** do cargo em comissão de Assessor Consultivo, Símbolo PL-CPD-2, da Estrutura da Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional, nomeando para o referido cargo, **PATRÍCIA AMÉLIA ALVES RODRIGUES DE MENDONÇA**, a partir do dia 01 de março de 2023, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 217/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 002609/2023, **do Deputado Coronel Alberto Feitosa**,
RESOLVE: exonerar o servidor **LEONARDO NAMANZORAN DA SILVA LIRA**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo PL-SPC, nomeando para o referido cargo, **MANOEL ALVES DE OLIVEIRA FILHO,** a partir do dia 1º de março de 2023, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 218/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 002546/2023 e no Ofício nº 017/2023, **do Deputado Luciano Duque**,
RESOLVE: nomear **PATRICIA ARAGAO DE SOUZA,** para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 219/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite 002657/2023, **do Deputado Eriberto Filho,**
RESOLVE: nomear os servidores para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei n.º 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
DOUGLAS FAGNER CORREIA DE ALMEIDA	Assessor Especial/PL-ASC	14%
CLAUDIA RODRIGUES MACHADO	Assessor Especial/PL-ASC	120%

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 220/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 002576/2023, **do Deputado Adalto Santos**,
RESOLVE: nomear os servidores para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, a partir do dia 1º de março de 2023, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
ISAAC PEDRO DA SILVA JUNIOR	Assistente Parlamentar/PL-APC	0%
MANASSES OLIVEIRA DA SILVA	Assistente Parlamentar/PL-APC	0%
MARCOS FERNANDO SOUZA DE OLIVEIRA	Assistente Parlamentar/PL-APC	0%
MARIA DA CONCEICAO ALVES DO NASCIMENTO	Secretário Parlamentar/PL-SPC	120%
ROSENERE SILVA	Assistente Parlamentar/PL-APC	0%
MILCA ITALA ROCHA DE ASSIS	Assessor Especial/PL-ASC	0%

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 221/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 002667/2023 e no Ofício nº. 018/2023, **do Deputado Luciano Duque,**
RESOLVE: nomear os servidores para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2023, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
MARCELA NASCIMENTO DE SOUZA	Assistente Parlamentar/PL-APC	21,80%
ROSANA NUNES MARINHO	Assistente Parlamentar/PL-APC	0%
ERICKSON VICTOR PEREIRA DA SILVA	Secretário Parlamentar/PL-SPC	120%

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 222/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 002560/2023 e, no Ofício nº 11/2023, **do Deputado José Patriota**,
RESOLVE: nomear **KARINA DA SILVA ALVES,** para o cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 120% (cento e vinte por cento), retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2023, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 223/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 140/2023, do **Primeiro Secretário, Deputado Gustavo Gouveia**,
RESOLVE: nomear **BRUNO JOSE COELHO BARROS,** para o cargo em comissão de Assessor Consultivo, Símbolo PL-CDP-2, da Estrutura da Superintendência Geral, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2023, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 224/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 142/2023, **do Primeiro Secretário**, **Deputado Gustavo Gouveia,**
RESOLVE: nomear **PEDRO HENRIQUE ROZA MUNIZ DE ALENCAR BARROS,** para o cargo em comissão de Assessor Consultivo, Símbolo PL-CDP-2, da Estrutura da Superintendência de Planejamento e Gestão, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2023, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 225/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 002664/2023 e, no Ofício nº 111/2023, **do Presidente**, **Deputado Álvaro Porto,**
RESOLVE: nomear **WANDERSON SOBRAL FLORENCIO,** para o cargo em comissão de Assessor da Presidência, Símbolo PL-APC-1, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2023, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 226/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 002673/2023 e, no Ofício nº 112/2023, **do Presidente**, **Deputado Álvaro Porto,**
RESOLVE: nomear **BRUNO DE OLIVEIRA,** para o cargo em comissão de Assistente Técnico, Símbolo PL-ATE-1, da Estrutura da Auditoria, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2023, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

Editais

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

Convoco, nos termos do art. 124, § 1º, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: ANTONIO MORAES (PP), CORONEL ALBERTO FEITOSA (PL), DÉBORA ALMEIDA (PSDB), JOÃO PAULO (PT), LUCIANO DUQUE (SOLIDARIEDADE), ROMERO ALBUQUERQUE (UNIÃO), SILENO GUEDES (PSB), WALDEMAR BORGES (PSB) e WILLIAM BRÍGIDO (REPUBLICANOS), membros titulares, e, na ausência destes, os Deputados suplentes: ERIBERTO FILHO (PSB), FABRIZIO FERRAZ (SOLIDARIEDADE), JOAQUIM LIRA (PV), JOÃZINHO TENÓRIO (PATRIOTA), KAIO MANIÇOBA (PP), MÁRIO RICARDO

(REPUBLICANOS), RENATO ANTUNES (PL), RODRIGO NOVAES (PSB), ROMERO SALES FILHO (UNIÃO) para a reunião de instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça para a primeira e segunda Sessões Legislativas da Vigésima Legislatura, a ser realizada às 10h (dez horas) do dia 28 de fevereiro (terça-feira) do corrente ano, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista.

Recife, 27 de fevereiro de 2023
Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

ANTONIO MORAES
DEPUTADO ESTADUAL

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

Convoco, nos termos do art. 124, § 1º, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados ANTONIO COELHO (UNIÃO), CORONEL ALBERTO FEITOSA (PL), DÉBORA ALMEIDA (PSDB), HENRIQUE QUEIROZ FILHO (PP), JOÃO DE NADEGI (PV), LULA CABRAL (SOLIDARIEDADE), PASTOR JÚNIOR TÉRCIO (PP), RODRIGO FARIAS (PSB) e SILENO GUEDES (PSB), membros titulares, e, na ausência destes, os Deputados suplentes: AGLAILSON VICTOR (PSB), CLAUDIANO MARTINS FILHO (PP), CLÉBER CHAPARRAL (UNIÃO), IZAIAS REGIS (PSDB), JARBAS FILHO (PSB), JOÃO PAULO COSTA (PC DO B), KAIO MANIÇOBA (PP), LUCIANO DUQUE (SOLIDARIEDADE) e RENATO ANTUNES (PL) para a reunião de instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão Finanças, Orçamento e Tributação para a primeira e segunda Sessões Legislativas da Vigésima Legislatura, a ser realizada às 10h30min (dez horas e trinta minutos) do dia 28 de fevereiro (terça-feira) do corrente ano, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista.

Recife, 27 de fevereiro de 2023
Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação

CORONEL ALBERTO FEITOSA
DEPUTADO ESTADUAL

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

Convoco, nos termos do art. 124, § 1º, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados CORONEL ALBERTO FEITOSA (PL), JEFERSON TIMÓTEO (PP), JOÃOZINHO TENÓRIO (PATRIOTA), JOAQUIM LIRA (PV), RODRIGO FARIAS (PSB), ROMERO SALES FILHO (UNIÃO) e WALDEMAR BORGES (PSB), membros titulares, e, na ausência destes, os Deputados suplentes: ANTONIO COELHO (UNIÃO), CLAUDIANO MARTINS FILHO (PP), DELEGADA GLEIDE ANGELO (PSB), LUCIANO DUQUE (SOLIDARIEDADE), RENATO ANTUNES (PL), ROSA AMORIM (PT) e SIMONE SANTANA (PSB) para a reunião de instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Administração Pública, para a primeira e segunda Sessões Legislativas da Vigésima Legislatura, a ser realizada às 11h00min (onze horas) do dia 28 de fevereiro (terça-feira) do corrente ano, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista.

Recife, 27 de fevereiro de 2023
Sala da Comissão de Administração Pública

CORONEL ALBERTO FEITOSA
DEPUTADO ESTADUAL

Ordem do Dia

SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 14:30 HORAS.

ORDEM DO DIA

Votação em Único Turno da Indicação nº 158/2023
Autor: Dep. Romero Sales Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, ao Secretário de Turismo e Lazer e ao Diretor-Presidente do DER no sentido de promoverem a requalificação/recuperação do asfalto, como também melhorias na sinalização em todo o trecho da PE-009 em Ipojuca.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 159/2023
Autor: Dep. Romero Sales Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor-Presidente da Compesa no sentido de regularizarem o abastecimento de água da população de Camela, no município de Ipojuca.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 160/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária Estadual de Justiça e Direitos Humanos no sentido de intensificarem as ações de fiscalização nos blocos, eventos e festividades carnavalescas, onde são oferecidos serviços de beleza como maquiagem e penteados, quanto aos cosméticos utilizados em tais serviços, em decorrência dos efeitos colaterais que podem ser causados, além da verificação se enquadram-se nas normas legais.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 161/2023
Autor: Dep. Coronel Alberto Feitosa
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário (SDA) e ao Diretor Presidente do ITERPE no sentido de viabilizarem a emissão dos títulos definitivos de propriedade rural das famílias assentadas nos assentamentos agrários Agrovila e Serrinha no município de Ribeirão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 162/2023
Autora: Dep. Rosa Amorim
(Discussão Encerrada)

Apelo ao Prefeito do município de Olinda e ao Diretor Presidente da Neoenergia Pernambuco no sentido de realizarem, com a maior brevidade possível, vistorias e manutenção da rede elétrica nas ruas de Olinda, em especial na altura da PE-001 - Carmo, tendo em vista o choque elétrico sofrido pela Deputada Estadual Rosa Amorim, no último sábado, dia 4 de fevereiro de 2023.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 163/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da 1° Travessa Bom Jesus, no Bairro dos Estados, na Cidade de Camaragibe .

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 164/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico na Rua dos Topógrafos, no Bairro do Timbí, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 165/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de viabilizarem, com urgência, melhorias para o abastecimento de água para a Rua Maria de Souza Araújo, no Bairro de Santa Tereza, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 166/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o abastecimento de água para a Rua Benjamin Constant, no Bairro do Timbí, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 167/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico na Rua Açude Um, no Bairro do Timbí na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 168/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-320, principal via de acesso ao município de Flores, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 169/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de retomar e concluir as obras de recapeamento asfáltico da PE-336, que liga os municípios de Ibimirim e Inajá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 170/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, bem como a limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na Rodovia PE-422 até o acesso de ligação à BR-316, no município de Itacuruba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 171/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o asfaltamento, roço do mato e instalação de sinalização vertical e horizontal, na Rodovia PE-460, nos trechos compreendidos entre Barra de Tarrachil - Belém do São Francisco e Belém do São Francisco - Riacho Pequeno.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 172/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o asfaltamento, roço do mato e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-340, única via de acesso ao município de Betânia, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 173/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-375, principal via de acesso ao município de Tacaratu, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 174/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-265, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 175/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-285, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 176/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-647, situada no município de Petrolina, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 177/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-292, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 178/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-304, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 179/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil e ao Secretário de Infraestrutura do Estado de Pernambuco objetivando o término das obras de construção da PE-061.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 180/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil e ao Secretário de Infraestrutura do Estado de Pernambuco objetivando o início das obras de construção da PE-33.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 181/2023
Autora: Dep. Simone Santana
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Defesa Social no sentido de aumentar e restabelecer a presença constante de policiamento ostensivo no município de Nazaré da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 182/2023
Autora: Dep. Simone Santana
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Defesa Social no sentido de promoverem com a maior brevidade possível, ação que objetive a emissão de identidade no município de Nazaré da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 183/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária Estadual de Justiça e Direitos Humanos no sentido de intensificarem as ações de fiscalização do PROCON nos bares, restaurantes e danceterias, durante os eventos e festividades carnavalescas, a fim de inibir práticas comerciais abusivas como a cobrança de taxa de consumação mínima, bem como a cobrança de taxa para reserva ou aluguel de mesas e cadeiras. E ainda, que o referido Órgão de Proteção e Defesa ao Consumidor, disponha de um posto de registro de denúncias 24h em funcionamento durante toda a semana carnavalesca, localizado no Recife Antigo, no entorno da Rua Bom Jesus, onde os casos de cobranças indevidas por parte dos estabelecimentos são mais frequentes e ainda, que uma equipe de fiscalização esteja de prontidão para averiguar as denúncias recebidas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 184/2023
Autora: Dep. Simone Santana
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA em exercício objetivando a melhoria do abastecimento de água potável no município de Nazaré da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 185/2023
Autora: Dep. Delegada Gleide Ângelo
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, à Vice-Governadora do Estado de Pernambuco, à Secretária da Mulher do Estado de Pernambuco, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de Pernambuco e à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção às Drogas do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizarem, com a máxima urgência, a concessão de aluguel social às mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar com medida protetiva de urgência da Lei Federal nº 11.340 de 7 de agosto de 2006.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 186/2023
Autora: Dep. Rosa Amorim
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social no sentido de que sejam tomadas as devidas providências face a divulgação das imagens de agressão policial praticada contra uma mulher transgênero, professora, no Terminal Integrado de Joana Bezerra, no dia 09 de fevereiro de 2023.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 187/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil e ao Secretário de Infraestrutura do Estado de Pernambuco objetivando a instalação de sinalização de segurança da passagem no Km 2, da Rodovia PE-60, próximo ao Maxxi Atacado no Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 188/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil e ao Secretário de Infraestrutura do Estado de Pernambuco no sentido de procederem com estudos de viabilidade de duplicação do trecho Ipojuca/São José da Coroa Grande.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 189/2023
Autor: Dep. Doriel Barros
(Discussão Encerrada)

Apelo ao Prefeito do município de Garanhuns e ao Diretor Presidente da Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes (AMSTT) no sentido de que seja viabilizada a instalação de um semáforo, em frente à Faculdade Integrada CETE, localizada na Rodovia BR 423 s/nº, Bairro São José, naquele município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 190/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de viabilizarem, com urgência, melhorias para o abastecimento de água para a Rua Elza Maria de Melo, no Bairro do Cajá, na Cidade de Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 191/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de viabilizarem, com urgência, melhorias para o abastecimento de água para a Rua Barão de Tracunhaém, no Bairro Novo, na Cidade de Tracunhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 192/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de viabilizarem, com urgência, melhorias para o abastecimento de água para a Rua Filhas de Santana, no Bairro de Madre Rosa, na Cidade de Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 193/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de viabilizarem, com urgência, melhorias para o abastecimento de água para a Rua Camilo Antônio de França, no Bairro de Ouro Preto, na Cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 194/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de viabilizarem, com urgência, melhorias para o abastecimento de água para a Avenida Santana, no Bairro Novo, na Cidade de Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 195/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da Rua São Sebastião, no Bairro de Piedade, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 196/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da Rua Castro Alves, no Bairro da Mirueira na Cidade do Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 197/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da Rua Nova, no Bairro de Bom Jesus na Cidade de Araçoiaba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 198/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da Rua 1° de Abril, no Bairro de Nova Araçoiaba, na Cidade de Araçoiaba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 199/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da Avenida Nova, no Bairro do Centro, na Cidade de Araçoiaba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 200/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da Rua da Alegria, no Bairro do Centro, na Cidade de Itapissuma.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 201/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o abastecimento de água da Rua Belém, no Bairro de Sucupira, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 202/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o abastecimento de água da Avenida Confederação do Equador, no Bairro de Alto dois Irmãos, na Cidade de Paudalho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 203/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Barreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 204/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Aliança.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 205/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Pesqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 206/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de São João.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 207/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de São José da Coroa Grande.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 208/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Jurema.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 209/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Lagoa dos Gatos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 210/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Sairé.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 211/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Cumaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 212/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Salgadinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 213/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 214/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Timbaúba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 215/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de São Lourenço da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 216/2023
Autor: Dep. Lula Cabral
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário Estadual de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor-Presidente do DER no sentido de que seja realizada a duplicação e reparação asfáltica da Rodovia Estadual PE-28, em razão da deterioração causada pelo tempo, no município do Cabo de Santo Agostinho**.**

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 217/2023
Autor: Dep. Lula Cabral
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário Estadual de Recursos Hídricos e Saneamento e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de providenciarem a reestruturação da rede de abastecimento no município do Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 218/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município São Lourenço da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 219/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Timbaúba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 220/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 221/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Salgadinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 222/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Cumaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 223/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Sairé.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 224/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Lagoa dos Gatos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 225/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Jurema.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 226/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município São José da Coroa Grande.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 227/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Barreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 228/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Aliança.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 229/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando a disponibilização de alevinos para o município Pesqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 230/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município São João.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 231/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o abastecimento de água da Rua Paraiso, no Bairro do Loteamento Enseadas dos Corais, na Cidade do Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 232/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 233/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Timbaúba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 234/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de São Lourenço da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 235/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Jurema.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 236/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Lagoa dos Gatos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 237/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Sairé.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 238/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Cumaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 239/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Salgadinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 240/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de São João.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 241/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Pesqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 242/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Aliança.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 243/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Barreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 244/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de São José da Coroa Grande.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 246/2023
Autor: Dep. José Patriota
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco e ao Diretor-Presidente do DER-PE objetivando a conclusão das obras da Rodovia PE-380, no trecho que liga o Município de Afogados da Ingazeira ao Município de Carnaíba, até a divisa com o Estado da Paraíba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 247/2023
Autor: Dep. Jarbas Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco e ao Diretor-Presidente em Exercício do DER no sentido de providenciarem, em caráter de urgência, a requalificação da PE-109, Rodovia Massilon Pessoa Cavalcanti, do trecho que liga os municípios do Bonito e São Joaquim do Monte, mais especificamente até o Trevo de Formigueiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 248/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Frei Miguelinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 249/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Sr. Aloisio Ferraz e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Lagoa de Itaenga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 250/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Sr. Aloisio Ferraz e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Santa Maria do Cambucá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 251/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Glória do Goitá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 252/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Buenos Aires.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 253/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Chã de Alegria.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 254/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Gameleira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 255/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Belo Jardim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 256/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Cupira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 257/2023
Autor: Dep. William Brigido
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade no sentido de que seja criado um Conselho Estadual de Proteção Animal, com a finalidade de assessorar a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, na formulação e na condução de políticas públicas que tratem da causa animal.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno da Indicação nº 258/2023
Autor: Dep. William Brigido
(Discussão Encerrada)

Apelo à Governadora do Estado e a Secretária de Defesa Social objetivando a criação de uma Delegacia Eletrônica de Proteção Animal - DEPA, no Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 43/2023
Autora: Dep. Delegada Gleide Ângelo
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, especialmente ao 2° Ten. QOA BM Hans Leal, ao Asp. BM Vicente, ao 3° Sgt. BM Júnior e ao CB BM Delmiro, do Auto Comando Operacional (ACO); ao 3° Sgt. BM Leonardo, ao 3° Sgt. BM Alandelon e ao SD BM Wesley, do Auto Busca e Salvamento Pesado (ABSP); ao 2° Ten. QOC BM Carias, ao 3° Sgt. BM Hélio, ao 3° Sgt. BM Torricelli, ao CB BM Gabriel e ao SD BM Arturo, do Auto Busca e Salvamento Com Cães (ABSP Canil); pelos serviços prestados à sociedade pernambucana durante as operações de busca e salvamento de pessoas atingidas pelas fortes chuvas do dia 6 de fevereiro de 2023, no município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 44/2023
Autor: Dep. José Patriota
(Discussão Encerrada)

Voto de Congratulações com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), pela comemoração dos seus 43 anos de fundação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 45/2023
Autor: Dep. Doriel Barros
(Discussão Encerrada)

Voto de Congratulação com o médico pernambucano Jarbas Barbosa, em virtude de sua posse como Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 46/2023
Autor: Dep. José Patriota
(Discussão Encerrada)

Voto de Congratulações com o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, pela posse dos novos dirigentes para o biênio 2023/2025.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 47/2023
Autor: Dep. Renato Antunes
(Discussão Encerrada)

Solicita que seja criada a FRENTE PARLAMENTAR para Acompanhar a implantação da Escola de Formação e Graduação de Sargentos de Carreira do Exército em Pernambuco, nos termos do art. 357 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que reunirá em sua estrutura de funcionamento o Coordenador-Geral, o Deputado Renato Antunes e os membros efetivos: Coronel Alberto Feitosa, Débora Almeida, Eriberto Filho, Fabrizio Ferraz, Jarbas Filho, João de Nadegi, Joãozinho Tenório, Joel da Harpa e Mário Ricardo.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 48/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado e ex-Prefeito de Belo Jardim, Cintra Galvão, ocorrido em 9 de fevereiro de 2023.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 49/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos à nova Mesa Diretora do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6).

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 50/2023
Autora: Dep. Socorro Pimentel
(Discussão Encerrada)

Voto de Pesar pelo falecimento do comerciante Gerinaldes Lindemberg de Souza Gomes, ocorrido no dia 09 de janeiro de 2023, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 51/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos ao advogado e servidor do Tribunal de Contas do Estado, Aldemar Santos, por assumir o cargo de secretário de Governo e Participação Social da Prefeitura da Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 52/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos o Senhor Luiz Carlos Orácio (oiti) da Silva, eleito Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Buenos Aires para o biênio 2023-2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 53/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos ao Senhor José Cláudio da Silva, Dunga Silva, eleito Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Santa Maria do Cambucá para o biênio 2023-2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 54/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos ao Senhor Emerson Ferreira Calado, eleito Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Cupira para o biênio 2023-2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 55/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos ao Senhor José Kaio Felipe Nery, Kaio Nery, eleito Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Glória do Goita para o biênio 2023-2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 56/2023
Autor: Dep. José Patriota
(Discussão Encerrada)

Voto de Congratulações com o *Blog* do Edmar Lyra, pela comemoração dos seus quinze anos de atuação, no dia 1º de janeiro de 2023.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 57/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos aos novos procuradores de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Votação em Único Turno do Requerimento nº 58/2023
Autor: Dep. Joaquim Lira
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos à Ortonobre pela mudança de sede para Vitória de Santo Antão, no Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 245/2023
Autor: Dep. Socorro Pimentel

Apelo ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado e ao Diretor-Presidente do DER/PE objetivando a instalação de redutores de velocidade na PE-585, na comunidade Serra do Jardim, no município de Araripina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023
REPUBLICADO EM – 28/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 259/2023
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Prefeito do Município de Pesqueira e ao Secretário Municipal de Infraestrutura no sentido de instalar lombadas na extensão da Rua Henrique Dias, 355, Centro do município de Pesqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/20230

Discussão Única da Indicação nº 260/2023
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo à Governadora do Estado e ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco objetivando a desburocratização e a celeridade na emissão do AVCB (Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiro), em Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 261/2023
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador de Pernambuco e ao Presidente do Sindicato de Bombeiros Civis, Socorristas e Brigadistas de Pernambuco no sentido de assegurar o cumprimento da Lei Estadual nº 15.232 de fevereiro de 2014, alterada pela Lei Estadual nº 15.873 de julho de 2016, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de Bombeiros Civis nos estabelecimentos de que trata a legislação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 262/2023
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Saúde objetivando o aumento da rede de apoio e atenção Psicossocial no Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 263/2023
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo à Governadora do Estado, à Prefeita do Município de Surubim e à Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco no sentido de promoverem atendimento oftalmológico no município de Surubim através do ***Programa Caravana da Visão*** da Fundação Altino Ventura.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 264/2023
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Defesa Social objetivando a ampliação dos serviços policiais nos finais de semana nas delegacias localizadas na Zona da Mata do Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 265/2023
Autora: Dep. Delegada Gleide Ângelo

Apelo à Governadora do Estado, à Vice-Governadora do de Pernambuco, à Secretária de Defesa Social do Estado de Pernambuco, à Chefe da Polícia Civil de Pernambuco, ao Comandante do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco, ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, ao Gerente Geral da Polícia Científica do Estado de Pernambuco e à Diretora da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco no sentido de que seja instituída, com a máxima urgência e por força de Lei, uma **Política de Saúde Mental dos Servidores da Segurança Pública e Defesa Social do Estado de Pernambuco**, contemplando todos os profissionais que atuam na Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Penal, Polícia Científica e Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 266/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e à Secretária de Defesa Social de Pernambuco no sentido de implantarem, com a maior brevidade possível, uma Delegacia do Turista no núcleo urbano da Praia de Gaibú, município de Cabo de Santo Agostinho, visando oferecer maior comodidade no atendimento ao turista de toda região costeira desta cidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 267/2023
Autor: Dep. Joel da Harpa

Apelo à Prefeita do município de Camaragibe e ao Secretário de Infraestrutura de Camaragibe no sentido de solicitarem o serviço de calçamento na Rua das Borboletas, no Loteamento Santana, Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 268/2023
Autor: Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito do município de Recife e à Secretária de Infraestrutura de Recife no sentido de solicitarem o serviço de reforma no canal da Mauriceia, localizado no bairro do IPSEP, nesta Cidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 269/2023
Autor: Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito do município de Paulista e ao Secretário de Infraestrutura de Paulista objetivando o serviço de saneamento básico na Rua 1, no bairro de Maranguape 2, naquele município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 270/2023
Autor: Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito do município de Paulista, ao Secretário de Infraestrutura de Paulista e ao Diretor Executivo de Habitação da CAIXA no sentido de solicitar e reestruturação do conjunto habitacional nossa prata, localizado no bairro de Maranguape II, naquele município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 271/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil do Estado de Pernambuco e ao Secretário de Infraestrutura do Estado de Pernambuco visando procederem com a redução da velocidade das lombadas eletrônicas localizadas no quilômetro 43 da PE-60, no município de Sirinhaém, de 60km/h para 40 km/h.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 272/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco objetivando a instalação de sinalização da PE-025.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 273/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil do Estado de Pernambuco e ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco objetivando a manutenção da PE-145.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 274/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil do Estado e ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado objetivando a manutenção da PE-089.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 275/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Defesa Social no sentido de aumentar o efetivo de policiamento no município do Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 276/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Defesa Social no sentido de aumentar e restabelecer a presença constante de Policiamento no município de Sirinhaém nos bairros de Ibiratinga, Povoado de Santo Amaro, Barra de Sirinhaém, Centro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 277/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Defesa Social no sentido de aumentar e restabelecer a presença constante de Policiamento no município do Cabo de Santo Agostinho, nos Bairros São Francisco, Garapu, Alto do Cruzeiro, Cohab próximo a linha de trem, Bela Vista, Ponte dos Carvalhos, Enseadas Dos Corais, Vila Claudete e Pista Preta.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 278/2023
Autor: Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito do município do Recife, à Secretária de Habitação de Recife e à Secretária de Infraestrutura de Recife no sentido de solicitarem a restruturação da Comunidade Paz e Amor, localizada no Bairro de Ibura de baixo, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 279/2023
Autor: Dep. Claudiano Martins Filho

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário Da Fazenda do Estado no sentido de reduzir a alíquota de ICMS aplicados aos produtos produzidos nos anexos das queijarias.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 280/2023
Autor: Dep. Doriel Barros

Apelo à Governadora do Estado, à Prefeita de Surubim, à Secretária de Saúde do Estado, ao Secretário de Saúde do município de Surubim, no sentido de que seja viabilizada a construção de uma maternidade, na cidade de Surubim, a fim de que haja uma maior segurança para a saúde das gestantes, nascituros e bebês recém-nascidos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única da Indicação nº 281/2023
Autor: Dep. Álvaro Porto

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco e ao Diretor-Presidente em Exercício do DER no sentido de viabilizarem serviços de recuperação e recapeamento asfáltico da Rodovia PE-109.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única do Requerimento nº 64/2023
Autor: Dep. Renato Antunes

Solicita que seja criada a FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO PLANO DE MACRODRENAGEM DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, que reunirá em sua estrutura de funcionamento o Coordenador-Geral, o Deputado Renato Antunes e os membros efetivos: Fabrizio Ferraz, Jarbas Filho, Jeferson Timóteo, João de Nadegi, João Paulo, Mário Ricardo, Nino de Enoque, Sileno Guedes, Simone Santana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única do Requerimento nº 65/2023
Autor: Dep. Adalto Santos

Voto de Aplausos ao Senhor José Henrique da Silva Melo, Presidente da Associação Recanto da Boa Idade Maria das Neves Melo, pelos bons serviços prestados à população.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única do Requerimento nº 66/2023
Autor: Dep. Socorro Pimentel

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 29 de março de 2023, em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única do Requerimento nº 67/2023 e nº 71/2013
Autores: Dep. Eriberto Filho e Dep. Romero Albuquerque

Voto de Aplausos ao novo Desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Exmo. Sr. Alexandre Freire Pimentel.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única do Requerimento nº 68/2023
Autor: Dep. Jarbas Filho

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa o artigo intitulado: **"Democracias com e sem atropelos"**, de autoria do Secretário de Segurança Cidadã da Cidade do Recife e diretor da rede COMPAZ, Murilo Cavalcanti, publicado na coluna Opinião do Jornal do Commercio, em 10 de fevereiro de 2023.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única do Requerimento nº 69/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Voto de Aplausos à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Pernambuco, pelo aniversário de 91 anos da entidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única do Requerimento nº 70/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Voto de Aplausos pela posse do novo Procurador-Regional Federal da 5ª Região.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única do Requerimento nº 72/2023
Autor: Dep. Rodrigo Novaes

Solicita que seja criada a FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE, tendo como estrutura de funcionamento a liderança do Coordenador Geral, Deputado Rodrigo Novaes e como membros os Deputados Estaduais Mário Ricardo, France hacker, Renato Antunes, Rodrigo Farias, Joãozinho Tenório, João de Nadegi, Socorro Pimentel, Sileno Guedes, Simone Santana e Gustavo Gouveia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023

Discussão Única do Requerimento nº 73/2023
Autora: Dep. Simone Santana

Solicita que seja criada a FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS DIREITOS DA PRIMEIRA INFÂNCIA, que reunirá em sua estrutura de funcionamento a Coordenadora-Geral, a Deputada Simone Santana e os membros efetivos: Dani Portela, Débora Almeida, Delegada Gleide Ângelo, Socorro Pimentel, Rosa Amorim, João de Nadegi, Joaquim Lira, João Paulo e Gilmar Júnior.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023
REPUBLICADO -16/02/2023

Discussão Única do Requerimento nº 74/2023
Autor: Dep. João Paulo

Solicita que seja criada a FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA FERROVIA TRANSNORDESTINA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, tendo como estrutura de funcionamento a liderança do Coordenador Geral o Deputado João Paulo e membros efetivos os Deputados: Waldemar Borges, José Patriota, Rosa Amorim, Gilmar Junior, Joãozinho Tenório, Luciano, Jarbas Filho, Rodrigo Novaes e Renato Antunes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/02/2023
REPUBLICADO -16/02/2023

Ata

ATA DA QUARTA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2023.

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS ÁLVARO PORTO E SOCORRO PIMENTEL

A`S 14:30 HORAS DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023, REUNEM-SE NO PLENÁRIO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS DO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, OS DEPUTADOS ABIMAEL SANTOS; ADALTO SANTOS; AGLAILSON VICTOR; ÁLVARO PORTO; ANTONIO COELHO; ANTONIO MORAES; CLAUDIANO MARTINS FILHO; CLEBER CHAPARRAL; CORONEL ALBERTO FEITOSA; DANNILO GODOY; DANI PORTELA; DÉBORA ALMEIDA; DELEGADA GLEIDE ÂNGELO; ERIBERTO FILHO; FABRIZIO FERRAZ; FRANCE HACKER; GILMAR JÚNIOR; HENRIQUE QUEIROZ FILHO; JARBAS FILHO; JOÃO DE NADEGI; JOÃO PAULO; JOÃO PAULO COSTA; JOAOZINHO TENÓRIO; JOAQUIM LIRA; JOEL DA HARPA; JOSÉ PATRIOTA; KAIO MANIÇOBA; LUCIANO DUQUE; MÁRIO RICARDO; NINO DE ENOQUE; PASTOR CLEITON COLLINS; PASTOR JÚNIOR TÉRCIO; RENATO ANTUNES; RODRIGO FARIAS; RODRIGO NOVAES; ROMERO ALBUQUERQUE; ROMERO SALES FILHO; ROSA AMORIM; SILENO GUEDES; SIMONE SANTANA; SOCORRO PIMENTEL; WALDEMAR BORGES E WILLIAM BRIGIDO (43 PRESENTES). JUSTIFICADAS AS AUSÊNCIAS DOS DEPUTADOS DORIEL BARROS; FRANCISMAR PONTES; GUSTAVO GOUVEIA; JEFERSON TIMOTEO E LULA CABRAL. LICENCIADO O DEPUTADO IZAIAS RÉGIS, EM VIRTUDE DO ATO Nº 96/2023, QUE LHE CONCEDEU LICENÇA EM CARÁTER CULTURAL NO PERÍODO DE 13 A 16; 23 E 24 DE FEVEREIRO. O DEPUTADO ÁLVARO PORTO ABRE A REUNIÃO E DESIGNA OS DEPUTADOS PASTOR CLEITON COLLINS E SOCORRO PIMENTEL PARA PRIMEIRA E SEGUNDA SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE. A ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DO DIA 13 DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO É LIDA, SUBMETIDA À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, APROVADA E ENVIADA À PUBLICAÇÃO. O EXPEDIENTE É LIDO E ENVIADO À PUBLICAÇÃO. INICIA O PEQUENO EXPEDIENTE. O PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA À DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL, QUE CELEBRA SEU RETORNO A ESTA CASA E REAFIRMA SEU COMPROMISSO PARA CORRESPONDER A CONFIANÇA DEPOSITADA PELO POVO PERNAMBUCANO. A DEPUTADA DECLARA QUE DEFENDERÁ O PROTAGONISMO FEMININO NO PODER LEGISLATIVO E AGRADECE AOS COMPANHEIROS DE BANCADA PELA ESCOLHA DO SEU NOME PARA REPRESENTAR O UNIÃO BRASIL NA COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DESTA ASSEMBLEIA. EM SEQUÊNCIA, É CONCEDIDA A PALAVRA AO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES, QUE ENALTECE A TRADIÇÃO DOS "BOIS DE CARNAVAL", MANIFESTAÇÃO CULTURAL QUE CONSISTE NUM GRUPO DE FOLIÕES QUE SE REÚNEM EM TORNO DA FIGURA CENTRAL DE UM BOI. O DEPUTADO EXALTA OS FESTEJOS DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA, QUE É RECONHECIDO COMO A TERRA DO ENCONTRO DOS BOIS. O PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA À DEPUTADA DANI PORTELA, QUE DESTACA A REALIZAÇÃO NA DATA DE HOJE DA PARALISAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM PARA QUE SEJA IMPLEMENTADO O PISO SALARIAL DA CATEGORIA. EM SEGUIDA, DESTACA A RETOMADA DO PROGRAMA "MINHA CASA, MINHA VIDA" PELO GOVERNO FEDERAL, CITANDO O DESMONTE DO REFERIDO PROGRAMA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS PELO GOVERNO BOLSONARO. A DEPUTADA COBRA DA GOVERNADORA RAQUEL LYRA UM PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, A FIM DE ATENDER AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE. EM ATO CONTÍNUO, O PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO RODRIGO NOVAES, QUE DESTACA A CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE EM PERNAMBUCO. O DEPUTADO COMENTA

SOBRE A NECESSIDADE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA DE UM CÓDIGO ESTADUAL DE DEFESA DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE, DE MODO A PROMOVER MELHORIAS PARA A POPULAÇÃO DO ESTADO. INICIA O GRANDE EXPEDIENTE. O PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO JOÃO PAULO, QUE REGISTRA ESTAR BUSCANDO APOIAMENTO PARA A CRIAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA TRANSNORDESTINA. O DEPUTADO ENDOSSA O DISCURSO DA DEPUTADA DANI PORTELA EM RELAÇÃO À LUTA DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM. EM SEGUIDA, DISCURSA SOBRE O DIA ESTADUAL DA REDUÇÃO DOS RISCOS E DANOS DECORRENTES DO USO DE DROGAS, INSTITUÍDO EM 2019 POR MEIO DE PROJETO DE SUA AUTORIA. O DEPUTADO REFORÇA A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DA REDUÇÃO DE DANOS NO QUE DIZ RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, DA CIDADANIA E DIVERSIDADE; E CRITICA A PROMOÇÃO DE AÇÕES VIOLENTAS NO COMBATE ÀS DROGAS, SOBRETUDO NAS FAVELAS, BEM COMO O CUSTEIO DE COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E MISSÕES EVANGELIZADORAS COM DINHEIRO PÚBLICO. E É APARTEADO PELOS DEPUTADOS PASTOR CLEITON COLLINS; DANI PORTELA E JOEL DA HARPA. A DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL ASSUME A PRESIDÊNCIA DOS TRABALHOS E CONCEDE A PALAVRA DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS, QUE FAZ UM DEBATE SOBRE O EFEITO NEGATIVO DAS DROGAS E ENALTECE O TRABALHO DAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E DA IGREJA PARA A VALORIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA VIDA DOS JOVENS VICIADOS EM DROGAS. É APARTEADO PELO DEPUTADO PASTOR JÚNIOR TÉRCIO. EM ATO CONTÍNUO, A PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO, QUE CELEBRA O INÍCIO DOS TRABALHOS E DISCUSSÕES NESTA LEGISLATURA; BEM COMO A CRIAÇÃO DE FRENTES PARLAMENTARES SOBRE OS MAIS DIVERSOS TEMAS. EM SEGUIDA, DENUNCIA IRREGULARIDADES NOS VEÍCULOS QUE REALIZAM O TRANSPORTE ESCOLAR OFERECIDO PELOS MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS E ENFATIZA A GRAVIDADE DESTE TEMA, ALERTANDO PARA QUE SEJAM FEITAS A MANUTENÇÃO DESTES ÔNIBUS, BEM COMO UMA FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA A FIM DE EVITAR A OCORRÊNCIA DE ALGUMA TRAGÉDIA. É CONCEDIDA A PALAVRA AO DEPUTADO PASTOR JÚNIOR TÉRCIO, QUE REGISTRA A OCORRÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE INTEGRANTES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST) NA FRENTE DO EDIFÍCIO EM QUE MORA E AFIRMA TEMER PELA SEGURANÇA DA SUA FAMÍLIA. O DEPUTADO SOLICITA À MESA DIRETORA DESTA CASA APOIO E PROTEÇÃO EM RELAÇÃO A ESSE CASO. É APARTEADO PELOS DEPUTADOS PASTOR CLEITON COLLINS E CORONEL ALBERTO FEITOSA. A PRESIDENTE SOLICITA AO DEPUTADO PASTOR JÚNIOR TÉRCIO QUE ENVIE À MESA UM REQUERIMENTO FORMAL POR ESCRITO. INICIA A ORDEM DO DIA. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES NºS. 94 A 157/2023 E OS REQUERIMENTOS NºS. 27 A 42/2023. SÃO ENVIADOS ÀS COMISSÕES OS PROJETOS NºS. 136 A 182/2023. SÃO DEFERIDOS OS REQUERIMENTOS NºS. 62 E 63/2023. ESTAS PROPOSIÇÕES SÃO ENVIADAS À PUBLICAÇÃO, JUNTAMENTE COM AS INDICAÇÕES NºS. 259 A 281/2023 E OS REQUERIMENTOS NºS. 64 A 74/2023 O PRESIDENTE TECE CONSIDERAÇÕES FINAIS, ENCERRA A PRESENTE REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, PARA SEGUNDA-FEIRA, DIA 27 DE FEVEREIRO, ÀS 14:30 HORAS, A SER REALIZADA NESTE AUDITÓRIO.

Aglailson Victor
Presidente

Lula Cabral
1º Secretário

Adalto Santos
2º Secretário

Expediente

QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2023.

EXPEDIENTE

OFÍCIO S/Nº – DO DEPUTADO ALBERTO FEITOSA comunicando que estará de licença cultural, sem ônus para esta Casa, no período de 15 a 21 de fevereiro do corrente ano, para viagem a Argentina.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 29/2023 – DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO comunicando que estará em missão Cultural, no período de 24 de fevereiro a 03 de março do corrente ano, para viagem aos Estados Unidos.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 13/2023 – DO DEPUTADO JOEL DA HARPA informando que estará de licença cultural, no período de 01 a 14 de março do corrente ano, para viagem ao Egito e Israel.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 337/2022 - DO SECRETÁRIO DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO informando o acatamento do Requerimento de Registro da Produção Artesanal e Práticas Socioculturais Associadas ao Cuscuz, como Patrimônio Cultural e Imaterial de Pernambuco, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 333/2022 - DO SECRETÁRIO DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO informando o acatamento do Requerimento de Registro da Produção Artesanal e Celebração do Buscapé, como Patrimônio Cultural e Imaterial de Pernambuco, de autoria do Deputado Eriberto.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 972/2022 - DO GERENTE DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO RECIFE E SUPERINTENDENTE EXECUTIVO GOVERNO DA SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando o crédito de recursos financeiros, na conta vinculada ao contrato de financiamento nº 0319.914-95/2011.
Às 2ª e 7ª Comissões.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 0928/2022 - DA COORDENADORA DE FILIAL GERÊNCIA EXECUTIVA DE GOVERNO RECIFE E DO GERENTE DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE GOVERNO RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL informando a celebração do Contrato de Repasse de nº 935833/2022 – Operação 1084239-34, entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e a Caixa Federal.
Às 2ª e 7ª Comissões.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 0957/2022 - DA COORDENADORA DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE GOVERNO RECIFE E DO GERENTE DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA DE GOVERNO RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL comunicando que o Contrato de Repasse nº 905449/2020 – 1072950-71, foi rescindido por não atendimento de Cláusula Suspensiva.
À 2ª Comissão.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 016/2023 - DO DEPUTADO JERFFERSON TIMÓTEO solicitando que seu nome seja retirado como membro da Frente Parlamentar em Defesa, da Família, da Vida e de Políticas sobre Drogas.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

Lula Cabral

Ofícios

Ofício nº 008/2023

Recife, 27 de fevereiro de 2023.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o Vossa Excelência, vimos por meio deste, informar a formação do bloco partidário entre os Paridos Republicanos e Progressistas.

Certo do atendimento de Vossa Excelência, aproveito a oportunidade para apresentar-lhes protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Deputado Kaio Maniçoba
Líder do PP

Deputado Mário Ricardo
Líder do Republicanos

William Brígido
Republicanos

Adalto Santos - PP
Antonio Moraes - PP
Claudiano Martins Filho - PP
Henrique Queiroz Filho - PP
Jeferson Timóteo - PP
Pastor Cleiton Collins - PP
Pastor Júnior Tércio- PP

Ao Exmo. Sr.
Deputado Álvaro Porto
Presidente da ALEPE

Ofício Expedido Interno GAB/SS nº 016/2023

Recife, 24 de fevereiro de 2023.

Ao Exmo. Sr.
ÁLVARO PORTO
Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco

Senhor Presidente,

Solicito que meu nome seja retirado como membro da Frente em Defesa da Família. Sem mais para o momento, agradeço mais uma vez e coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que por ventura se façam necessários.

Jeferson Timóteo
Deputado Estadual

Ofício nº 13/2023

Recife, 27 de fevereiro de 2023.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente venho por meio deste que o Sr. Deputado Joel da Harpa estará viajando no período de 01 a 14 de março do ano corrente para o Egito e Israel em uma viagem Cultural e Institucional.

Na oportunidade solicito o ato de justificativa das atividades nesse período de viagem.

Atenciosamente,

Joel da Harpa
Deputado Estadual

Excelentíssimo Senhor
Deputado Álvaro Porto
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Oficio N° 16/2023 - GABJT

Recife, 27 de fevereiro de 2023.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, manifesto apreço e venho, por meio deste, informar a formação do Bloco PSDB/Patriota, tendo como líder a Deputada Débora Almeida/PSDB e vice-líder o Deputado Joaozinho Tenório/Patriota.

Na oportunidade, reitero votos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Joãozinho Tenório
Deputado Estadual Patriota

Débora Almeida
Deputada Estadual PSDB

Izaias Regis
Deputado Estadual PSDB

Álvaro Porto
Deputado Estadual PSDB

Ao Exmo. Sr.
Deputado Álvaro Porto
MD Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Saúde	Socorro Pimentel	Chaparral
Mulher	Socorro Pimentel	
Educação	Romero Albuquerque	Chaparral
Segurança	Romero Albuquerque	Socorro Pimentel
Agricultura	Antônio Coelho	Chaparral
Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular	Romero Sales Filho	
Assuntos Municipais	Chaparral	Socorro Pimentel
Ciência e Tecnologia	Chaparral	

Atenciosamente,

Romero Sales Filho
Deputado

Ofício nº 020/2023/GAB-LD.

Recife, 27 de fevereiro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Álvaro Porto
Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco - ALEPE

Senhor Presidente, conforme acordo de líderes, e como líder do partido Solidariedade, segue indicação para as Comissões Permanentes desta Casa:

- COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA:
Dep. Luciano Duque (Titular)
Dep. Fabrizio Ferraz (Suplente)

- COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Dep. Luciano Duque (Suplente)

- COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO:
Dep. Lula Cabral (Titular)
Dep. Luciano Duque (Suplente)

Sem mais para o momento, agradecemos antecipadamente.

LUCIANO DUQUE
Deputado

Oficio nº 0021/2023 - GAB/AF

Recife, 27 de fevereiro de 2023

Ao Excelentíssimo Senhor
Álvaro Porto
Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Assunto: Comissões Temáticas

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o inicialmente, conforme combinado, segue os nomes dos membros titulares e suplentes das Comissões de Constituição Legislação e Justiça, Finanças e Administração Pública.

Comissão	Titular	Suplente
CCLJ	Coronel Alberto Feitosa	Renato Antunes
Finanças	Coronel Alberto Feitosa	Renato Antunes
ADM	Coronel Alberto Feitosa	Renato Antunes

Certo de contar com a costumeira atenção, aproveito a oportunidade para renovar meus sinceros votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Alberto Feitosa
Deputado Estadual

Ofício nº 002692/2023

Exmo. Sr Presidente
Álvaro Porto

Vimos por meio deste fazer a indicação de titulares e suplentes da Federação PT, PV e PC do B, para as comissões permanentes desta Casa Legislativa, conforme detalhamento abaixo:

Membros titulares
Comissão de Constituição, Legislação e Justiça - João Paulo (PT)
Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação - João de Nadegi (PV)
Comissão de Administração Pública - Joaquim Lira (PV)

Membros suplentes
Comissão de Constituição, Legislação e Justiça - Joaquim Lira (PV)
Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação - João Paulo Costa (PCdoB)
Comissão de Administração Pública - Rosa Amorim (PT)

Atenciosamente,

João Paulo

Ofício GAB-RSF023/2023

Recife, 27 de fevereiro de 2023.

Senhor Presidente,

Venho informar as indicações do União Brasil para a composição das comissões parlamentares permanentes da Assembleia Legislativa de Pernambuco de acordo com a seguinte relação:

Comissão	Titular	Suplente
CCLJ	Romero Albuquerque	Romero Sales Filho
ADM	Romero Sales Filho	Antônio Coelho
Finanças	Antônio Coelho	Chaparral
CDET	Antônio Coelho	Romero Sales Filho

Ao Exmo. Sr.
Deputado Álvaro Porto de Barros
Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco

Ofício nº 008/2023

Recife, 27 de fevereiro 2023.

Senhor Presidente;

Cumprimentando-o Vossa Excelência, vimos por meio deste, informar os nomes dos parlamentares do bloco partidário entre os Partidos Republicanos e Progressistas que irão compor a seguintes comissões:

Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

1. Deputado Antônio Moraes - titular
2. Deputado William Brígido - titular

1. Deputado Kaio Maniçoba - suplente
2. Deputado Mario Ricardo - suplente

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação

1. Deputado Henrique Queiroz - titular
2. Deputado Júnior de Tercio - titular

1. Deputado Claudiano Filho - suplente
2. Deputado Kaio Maniçoba - suplente

Comissão de Administração Pública

1. Deputado Jefferson Timóteo - titular
1. Deputado Claudiano Filho - suplente

Kaio Maniçoba

OFÍCIO N° 016/2023 - GABSG

Recife, 27 de fevereiro de 2023.

Exmo. Sr.
Deputado Álvaro Porto
Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco

Assunto: Indicações para Comissões

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, informar as indicações da Bancada do Partido Socialista Brasileiro para as Comissões desta Casa Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA
Titular Deputado Waldemar Borges
Titular Deputado Sileno Guedes
Suplente Deputado Rodrigo Novaes
Suplente Deputado Eriberto Filho

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO
Titular Deputado Rodrigo Farias
Titular Deputado Sileno Guedes
Suplente Deputado Jarbas Filho
Suplente Deputado Aglailson Victor

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Titular Deputado Waldemar Borges
Titular Deputado Rodrigo Farias
Suplente Deputada Gleide Ângelo
Suplente Deputada Simone Santana

Sileno Guedes

Oficio 13/2023

Recife, 27 de fevereiro de 2023

Ao Exmo. Sr.
Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco
Álvaro Porto de Barros

Sr. Presidente da ALEPE,

Cumprimentando-o, inicialmente, venho pelo presente instrumento indicar os nomes dos deputados que representarão o Bloco PSDB/PATRIOTA nas comissões abaixo:

1. Comissão de Constituição, Legislação e Justiça:
Titular – DÉBORA ALMEIDA
Suplente - JOÃOZINHO TENÓRIO

2. Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação:
Titular - DÉBORA ALMEIDA
Suplente - IZAÍAS RÉGIS

3. Comissão de Administração Pública:
Titular - JOÃOZINHO TENÓRIO

Atenciosamente,

DÉBORA ALMEIDA
Deputada Estadual/Líder do Bloco

JOÃOZINHO TENÓRIO
Deputado Estadual/Vice-Líder do Bloco

Ofício nº 165/2023 - GP

Recife, 15 de fevereiro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Submeto à elevada deliberação deste augusto Poder Legislativo o presente projeto de lei ordinária, aprovado pelo Pleno deste Tribunal de Justiça do Estado, que dispõe sobre o quadro de juízes leigos e juízas leigas, para atuação no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais e Colégios Recursais do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Em anexo, remeto também a justificativa que ensejou a aprovação do projeto.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. meus protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Álvaro Porto
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
Nesta

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000293/2023

Dispõe sobre o quadro de juízes leigos e juízas leigas, para atuação no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais e Colégios Recursais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Os juízes leigos e as juízas leigas são auxiliares da Justiça, recrutados(as) entre os advogados e as advogadas com mais de 2 (dois) anos de experiência.

Art. 2º A função de juiz leigo e de juíza leiga será remunerada e exercida por prazo determinado de até 2 (dois) anos, permitida uma recondução, e o acesso a esta se dará por meio de participação em processo seletivo público de provas e títulos, ainda que simplificado, conduzido por critérios objetivos.

Parágrafo único. Os critérios de realização do processo seletivo serão determinados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), observando-se as políticas de cotas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assim como as legislações correspondentes.

Art. 3º O exercício da função de juiz leigo e de juíza leiga, considerado de relevante caráter público, não tem vínculo empregatício ou estatutário, é temporário e pressupõe capacitação prévia ao início das atividades.

Art. 4º O TJPE providenciará a capacitação adequada, periódica e gratuita dos juízes leigos e das juízas leigas, facultando-se a estes participar de capacitações complementares ofertadas, preferencialmente, pela Escola Judicial.

Parágrafo único. O conteúdo programático da capacitação dos juízes leigos e das juízas leigas realizada em instituição externa deverá guardar consonância com aquele estabelecido pelo CNJ ou pelo próprio TJPE.

Art. 5º Os juízes leigos e as juízas leigas ficam sujeitos ao Código de Ética e demais normas estabelecidas pelo CNJ e TJPE.

Art. 6º Os juízes leigos e as juízas leigas não poderão exercer a advocacia, no Sistema dos Juizados Especiais e Colégios Recursais da comarca de atuação, enquanto estiverem no desempenho das respectivas funções.

Parágrafo único. Na forma do que dispõe o § 2º do art. 15, da Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, os juízes leigos e as juízas leigas, atuantes nos juizados especiais da fazenda pública, ficarão impedidos de advogar em todo o Sistema Nacional de juizados especiais da fazenda pública.

Art. 7º A lotação dos juízes leigos e das juízas leigas será definida, por meio de Resolução Conjunta da Presidência do TJPE e da Corregedoria Geral da Justiça - CGJ.

Art. 8º A remuneração dos juízes leigos e das juízas leigas será estabelecida por atos homologados, assim considerados as minutas de sentença, despachos/decisões em geral, bem como os acordos celebrados entre as partes.

§ 1º A remuneração, em qualquer hipótese, não poderá ultrapassar o valor inicial do vencimento básico do cargo de Técnico Judiciário - TPJ, do TJPE, vedada qualquer outra equiparação.

§ 2° A composição do valor mensal da remuneração dos juízes leigos e das juízas leigas se dará pela soma dos atos praticados.

§ 3º O valor individual dos atos praticados será variável conforme a sua espécie e grau de relevância, metas e ponderações estabelecidos por ato do Presidente do TJPE.

§ 4º Não serão computadas, para efeito de remuneração, os atos referentes às homologações de sentença de extinção do processo, nas hipóteses de ausência do autor, de desistência e de embargos de declaração, sem prejuízo de outras situações, que venham a ser regulamentadas pelo TJPE.

Art. 9º Durante a realização do programa criado por esta lei, competem ao TJPE as responsabilidades disciplinar e de avaliação dos juízes leigos e das juízas leigas, as quais compreendem:

I - o dever de fiscalizar e coordenar os trabalhos desenvolvidos pelos juízes leigos e pelas juízas leigas, no âmbito da unidade dos juizados especiais e colégios recursais, na qual estes estiverem lotados;

II - estabelecer as sanções, para os casos de descumprimento injustificado das metas e prazos estabelecidos pelo juiz togado ou pela juíza togada;

III - a manutenção de um sistema de avaliação do desempenho das atribuições dos juízes leigos e das juízas leigas, aferindo também a satisfação dos usuários e das usuárias do sistema, para fins de verificar o bom funcionamento e estimular a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema dos Juizados Especiais.

Parágrafo único. Os juízes leigos e as juízas leigas, quando lotados nas unidades dos juizados especiais e colégios recursais, ficarão subordinados às orientações e ao entendimento jurídico do juiz togado ou da juíza togada.

Art. 10. Os juízes leigos e as juízas leigas poderão ser suspensos ou afastados de suas funções, observados os trâmites regulares estabelecidos pelo TJPE.

Art. 11. Pela presente lei, ficam criadas 100 (cem) funções públicas de juízes leigos e juízas leigas, para atuação junto ao Sistema dos Juizados Especiais e Colégios Recursais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

Art. 12. A implantação do programa de juiz leigo e de juíza leiga depende de dotação orçamentária própria.

Art. 13. Esta Lei será regulamentada por Resolução do TJPE.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei ordinária visa à implementação do quadro de juízes leigos e de juízas leigas, para atuação no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais e Colégios Recursais do Tribunal de Justiça de Pernambuco, bem como estabelece o quantitativo de cargos, assim como os valores de referência para os atos por estes praticados, para fins de cálculo da remuneração mensal.

A implantação do quadro de juízes leigos e de juízas leigas, no âmbito dos juizados especiais e colégios recursais, vem como incremento à força de trabalho, com a atuação na realização de audiências com projeto/minuta de sentença homologatória, assim como na elaboração de minutas/projetos de sentença, decisão e despacho, nos termos do que dispõe o art. 13, da Resolução TJPE nº 356, de 24 de setembro de 2013.

A realização destas atividades pelos juízes leigos e pelas juízas leigas pode contribuir no aumento da produtividade das unidades, na redução do tempo médio para realização das audiências, assim como a prolação de sentenças.

Todos estes fatores podem refletir, de modo direto, no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, produzindo impacto positivo na imagem do Poder Judiciário para a sociedade.

Imperioso ressaltar que, conforme levantamento realizado pela Auditoria de Inspeção, a partir de dados extraídos no TJPE REPORTS e GEPRO, em agosto de 2022, havia 18.824 (dezoito mil oitocentos e vinte e quatro) processos conclusos em gabinete para julgamento, no acervo das unidades do Sistema dos Juizados Especiais de Pernambuco.

Além do considerável quantitativo de processos pendentes de julgamento, o estudo também constatou o grande lapso temporal entre as datas de distribuição e da pauta de audiência, tendo apresentado que há um quantitativo de 12.077 (doze mil e setenta e sete) audiências designadas para os anos de 2023 e 2024.

Nesse panorama, a presente proposta vem implementar o quadro de juízes leigos e juízas leigas, no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais e Colégios Recursais, no TJPE, com base no estudo promovido pela Auditoria de Inspeção da Corregedoria Geral da Justiça.

Para tanto, a Auditoria considerou como parâmetros de referência para a propositura de um quantitativo de juízes leigos e de juízas leigas, o acervo atual dos processos conclusos para julgamento em gabinete, o total de audiências pautadas para os anos de 2023 e 2024 e de produtividade mínima mensal para cada juiz leigo.

A implantação do programa depende de dotação orçamentária própria.

Na enseada dessas considerações, esta Presidência confia no acolhimento e apoio desse augusto Poder Legislativo à presente proposição.

Recife, em 27 de Fevereiro de 2023.

Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Às 1ª, 2ª, 3ª comissões.

Projetos

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000183/2023

Altera a Lei nº 12.007, de 1º de junho de 2001, que dispõe sobre a estrutura do Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN e das Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARIs, que funcionarão junto ao DETRAN e ao DER-PE, e dá outras providências, a fim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 12.007, de 1º de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º .....
.....

V - indicar um representante para compor a comissão examinadora de candidatos com deficiência física à habilitação para conduzir veículos automotores; (NR)
....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Nosso projeto de lei objetiva atualizar a redação da Lei nº 12.007, de 1º de junho de 2001, para a terminologia correta adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

A Lei nº 12.007/2001 ainda utiliza a expressão "portadores de deficiência física", que não deve mais ser utilizada.

As expressões "Portador de Necessidades Especiais (PNE)", "Portador de Deficiência" e "Pessoa Portadora de Deficiência", tanto na forma escrita quanto na falada, não devem mais ser utilizadas, visto que pessoas não portam a deficiência, mas sim, possuem a deficiência. A deficiência é inerente à pessoa.

Ademais, movimentos de pessoas com deficiência defendem que a expressão "deficiente" é um termo pejorativo que normalmente é associado à ineficiência, e "pessoa com necessidades especiais" é um conceito demasiadamente amplo, englobando idosos, grávidas e outras pessoas que possam ter dificuldade para realizar alguma atividade. Estas podem ter necessidades especiais para terem mais segurança, conforto e autonomia. Ou seja, todas as pessoas podem ter alguma necessidade especial

Portanto, o termo mais adequado é "Pessoa com Deficiência". Nesse termo a figura da pessoa vem antes da deficiência, a qual não é mais importante que o indivíduo. Assim, existe: pessoa com deficiência auditiva, pessoa com deficiência visual, pessoa com deficiência física, pessoa com intelectual.

As diferenças fazem parte da diversidade humana e que elas não podem ser um determinante para a criação de desigualdade e discriminação entre indivíduos.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), utiliza a expressão " pessoa com deficiência ", segundo a qual é aquela pessoa que

tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º); e " pessoa com mobilidade reduzida " aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (art. 3º, inciso IX).

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000184/2023

Altera a Lei nº 11.867, de 31 de outubro de 2000, que cria o Programa Estadual de Trabalho Educativo - PETE e dá outras providências, a fim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 11.867, de 31 de outubro de 2000, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 5º .....

I - cadastrar, selecionar e encaminhar os adolescentes aos órgãos, instituições, entidades, empresas e estabelecimentos selecionados, dando prioridade aos de menor renda familiar e aos que sejam pessoa com deficiência nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência); (NR)
....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Nosso projeto de lei objetiva atualizar a redação da Lei nº 11.867, de 31 de outubro de 2000, para a terminologia correta adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

A Lei nº 11.867/2000 ainda utiliza a expressão "portadores de deficiência", que não deve mais ser utilizada.

As expressões "Portador de Necessidades Especiais (PNE)", "Portador de Deficiência" e "Pessoa Portadora de Deficiência", tanto na forma escrita quanto na falada, não devem mais ser utilizadas, visto que pessoas não portam a deficiência, mas sim, possuem a deficiência. A deficiência é inerente à pessoa.

Ademais, movimentos de pessoas com deficiência defendem que a expressão "deficiente" é um termo pejorativo que normalmente é associado à ineficiência, e "pessoa com necessidades especiais" é um conceito demasiadamente amplo, englobando idosos, grávidas e outras pessoas que possam ter dificuldade para realizar alguma atividade. Estas podem ter necessidades especiais para terem mais segurança, conforto e autonomia. Ou seja, todas as pessoas podem ter alguma necessidade especial

Portanto, o termo mais adequado é "Pessoa com Deficiência". Nesse termo a figura da pessoa vem antes da deficiência, a qual não é mais importante que o indivíduo. Assim, existe: pessoa com deficiência auditiva, pessoa com deficiência visual, pessoa com deficiência física, pessoa com intelectual.

As diferenças fazem parte da diversidade humana e que elas não podem ser um determinante para a criação de desigualdade e discriminação entre indivíduos.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), utiliza a expressão " pessoa com deficiência ", segundo a qual é aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º); e " pessoa com mobilidade reduzida " aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (art. 3º, inciso IX).

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000185/2023

Altera a Lei nº 12.923, de 22 de novembro de 2005, que determina aos estabelecimentos bancários situados no território do Estado de Pernambuco, a instalação de assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes e deficientes físicos, originada de projeto de autoria da Deputada Malba Lucena, afim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e ampliar seus efeitos às pessoas com mobilidade reduzida, às pessoas idosas, às lactantes, às pessoas com crianças de colo e às pessoas obesas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O Ementa da Lei nº 12.923, de 22 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Determina aos estabelecimentos bancários e instituições financeiras situadas no território do Estado de Pernambuco, a instalação de assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes, lactantes, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pessoas idosas, pessoas com criança de colo e pessoas obesas." (NR)

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 12.923, de 22 de novembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º Os estabelecimentos bancários e as instituições financeiras situadas no território do Estado de Pernambuco, ficam obrigadas a instalarem assentos nas filas especiais para aposentados, pensionistas, gestantes, lactantes, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, pessoas idosas, pessoas com criança de colo e pessoas obesas, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. (NR)
....."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Nosso projeto de lei objetiva atualizar a redação da Lei nº 12.923, de 22 de novembro de 2005, para a terminologia correta adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), e ampliar seus efeitos às pessoas com mobilidade reduzida, às pessoas idosas, às lactantes, às pessoas com crianças de colo e às pessoas obesas, alinhando-se ao disposto na Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.

A Lei nº 12.923/2005 ainda utiliza a expressão "deficientes físicos", que não deve mais ser utilizada e que limita o alcance da Lei apenas às pessoas com deficiência física, excluindo as pessoas com mobilidade reduzida.

As expressões "Portador de Necessidades Especiais (PNE)", "Portador de Deficiência" e "Pessoa Portadora de Deficiência", tanto na forma escrita quanto na falada, não devem mais ser utilizadas, visto que pessoas não portam a deficiência, mas sim, possuem a deficiência. A deficiência é inerente à pessoa.

Ademais, movimentos de pessoas com deficiência defendem que a expressão "deficiente" é um termo pejorativo que normalmente é associado à ineficiência, e "pessoa com necessidades especiais" é um conceito demasiadamente amplo, englobando idosos, grávidas e outras pessoas que possam ter dificuldade para realizar alguma atividade. Estas podem ter necessidades especiais para terem mais segurança, conforto e autonomia. Ou seja, todas as pessoas podem ter alguma necessidade especial

Portanto, o termo mais adequado é "Pessoa com Deficiência". Nesse termo a figura da pessoa vem antes da deficiência, a qual não é mais importante que o indivíduo. Assim, existe: pessoa com deficiência auditiva, pessoa com deficiência visual, pessoa com deficiência física, pessoa com intelectual.

As diferenças fazem parte da diversidade humana e que elas não podem ser um determinante para a criação de desigualdade e discriminação entre indivíduos.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), utiliza a expressão " pessoa com deficiência ", segundo a qual é aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º); e " pessoa com mobilidade reduzida " aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (art. 3º, inciso IX).

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 14ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000186/2023

Altera a Lei nº 9.465, de 8 de junho de 1984, que dispõe sobre o uso de Agrotóxicos e de outros Pesticidas no Estado e dá outras providências, originada de projeto do Deputado Arthur Lima Cavalcante, a fim de proibir a pulverização aérea de agrotóxicos e pesticidas no Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 9.465, de 8 de junho de 1984, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12. A aplicação dos agrotóxicos e outros pesticidas de que trata esta Lei só poderá ser efetuada por aplicadores comprovadamente habilitados. (NR)

Parágrafo único. É vedada a pulverização aérea de agrotóxicos e pesticidas na agricultura no Estado de Pernambuco." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Consagrado pelo artigo 225 da Constituição Federal de 1988, o direito fundamental ao meio ambiente define os contornos de uma ordem ambiental constitucional. Essa ordem se reflete na máxima jurídica de "in dúbio, pro ambiente" bem como na consagração dos princípios da prevenção e da precaução.

O princípio da precaução (ou cautela) aplica-se para tutela do meio ambiente quando há incerteza e desconhecimento científico acerca dos prováveis danos a serem empreendidos. Foi reconhecido como regra de direito internacional a partir da sua positivação no art. 15 da Declaração do Rio 92, fruto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, estando presente, exemplificativamente, na Convenção sobre Diversidade Biológica (ratificada pelo Decreto nº. 2.519/98).

O princípio da prevenção, por sua vez, desponta quando se conhecem os impactos oriundos do perfil da atividade poluente, quando o risco é certo. Encontra-se normatizado, por exemplo, como princípio fundante da ordem ambiental constitucional e infraconstitucional, a exemplo da lei 12.187/2009 (Política Nacional de Mudança do Clima).

Considerando esta normatização, o projeto em apreço visa tutelar o direito fundamental ao meio ambiente, no exercício da competência material comum dos entes federativos na proteção do meio ambiente e combate a qualquer forma de poluição, conforme ditame do art.23, VI da Constituição Federal.

No que tange ao exercício da competência legislativa, cabe aos entes legislar concorrentemente sobre a proteção do meio ambiente e combate a poluição (art. 24, VI, CF/88 e art.16 da Constituição Estadual). A União exerceu suas prerrogativas editando normas gerais via Lei Federal 7.802/89, que em seu art. 10 expõe que:

Art. 10. Compete aos Estados e ao Distrito Federal, nos termos dos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, legislar sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins, bem como fiscalizar o uso, o consumo, o comércio, o armazenamento e o transporte interno.

Desde 2008, o Brasil é campeão mundial no consumo de agrotóxicos, o que vem provocando inúmeras consequências socioambientais. O projeto dispõe acerca da vedação da pulverização aérea de agrotóxicos em Pernambuco, matéria relacionada com a sua forma de uso. Dossiê produzido pela ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva aponta para distintos e preocupantes níveis de danos ambientais, recomendando o fim da pulverização aérea de agrotóxicos no Estado.

A pesquisadora Larissa Bombardi indica três faces da assimetria entre Brasil e União Europeia no uso de agrotóxicos, são elas:

1. Que produtos usamos? O Brasil utiliza uma grande quantidade de produtos que já foram proibidos em outros lugares do mundo. Como exemplo está o caso da soja, onde dos 150 agrotóxicos que estavam autorizados em 2017 para esse cultivo 35 são proibidos na União Europeia, alguns desde 2002.

2. Quanto usamos? Figurando como o maior utilizador de agrotóxicos do mundo, o Brasil consome 20% da produção destes. A gravidade desta constatação é ampliada quando se analisa os parâmetros para avaliação de contaminação,

como é o caso do limite de Glifosato na água, onde no Brasil é 5.000 (cinco mil) vezes superior ao estabelecido pela União Europeia.

Mesmo em face de limites tão elevados o índice de contaminações é alto, como constatado no Dossiê Abrasco ao analisar o cenário cearense, no qual a pulverização aérea no cultivo de banana na região do Baixo Jaguaribe utiliza "fungicidas de classe toxicológica 1 e 2 (extremamente tóxico e altamente tóxicos) e classe ambiental 2 (muito perigoso)"(ABRASCO, 2012, p. 38-39). Dados de 2010 informam que apenas nesta região, para os 2.600 (Dois Mil e Seiscentos) hectares de cultivo de banana, são utilizados por cada pulverização o equivalente a 66.300 (sessenta e seis mil e trezentos) litros de material tóxico[i]. As pesquisas evidenciaram os níveis de contaminação dos aqüíferos da região, a exemplo do aqüífero Jandaíra, conforme se observa:

Nestes canais, nas caixas d'água do SAAE e em poços profundos foram colhidas 24 amostras de água (em triplicata), e analisadas pelo Laboratório do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais Avançados da UFMG, utilizando a técnica de Cromatografia Líquida acoplada a Espectrometria de Massas com Ionização Electrospray (LC-MS). [...] Os resultados mostraram a presença de sendo importante destacar a presença de peloagrotóxicos em todas as amostras, menos três e até dez ingredientes ativos diferentes em cada amostra, o que caracteriza a poli-exposição. (ABRASCO, 2012, p.39)

3. Como usamos? Por fim, a forma como utilizamos estes agroquímicos, sendo uma delas a pulverização aérea, que no Brasil é predominantemente utilizada em cultivos de soja, milho, cana-de-açúcar, citrus e banana.(Bombardi, L. Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia. São Paulo: FFLCH- USP, 2017.)

De acordo com os dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, mesmo com diversas condições ideais, como calibração, temperatura e ventos, o método de pulverização implica em reter 32% dos agrotóxicos emitidos nas plantas, enquanto que 49% vão para o solo e 19% são dispersados para áreas fora da região de aplicação.(Chaim A. Tecnologia de aplicação de agrotóxicos: fatores que afetam a eficiência e o impacto ambiental. In: Silva CMMS e Fay EF. . Brasília: Embrapa; 2004. p. 289-317. Agrotóxicos & Ambiente).

Em 2006, a realização de pulverização aérea de paraquat para dessecar soja transgênica em Lucas do Rio Verde, município do Estado do Mato Grosso, maior produtor brasileiro de soja, milho, algodão e gado bovino, ocasionou a deriva técnica destruindo 180 canteiros de plantas medicinais que haviam na cidade e hortaliças de 65 chácaras, além da intoxicação aguda de crianças e idosos. Estudos realizados pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) entre 2007 e 2010 constatou a contaminação de 83% dos poços de água potável das escolas daquela região. Em 2011, outro estudo conduzido na mesma região identificou que todas as amostras de leite humano de 62 nutrizes continham agrotóxico. (Dossiê ABRASCO. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Informações obtidas em http://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wp-content/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf)

Em fevereiro de 2014, no município de Gavião Peixoto, em São Paulo, o uso de agrotóxicos através da pulverização aérea (glifosato e clorpirifós) nas lavouras de café, feijão e soja foi responsável pela morte de 4 milhões de abelhas, mesmo o local onde se praticava apicultura ficando a 2 km de distância das plantações.

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva coloca como ação urgente: "Proibir a pulverização aérea de agrotóxicos, tendo em vista a grande e acelerada expansão dessa forma de aplicação de venenos, especialmente em áreas de monocultivos, expondo territórios e populações a doses cada vez maiores de contaminantes com produtos tóxicos, o que gera agravos à saúde humana e à dos ecossistemas."

No cenário internacional, os riscos e impactos da pulverização aérea já são conhecidos, de forma que em janeiro de 2009, o Parlamento Europeu aprovou uma série de diretrizes que proibiu o uso de substâncias altamente tóxicas e a prática de pulverização aérea nos países da União Européia, definindo zonas de uso de pesticidas e uma série de medidas de proteção dos ecossistemas, em especial o aquático. O objetivo desta diretiva da UE é "reduzir os riscos e os efeitos da utilização dos pesticidas na saúde humana e no ambiente" e incentivar "o desenvolvimento e a introdução de abordagens ou técnicas alternativas a fim de reduzir a dependência da utilização dos pesticidas." (Informações obtidas em http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+IM-PRESS+20090112IPR45936+0+DOC+XML+V0//PT, acessado em 10.02.2015.)

Propostas semelhantes vêm sendo apresentadas em municípios e estados brasileiros, como é o caso da Lei n° 16.820/2019 do Estado do Ceará, aprovada por unanimidade e prontamente sancionada, o que demonstra que a preocupação com os danos à saúde e ao meio ambiente ocasionados por esta prática tem sido preocupação crescente dos gestores públicos e da sociedade civil.

Dito isto, considera-se que a prática de aplicação de agrotóxicos por pulverização viola o direito fundamental ao meio ambiente, agride a saúde humana e contamina em larga escala os recursos hídricos. Para implementação de políticas de gestão da qualidade de tais recursos, apresenta-se este projeto, que visa melhor cumprir aos dispositivos da Constituição Federal e a efetivação dos direitos mencionados.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 7ª, 8ª, 9ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000187/2023

Altera a Lei nº 16.499, de 6 de dezembro de 2018, que estabelece medidas de proteção à gestante, à parturiente e à puérpera contra a violência obstétrica, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Leitão, a fim de incluir novos quesitos nos formulários de saúde para identificação da ocorrência de violência obstétrica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.499, de 6 de dezembro de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º Considera-se violência obstétrica todo ato praticado por profissionais de saúde, que implique em negligência na assistência, discriminação ou violência verbal, física, psicológica ou sexual contra gestantes, parturientes, pessoas em abortamento e puérperas. (NR)

Parágrafo único. A atenção à gravidez, ao parto, ao abortamento e ao puerpério adotará princípios e boas práticas com enfoque na humanização, inclusive para gestantes, parturientes, pessoas em abortamento e puérperas com deficiência, por meio da utilização de recursos e tecnologias assistivas, nos termos das normas regulamentadoras. (NR)

Art. 3º .....

I - tratar a pessoa gestante, parturiente, em abortamento ou puérpera de forma agressiva, não empática, pejorativa, grosseira, zombeteira, ou de qualquer outra forma, que a faça se sentir mal; (NR)

II - ironizar ou recriminar pessoa gestante, parturiente, em abortamento ou puérpera, em razão de características ou atributos físicos, comportamentos, aspectos culturais, étnicos, socioeconômicos ou familiares; (NR)

III - realizar qualquer procedimento sem pedir prévia permissão à pessoa gestante, parturiente, em abortamento ou puérpera, explicando, de forma clara, a real necessidade do que está sendo oferecido ou recomendado; (NR)

IV - não responder às queixas e às dúvidas da pessoa gestante, parturiente, em abortamento ou puérpera; (NR)
.....

VII - transferir gestante, parturiente ou pessoa em abortamento para outra unidade de saúde sem a confirmação prévia da existência de vaga e garantia de atendimento, ou nas situações em que não haja tempo suficiente para que esta chegue ao local em segurança; (NR)
.....

IX - impedir, dificultar ou restringir a comunicação da pessoa gestante, parturiente, em abortamento ou puérpera com familiares ou acompanhantes, respeitados os critérios médicos e de segurança assistencial; (NR)

X - privar paciente de receber alimentos durante o trabalho de parto ou o procedimento de abortamento; (NR)

XI - submeter a pessoa gestante, parturiente ou em abortamento a procedimentos dolorosos ou humilhantes, como lavagem intestinal, raspagem de pelos pubianos (tricotomia), posição ginecológica com portas abertas, exame de toque por mais de um profissional ou episiotomia, salvo quando estritamente necessários e realizados de acordo com as normas regulamentadoras; (NR)
.....

XIII - recusar anestesia à pessoa parturiente ou em abortamento, salvo se a recusa estiver de acordo com as normas regulamentadoras e as evidências científicas para o estado de saúde daquela paciente; (NR)

XIV - realizar infusão rotineira de ocitócinos, com vistas a acelerar o trabalho de parto sem que o procedimento seja estritamente necessário à saúde da pessoa assistida; (NR)

XV - manter as pessoas detentas algemadas em trabalho de parto ou em abortamento; (NR)
.....

XIX - submeter a pessoa gestante, parturiente, puérpera, em abortamento ou o recém-nascido a procedimentos com o fim exclusivo de treinar estudantes; (NR)
.....

XXII - fazer, publicar ou reproduzir fotos, vídeos ou áudios da pessoa gestante, parturiente, puérpera, em abortamento ou do recém-nascido, inclusive em redes sociais, em desacordo com as normas ético-legais e sem a autorização daquela ou daquele paciente; (NR)
....."

"Art. 4º-A. As maternidades, os hospitais e as unidades de saúde assemelhadas, públicos e privados, deverão acrescentar marcadores e quesitos nas fichas e formulários de saúde da pessoa parturiente e da pessoa em abortamento a fim de possibilitar a identificação da ocorrência de violência obstétrica. Os formulários e fichas deverão registrar, quando realizados, sem prejuízo de outros quesitos, os seguintes procedimentos: (AC)

I - Aplicação do soro com ocitocina; (AC)

II - Enema/Lavagem intestinal; (AC)

III - Privação da ingestão de líquidos e alimentos; (AC)

IV - Exames de toque e sua quantidade; (AC)

V - Amniotomia; (AC)

VI - Episiotomia; (AC)

VII - Uso de fórceps; (AC)

VIII - Oferecimento de anestésico ou outro método de alívio para a dor; (AC)

IX - Posição para o parto e se esta foi opção da parturiente; (AC)

X - Imobilização de braços ou pernas; (AC)

XI - Manobra de Kristeller; (AC)

XII - Sutura maior do que o estritamente necessário na episiorrafia ("Ponto do Marido"); e (AC)

XIII - Tricotomia. (AC)

§ 1º No caso de adoção dos procedimentos constantes nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, IX, X, XI e XIII, o profissional de saúde deverá obrigatoriamente justificar o seu uso no formulário. (AC)

§ 2º No caso de não oferecimento de anestésico ou alívio para dor de que trata o inciso VIII, o profissional de saúde deverá justificar a ausência da oferta no formulário. (AC)

§ 3º A prática de uma sutura maior do que o estritamente necessário na episiorrafia de que trata o inciso XII ("Ponto do Marido") é considerada mutilação genital e não deve ser realizada em nenhuma hipótese. (AC)

§ 4º No caso da realização de uma sutura maior do que o estritamente necessário na episiorrafia de que trata o inciso XII, o profissional de saúde e/ou de assistência social que tome conhecimento do procedimento não autorizado, obrigatoriamente deverá informar à pessoa parturiente e à direção da unidade para a adoção das medidas cabíveis. (AC)

§ 5º A hipótese a que se refere o §4º deste dispositivo também se aplica à pessoa parturiente que, tomando ciência da mutilação sofrida, igualmente poderá contactar a direção da unidade para reivindicar a adoção das medidas cabíveis. (AC)

§ 6º Na hipótese do §5º deste dispositivo, os profissionais da unidade deverão atuar para facilitar o contato da pessoa parturiente com a respectiva direção do estabelecimento, não podendo, em nenhuma hipótese, oferecer obstáculos a este acesso. (AC)

Art. 4º-B. O formulário deverá indicar a forma eleita para realização do parto, se cesariana ou parto vaginal, apontando se a opção foi definida por parturiente, profissional de saúde ou em comum acordo entre ambos. (AC)
Parágrafo único. Em caso de cesariana realizada por opção exclusiva do profissional de saúde sem a anuência da pessoa parturiente, o formulário deverá apontar as razões científicas para a escolha. (AC)

Art. 4º-C. O direito a acompanhante garantido pela Lei nº 11.108/2005 que estabeleceu o art. 19-J da Lei nº 8080/90 deve ser informado à pessoa parturiente, e o seu descumprimento deverá ser indicado no formulário com a respectiva justificativa. (AC)

Art. 4º-D. Nos casos em que o estabelecimento de saúde nãopossuir formulário pré-definido, o profissional de saúde deverá acrescentar os marcadores e requisitos de que trata esta Lei, ainda que o relatório seja confeccionado de punho próprio. (AC)

Art. 4º-E. O Governo do Estado disponibilizará semestralmente relatório de dados estatísticos acerca da violência obstétrica no Estado de Pernambuco, contendo detalhamento ao menos por: (AC)

I - raça das pessoas envolvidas, tanto dos profissionais de saúde quanto das pessoas gestantes, parturientes, em abortamento e puérperas; (AC)

II - gênero das pessoas envolvidas, tanto dos profissionais de saúde quanto das pessoas gestantes, parturientes, em abortamento e puérperas; (AC)

III - renda familiar; (AC)

IV - localidade da violência, incluindo município e bairro; (AC)

V - indicação de estar ou não a vítima em hospital público ou privado e a identificação da unidade (AC); e

VI - os tipos de violências envolvidas (AC).

§ 1º Os dados deverão ser tabulados e atender metodologia e codificação padronizadas de modo a garantir a comparabilidade das informações ao longo das localidades e do tempo. (AC)

§ 2º O relatório será disponibilizado em sítio eletrônico oficial, em formato de planilha eletrônica e também encaminhado em versão impressa à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e à Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular da Assembleia Legislativa de Pernambuco, no mesmo período descrito no *caput* . (AC)

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação vigente. (NR)

Art. 5º-A. O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os estabelecimentos infratores, quando pessoa jurídica de direito privado, às seguintes penalidades: (AC)

I - advertência, quando da primeira autuação da infração; e (AC)

II - multa, quando da segunda autuação. (AC)

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e R$

45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), a depender do porte do estabelecimento de saúde e das circunstâncias da infração, tendo seu valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo. (AC)

Art. 5º-B. O descumprimento do disposto nesta Lei pelos estabelecimentos públicos de saúde ensejará a responsabilização administrativa dos profissionais diretamente implicados nos atos e de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável. (AC)

Art. 5º-C. Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposição visa promover alteração na Lei nº 16.499, de 6 de dezembro de 2018, que estabelece medidas de proteção à gestante, à parturiente a pessoa em abortamento e à puérpera contra a violência obstétrica, no âmbito do Estado de Pernambuco. A mudança tem como objetivo tornar obrigatório o acréscimo de novos quesitos na ficha de saúde das gestantes, parturientes, pessoas em abortamento e puérperas com o fito de facilitar a identificação da ocorrência de violência obstétrica no âmbito dos hospitais e maternidades do estado, além de fixar penalidades para os estabelecimentos que incorrerem nas más práticas relacionadas tais violações contra os direitos das mulheres e pessoas que gestam.

A violência obstétrica é um conceito que agrupa todas as formas de violência e danos à pessoa parturiente originados ao longo da assistência obstétrica profissional. O aumento das hospitalizações e, consequentemente, das intervenções, teve como um de seus resultados o crescimento do número de operações cesarianas desnecessárias. Este aumento, por sua vez, propicia uma maior exposição de gestantes e fetos, riscos que poderiam ser evitados, além de elevar os gastos para o sistema público de saúde[1].

Diante desse panorama, ainda em 1996, foi lançado um conjunto de ações relacionadas às Boas Práticas de Atenção ao Parto e Nascimento pela Organização Mundial de Saúde (OMS)[2], classificando as práticas comuns na condução do parto normal, orientando para o que deve e o que não deve ser feito neste processo, com o fito de prevenir práticas que incorram em violência obstétrica. Esta classificação foi baseada em evidências científicas concluídas através de pesquisas feitas no mundo todo.

Como práticas úteis e que deveriam ser estimuladas, pode-se citar o respeito à escolha da mulher quanto ao acompanhante durante trabalho de parto e parto; contato pele a pele precoce entre mãe e filho e apoio ao início da amamentação na primeira hora do pós-parto, entre outras. Referente a práticas flagrantemente prejudiciais ou ineficazes e que devem ser eliminadas, pode-se citar o uso rotineiro de enema e de tricotomia; infusão intravenosa de rotina no trabalho de parto; administração de ocitócicos em qualquer momento antes do parto, de modo que não se permita controlar seus efeitos, entre outras. Por fim, em relação às práticas frequentemente utilizadas de modo inadequado estão a restrição hídrica e alimentar durante o trabalho de parto; ausência ou insuficiência de controle da dor por analgesia peridural; realização de exames vaginais repetidos ou frequentes, especialmente por mais de um profissional de saúde uso liberal ou rotineiro de episiotomia, entre outras[3].

Nesta mesma esteira, em 2010 foi realizada uma pesquisa pela Universidade de São Paulo (USP), com 2.365 mulheres, cujos resultados revelaram que 25% destas sofreram algum tipo de agressão e 23% relataram ouvir alguma ofensa ou desrespeito verbal durante o parto[4]. A violência obstétrica, portanto, se caracteriza também pela prática de comentários constrangedores à gestante, parturiente, pessoa em abortamento ou puérpera, a fim de ofender e humilhar esta ou sua família. Negligenciar atendimento de qualidade e agendar cesariana sem recomendação baseada em evidências científicas, atendendo aos interesses e à conveniência exclusiva do médico, também são atos considerados como violência obstétrica[5].

Ainda sobre esta temática, em 2014 a OMS divulgou uma declaração intitulada “Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde”. A Organização se refere à violência obstétrica como um conjunto de abusos, desrespeitos e maus-tratos durante o parto perpetrados em instituições de saúde e as considera como uma violação dos Direitos Humanos.

Em alguns países, estes limites já estão delimitados por Lei. É o caso da Venezuela, que no Capítulo III (Definición y Formas de Violencia Contra Las Mujeres), artigo 15 (Formas de Violencia), item 13 da Lei nº 38.668/2007 define a violência obstétrica da seguinte forma: “Entende-se por violência obstétrica a apropriação do corpo e processos pessoal de saúde reprodutiva das mulheres, que é expresso em um tratamento desumano, em um abuso de medicalização e patologização de processos naturais, trazendo consigo a perda de autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres”[6] (tradução livre).

Na Argentina, a primeira legislação nacional que versa sobre a temática é a Lei nº 25.929/2004, popularmente conhecida como Lei do Parto Humanizado ou ainda Lei Nacional do Parto Respeitado. A legislação estabelece que, no que se refere à gravidez, ao trabalho de parto, ao parto e ao pós-parto, toda mulher possui direitos inalienáveis, tais como ser informada sobre as diferentes intervenções médicas que podem ocorrer e poder optar livremente quando existirem alternativas, ser tratada com respeito, de modo individualizado e personalizado, não ser submetida a nenhum exame meramente exploratório ou investigatório sem o seu consentimento manifestado por escrito sob protocolo aprovado por Comitê de Bioética, estar acompanhada por uma pessoa de sua confiança e escolha durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto, entre outros.

Ainda na Argentina, em 2009 foi promulgada a Ley de Proteccion Integral a Las Mujeres, ou Lei 26.485, que em seu artigo 6º, inciso “e”, elenca como modalidade de violência contra as mulheres a violência obstétrica, sendo esta compreendida como “aquela que exercem os profissionais de saúde sobre o corpo e os processos reprodutivos das mulheres, expressada através de um tratamento desumanizado, um abuso de medicalização e patologização dos processos naturais, em conformidade com a Lei nº 25.929”[7] (tradução livre).

No Brasil, existem leis e portarias que versam sobre diversas práticas específicas incluídas no bojo da violência obstétrica. A este respeito, inclusive, cumpre destacar que em 2011 foi instituída a Rede Cegonha, uma estrutura que o Ministério da Saúde oferece aos estados e municípios para que o atendimento do parto seja humanizado.

Em Pernambuco, tem-se a Lei nº 16.499, de 6 de dezembro de 2018, que estabelece medidas de proteção à gestante, à parturiente e à puérpera contra a violência obstétrica, no âmbito do Estado. Nada obstante, conquanto o instrumento normativo seja de extrema importância, a violência obstétrica continua afligindo incontáveis gestantes, sobretudo as mulheres negras e de classes sociais mais vulneráveis.

Por este motivo, compreende-se necessário não apenas estabelecer formulários e quesitos que auxiliem na captação de informações que possam embasar a idealização de políticas públicas, e, ainda, determinar a obrigatoriedade de publicização periódica dos dados relativos à violência obstétrica no estado, como também a determinação de penalidades a serem impostas às unidades de saúde públicas e privadas que incorrerem neste tipo de violação.

Neste sentido, em relação à rede privada, tomando como base informações da Associação Médica Brasileira (AMB)[8], tem-se que o custo atualizado de um parto cesariano, incluídas todas as despesas que o envolvem, é, em média, R$15.000,00 (quinze mil reais), sendo este o parâmetro para a fixação do valor da multa para estabelecimentos privados.

Do mesmo modo, considerando que apenas a reincidência em más práticas acarretaria a aplicação de multa, e que a depender da gravidade da violência cometida e do porte da unidade de saúde, o valor de um parto cesariano estaria aquém da seriedade da violação, fixa-se como teto o valor referente a três partos cesarianos, qual seja, R$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Para que não caiam em obsolescência, tais valores deverão ser atualizados conforme o índice de IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo – vigente à época.

Ademais, para os estabelecimentos da rede pública de saúde, a lei determina que a prática de violência obstétrica enseje a responsabilização administrativa dos profissionais diretamente implicados nos atos de violação, além dos dirigentes das respectivas unidades de saúde, em conformidade com a legislação existente.

Portanto, ante todo o exposto, resta evidenciado ser essencial a adoção de medidas que visem combater a violência obstétrica, evitando que mais gestantes, parturientes, pessoas em abortamento e puérperas passem por situações de abusos físicos e mentais. A discriminação de práticas incluídas no arcabouço que forma o conceito de violência obstétrica é de fundamental relevância para fins estatísticos, para que estes dados possam resultar em políticas públicas mais efetivas para esta população. Demais disto, a sanção de práticas consideradas violentas e obsoletas possui o condão pedagógico de evitar que estes atos se perpetuem, contribuindo para o aprimoramento no cuidado com parturientes em nosso estado.

Assim, solicitamos o apoio dos nobres pares para que possamos evitar sofrimentos desnecessários, combater a violência e salvar vidas aprovando a presente proposição.

_____

[1] Faúndes, A. & Cecatti, J. G. A operação cesárea no Brasil: incidência, tendências, causas, conseqüências e propostas de ação. Cadernos de Saúde Pública, 7(2), 150-17. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/9xcHKxSZG77NTjTZqCG6zmy/?lang=pt>>. Acesso em 14 jun 2021.
[2] Organização Mundial da Saúde. Assistência ao parto normal: um guia prático. Genebra, 1996.
Disponível em: <<https://saude.mppr.mp.br/arquivos/File/kit_atencao_perinatal/manuais/assistencia_ao_parto_normal_2009.pdf>> Acesso em 14 jun 2021.
[3] Idem.
[4] Venturini, G., Bokany, V., & Dias, R. (2010) Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Sesc. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra_0.pdf>>. Acesso em: 21 jun 2021.
[5] Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Violência Obstétrica: você sabe o que é? Núcleo especializado de promoção e defesa dos direitos da mulher e Associação Artemis. Escola da Defensoria Pública do Estado. São Paulo. Disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/41/violencia%20obstetrica.pdf>. Acesso em 21 jun 2021.
[6] “Violencia obstétrica: Se entiende por violencia obstétrica la apropiación del cuerpo y procesos reproductivos de las mujeres por personal de salud, que se expresa en un trato deshumanizador, en un abuso de medicalización y patologización de los procesos naturales, trayendo consigo pérdida de autonomía y capacidad de decidir libremente sobre sus cuerpos y sexualidad, impactando negativamente en la calidad de vida de las mujeres”
[7]“Violencia obstétrica: aquella que ejerce el personal de salud sobre el cuerpo y los procesos reproductivos de las mujeres, expresada en un trato deshumanizado, un abuso de medicalización y patologización de los procesos naturales, de conformidad con la Ley 25.929.” Disponível em: << http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/150000-154999/152155/norma.htm>> Acesso em 21 jun 2021.
[8] Associação Médica Brasileira - https://amb.org.br/.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000188/2023

Altera a Lei nº 10.778, de 29 de junho de 1992, que dispõe sobre a prioridade de atendimento nos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de autoria do Deputado Israel Guerra Filho, a fim de ampliar seus efeitos para mulheres lactantes, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com criança de colo e pessoas obesas, e estabelecer sanção em caso de descumprimento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 10.778, de 29 de junho de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Terão preferência de atendimento, nos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, as gestantes, as lactantes, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, as pessoas idosas, as pessoas com criança de colo e as pessoas obesas, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.” (NR)

“Art. 2º-A. O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelos estabelecimentos públicos ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A Lei nº 10.778/1992 fixa a prioridade apenas para “ *os idosos, as gestantes e as pessoas com deficiência* “ (sic), desconsiderando o teor da Lei Federal nº 10.048/2000.

Além disso, a norma menciona apenas as pessoas com deficiência, não incluindo na prioridade aquelas que possuem mobilidade reduzida.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), utiliza a expressão “ pessoa com deficiência ”, segundo a qual é aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º); e “ *pessoa com mobilidade reduzida* ” aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (art. 3º, inciso IX).

Portanto, faz-se necessária a alteração da norma vigente para adequá-la aos grupos populacionais retromencionados, que também necessitam de atendimento prioritário.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 14ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000189/2023

Altera a Lei nº 16.118, de 22 de agosto de 2017, que obriga os estabelecimentos privados, no âmbito do Estado de Pernambuco, a dispor, em suas salas de espera, de sistema de chamada para atendimento ao público acessível às pessoas com necessidades especiais, originada de projeto de autoria do Deputado Zé Maurício, afim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e ampliar seus efeitos aos estabelecimentos públicos, fixando nova hipótese de sanção em caso de seu descumprimento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Ementa da Lei nº 16.118, de 22 de agosto de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Obriga os estabelecimentos públicos e privados, no âmbito do Estado de Pernambuco, a dispor, em suas salas de espera, de sistema de chamada para atendimento ao público acessível às pessoas com deficiência.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 16.118, de 22 de agosto de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Os estabelecimentos públicos e privados situados no âmbito do Estado de Pernambuco, que disponham de salas ou ambientes de espera, ficam obrigados a dispor de sistema de chamada para atendimento ao público acessível às pessoas com deficiência, com alertas visuais e avisos sonoros indicando o nome do cliente, usuário ou paciente e/ou o número de sua senha. (NR)
.....”

"Art. 2º-A. O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelos estabelecimentos públicos ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável." (AC)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Nosso projeto de lei objetiva atualizar a redação da Lei nº 16.118, de 22 de agosto de 2017, para a terminologia correta adotada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, além de buscar ampliar seus efeitos aos estabelecimentos públicos, visto não ser justo que pessoas com deficiência tenham mais uma barreira na busca de seus direitos em órgãos e repartições públicas (vide arts. 3º, inciso IV; 25; 42, § 2º; e 78, parágrafo único; da Lei Federal nº 13.146/2015).

A Lei nº 16.118/2017 ainda utiliza a expressão " *pessoas com necessidades especiais* ", enquanto que as razoes do Projeto de Lei Ordinária 1078/2016, que a originou, menciona " *deficientes auditivos e visuais* ".

As expressões "Portador de Necessidades Especiais (PNE)", "Portador de Deficiência" e "Pessoa Portadora de Deficiência", tanto na forma escrita quanto na falada, não devem mais ser utilizadas, visto que pessoas não portam a deficiência, mas sim, possuem a deficiência. A deficiência é inerente à pessoa.

Ademais, movimentos de pessoas com deficiência defendem que a expressão "deficiente" é um termo pejorativo que normalmente é associado à ineficiência, e "pessoa com necessidades especiais" é um conceito demasiadamente amplo, englobando idosos, grávidas e outras pessoas que possam ter dificuldade para realizar alguma atividade. Estas podem ter necessidades especiais para terem mais segurança, conforto e autonomia. Ou seja, todas as pessoas podem ter alguma necessidade especial

Portanto, o termo mais adequado é "Pessoa com Deficiência". Nesse termo a figura da pessoa vem antes da deficiência, a qual não é mais importante que o indivíduo. Assim, existe: pessoa com deficiência auditiva, pessoa com deficiência visual, pessoa com deficiência física, pessoa com intelectual.

As diferenças fazem parte da diversidade humana e que elas não podem ser um determinante para a criação de desigualdade e discriminação entre indivíduos.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), utiliza a expressão " pessoa com deficiência ", segundo a qual é aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º); e " pessoa com mobilidade reduzida " aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (art. 3º, inciso IX).

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000190/2023

Altera a Lei nº 11.329, de 16 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público de Pré-Escolar, Ensino Fundamental e Ensino Médio do Estado de Pernambuco, afim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 11.329, de 16 de janeiro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 8º .....
.....

XI - realizar avaliação psico-pedagógica e prestar atendimento aos alunos com deficiência ou com mobilidade reduzida." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Nosso projeto de lei objetiva atualizar a redação da Lei nº 11.329, de 16 de janeiro de 1996, para a terminologia correta adotada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, qual seja "pessoa com deficiência" e "pessoa com mobilidade reduzida".

A Lei nº 11.329/1996 ainda utiliza a expressão " *portadores de deficiência* ", que não deve mais ser adotada.

As expressões "Portador de Necessidades Especiais (PNE)", "Portador de Deficiência" e "Pessoa Portadora de Deficiência", tanto na forma escrita quanto na falada, não devem mais ser utilizadas, visto que pessoas não portam a deficiência, mas sim, possuem a deficiência. A deficiência é inerente à pessoa.

Ademais, movimentos de pessoas com deficiência defendem que a expressão "deficiente" é um termo pejorativo que normalmente é associado à ineficiência, e "pessoa com necessidades especiais" é um conceito demasiadamente amplo, englobando idosos, grávidas e outras pessoas que possam ter dificuldade para realizar alguma atividade. Estas podem ter necessidades especiais para terem mais segurança, conforto e autonomia. Ou seja, todas as pessoas podem ter alguma necessidade especial

Portanto, o termo mais adequado é "Pessoa com Deficiência". Nesse termo a figura da pessoa vem antes da deficiência, a qual não é mais importante que o indivíduo. Assim, existe: pessoa com deficiência auditiva, pessoa com deficiência visual, pessoa com deficiência física, pessoa com intelectual.

As diferenças fazem parte da diversidade humana e que elas não podem ser um determinante para a criação de desigualdade e discriminação entre indivíduos.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), utiliza a expressão " pessoa com deficiência ", segundo a qual é aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º); e " pessoa com mobilidade reduzida " aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (art. 3º, inciso IX).

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000191/2023

Altera a Lei nº 14.836, de 22 de novembro de 2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de provadores de roupas adaptados à população com necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida, nos locais que especifica, e dá outras providências, originada de projeto de autoria do Deputado Ricardo Costa, afim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Ementa da Lei nº 14.836, de 22 de novembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de provadores de roupas adaptados para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, nos locais que especifica, e dá outras providências." (NR)

Art. 2º A Lei nº 14.836, de 22 de novembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam os estabelecimentos que comercializam roupas, vestuários, indumentárias ou similares obrigados a adaptar no mínimo um de seus provadores para o atendimento de pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida. (NR)
.....

Art. 2º .....

"Lei Estadual nº_____ - Este estabelecimento comercial disponibiliza provador adaptado às pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida."" (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Nosso projeto de lei objetiva atualizar a redação da Lei nº 14.836, de 22 de novembro de 2012, para a terminologia correta adotada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A Lei nº 14.836/2012 ainda utiliza a expressão " *população com necessidades especiais* ", a qual não mais deve ser adotada.

As expressões "Portador de Necessidades Especiais (PNE)", "Portador de Deficiência" e "Pessoa Portadora de Deficiência", tanto na forma escrita quanto na falada, não devem mais ser utilizadas, visto que pessoas não portam a deficiência, mas sim, possuem a deficiência. A deficiência é inerente à pessoa.

Ademais, movimentos de pessoas com deficiência defendem que a expressão "deficiente" é um termo pejorativo que normalmente é associado à ineficiência, e "pessoa com necessidades especiais" é um conceito demasiadamente amplo, englobando idosos, grávidas e outras pessoas que possam ter dificuldade para realizar alguma atividade. Estas podem ter necessidades especiais para terem mais segurança, conforto e autonomia. Ou seja, todas as pessoas podem ter alguma necessidade especial

Portanto, o termo mais adequado é "Pessoa com Deficiência". Nesse termo a figura da pessoa vem antes da deficiência, a qual não é mais importante que o indivíduo. Assim, existe: pessoa com deficiência auditiva, pessoa com deficiência visual, pessoa com deficiência física, pessoa com intelectual.

As diferenças fazem parte da diversidade humana e que elas não podem ser um determinante para a criação de desigualdade e discriminação entre indivíduos.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), utiliza a expressão " pessoa com deficiência ", segundo a qual é aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º); e " pessoa com mobilidade reduzida " aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (art. 3º, inciso IX).

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000192/2023

Altera a Lei nº 14.286, de 18 de abril de 2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos adaptados às necessidades de pessoas com mobilidade reduzida em eventos ou espetáculos realizados nos espaços públicos, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Izaías Régis, a fim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Ementa da Lei nº 14.286, de 18 de abril de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de banheiros químicos adaptados às necessidades de pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, em eventos ou espetáculos realizados nos espaços públicos, no âmbito do Estado de Pernambuco." (NR)

Art. 2º A Lei nº 14.286, de 18 de abril de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º É obrigatória a instalação de banheiros químicos adaptados para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, nos espaços públicos onde são realizados eventos ou espetáculos, no âmbito do Estado de Pernambuco. (NR)

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto no *caput* , considera-se: (AC)

I - pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015; e (AC)

II - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção,

incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso, nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015.” (AC)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Nosso projeto de lei objetiva atualizar a redação da Lei nº 14.286, de 18 de abril de 2011, para a terminologia correta adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

A Lei nº 14.286/2011 ainda utiliza a expressão “ *pessoas com mobilidade reduzida* ”, separando-as das pessoas com deficiência. No entanto, registramos que o Projeto de Lei nº 25/2011, que originou a referida lei, objetivava “ *oferecer uma contribuição adicional à preservação dos direitos e garantias fundamentais dos portadores de necessidades especiais e promover maior inclusão social* ” e “ *garantir a acessibilidade aos portadores de necessidades físicas, para que possam transitar em quaisquer lugares e usufruir do lazer sem enfrentar dificuldade alguma* ”.

Percebe-se, portanto, que o legislador original tinha a intenção de alcançar as Pessoas com Deficiência, porém a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – que definiu o conceito de “pessoas com deficiência” e “pessoas com mobilidade reduzida” – somente ocorreu em 2015, ou seja, quatro anos após a Lei nº 14.286/2011.

Mormente salientar que as expressões “Portador de Necessidades Especiais (PNE)”, “Portador de Deficiência” e “Pessoa Portadora de Deficiência”, tanto na forma escrita quanto na falada, não devem mais ser utilizadas, visto que pessoas não portam a deficiência, mas sim, possuem a deficiência. A deficiência é inerente à pessoa.

Ademais, movimentos de pessoas com deficiência defendem que a expressão “deficiente” é um termo pejorativo que normalmente é associado à ineficiência, e “pessoa com necessidades especiais” é um conceito demasiadamente amplo, englobando idosos, grávidas e outras pessoas que possam ter dificuldade para realizar alguma atividade. Estas podem ter necessidades especiais para terem mais segurança, conforto e autonomia. Ou seja, todas as pessoas podem ter alguma necessidade especial

Portanto, o termo mais adequado é “Pessoa com Deficiência”. Nesse termo a figura da pessoa vem antes da deficiência, a qual não é mais importante que o indivíduo. Assim, existe: pessoa com deficiência auditiva, pessoa com deficiência visual, pessoa com deficiência física, pessoa com intelectual.

As diferenças fazem parte da diversidade humana e que elas não podem ser um determinante para a criação de desigualdade e discriminação entre indivíduos.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), utiliza a expressão “ pessoa com deficiência ”, segundo a qual é aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º); e “ pessoa com mobilidade reduzida ” aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (art. 3º, inciso IX).

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000193/2023

Altera a Lei nº 10.553, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a reserva de cargos e empregos públicos civis para as pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências, a fim de adequar a sua redação ao disposto na Constituição do Estado de Pernambuco, na Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, e na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Ementa da Lei nº 10.553, de 8 de janeiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a reserva de cargos e empregos públicos civis para as pessoas com deficiência e dá outras providências.” (NR)

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 10.553, de 8 de janeiro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Será reservado por ocasião dos concursos públicos de provas ou de provas e títulos, o percentual de 5% (cinco por cento) e o mínimo de uma vaga, para provimento por pessoa com deficiência, observando-se a habilitação técnica e outros critérios previstos em edital público, na forma do art. 97, inciso VI, alínea “a”, da Constituição do Estado de Pernambuco. (NR)

Parágrafo único. As vagas reservadas e não preenchidas por pessoa com deficiência, voltarão a integrar o universo a ser ocupado pelos demais concorrentes do concurso público.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Nosso projeto de lei objetiva adequar a redação da Lei nº 10.553, de 8 de janeiro de 1991, ao disposto na Constituição do Estado de Pernambuco, na Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, e na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

Atualmente, a Lei nº 10.553/1991 utiliza a expressão “ *pessoa portadora de deficiência* ” e reserva por ocasião dos concursos públicos de provas ou de provas e títulos, o percentual de 3% (três por cento) para provimento por esse público.

Inicialmente, registramos que as expressões “Portador de Necessidades Especiais (PNE)”, “Portador de Deficiência” e “Pessoa Portadora de Deficiência”, tanto na forma escrita quanto na falada, não devem mais ser utilizadas, visto que pessoas não portam a deficiência, mas sim, possuem a deficiência. A deficiência é inerente à pessoa.

Os movimentos de pessoas com deficiência defendem que a expressão “deficiente” é um termo pejorativo que normalmente é associado à ineficiência, e “pessoa com necessidades especiais” é um conceito demasiadamente amplo, englobando idosos, grávidas e outras pessoas que possam ter dificuldade para realizar alguma atividade. Estas podem ter necessidades especiais para terem mais segurança, conforto e autonomia. Ou seja, todas as pessoas podem ter alguma necessidade especial

Portanto, o termo mais adequado é “Pessoa com Deficiência”. Nesse termo a figura da pessoa vem antes da deficiência, a qual não é mais importante que o indivíduo. Assim, existe: pessoa com deficiência auditiva, pessoa com deficiência visual, pessoa com deficiência física, pessoa com intelectual.

As diferenças fazem parte da diversidade humana e que elas não podem ser um determinante para a criação de desigualdade e discriminação entre indivíduos.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), utiliza a expressão “ pessoa com deficiência ”, segundo a qual é aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º); e “ pessoa com mobilidade reduzida ” aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (art. 3º, inciso IX).

Em segundo momento, ressaltamos que o art. 97, inciso VI, alínea a, da Magna Carta do Estado de Pernambuco estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios deverá reservar, através de lei, cargos e empregos públicos civis para as pessoas com deficiências, observando-se o percentual mínimo de **5% (cinco por cento) no número de vagas ofertadas nos concursos públicos e seleções públicas simplificadas.**

A referida norma se alinha com o disposto no art. 37, VIII, da Constituição Federal de 1988, que impõe à União, Distrito Federal, Estados e aos municípios, o dever de reservar, através de lei, percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência.

Por fim, em 2019, foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco o Projeto de Lei 391/2019, de nossa autoria, que resultou na Lei nº 16.710, de 26 de novembro de 2019, a qual retificou o disposto na Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, acerca deste mesmo tema.

O *caput* do art. 22 da Lei nº 14.538/2011 passou a vigorar com a seguinte redação: “ *Nos concursos públicos será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) e o mínimo de uma vaga para pessoas com deficiência, na forma do art. 97, inciso VI, alínea a, da Constituição do Estado de Pernambuco* ” (sic).

Logo, necessário se faz a adequação da Lei nº 10.553/1991 ao disposto na Constituição do Estado de Pernambuco, na Lei nº 14.538/2011 e na Lei Federal nº 13.146/2015.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000194/2023

Assegura às mulheres vítimas de violência patrimonial no âmbito das relações domésticas e familiares, o direito ao atendimento prioritário para emissão de novos documentos pessoais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurada à mulher vítima de violência patrimonial, que tenha resultado na retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus documentos pessoais pelo agressor, a prioridade no atendimento para emissão de novos documentos, cuja competência seja de órgao do Poder Público Estadual, cartórios, instituição ou conselho de classe e união estudantil, localizados em Pernambuco, independentemente de senhas ou marcações prévias.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, considera-se violência patrimonial qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

§ 2º A prioridade assegurada neste artigo se aplica na emissão de todos os documentos oficiais, mormente carteiras de identidade (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Carteira de Estudante, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), carteira de identificação profissional, certidões e escrituras públicas, entre outros.

Art. 2º A prioridade no atendimento se dará mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

I - termo ou declaração de encaminhamento expedido por unidade de apoio jurídico e psicossocial para vítimas de violência doméstica e familiar, que ateste a necessidade de emissão do novo documento em virtude da violência patrimonial;

II - cópia do Boletim de Ocorrência emitido pelo órgão policial competente, em que conste a descrição do documento extraviado ou destruído em virtude da prática de violência patrimonial contra mulher; e

III - termo de medida protetiva de urgência expedido pelo juiz da comarca competente.

Art. 3º O direito assegurado nesta Lei deverá ocorrer de forma célere e sigilosa, de forma que minimize os constrangimentos e a violência vivenciada pela vítima.

Art. 4º O direito estabelecido nesta Lei respeitará a ordem de atendimento para outros grupos prioritários assegurados na legislação em vigor.

Art. 5º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator, quando pessoa física ou jurídica de direito privado, às seguintes penalidades:

I - advertência, quando da primeira autuação da infração; e,

II - multa, quando da segunda autuação.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R$ 1.000 (um mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), a depender do porte do empreendimento e das circunstâncias da infração, tendo seu valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 6º O descumprimento do disposto nesta Lei pelos agentes ou estabelecimentos públicos ensejará a sua responsabilização administrativa ou de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

A Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) estabelece a violência patrimonial como uma das cinco formas de violência doméstica e familiar, definindo-a como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Dentre as práticas mais comuns de violência patrimonial praticadas pelos agressores se encontra a destruição ou extravio dos documentos pessoais das vítimas, mormente carteiras de identidade (RG), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Carteira de Estudante, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e carteira de identificação profissional.

Apesar da ausência do debate público sobre o tema, a prática é bastante relatada pelas vítimas, que no momento em que mais precisam de uma nova moradia e oportunidade de trabalho, se veem sem seus documentos oficiais.

O levantamento do Dossiê Mulher, divulgado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro apontou que, dentre os tipos de violência patrimonial, o crime de danos ao patrimônio é um dos mais recorrentes - e acontece quando o agressor destrói, inutiliza ou deteriora patrimônio alheio, como quebrar o celular da mulher, por exemplo. Depois dele, seguem-se os crimes violação de

domicílio e supressão de documentos. Companheiros ou ex companheiros representam a maioria dos agressores e a própria residência é o local em que ocorrem a maioria dos casos - muitas das vezes na frente dos filhos menores de idade.

Precisamos trazer luz sobre esse tipo de violência, porque a violência patrimonial é uma das grandes responsáveis por fazer as mulheres não saírem do ciclo dos relacionamentos abusivos, ainda mais quando elas dependem financeiramente do agressor. Como todos os registros, esse é um dado bastante subnotificado, porque depende da mulher se entender como vítima de uma violência, além de, claro, ter agentes públicos capacitados para apoiá-las.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000195/2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação pelas empresas fornecedoras ou intermediadoras de serviços de entregas (delivery) e de transporte de passageiros por aplicativos e plataformas digitais, de pontos de apoio para entregadores e condutores de veículos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º As empresas que operem no âmbito do Estado de Pernambuco, fornecendo ou intermediando serviços de entregas (delivery) de alimentos e mercadorias, e de transporte de passageiros, através de aplicativos e plataformas digitais, deverão disponibilizar aos seus entregadores e condutores de veículos ao menos 1 (um) local, por município, que sirva como ponto de apoio, o qual deverá conter:

I – sanitário masculino e feminino;

II – chuveiros individuais e vestiários;

III – sala para apoio e descanso, com acesso à internet sem fio e pontos para recarga de celulares (gratuitos);

IV – espaço para refeição; e

V – estacionamento e bicicletário.

Parágrafo único. Deverá ser disponibilizado, proporcionalmente ao quantitativo populacional do município, ponto adicional de apoio para cada 250.000 (duzentos e cinquenta mil) habitantes, com a mesma infraestrutura assegurada no *caput* .

Art. 2º A construção, manutenção e funcionamento dos pontos de apoio deverão ser garantidos pelas empresas fornecedoras ou intermediadoras, sem cobrança aos entregadores e condutores de veículos de qualquer taxa, contribuição ou montante adicional.

Art. 3º O não atendimento ao que determina esta Lei sujeitará a empresa infratora às seguintes sanções administrativas:

I – advertência, quando da primeira autuação de infração, assegurando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para sanar a irregularidade; e

II – multa e suspensão da operação, a partir da segunda autuação de infração, até o oferecimento e pleno funcionamento dos pontos de apoio.

§ 1º A multa de que trata o inciso II do *caput* será fixada entre R$ 10.000,00 (dez mil reais) e R$ 100.000,00 (cem mil reais), considerando o porte da empresa e as circunstâncias da infração, e o seu não pagamento integral ao órgão responsável sujeitará a empresa infratora à inscrição em Dívida Ativa Estadual.

§ 2º Os valores limites de fixação da penalidade de multa prevista neste artigo serão atualizados, anualmente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou índice previsto em legislação federal que venha a substituí-lo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, destacamos:

Nosso Projeto objetiva dar mais qualidade e dignidade ao trabalho dos entregadores e motoristas de aplicativos que atuam em Pernambuco. Além de todos os riscos que enfrentam no exercício da profissão, eles ainda têm que lidar com o ambiente tóxico do trânsito, a exposição a altas temperaturas, a violência urbana, a jornada de trabalho exaustiva, a exposição a doenças infectocontagiosas, os gastos com a manutenção do veículo e das bicicletas e o elevado preço dos combustíveis.

Em contrapartida, pouco é oferecido a eles pelas empresas a quem prestam serviços direta ou indiretamente. Existe a falácia de que esses trabalhadores ganham tanto quanto produzirem, como se isso fosse uma saída para a independência financeira e um melhor padrão de vida. Na prática, a realidade é outra.

Precisamos também desconstruir a narrativa de que alguns desses serviços são terceirizados. Apesar de muitas empresas desse ramo não terem gerentes diretos, no entanto, através do uso da tecnologia dos aplicativos e seus algoritmos, elas conseguem regular o trabalho dos entregadores e motoristas, selecionando tarifas, percursos e tempo gasto. Vale ainda lembrar que existem advertências, suspensões, taxas, pontuação de desempenho, desligamentos e comunicação virtual (chat) ou por telefone entre a central e o motorista/entregador, o que pode configurar um vínculo de emprego.

Incluindo ciclistas e motofretistas, são mais de 50 mil entregadores de aplicativos em Pernambuco. Somente no Recife, informações extraoficiais apontam mais de 50 mil motoristas cadastrados nas duas principais empresas.

Eles trabalham em média de 8 a 12h por dia, mas muitos acabam indo além. A maioria deles traça uma meta por dia, mas não é sempre que conseguem a quantidade de corridas que paguem o valor suficiente para alcançá-la. Do que recebem, há o desconto dos percentuais que ficam para as empresas, mas ainda é preciso separar o que vai ser usado para pagar a gasolina e a conta de telefonia móvel (pacote de dados), além de outras despesas do veículo (manutenção, seguro, aluguel, tributos, etc.).

Torna-se quase impossível manter um padrão de saúde compatível com essa jornada de trabalho, sem comprometer o que ganham no final do dia, pois o corpo não aguenta a fadiga. O trabalhador começa aguentando a jornada prolongada, mas com o tempo fica estressado, cansado, ansioso e frustrado.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000196/2023

Altera a Lei nº 15.337, de 30 de junho de 2014, que dispõe sobre a gratuidade de estacionamento oferecido por órgãos públicos estaduais e a obrigatoriedade de destinar vagas especiais, originada de projeto de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins e do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir as pessoas com mobilidade reduzida.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 15.337, de 30 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Fica assegurada a reserva de vagas nos estacionamentos dos órgãos públicos às pessoas idosas, mulheres gestantes e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, posicionadas de forma a garantir melhor comodidade na utilização.
.....

§ 2º Os órgãos públicos que disponibilizam estacionamento de uso público com mais de um pavimento ficam obrigados a destinar, em cada andar, quantitativo das vagas reservadas para as pessoas indicadas no *caput* .
....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Observamos que a Lei nº 15.337, de 30 de junho de 2014, contempla apenas as pessoas idosas, gestantes e pessoas com deficiência como beneficiárias da reserva de vagas de estacionamentos em órgãos públicos.

A Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), utiliza a expressão " pessoa com deficiência ", segundo a qual é aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º); e " pessoa com mobilidade reduzida " aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (art. 3º, inciso IX).

Logo, faz-se necessária a inclusão das pessoas com mobilidade reduzida entre os grupos beneficiados pela Lei nº 15.337, de 30 de junho de 2014.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000197/2023

Altera a Lei nº 14.796, de 8 de outubro de 2012, que torna obrigatória a aquisição de cadeiras adaptadas em estabelecimentos de ensino privado, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho, a fim de atualizar a sua redação à terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e ampliar seus efeitos aos estabelecimentos de ensino públicos, para futuras aquisições de cadeiras e mesas adaptadas para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e pessoas obesas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Ementa da Lei nº 14.796, de 8 de outubro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Torna obrigatória a aquisição de cadeiras e mesas adaptadas para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e pessoas obesas em estabelecimentos de ensino públicos ou privados, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências." (NR)

Art. 2º A Lei nº 14.796, de 8 de outubro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º É obrigatória a aquisição de cadeiras e mesas adaptadas para alunos que sejam pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e pessoas obesas, nos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada, no âmbito do Estado de Pernambuco. (NR)

§ 1º Enquadram-se na obrigatoriedade deste artigo as escolas e instituições de ensino fundamental, médio e superior. (NR)

§ 2º O dever de aquisição de que trata este artigo se restringe às próximas compras de cadeiras e mesas realizadas pelos estabelecimentos de ensino, após a entrada em vigor desta Lei. (NR)

Art. 2º O número de cadeiras e mesas adaptadas será proporcional à quantidade de alunos matriculados que sejam pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e pessoas obesas, devendo contar com, no mínimo, 5% (cinco por cento) destinado para esse fim. (NR)

Parágrafo único. As cadeiras e mesas adaptadas serão adequadas aos padrões e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO. (NR)

Art. 3º Os estabelecimentos de ensino da rede privada que descumprirem esta Lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades: (NR)
.....

II - multa, a partir da segunda autuação de infração. (NR)

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R$ 1.000,00 (um mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), com seu valor atualizado pelo índice do IPCA ou qualquer outro índice que venha a substituí-lo, devendo ser revertida em favor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, instituído pela Lei nº 13.294, de 20 de setembro de 2007. (NR)

Art. 3º-A. O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelos agentes ou estabelecimentos públicos ensejará a sua responsabilização administrativa ou de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável." (AC)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Nosso projeto de lei objetiva atualizar a redação da Lei nº 14.796, de 8 de outubro de 2012, para a terminologia correta adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), e ampliar seus efeitos aos estabelecimentos de ensino públicos, para futuras aquisições de cadeiras e mesas adaptadas para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e pessoas obesas.

A proposta também esclarece que a número de cadeiras e mesas adaptadas será proporcional à quantidade de alunos matriculados que sejam pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e pessoas obesas, devendo contar com, no mínimo, 5% (cinco por cento) destinado para esse fim.

Nesse sentido, colacionamos o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, em 2019, na ADIN 5.139/AL, quando da análise da constitucionalidade de lei alagoana semelhante a esta iniciativa:

> EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DA LEI N. 7.508/2013 DE ALAGOAS. DIREITO DE ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: LEI PELA QUAL SE OBRIGA A DISPONIBILIZAÇÃO DE CADEIRAS ADAPTADAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA OU MOBILIDADE REDUZIDA. PROPORCIONALIDADE DO NÚMERO DE CADEIRAS A SER DISPONIBILIZADO. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO DIRETA PARCIALMENTE PROCEDENTE. 1. **Constitucional a iniciativa do legislador alagoano para editar a Lei estadual n. 7.508/2013, pela qual se determina que os estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior, públicos e privados, e cursos de extensão disponibilizem "cadeiras adaptadas para alunos portadores de deficiência física ou mobilidade reduzida"** (art. 1º). 2. Desproporcionalidade da definição normativa do número de cadeiras a ser disponibilizado: interpretação conforme ao parágrafo único do art. 2º da Lei estadual n. 7.508/2013 para se entender que a expressão "número de alunos regularmente matriculados em cada sala" **se refere à quantidade de alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida.** 3. Ação direta parcialmente procedente para dar interpretação conforme à Constituição da República. (Rel. Min. Cármem Lúcia. ADIN 5.139/AL. DATA DE PUBLICAÇÃO DJE 06/11/2019 - ATA Nº 168/2019. DJE nº 242, divulgado em 05/11/2019).

Registramos ainda que a Lei nº 14.796/2012 ainda utiliza a expressão " *alunos portadores de deficiência física* ", que não mais deve ser adotadas.

As expressões "Portador de Necessidades Especiais (PNE)", "Portador de Deficiência" e "Pessoa Portadora de Deficiência", tanto na forma escrita quanto na falada, não devem mais ser utilizadas, visto que pessoas não portam a deficiência, mas sim, possuem a deficiência. A deficiência é inerente à pessoa.

Ademais, movimentos de pessoas com deficiência defendem que a expressão "deficiente" é um termo pejorativo que normalmente é associado à ineficiência, e "pessoa com necessidades especiais" é um conceito demasiadamente amplo, englobando idosos, grávidas e outras pessoas que possam ter dificuldade para realizar alguma atividade. Estas podem ter necessidades especiais para terem mais segurança, conforto e autonomia. Ou seja, todas as pessoas podem ter alguma necessidade especial

Portanto, o termo mais adequado é "Pessoa com Deficiência". Nesse termo a figura da pessoa vem antes da deficiência, a qual não é mais importante que o indivíduo. Assim, existe: pessoa com deficiência auditiva, pessoa com deficiência visual, pessoa com deficiência física, pessoa com intelectual.

As diferenças fazem parte da diversidade humana e que elas não podem ser um determinante para a criação de desigualdade e discriminação entre indivíduos.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), utiliza a expressão " pessoa com deficiência ", segundo a qual é aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º); e " pessoa com mobilidade reduzida " aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso (art. 3º, inciso IX).

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000198/2023

Altera a Lei nº 15.361, de 2 de setembro de 2014, que proíbe a inauguração de obras públicas incompletas ou que não atendam ao fim a que se destinam, e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Daniel Coelho, a fim de dispor sobre a divulgação de atestado de conclusão de obra ou de etapa de obra, no sítio eletrônico do órgão executor, e estabelecer sanção em caso de seu descumprimento pelos agentes públicos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 15.361, de 2 de setembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º-A. Antes de realizar solenidade, cerimônia ou qualquer ato para inauguração de obras públicas completas ou de etapas de obras nos termos do art. 3º, o responsável técnico e o gestor do órgão executor deverão atestar, por escrito, que a obra se encontra em condições de uso e segurança, tendo obedecido todas as exigências legais, sob pena de responsabilidade administrativa. (AC)

Parágrafo único. O atestado de que trata o *caput* deverá ser disponibilizado para consulta pela população, no sítio eletrônico do órgão executor ou de outro órgão que venha a substituí-lo. (AC)

Art. 4º-B. O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Lei objetiva alterar a redação da Lei nº 15.361, de 2 de setembro de 2014, que proíbe a inauguração de obras públicas incompletas ou que não atendam ao fim a que se destinam, para acrescentar novo dispositivo que trará mais transparência e segurança à população, acerca da inauguração de obras públicas.

Assim, propomos que para a realização de solenidade, cerimônia ou qualquer ato para inauguração de obras públicas completas ou de etapas de obras que possam, independentemente da conclusão integral do projeto, ter funcionalidade em termos individuais ou em conjunto com outras etapas já em funcionamento, o responsável técnico e o gestor do órgão executor atestem, por escrito, que a obra se encontra em condições de uso e segurança, tendo obedecido todas as exigências legais, sob pena de responsabilidade administrativa.

Ademais, esse atestado deverá ser disponibilizado para consulta pela população, no sítio eletrônico do órgão executor ou de outro órgão que venha a substituí-lo.

Evita-se, portanto, o uso inadequado pelos entes públicos de uma obra incompleta ou sem atender ao fim que se destina, para antecipar feito administrativo que posteriormente poderá não se concretizar, como também, negar a possibilidade da usurpação ou rotulação política destes empreendimentos sem que os mesmos estejam servindo à população e gerando com isso uma avaliação concreta do que está sendo anunciado ou inaugurado.

A população clama por probidade e seriedade no trato da coisa pública. Esta Lei vem fortalecer essa compreensão, pois não são poucos os exemplos de exploração midiática através de inaugurações e cerramento de placas por obras que não se concretizaram ou acabaram por durar um tempo superior ao que houvera sido estabelecido e desejado pelos cidadãos.

A existência de um atestado permitirá, inclusive, que caso a obra não possa ser de fato utilizada pela população, os responsáveis técnicos que atestaram a sua funcionalidade sejam responsabilizados.

Por fim, registramos que a Lei nº 15.361/2014, não possui dispositivo que expressamente preveja a possibilidade de responsabilização administrativa dos agentes públicos que a descumprirem. Por essa razão, propomos a inserção na lei de um artigo com essa previsão legal.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 10ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000199/2023

Altera a Lei nº 14.511, de 7 de dezembro de 2011, que cria o Projeto Boa Visão e estabelece as atribuições das Secretarias de Saúde e de Educação e do LAFEPE no âmbito do Projeto, a fim de ampliar seu alcance às mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e familiar que desenvolveram doenças oculares em decorrência das agressões sofridas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 14.511, de 7 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica criado, no âmbito do Estado de Pernambuco, o "Projeto Boa Visão", na forma estipulada na presente Lei, que, sob a coordenação da Secretaria de Saúde, tem por finalidade identificar problemas visuais e fornecer óculos de grau às crianças e adolescentes matriculados no ensino médio e fundamental da rede pública de ensino do Estado de Pernambuco, aos docentes e servidores das escolas da rede estadual, bem como às mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e familiar que desenvolveram doenças oculares em decorrência das agressões sofridas." (NR)

"Art. 2º .....

I - identificar problemas visuais relacionados à refração, na população-alvo do Projeto, composta pelos seguintes grupos: alunos matriculados na rede pública de ensino médio e fundamental, docentes e servidores das escolas da rede estadual de ensino, e mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e familiar que desenvolveram doenças oculares em decorrência das agressões sofridas; (NR)

II - propiciar condições de saúde ocular favorável ao aprendizado da população-alvo, melhorando: (NR)

a) o rendimento escolar dos estudantes do ensino público médio e fundamental, de forma a reduzir as taxas de evasão e repetência; (AC)

b) o desenvolvimento profissional de docentes e funcionários da rede estadual de ensino; (AC)

c) o resgate da dignidade e a promoção da saúde das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. (AC)

.....

Art. 3º Serão beneficiários do Projeto Boa Visão: (NR)

I - todas as crianças e adolescentes, residentes no Estado de Pernambuco, devidamente matriculados no ensino médio e fundamental da rede pública estadual de ensino; (AC)

II - docentes e demais servidores públicos lotados nas escolas do ensino médio e fundamental da rede pública estadual de ensino; e (AC)

III - mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e familiar que em decorrência das agressões sofridas desenvolveram doenças oculares. (AC)

§ 1º Para os fins do disposto no inciso III do *caput,* serão beneficiárias as mulheres com renda mensal não superior a 1 (um) salário mínimo vigente, que apresentarem os seguintes documentos: (AC)

I - cópia do Boletim de Ocorrência emitido por órgão competente, preferencialmente, pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; e, (AC)

II - laudo expedido pelo Instituto de Medicina Legal de Pernambuco que ateste as agressões sofridas e indique, quando possível, os prejuízos à capacidade ocular da vítima. (AC)

§ 2º Quando do atendimento das mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e familiar, deverão ser priorizadas as que estiverem sob acompanhamento psicossocial em unidade da rede estadual ou municipal de proteção e apoio às vítimas." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Nosso Projeto de Lei objetiva ampliar o alcance da Lei nº 14.511, de 7 de dezembro de 2011, que cria o Projeto Boa Visão, a fim de ampliar seu alcance às mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e familiar que desenvolveram doenças oculares em decorrência das agressões sofridas.

A Lei Federal nº 11.340/2006 identifica cinco tipos de violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres: física, moral, psicológica, patrimonial e sexual. Dentre essas, sem dúvidas que a mais comum é a violência física. Ela normalmente se dá por meio de socos, tapas, chutes, empurrões, facadas, pauladas e uso de ácidos e outras substâncias abrasivas, que normalmente são direcionadas à região da cabeça. Assim, as vítimas acabaram desenvolvendo problemas oculares graves que tendem a piorar com o avançar da idade.

Naturalmente, essas mulheres necessitarão de acompanhamento oftalmológico, porém muitas não conseguem devido às longas filas de espera do Sistema Único de Saúde.

Nesse sentido, propomos a inclusão dessas mulheres no rol de beneficiários do Projeto "Boa Visão", executado pela Secretária Estadual de Saúde.

Para comprar a relevância dessa proposta legislativa, trazemos os dados mais atualizados da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil:

Uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência no último ano no Brasil, durante a pandemia de Covid-19, segundo pesquisa do Instituto Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Isso significa que cerca de 17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano.

Na comparação com os dados da última pesquisa realizada em 2019, constatou-se um aumento do número de agressões dentro de casa, que passaram de 42% para 48,8%, o que certamente foi impulsionado pelo isolamento social. No entanto, a violência dentro de casa sempre esteve no topo de ranking dos locais mais comuns das agressões vivenciadas.

Nos dois primeiros meses de pandemia, dados do Fórum Brasileiro de Segurança mostraram um aumento do feminicídio no Brasil. Ao mesmo tempo, houve uma queda nos registros de lesão corporal dolosa em decorrência de violência doméstica. Porém, segundo os especialistas, a queda refletiu a maior dificuldade em se registrar as agressões, já que o agressor passou a ficar mais tempo com a vítima.

Acreditamos que o Estado tem o dever de instituir políticas públicas de prevenção, repressão e apoio às vítimas da violência de gênero. Assim, nosso Projeto de Lei propõe instituir mecanismo de atendimento oftalmológico às mulheres que tiveram perda parcial ou total da visão em decorrência das agressões sofridas, no âmbito do Projeto Boa Visão.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000200/2023

Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de proibir a venda, adoção e concessão de termo de guarda ou de depósito de animais para pessoas condenadas pela prática de crimes contra os animais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

"Art. 2º-A. Fica vedada às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, a venda, entrega para adoção e concessão de termo de guarda ou de depósito de animais, para pessoa condenada pela prática de crimes contra animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, com sentença transitada em julgado. (AC)

§ 1º Para os fins de cumprimento do disposto no *caput* , as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis pela venda, adoção ou concessão de termo de guarda ou de depósito de animais poderão exigir a apresentação de certidões de antecedentes criminais expedidas pelos órgãos competentes. (AC)

§ 2º São considerados crimes contra animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, todos aqueles assim definidos pela Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, bem como em outras legislações vigentes. (AC)

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo sujeitará o infrator, quando pessoa física ou jurídica de direito privado, às sanções estabelecidas no art. 25-B desta Lei. (AC)

§ 4º O descumprimento do disposto neste artigo por estabelecimentos ou agentes públicos ensejará a sua responsabilização administrativa ou de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável."
(AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

O Brasil é o segundo no mundo com maior registro de animais domésticos, atrás apenas dos Estados Unidos.

Segundo dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há quase 140 milhões de animais de estimação nas famílias brasileiras. O Sudeste é a região que conta com a maior população de animais domésticos (47,4%), seguido pelo Nordeste (21,4%). Sul (17,6%), Centro Oeste (7,2%) e Norte (6,3%) aparecem na sequência.

De acordo com o art. 32 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, é crime praticar maus-tratos contra animais domésticos, silvestres, nativos ou exóticos. Várias condutas podem caracterizar os crimes, tais como o abandono, ferir, mutilar, envenenar, manter em locais pequenos sem possibilidade de circulação e sem higiene, não abrigar do sol, chuva ou frio, não alimentar, não dar água, negar assistência veterinária se preciso, dentre outros.

Conforme dados, de 2021, fornecidos pela Delegacia de Polícia do Meio Ambiente (Depoma), Pernambuco registra uma marca média de 100 casos de maus tratos a animais por mês, um número que não revela a realidade visto que o índice de subnotificação dos casos é muito maior, sendo ainda comuns os casos de violências praticadas por pessoas que compraram ou adotaram esses animais.

Logo, nosso Projeto objetiva assegurar a proteção dos direitos dos animais, evitando que eles sejam entregues, através da compra, adoção ou concessão de termos de guarda ou de depósito, a quem for condenado pela prática de crimes contra animais, nos termos da Lei Federal nº 9.605/1998. Trata-se, portanto, de uma política de prevenção à violência contra os animais.

Para salvaguardar as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis pela venda, adoção ou concessão de termo de guarda ou de depósito de animais, asseguramos a elas o direito de exigir do interessado, a apresentação de certidões de antecedentes criminais expedidas pelos órgãos competentes. Assim, caberá ao adotante, por exemplo, a comprovação da sua conduta social ilibada.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 6ª, 11ª, 12ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000201/2023

Altera a Lei nº 13.457, de 3 de junho de 2008, que altera a estrutura organizacional da Polícia Civil de Pernambuco, da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências, a fim de estabelecer critérios técnicos para a escolha das sedes de novas Delegacias Policiais da Mulher.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 13.457, de 3 de junho de 2008, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

"Art. 6º .....
.....

§ 1º As Delegacias de que trata o *caput* deste artigo serão chefiadas por Delegados de Polícia designados por portaria do Secretário de Defesa Social, ouvido o Chefe da Polícia Civil. (AC)

§ 2º Quando da criação de novas Delegacias Policiais da Mulher, a escolha das sedes será feita a partir de estudo técnico elaborado pelo Departamento de Polícia da Mulher - DPMUL, com a Secretaria da Mulher de Pernambuco, que indicarão os municípios contemplados a partir dos seguintes critérios: (AC)

I – quantitativo de registros de ocorrências de crimes praticados contra a mulher, especialmente os decorrentes de violência doméstica e familiar, feminicídio e estupro; (AC)

II – quantitativo de medidas protetivas de urgência solicitadas, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; (AC)

III – pré-existência ou não de Delegacia Policial da Mulher no mesmo município ou em município vizinho próximo; (AC)

IV – distribuição equitativa das Delegacias Policiais da Mulher pelas Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco; e (AC)

VI – outros critérios de natureza técnica, fundamentados, estabelecidos pelo Departamento de Polícia da Mulher – DPMUL com a Secretaria da Mulher de Pernambuco." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Inicialmente cumpre esclarecer que esta proposta legislativa visa estabelecer critérios técnicos e objetivos para a escolha de novas sedes para as Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM), vez que atualmente existem municípios que não contam com DEAM, mas que apresentam índices de violência de gênero mais elevados que outros onde foram criadas essas delegacias.

Trazemos como exemplo os municípios abaixo, onde comparamos o número de registros de violência doméstica e familiar, de acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Defesa Social de Pernambuco para o ano de 2020:

20 MUNICÍPIOS PERNAMBUCANOS COM MAIOR NÚMERO DE REGISTROS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR EM 2020 (FONTE: SDS-PE)

MUNICÍPIO	Nº DE REGISTROS	POSSUI DEAM?
RECIFE	9.318	SIM
JABOATÃO DOS GUARARAPES	2.619	SIM
CARUARU	2.191	SIM
PAULISTA	2.156	SIM
PETROLINA	2.026	SIM
OLINDA	2.003	NÃO
GARANHUNS	932	SIM
CABO DE STO. AGOSTINHO	858	SIM
CAMARAGIBE	697	NÃO
ARCOVERDE	606	NÃO
SERRA TALHADA	562	NÃO
VITÓRIA DE STO. ANTÃO	541	SIM
SÃO LOURENÇO DA MATA	489	NÃO
ABREU E LIMA	461	NÃO
GOIANA	460	NÃO
IGARASSU	408	NÃO
CARPINA	398	NÃO
SALGUEIRO	374	NÃO
ARARIPINA	362	NÃO
AFOGADOS DA INGAZEIRA	354	SIM

O mesmo contraste entre municípios com e sem delegacia se repete em anos anteriores.

A Lei nº 13.457, de 3 de junho de 2008, criou 14 delegacias da mulher, distribuídas nos municípios de: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Caruaru, Paulista, Petrolina, Garanhuns, Cabo de Santo Agostinho, Vitória de Santo Antão, Goiana, Salgueiro, Afogados da Ingazeira, Ouricuri, Ipojuca e Surubim. Porém, os municípios de Ouricuri, Salgueiro, Ipojuca não chegaram a ter suas DEAMs instaladas até a presente data.

Ouricuri, Salgueiro e Ipojuca tiveram 214, 374 e 310 registros de violência doméstica e familiar, respectivamente, no mesmo período de 2020. Surubim, que possui DEAM instalada, não aparece na lista acima pois teve 321 registros de ocorrência.

Isso não significa que municípios que possuem delegacias instaladas, mas com menor número de registros, não deveriam ter DEAMs. Pelo contrário, pois o ideal é que todos os municípios tenham ao menos uma DEAM ou um núcleo específico para atendimento de mulheres dentro das delegacias comuns, com equipe técnica especializada e multidisciplinar.

A criação de novas DEAMs no Estado é uma demanda antiga e urgente da sociedade, sendo pauta constante nos encontros e debates sobre a violência de gênero. Por se tratar de um equipamento com acolhimento especializado para a mulher, a sua criação é fundamental para reduzir a subnotificação desses crimes. Muitas vítimas deixam de registrar a violência sofrida por medo do constrangimento e/ou julgamento social que acreditam que irão passar.

Vale salientar que oficialmente, em 2020, foram registradas em Pernambuco 41.462 vítimas de violência doméstica e familiar, 2.404 estupros e 75 feminicídios (dados oficiais da SDS). Mas em virtude da subnotificação, sabemos que o quantitativo de crimes dessa natureza é bem maior.

Assim, propomos que, caso sejam criadas novas DEAMs na Lei nº 13.457/2008, que a escolha das novas sedes seja feita a partir de estudo técnico elaborado pelo Departamento de Polícia da Mulher – DPMUL, com a Secretaria da Mulher de Pernambuco. Isso possibilitará que as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero tenham maior alcance em regiões prioritárias com índices de violência elevados, até que todos os municípios possam contar com algum equipamento policial especialziado.

Por fim, registramos que este Projeto de Lei tem sua competência legislativa respaldada no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública, uma vez que se tratará apenas de uma **norma de natureza programática.**

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000202/2023

Determina que as instituições de ensino, públicas e privadas, situadas no âmbito do Estado de Pernambuco, integrem aos seus parâmetros curriculares e projetos pedagógicos, conteúdo de ensino relativo à proteção e promoção dos direitos da mulher.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º As instituições de ensino, públicas e privadas, situadas no âmbito do Estado de Pernambuco, deverão integrar aos seus parâmetros curriculares e projetos pedagógicos, conteúdo de ensino relativo à proteção e promoção dos direitos da mulher, nos termos do inciso XI, do art. 2º, da Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015, e do inciso IX, do art. 8º, da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

§ 1º Para os fins do disposto no *caput* , os conteúdos abordados deverão respeitar o limite de idade dos alunos e alunas, bem com seus conhecimentos técnicos, nos termos dos Planos Nacional e Estadual de Educação, e em outras normas editadas pela Secretaria de Educação de Pernambuco.

§ 2º As instituições de ensino deverão capacitar o corpo docente, através de cursos, oficinas, simpósios, seminários e outros eventos, a fim de atender ao disposto neste artigo.

§ 3º O conteúdo de ensino de que trata o *caput* deverá abordar, no mínimo, os seguintes pontos:

I – a legislação em vigor que assegura direitos e protege as mulheres contra atos discriminatórios e todas as formas de violência, mormente a violência física, moral, psicológica, patrimonial e sexual;

II – o estímulo às alunas a alcançarem os níveis mais elevados de ensino;

III – o empoderamento feminino e a formação de lideranças femininas em todos os espaços de poder e tomada de decisões;

IV – o ensino aos alunos e alunas acerca da igualdade de direitos sociais, políticos e econômicos entre homens e mulheres; e

V – a rede de apoio jurídico e psicossocial à mulher vítima de violência.

Art. 2º O descumprimento ao disposto nesta Lei pelas instituições de ensino privadas as sujeitarão às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente:

I - advertência, quando da primeira autuação de infração; ou,

II - multa, a ser fixada entre R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), considerando o porte do estabelecimento e as circunstâncias da infração.

§ 1º Em caso de reincidência, o valor da penalidade de multa será aplicado em dobro.

§ 2º Os valores limites de fixação da penalidade de multa prevista neste artigo serão atualizados, anualmente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou índice previsto em legislação federal que venha a substituí-lo, devendo ser revertidos em favor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, instituído pela Lei nº 13.294, de 20 de setembro de 2007.

Art. 3º O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, destacamos que a proposta objetiva estimular a formação de cidadãos conscientes dos direitos sociais, políticos e econômicos assegurados às mulheres, bem como capazes de identificar e denunciar atos que configurem formas de violência de gênero.

O projeto também estimula o compartilhamento de informações sobre a rede de proteção a mulher, permitindo que os alunos e alunas saibam quais os canais de atendimento oferecidos pelo Estado, podendo ajudar vítimas da violência.

Registramos que a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou, recentemente, projeto de nossa autoria, que altera a Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação - PEE, a fim de incluir entre as suas diretrizes a proteção e promoção dos direitos da mulher. Seguindo nessa direção, propomos uma Lei que faz menção expressa ao inciso XI, do art. 2º, da Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015.

Portanto, nosso Projeto de Lei estabelece um olhar para o futuro, projetando uma sociedade livre da violência de gênero, mas que no momento ainda é uma pandemia que vitima milhares de meninas e mulheres em todo o planeta.

A medida ainda se alinha ao disposto no inciso XIII, do art. 5º, da Constituição do Estado de Pernambuco, a qual, reconhecendo que a violência de gênero é um problema real que acomete nossa sociedade, impondo ao Estado e aos municípios o dever de criar políticas pública de enfrentamento à violência contra mulher.

A Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) atribui ao poder público a missão de desenvolver políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 3º, § 1º), cabendo à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos das mulheres (art. 3º, § 2º).

A Lei Maria da Penha ainda é mais clara ao afirmar que: " *a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes"* (art. 8º):

> V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;
> (...)
>
> IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino , para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à eqüidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nossa proposição se faz mais pertinente diante da atual conjectura de violência que acomete direta e indiretamente milhares de cidadãos e cidadãs, mostrando ser um dos mais graves problemas sociais. Em Pernambuco, foram registrados mais de 40 mil boletins de ocorrência de violência contra a mulher no ano de 2020. Em 2019, este número passou de 42 mil ocorrências. A pequena queda se deu devido a pandemia, que impossibilitou as mulheres de saírem de seus lares para ir a uma delegacia.

No entanto, vale salientar que tanto a ONU Mulher quanto os movimentos sociais de mulheres sustentam que o quantitativo de crimes ocorridos é bastante superior, porém eles não são registrados devido a fatores como o medo de sofrer represálias do agressor, a dependência econômica e psicológica das mulheres em relação a seus companheiros e o medo de vivenciar uma situação de constrangimento dentro das delegacias de polícia.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000203/2023

Altera a Lei nº 13.958, de 15 de dezembro de 2009, que altera a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, e modificações, que institui a sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções e institui o Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confecções – FUNTEC, a fim de instituir a destinação de recursos do fundo para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de apoio econômico, incentivo ao empreendedorismo, qualificação profissional e formação técnica de mulheres ou de associações, cooperativas e facções de mulheres que integram a Cadeia Têxtil, de Confecções e de Moda no Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 13.958, de 15 de dezembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

> "Art. 2º .....
> .....
>
> VIII – provimento de infraestrutura para instalação ou relocalização de empreendimentos; e (NR)
>
> IX – desenvolvimento de programas, projetos e ações de apoio econômico, incentivo ao empreendedorismo, qualificação profissional e formação técnica de mulheres ou de associações, cooperativas e facções de mulheres que integram a Cadeia Têxtil, de Confecções e de Moda no Estado de Pernambuco. (AC)
> ....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, destacamos:

O Agreste Pernambucano é o segundo maior polo de confecção têxtil no Brasil, cerca de 800 milhões de peças de vestuário são produzidas todos os anos tanto para o comércio nacional quanto para o internacional, segundo Feira de Tecnologias para a Indústria Têxtil e de Confecção - Agreste Tex.

O polo é composto por 10 municípios, sendo os de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru os principais produtores. Estes possuem Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDHm) médio e contabilizam taxas de informalidade que variam de 23,9% em Caruaru, 39,8% em Santa Cruz do Capibaribe a até 57,3% em Toritama. Em média, 30% dos residentes na região estão em situação de pobreza ou extrema pobreza. Em 2018, mais de 134,7 mil pessoas desses municípios eram beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A produção de peças de vestuário realizada nesses três principais municípios é vendida em todo o Brasil e para o exterior. De acordo com o Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confecções do Agreste Pernambucano, divulgado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o faturamento anual bruto do Polo está próximo de R$ 1 bilhão. No entanto, de acordo com a Agreste Tex, ao final de 2017, o polo acumulou um faturamento de 3,5 bilhões de reais durante 12 meses corridos.

São cerca de 20 mil unidades produtoras que empregam 130 mil pessoas em dez cidades de Pernambuco.

Mas apesar, de sua importância para a economia do estado e sua história, esse polo industrial carece de profissionalização e demanda especial atenção para a vulnerabilidade das mulheres que trabalham na cadeia produtiva como costureiras.

Segundo mapeamento realizado pelo Fundo de Serviço de Apoio e Assessoria a **Projetos – SAAP em parceria com o Instituto C&A, 70% das costureiras autônomas ganham até um salário mínimo por mês; 38% destas recebem apenas um quarto desse montante. Sendo a maioria delas trabalhadoras informais, que possuem suas oficinas de costura em casa, misturando as atividades domésticas e profissionais, jornadas exaustivas de trabalho (10 a 15 horas por dia), e alienadas do processo produtivo.**

Segundo diagnóstico realizado pela Aliança Empreendedora em parceria com o Instituto C&A em dezembro de 2019, essas mulheres possuem pequenas facções de costura, e assim como os imigrantes Bolivianos em São Paulo, só realizam

uma parte da produção: a grande maioria só sabe costurar peças que já chegam cortadas, não tendo autonomia para realizar modelagem e corte, ficando reféns de intermediários. Estes intermediários pagam valores muito baixos, forçando que trabalhem de forma exaustiva para compensar a produção.

Frente a essa realidade, urge a necessidade de desenvolver ações que visem apoiar mulheres que trabalham como costureiras na cadeia produtiva, de maneira a diminuir sua vulnerabilidade, pois com a pandemia as facções foram muito afetadas, sendo o elo mais frágil de toda cadeia.

Nesse sentido, nosso projeto se constitui em um recorte de gênero no âmbito da aplicação de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confecções – FUNTEC, o qual tem por objeto prover o Estado com instrumentos de fomento à Cadeia Têxtil e de Confecções (instituído pela Lei nº 13.958, de 15 de dezembro de 2009; e regulamentado pelo Decreto nº 47.925, de 6 de setembro de 2019).

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000204/2023

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual da Polícia Militar de Pernambuco e do Policial Militar do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

"Art. 165-E. Dia 11 de junho: Dia Estadual da Polícia Militar de Pernambuco e do Policial Militar do Estado de Pernambuco." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) comemora sua data de criação no dia 11 de junho, visto que foi nesta data, em 1825, que foi publicado o Decreto do Imperador D. Pedro I, que criou, na então Província de Pernambuco, um corpo de Polícia, este convindo para a tranqüilidade e segurança pública da cidade do Recife. Este decreto encontra-se exposto no Salão de Honra do Quartel do Comando Geral da PMPE.

O referido Corpo de Polícia surgiu em decorrência da Confederação do Equador, movimento republicano revolucionário ocorrido em Pernambuco em 1824, e sufocado pelo Brigadeiro Lima e Silva, que atingiu as Províncias da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, cujos revolucionários foram derrotados e vários executados, entre eles o pernambucano Frei Caneca. Esse Corpo de Polícia era composto de um efetivo inicial de 320 homens e constituído um Estado-Maior, uma Companhia de Cavalaria e duas de Infantaria. Atualmente, a PMPE possui um efetivo com cerca de 18 mil homens na ativa.

Seu primeiro Quartel era sediado no Pátio do Paraíso, no Recife, onde hoje passa a Av. Dantas Barreto, e o 1º Comandante-Geral foi o Tenente Coronel de 1ª Linha do Exército Antônio Maria da Silva Torres, que inclusive, tomou parte na repressão aos mártires de 1824.

Contudo, há documentação comprobatória da assunção no cargo de Comandante Geral da Polícia Militar da Província de Pernambuco, em 18 de agosto de 1822, do Capitão José de Barros Falcão de Lacerda, e até referência histórica a um contrato de Maurício de Nassau com a Companhia das Índias Ocidentais, da existência de uma Polícia Militar, conforme documento datado de 23 de agosto de 1636.

Ao longo desses 195 anos, os policiais militares têm servido à população de forma aguerrida, brilhante, incansável no combate a criminalidade e defesa da população no Pacto Pela Vida. Suas ações históricas em defesa da população pernambucana envolveram situações emergenciais de catástrofes naturais e sociais como: desabamentos, incêndios, afogamentos, bem como junto a torcedores em estádios de futebol e combate ao crime em todas as suas esferas, além do serviço prestado aos cidadãos diariamente e em grandes eventos como: carnaval, São João, etc.

É a Polícia Militar servindo e mantendo a ordem pública, em todo o território pernambucano. O que faz de seu slogan ser atemporal: " *Polícia Militar de Pernambuco: Nossa presença, sua segurança* ".

Portanto, nada mais justo que passe a constar no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, o dia 11 de junho como sendo a data comemorativa de criação da PMPE.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000205/2023

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual da Polícia Científica de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

"Art. 14-C. Dia 7 de janeiro: Dia Estadual da Polícia Científica de Pernambuco." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A Polícia Científica de Pernambuco foi criada pela Lei n° 6.657 de 07 de janeiro de 1974, que organiza a Secretaria de Segurança Pública, hoje denominada Secretaria de Defesa Social através da Lei Complementar n°49 de 31 de janeiro de 2003. Trata-se de um órgão de Gerência Geral, de apoio executivo, composta por Peritos Criminais, Médicos Legistas, Auxiliares de Perito e Auxiliares de Legista.

Sendo uma das operativas da Secretaria de Defesa Social, a Polícia Científica de Pernambuco apresenta as seguintes competências:

- Coordenar, supervisionar, fiscalizar as atividades pertinentes aos exames de corpo de delito e outros procedimentos periciais técnico-científicos, no campo da Medicina Legal e da Criminalística, que interessem ao exercício da Polícia Judiciária de competência da Secretaria de Defesa Social, Ministério Público e Tribunal de Justiça;

- Colaborar com as autoridades competentes de outras organizações, da Polícia Federal, da Polícia Civil, na realização de perícias que interessem a Polícia Judiciária dos correspondentes Órgãos;

- Colaborar com outros órgãos da administração direta e indireta federais, estaduais ou municipais, na realização de perícias necessárias à instrução de procedimentos administrativos, desde que autorizados pelo Secretário de Defesa Social;

- Planejar, coordenar, supervisionar, sistematizar, padronizar e fiscalizar as ações a serem desenvolvidas pelos órgãos que lhe estejam subordinados, e a sua execução direta, quando necessário; e

- Coordenar as atividades de estudos e pesquisas a serem promovidas por seus órgãos subordinados, no campo da Criminalística e da Medicina Legal.

Portanto, nada mais justo que passe a constar no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, o dia 7 de janeiro como sendo a data comemorativa de criação da Polícia Científica de Pernambuco.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000206/2023

Institui o Programa Estadual de Doação de Dispositivos Eletrônicos para Estudantes e Instituições da Rede Pública de Ensino, no âmbito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Doação de Dispositivos Eletrônicos para Estudantes e Instituições da Rede Pública de Ensino, no âmbito do Estado de Pernambuco.

§ 1º Para os fins do disposto neste Programa, serão objeto de doação no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) dos dispositivos eletrônicos apreendidos pela Secretaria da Fazenda ou pelas autoridades policiais do Estado de Pernambuco, por irregularidades não sanáveis, como *tablets* , computadores, *notebooks* , televisões, *scanners* , impressoras e projetores (*datashow*), os quais não poderão ser leiloados ou destruídos, desde que estejam aptos para o uso humano.

§ 2º Os *tablets* , computadores, *notebooks* , televisões, *scanners* , impressoras, projetores (*datashow*) e outros dispositivos eletrônicos que possibilitem a sua utilização para fins de ensino e pesquisa, deverão ser doados às instituições que integram a rede pública de ensino, para que sejam utilizados no desenvolvimento de atividades escolares pelos estudantes e profissionais da educação.

§ 3º Aos estudantes da Rede Pública de Ensino serão doados *tablets* e *notebooks* , para que sejam utilizados no desenvolvimento de atividades escolares ou na modalidade de ensino à distância.

§ 4º No processo de seleção dos estudantes e instituições de ensino que receberão os dispositivos eletrônicos doados, deverão ser priorizados aqueles com menor poder aquisitivo e aquelas que atendam alunos oriundos de povos indígenas, de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, pescadores e aquicultores artesanais, caboclos, população negra, comunidades quilombolas, famílias de agricultores rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

§ 5º Fica autorizado o recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, dos dispositivos eletrônicos indicados nesse artigo, para serem fornecidos aos estudantes e instituições da rede pública de ensino como parte das ações promovidas por este Programa.

Art. 2º O Programa Estadual de Doação de Dispositivos Eletrônicos para Estudantes e Instituições da Rede Pública de Ensino tem como princípios norteadores:

I – o direito à inclusão digital e tecnológica;

II – o acesso à educação pública em todos os níveis de ensino; e

III – a redução das desigualdades sociais.

Art. 3º São objetivos do Programa Estadual de Doação de Dispositivos Eletrônicos para Estudantes e Instituições da Rede Pública de Ensino:

I – promover projetos e ações de inclusão digital e tecnológica com o fornecimento gratuito de dispositivos eletrônicos, preferencialmente com acesso livre à rede mundial de computadores;

II – estimular a formação de profissionais integrados às novas tecnologias;

III – capacitar os profissionais da educação para utilização de *hardwares* , *softwares* , aplicativos e demais ferramentas eletrônicas que possam contribuir para o aprendizado e formação técnica de estudantes da rede pública de ensino;

IV – possibilitar o acesso à educação na modalidade de ensino à distância para estudantes e profissionais da educação da rede pública de ensino, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de alta qualidade; e

V – contribuir para a redução das desigualdades sociais e da falta de acesso à diferentes plataformas digitais, especialmente à rede mundial de computadores.

Art. 4º As instituições de ensino que receberem os dispositivos eletrônicos de que trata esta Lei deverão retirar toda e qualquer marca e logomarca existentes e utilizar os brasões do Estado de Pernambuco, passando eles a integrar o seu patrimônio.

Art. 5º Os dispositivos eletrônicos doados aos estudantes não poderão ser comercializados ou doados à terceiros.

Art. 6º O descumprimento do disposto nesta Lei pelos agentes ou estabelecimentos públicos ensejará a sua responsabilização administrativa ou de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a exeção normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Nosso projeto de lei objetiva instituir o Programa Estadual de Doação de Dispositivos Eletrônicos para Estudantes e Instituições da Rede Pública de Ensino, tendo como objeto os dispositivos eletrônicos apreendidos pela polícia e pele Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, como *tablets* , computadores, *notebooks* , televisões, *scanners* , impressoras e projetores (*datashow*), por irregularidades não sanáveis, desde que estejam aptos para o uso humano.

Esses dispositivos normalmente são leiloados e os recursos revertidos aos cofres público, enquanto que, paralelamente, o Estado está realizando licitações para compra de aparelhos eletrônicos para as escolas da rede pública de ensino. Há um contrafluxo burocrático que poderia ser evitado se houvesse o encaminhamento desses aparelhos para as secretarias do estado. Por essa razão, nosso projeto se limita a promover a doação aos estudantes e instituições de ensino, de apenas 25% dos dispositivos apreendidos, deixando os demais para serem destinados para onde a Administração Pública desejar.

O Programa ora proposto objetiva, assim, reduzir custos com licitações, promover a educação pública e a inclusão digital e tecnológica de estudantes de baixa renda, bem como reduzir as desigualdades sociais, possibilitando o acesso às novas tecnologias de ensino e pesquisa.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 10ª, 11ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000207/2023

Cria o Programa de Segurança da Mulher de Pernambuco (PROSEM-PE) e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado de Pernambuco, o Programa de Segurança da Mulher de Pernambuco (PROSEM-PE), o qual consiste em um conjunto de medidas de segurança pública para a proteção de mulheres vitimadas, responsabilização dos autores da violência contra a mulher, prevenção à violência de gênero e qualificação das informações compartilhadas sobre as formas de violência que atingem particularmente as mulheres.

Parágrafo único. Para os fins do disposto nesta Lei, entende-se por violência contra mulher, conceito utilizado aqui como sinônimo de violência de gênero, como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Art. 2º O Governo do Estado de Pernambuco executará o Programa de Segurança da Mulher de Pernambuco (PROSEM-PE), através de seus órgãos policiais especializados na proteção da mulher.

Art. 3º As ações do Programa de Segurança da Mulher de Pernambuco (PROSEM-PE), consistirão em:

I – apoiar o trabalho das Delegacias de Polícia de Prevenção e Repressão aos· Crimes Contra a Mulher, realizando as articulações necessárias para garantir os recursos humanos e materiais indispensáveis ao bom funcionamento das mesmas;

II – assegurar a qualificação contínua dos funcionários das Delegacias de Polícia de Prevenção e Repressão aos· Crimes Contra a Mulher;

III – aprimorar e expandir o protocolo de acolhimento de mulheres vítimas de violência, mormente a violência sexual, no âmbito das delegacias não especializadas e do Instituo Médico Legal, proporcionando às vítimas um atendimento digno e humanizado, especialmente para a realização de exames periciais;

IV – promover cursos e treinamentos aos profissionais da segurança pública, sobretudo policiais civis e militares de Pernambuco, além de consolidar e monitorar procedimentos específicos relativos à abordagem policial nos casos de violência contra a mulher;

V – estabelecer protocolos de encaminhamento das vítimas para a rede de proteção e apoio psicossocial à mulher;

VI – consolidar e ampliar parcerias com o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública de Pernambuco, para estabelecer protocolos de encaminhamento das vítimas, prezando por um atendimento humanizado, sigiloso, desburocratizado e célere;

VII – implantar em escolas, comunidades e onde mais parecer pertinente e viável, sempre que possível, rodas de diálogo e grupos reflexivos sobre as causas da violência contra mulher, formados por jovens e adultos, visando a divulgação de informações sobre a rede de proteção e a legislação vigente, além de estimular a construção de uma cultura de paz entre homens e mulheres e o empoderamento feminino;

VIII – produzir e divulgar, regularmente, diagnósticos detalhados sobre os indicadores de crimes que atingem particularmente as mulheres;

IX – contribuir, através de campanhas informativas, para que as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, bem como a rede de proteção e apoio psicossocial, ganhem visibilidade; e

X – sempre que possível, encaminhar os homens acusados de violência de gênero para grupos reflexivos sobre as causas da violência contra mulher, a fim de promover a desconstrução da cultura machista e patriarcal.

Parágrafo único. A implantação e a execução do Programa de Segurança da Mulher de Pernambuco (PROSEM-PE), assim como o monitoramento das atividades que lhes são inerentes, deverão ter como base um diálogo estreito com os movimentos de mulheres, com os organismos da sociedade civil e do Estado (particularmente a Secretaria da Mulher e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM/PE), bem como dos profissionais envolvidos no esforço de prevenção e redução da violência contra a mulher.

Art. 4º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito , a proposta objetiva estabelecer, em Pernambuco, o Programa de Segurança da Mulher (PROSEM), o qual consistirá em um conjunto de medidas de segurança pública para a proteção de mulheres vitimadas, responsabilização dos autores da violência contra a mulher, prevenção à violência de gênero e qualificação das informações compartilhadas sobre as formas de violência que atingem particularmente as mulheres.

O PROSEM deverá ser executado pelo órgão policial especializado em reprimir, apurar e coibir os casos de violência contra a mulher, que atualmente consiste no Departamento de Polícia da Mulher - DPMUL, nos termos do disposto no inciso III, do art. 3º, da Lei nº 13.457/2008.

A medida se alinha ao disposto no inciso XIII, do art. 5º, da Constituição do Estado de Pernambuco, a qual, reconhecendo que a violência de gênero é um problema real que acomete nossa sociedade, impondo ao Estado e aos municípios o dever de criar políticas pública de enfrentamento à violência de gênero.

A Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) atribui ao poder público a missão de desenvolver políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 3º, § 1º), cabendo à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos das mulheres (art. 3º, § 2º).

A proposição se faz pertinente e é de suma importância na atual conjectura de violência que atinge direta e indiretamente milhares de cidadãos e cidadãs, mostrando ser um dos mais graves problemas sociais. Em Pernambuco, foram registrados mais de 40 mil boletins de ocorrência de violência contra a mulher no ano de 2020. Em 2019, este número passou de 42 mil ocorrências. A pequena queda se deu devido a pandemia, que impossibilitou as mulheres de saírem de seus lares para ir a uma delegacia.

No entanto, vale salientar que tanto a ONU Mulher quanto os movimentos sociais de mulheres sustentam que o quantitativo de crimes ocorridos é bastante superior, porém eles não são registrados devido a fatores como o medo de sofrer represálias do agressor, a dependência econômica e psicológica das mulheres em relação a seus companheiros e o medo de vivenciar uma situação de constrangimento dentro das delegacias de polícia.

Assim, com a criação do Programa de Segurança da Mulher de Pernambuco (PROSEM-PE), estimular-se-á a construção de protocolos especializados no atendimento humanizado para as vítimas de violência de gênero, entre outros pontos.

A aprovação desse Projeto de Lei consistirá em mais um avanço na legislação estadual de proteção às mulheres, motivo de orgulho para todos os parlamentares que compõem a Casa Joaquim Nabuco.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000208/2023

Proíbe a comercilização e distribuição de tricloroetileno, cloroetano, triclorometano, diclorometano e de antirrespingo de solda para menores de 18 (dezoito) anos de idade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica expressamente proibida a comercilização e distribuição de tricloroetileno, cloroetano, triclorometano, diclorometano e de antirrespingo de solda aos menores de 18 (dezoito) anos de idade, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A proibição estabelecida no *caput* deste artigo se aplica a toda pessoa física ou jurídica que comercializa ou distribue tricloroetileno, cloroetano, triclorometano, diclorometano e de antirrespingo de solda, ou que deles faça uso como matéria-prima de sua atividade-fim, como produto de limpeza ou para manutenção de suas instalações.

Art. 2º Os produtos citados no art. 1º, quando comercializados ou distribuídos, obrigarão o fornecedor a proceder com o registro dos dados de quem os adquirir.

§ 1º O registro indicado no *caput* será composto do nome ou razão social, endereço, número do documento de identidade (RG), número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso, bem como da quantidade e especificação técnica do produto fornecido.

§ 2º Os dados armazenados pelo fornecedor deverá estar disponível para consulta pelas autoridades policiais que os solicitar mediante requisição formal.

Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator, quando pessoa física ou jurídica de direito privado, às seguintes penalidades:

I - advertência, quando da primeira autuação da infração; e,

II - multa, quando da segunda autuação.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R$ 1.000 (um mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), a depender do porte do empreendimento e das circunstâncias da infração, tendo seu valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei pelos agentes ou estabelecimentos públicos ensejará a sua responsabilização administrativa ou de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

O presente projeto de lei visa dificultar a aquisição e aumentar o controle da comercialização do tricloroetileno, cloroetano, triclorometano, diclorometano e de antirrespingo de solda, identificando a quantidade e os compradores das referidas substâncias, as quais podem ser utilizadas para a elaboração da droga “lança-perfume” (ou “loló”).

O “lança-perfume” é uma droga em forma de solvente inalante. Ela é introduzida no organismo por meio da aspiração pelo nariz ou pela boca. Os solventes são substâncias químicas altamente voláteis, isto é, seu processo de evaporação é muito rápido. Para atrair mais adeptos, o “loló” tem um cheiro adocicado e propositalmente agradável. O intuito é fazer com que as pessoas aspirem suas substâncias e fiquem entorpecidas.

Os efeitos do lança-perfume duram entre de 15 e 40 minutos. Isso torna o uso da droga viciante e altamente prejudicial à saúde, visto que os usuários precisam utilizar cada vez mais droga para manter a euforia provocada por ela. Essa tendência alimenta um ciclo vicioso e eleva os riscos de comprometimento mental e físico.

Originalmente, o lança perfume é resultante da mistura de diversas substâncias como éter, clorofórmio, cloreto de etila e essência perfumada. O produto final é embalado em um tubo de alta pressão para facilitar a propagação no ar.

Ou seja, o lança-perfume é um composto químico inalante produzido sob pressão dentro de tubos. O objetivo é fazer com que, ao entrar em contato com o ar, a substância evapore rapidamente. Os usuários que aspiram vários jatos sequenciais da droga ficam entorpecidos. No entanto, as novas variações do lança-perfume contêm substâncias diferentes, dentre elas o tricloroetileno e diclorometano.

Assim, limitar a forma de acesso e regulamentar a venda de substâncias utilizadas na elaboração desta droga é apenas um mecanismo de enfrentamento de diversos outros que podem ser adotados.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 12ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000209/2023

Altera a Lei nº 14.750, de 24 de agosto de 2012, que dispõe sobre a instalação de cartaz informativo, com a relação dos medicamentos disponíveis para entrega imediata, em todas as unidades da Rede Pública do Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de estabelecer a obrigatoriedade de divulgação da lista de medicamentos momentaneamente indisponível e a disponibilização das informações no sítio eletrônico do órgão responsável.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 14.750, de 24 de agosto de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....
.....

§ 4º Os medicamentos momentaneamente indisponíveis também deverão ser listados, contendo a informação da provável data de retorno de sua distribuição. (AC)

§ 5º A lista dos medicamentos disponíveis e momentaneamente indisponíveis deverá ser divulgada no sítio eletrônico do órgão responsável pela distribuição gratuita dos fármacos." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Lei objetiva alterar a redação da Lei nº 14.750, de 24 de agosto de 2012, a fim de estabelecer o dever do Poder Público de disponibilizar para a população, a relação de medicamentos obrigatoriamente fornecidos pelo Sistema Único de Saúde, que se encontram momentaneamente indisponíveis, com a provável data de retorno da disponibilização; bem como fixar a obrigatoriedade de que essas informações sejam disponibilizadas no sítio eletrônico do órgão responsável pela distribuição.

Esta medida trará maior transparência para o serviço público de saúde, possibilitando que a população tenha acesso rápido a elas, e que o usuário do SUS não necessite ir ao local de distribuição caso a sua medicação não esteja disponível.

Por fim, registramos que a competência legislativa para nosso Projeto de Lei encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no § 1º do art. 25 da Constituição Federal.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000210/2023

Determina que instituições de ensino, públicas e privadas, situadas no âmbito do Estado de Pernambuco, integrem aos seus parâmetros curriculares e projetos pedagógicos, a divulgação de informações sobre a doação de sangue, medula óssea, hemoderivados, órgãos e tecidos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º As instituições de ensino, públicas e privadas, situadas no âmbito do Estado de Pernambuco, deverão integrar aos seus parâmetros curriculares e projetos pedagógicos, a divulgação de informações sobre a importância de se promover a doação de sangue, medula óssea, hemoderivados, órgãos e tecidos, promovendo a construção de uma consciência cidadã empática à relevância dessas ações.

§ 1º Para os fins do disposto no *caput* , os conteúdos abordados deverão respeitar o limite de idade dos alunos e alunas, bem com seus conhecimentos técnicos, nos termos dos Planos Nacional e Estadual de Educação, e em outras normas editadas pela Secretaria de Educação de Pernambuco.

§ 2º As instituições de ensino deverão capacitar o corpo docente, através de cursos, oficinas, simpósios, seminários e outros eventos, a fim de atender ao disposto neste artigo.

Art. 2º O descumprimento ao disposto nesta Lei pelas instituições de ensino privadas as sujeitarão às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente:

I - advertência, quando da primeira autuação de infração; ou,

II - multa, a ser fixada entre R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), considerando o porte do estabelecimento e as circunstâncias da infração.

§ 1º Em caso de reincidência, o valor da penalidade de multa será aplicado em dobro.

§ 2º Os valores limites de fixação da penalidade de multa prevista neste artigo serão atualizados, anualmente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou índice previsto em legislação federal que venha a substituí-lo, devendo ser revertidos em favor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, instituído pela Lei nº 13.294, de 20 de setembro de 2007.

Art. 3º O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, destacamos que a proposta objetiva estimular a formação de cidadãos conscientes da importância de se realizar a doação de sangue, medula óssea, hemoderivados, órgãos e tecidos, utilizando a escola como local de transformação social. Afinal, só com o ato solidário de um doador o Estado poderá ajudar aqueles que precisam.

Vale lembrar que devido à pandemia, o Hemope vem apresentando uma queda nos estoques de bolsas de sangue que chega a 40%. Apenas no Hemocentro Recife, comparando o mês de dezembro com novembro de 2020, houve uma diminuição de 18,5% no quantitativo de doações.

Portanto, nosso Projeto de Lei estabelece um olhar para o futuro, projetando uma sociedade em que a doação espontânea de sangue, medula óssea, hemoderivados, órgãos e tecidos, seja parte da nossa cultura e formação humana, não havendo a necessidade da realização constante de campanhas e apelos públicos dos órgãos de saúde.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000211/2023

Determina que bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos adotem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Ficam os bares, restaurantes, casas noturnas e demais estabelecimentos de entretenimento similares obrigados a adotar medidas para auxiliar as mulheres que se sintam em situação de risco, nas dependências desses estabelecimentos, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Art. 2º O auxílio à mulher será prestado pelo estabelecimento mediante a oferta de um acompanhante até o carro ou outro meio de transporte seguro, e comunicação à polícia.

§ 1º Serão utilizados cartazes fixados nos banheiros femininos ou em qualquer ambiente do local, com ampla visibilidade, informando a disponibilidade do estabelecimento para o auxílio à mulher que se sinta em situação de risco.

§ 2º Outros mecanismos que viabilizem a efetiva comunicação entre a mulher e o estabelecimento podem ser utilizados.

Art. 3º Os estabelecimentos previstos nesta Lei deverão capacitar os seus funcionários para prestar atendimento humanizado, acolhedor e livre de preconceito, machismo, misoginia e sexismo, às mulheres que se sintam em situação de risco no interior de suas dependência, para os fins do disposto nesta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Devemos entender o assédio contra mulheres como uma investida de conotação sexual, machista, sexista e misógina, não aceitável e não solicitada, que costuma ocorrer com a oferta de favores sexuais, busca de contatos físicos ou verbais que estão envolvidos em uma atmosfera hostil e ofensiva. O assédio é uma forma de violência contra qualquer pessoa e considerado um tratamento discriminatório, tendo como única definição o termo de inaceitável.

São diversas as formas de comportamento que caracterizam o assédio sexual, incluindo a violência física, psicológica e moral, como, por exemplo, a coerção, quando se força uma pessoa a fazer o que não deseja.

Há diversos desafios que acompanham a luta pelo fim da violência de gênero, não só a falta de conscientização da população, como também a tendência coletiva de achar que o erro foi da vítima. Logo, medidas são necessárias para melhorar essa situação.

Considerando que situações de assédio costumam ocorrer dentro de espaços de entretenimento, como bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos, propomos o presente Projeto de Lei visando instituir mais uma medida de apoio às vítimas.

Registramos que propostas similares a nossa já foram aprovadas em outras Assembleias Legislativas do país. Recentemente, a ALESP aprovou e o Governador Tarcísio de Freitas sancionou a Lei Nº 17.621, de 03 de fevereiro de 2023, que trata do mesmo conteúdo ora proposto (vide anexo).

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de novas atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

A proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 10 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões em tramitação em conjunto com o PLO 229/2023.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000212/2023

Autoriza o Governo do Estado a promover o pagamento de aluguel social às mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar no âmbito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado de Pernambuco a criar o aluguel social às mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar com medida protetiva de urgência da Lei Federal nº 11.340 de 7 de agosto de 2006.

Art. 2º O auxílio que trata o art. 1º será destinado à mulher que por conta da violência doméstica e/ou familiar sofrida não pode retornar ao seu lar, devendo atender aos seguintes critérios:

I - possuir renda familiar mensal não superior a 01 (um) salário mínimo vigente;

II - estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);

III - não ser proprietária, cessionária ou promitente compradora de imóvel urbano ou rural;

IV - não ter sido beneficiada em outros programas habitacionais do Estado de Pernambuco ou de organismos municipais; e

V - ter medida protetiva de urgência expedida, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Art. 3º Será priorizada a concessão do benefício instituído por esta Lei para a mulher em situação de vulnerabilidade socioeconômica que possua filho(s) ou dependente(s) legal(is) menor(es) de 18 (dezoito) anos ou incapaz.

Art. 4º O valor do aluguel social será fixado pelo Poder Executivo Estadual em decreto regulamentador, devendo ser prestado independentemente da concessão de outros benefícios sociais.

Art. 5º O retorno da mulher ao convívio junto ao agressor e a cessação dos efeitos da medida protetiva de urgência deverão ser imediatamente comunicados no sentido de suspender o benefício, sob pena de responsabilização civil e penal.

Art. 6º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, devendo atender os dispostos presentes nos arts. 13, 15 e 22 da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 7º Fica o Estado de Pernambuco autorizado a promover convênios com a União, os municípios e a sociedade civil organizada para atender ao disposto nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Pernambuco fechou o ano de 2022 com um aumento de 5,7% nos episódios de violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo o balanço da Secretaria de Defesa Social (SDS). Foram 43.553 denúncias desse tipo; o que equivale a quase 120 agressões por dia.

Em 2021, foram 41.203 denúncias desta natureza registradas no estado.

As forças de segurança computaram uma redução nos casos de feminicídio ocorridos em Pernambuco. Em 2022, 72 mulheres foram assassinadas por causa da condição de gênero; ou seis a cada mês. O número é inferior às 87 mulheres vítimas de feminicídio em 2021.

Apenas no mês de dezembro de 2022, foram 3.877 denúncias de violência e oito vítimas de feminicídio.

Para dar suporte a todas essas mulheres, o Governo do Estado e os municípios devem investir em políticas públicas de apoio jurídico, psicossocial e estímulo à autonomia financeira. Dentre essas, destacam-se medidas de suporte habitacional. Afinal, a maioria das agredidas dependem materialmente do agressor, vivendo em imóveis por eles custeados.

O serviço de abrigamento para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar do Governo do Estado foi instituído pela Lei nº 13.977/2009, com o objetivo de garantir a integridade física e psicológica dessas mulheres e de seus filhos ou dependentes legais menores de 18 (dezoito) anos, mediante as seguintes ações: criação de Rede de abrigamento; e apoio à transferência domiciliar.

As casas-abrigo do Estado tem por finalidade também de assegurar às mulheres a prestação de assistência social, psicológica, orientação, informação e encaminhamento aos serviços e programas sociais ou profissionais desenvolvidos no âmbito estadual e municipal, possibilitando a reconstrução de suas vidas.

Hoje, no entanto, elas acolhem principalmente mulheres que estão em situação de alto risco de revitimização. São aquelas que estão ameaçadas de morte pelos agressores e precisam ficar escondidas até que a polícia e o Poder Judiciário prenda e julgue o agressor. No entanto, não há uma política habitacional contínua para as vítimas de baixa renda, sem moradia, que possa ajudá-las a se reerguer.

Portanto, propomos a presente medida, registrando que propostas similares a nossa já foram aprovadas em outras Assembleias Legislativas do país. Recentemente, a ALESP aprovou e o Governador Tarcísio de Freitas sancionou a Lei nº 17.626, de 07 de fevereiro de 2023, que trata do mesmo conteúdo, originada do Projeto de Lei nº 412/2020, de autoria do Deputado Estadual Marcio Nakashima (vide anexo).

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 10 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 11ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000213/2023

Altera a Lei nº 14.452, de 25 de outubro de 2011, que institui a entrada gratuita para os menores de (7) sete anos de idade nos eventos esportivos organizados por entidades públicas ou privadas, com patrocínio, incentivo ou fomento pelo poder público no Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Daniel Coelho, a fim de aperfeiçoar dispositivos desta Lei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Ementa da Lei nº 14.452, de 25 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Institui o acesso gratuito aos menores de 12 (doze) anos que estejam acompanhados de responsável, nos eventos esportivos organizados por entidades públicas ou privadas com patrocínio, incentivo ou fomento do Poder Público no Estado de Pernambuco." (NR)

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 14.452, de 25 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica assegurado o acesso gratuito, aos menores de 12 (doze) anos que estejam acompanhados de responsável, nos eventos esportivos organizados por entidades públicas ou privadas com patrocínio, incentivo ou fomento do Poder Público no Estado de Pernambuco." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa

A propositura apresentada busca ajustar a redação da Lei nº 14.452, de 25 de outubro de 2011, ao disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de propiciar maior segurança para as crianças que frequentam eventos esportivos em nosso estado. Cabe salientar que o texto anterior não previa expressamente, o acompanhamento dos menores por responsável nesses eventos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente considera como criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos. Isto posto, resta evidente a necessidade da adequação para que mais crianças possam ser beneficiadas com a lei em exercício. Sendo assim, solicitamos a contribuição dos nobres colegas para admissão desse projeto.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

João Paulo Costa
Deputado

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000214/2023

Dispõe sobre a manutenção e disponibilização de banco de dados contendo histórico de informações a respeito de veículos licenciados no Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O histórico de informações de veículos licenciados no Estado de Pernambuco, disponibilizado pelo órgão estadual de trânsito de forma gratuita para consultas públicas, em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores, conterá os seguintes dados:

I – quilometragem na data da última transferência de titularidade;

II – registro de furto ou roubo;

III – registro de sinistro, como acidente e incêndio, quando comunicado por autoridade administrativa ou judicial, indicando, quando possível, o detalhamento do dano causado;

IV – adulteração e clonagem;

V – bloqueio por decisão administrativa ou judicial, com a indicação do tipo de vedação, como proibição de alienação ou circulação, entre outras; e

VI – outras informações relevantes.

Parágrafo único. O órgão estadual de trânsito não responderá pela ausência ou inveracidade total ou parcial das informações repassadas por terceiros, mormente por outros órgãos ou autoridades públicas.

Art. 2º As informações de que trata o art. 1º deverão:

I – quando possível, conter fotografias do estado do automóvel no momento da ocorrência ou da inspeção veicular exigida pelo órgão estadual de trânsito para realização de procedimentos administrativos;

II – ser apresentadas de forma clara e objetiva, contendo campos individualizados com os dizeres "nada consta" em caso de ausência de ocorrências;

III – ser apresentadas de forma permanente, salvo em caso de revisão da informação, após procedimento regulamentado por ato normativo interno do órgão estadual de trânsito;

IV – conter o histórico do veículo, a partir da compilação de todas as ocorrências já registradas, com as respectivas datas, ainda que no momento da consulta a restrição tenha sido baixada ou solucionada; e

V – ser disponibilizadas pelo órgão estadual de trânsito mediante consulta realizada com o número do Renavam ou da placa do veículo.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso IV do *caput* , deverá constar a informação de que a restrição já foi baixada ou solucionada.

Art. 3º Com a finalidade de dar aplicação à presente Lei, o órgão estadual de trânsito responsável pela manutenção do histórico de informações de veículos licenciados no Estado de Pernambuco, fica autorizado a:

I – celebrar convênios com órgãos administrativos e judiciais, para estabelecer fluxo automático de troca de informações sobre os veículos registrados; e

II – requisitar informações de órgãos da Administração Estadual, sobre os veículos registrados.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei pelos agentes ou estabelecimentos públicos ensejará a sua responsabilização administrativa ou de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Todos os dias milhares de veículos usados são vendidos, desmontados ou leiloados em Pernambuco. As informações sobre o histórico desses automóveis, por inúmeras vezes, não chegam ao conhecimento da população, o que dificulta a compra e venda de veículos, eis que faltam informações confiáveis.

Em Pernambuco, de acordo com a Federação Nacional das Associações dos Revendedores de Veículos Automotores (Fenauto), foram comercializados 51.996 veículos usados em dezembro de 2020 contra 46.920 unidades no mês anterior, o que representa um aumento de 10,8%.

Quando comparado a dezembro de 2019, o crescimento das vendas em Pernambuco chega a 32,4%, índice maior que o nacional, que registrou 23,6% de elevação na comparação com o mesmo período. O estado inclusive obteve o segundo melhor desempenho em vendas no mês de dezembro, atrás apenas da Bahia, que vendeu 65.244 unidades.

A circulação mensal desses veículos é enorme, mas é necessário que o Estado disponibilize os dados completos e atualizados, em tempo real, sobre o passado desses produtos. São informações que já constam no banco de dados do Detran-PE, mas que nem todas são divulgadas de maneira rápida e fácil.

Tendo em vista que é de competência dos órgãos de trânsito dos Estados implementar as medidas de Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito, dentre elas, medida de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, faz-se necessário expor ao adquirentes de veículos automotores, licenciados em Pernambuco, todo o histórico do veículo, registros de sinistro com fotos de eventuais avarias, peças afetadas, modificações estruturais, bem como eventos de furto, roubo e passagens por leilão judicial ou não e, também, registro de possível clonagem do automóvel.

A divulgação dessas informações não importará em aumento de despesas para o DETRAN/PE, e ainda trará maior transparência ao mercado de automóveis usados, vez que o cidadão de bem poderá acessá-las rapidamente no *site* do órgão de trânsito, sem precisar contratar terceiros para obter o histórico veicular. Consequentemente, a medida também ajudará a reduzir o número de pessoas vítimas de golpes

Registramos, por fim, que propostas legislativas semelhantes a nossa já foram aprovadas nos estados de São Paulo e Paraná, sendo esta uma tendência nacional.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 10 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 10ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000215/2023

Institui a Política Estadual de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Contra Mulher nos Setores de Comércio, Indústria e Serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Contra Mulher nos Setores de Comércio, Indústria e Serviços, a ser implementada pelo Poder Público Estadual, em cooperação com a União, municípios, sociedade civil, empresas e instituições privadas, como estratégia permanente de enfrentamento à violência contra a mulher e apoio às vítimas de assédio moral e sexual no âmbito dos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços situados no Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. A proteção assegurada por esta Lei se aplica a todas as mulheres em situação de risco e/ou vítimas de violência e assédio, mormente de natureza moral e sexual, ocorrido no interior dos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços situados no Estado de Pernambuco, sejam elas clientes, usuárias ou consumidoras de produtos e serviços, bem como funcionárias, profissionais autônomas e prestadoras de serviços, observando-se a exceção estabelecida no parágrafo único do art. 3º.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Contra Mulher nos Setores de Comércio, Indústria e Serviços:

I – promover campanhas de conscientização sobre o enfrentamento à violência contra mulher no comércio, indústria e serviços, com o envolvimento das empresas, da sociedade civil organizada e dos organismos de defesa dos direitos da mulher;

II – difundir informações sobre a rede e a legislação de proteção à mulher, mormente a de natureza penal e trabalhista;

III – reduzir os casos de violência e assédio moral e sexual praticados contra as mulheres no interior dos estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, mormente quando as vítimas são profissionais e prestadoras de serviços que neles atuam;

IV – combater a impunidade dos crimes praticados contras mulheres, incentivando e apoiando as vítimas para que denunciem seus agressores;

V – assegurar a formação e qualificação dos funcionários e equipes de seguranças de estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, sobre como identificar, prestar os primeiros socorros e fornecer acolhimento humanizado à mulher em situação de risco e/ou vítima de violência, bem como a dar o encaminhamento para a rede de proteção;

VI – estimular parcerias e cooperação técnica entre o Poder Público Estadual, a União, os municípios, a sociedade civil e os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, para promover o enfrentamento à violência contra a mulher e o apoio às vítimas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho;

VII – identificar, conscientizar e repreender, conforme o caso, os estabelecimentos que promovem ou não combatem a cultura do assédio e da violência contra mulher no ambiente de trabalho; e

VIII – promover o encaminhamento rápido, sigiloso e seguro das vítimas à rede de proteção policial e de apoio psicossocial.

§ 1º O Poder Executivo Estadual deverá promover campanhas, projetos, programas e ações, através de seus órgãos competentes, que busquem alcançar os objetivos compreendidos neste artigo, de forma articulada com os organismos que atuam na promoção e defesa dos direitos da mulher.

§ 2º As ações promovidas pelo Poder Público para alcançar os objetivos estabelecidos nesta Lei deverão levar em consideração outras formas de discriminação enfrentadas pelas mulheres, mormente em decorrência de preconceitos de raça, cor, etnia, sexo, idade, religião, origem nacional ou regional, e condição socioeconômica.

Art. 3º Ficam os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços localizados no âmbito do Estado de Pernambuco, obrigados a adotar medidas de auxílio e encaminhamento à rede de proteção policial e psicossocial, à mulher em situação de risco e/ou vítima de violência e assédio, mormente de natureza moral e sexual, que estejam no interior de suas dependências no momento da ocorrência do fato.

Parágrafo único. As medidas previstas nesta Lei se estendem às profissionais e prestadoras de serviços dos estabelecimentos especificados no caput, no exercício de suas atividades laborais, quando submetidas a situações de assédio ou outras formas de violência cometidas por clientes, prestadores de serviços, fornecedores, funcionários e prepostos daqueles empreendimentos, mesmo quando o fato ocorrer em local externo.

Art. 4º Os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços deverão instruir seus funcionários e/ou equipe de segurança sobre como identificar, prestar os primeiros socorros e fornecer acolhimento humanizado à mulher em situação de risco e/ou vítima de violência, bem como a dar o encaminhamento para a rede de proteção policial e apoio psicossocial.

§ 1º A instrução mencionada no caput compreende a informação aos funcionários e/ou equipe de segurança sobre técnicas humanizadas de abordagem e acolhimento às vítimas, indentificação do código “Sinal Vermelho”, fornecimento de telefones de contato dos serviços de resgate, proteção policial e de apoio psicossical à mulher, bem como técnicas seguras de abordagem aos agressores, de forma que não exponha os funcionários e/ou equipe de segurança a riscos desnecessários.

§ 2º O código “Sinal Vermelho” a que se refere o parágrafo anterior constitui uma forma de pedido de ajuda em que a vítima verbalmente expressa as palavras “sinal vermelho” ou exibe uma marca na forma de “X” desenhada na mão, quando possível na cor vermelha, indicando que está sob risco de vida.

§ 3º Os funcionários e/ou equipe de segurança deverão atuar com discrição, registrando as circunstâncias fáticas e possibilitando a identificação do agressor a fim de facilitar eventual investigação perpetrada pelas autoridades policiais competentes, disponibilizando à mulher ou às referidas autoridades todos os canais de comunicação para a efetiva promoção da defesa dos direitos da vítima.

§ 4º Os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços deverão instruir seus funcionários e equipes de segurança a não desestimularem ou incentivarem as vítimas a desistirem de buscar apoio policial e psicossocial, sempre prezando pela promoção dos direitos das mulheres como mecanismo de combate à impunidade nos crimes de gênero.

§ 5º O atendimento e acolhimento das vítimas deverá ser prestado de forma que não as exponham a situações vexatórias, humilhantes e degradantes, devendo ocorrer com celeridade e sigilo de seus dados.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator, quando pessoa física ou jurídica de direito privado, às seguintes penalidades:

I - advertência, quando da primeira autuação da infração; e

II - multa, quando da segunda autuação.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R$ 500,00 (quinhentos reais) e R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a depender do porte econômico do infrator e das circunstâncias da infração, tendo seu valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 6º O descumprimento do disposto nesta Lei pelos agentes ou estabelecimentos públicos ensejará a sua responsabilização administrativa ou de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Nosso projeto de lei objetiva combater a violência diária enfrentada pelas mulheres que trabalham nos setores do comércio, indústria e de serviços. São inúmeras situações de abusos e assédio, praticadas não somente pelos clientes, mas também por outros funcionários ou prepostos do estabelecimento.

Um levantamento realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho revelou que, nos últimos seis anos, entre janeiro de 2015 e julho de 2021, as Varas do Trabalho registraram mais de 27.3 mil ações sobre assédio sexual e que o número de casos teve aumento de 21% no primeiro semestre deste ano — em comparação com igual período de 2020.

De acordo com os números, foram abertos 1.477 processos nos primeiros seis meses deste ano. Em 2020, no mesmo espaço de tempo, a Justiça contabilizou 1.215 ações em todo o país.

O estudo do TST também revelou que os setores do comércio, serviços e da indústria lideraram a lista de ações judiciais por abuso sexual no ambiente de trabalho no país . Juntos, somam 14.687 nos últimos seis anos. Mais de **90%** destas ações são movidas por mulheres que relatam diversos episódios de abusos, desde comentários de cunho sexual, piadas, insinuações, convites para sair, toques inapropriados, tentativas de beijo e até tentativas de estupro.

Uma outra pesquisa traz mais dados assustadores sobre a realidade da violência de gênero no Brasil: promovida pelo portal LinkedIn e pela consultoria de inovação social Think Eva, ela aponta que 47% das brasileiras já foram vítimas dessa violência no ambiente de trabalho.

Dentre as trabalhadoras que afirmaram já terem sofrido com assédio sexual no trabalho, as mais afetadas são as negras (52%) e as que recebem até dois salários mínimos (49%). Apenas 8% das vítimas disseram ter rendimento maior que seis salários mínimos.

Em 2021, completou-se vinte anos desde que o termo “assédio sexual” passou a constar no Código Penal Brasileiro. Desde então, é crime “ *constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual* “ usando condição de superioridade, com pena prevista de um a dois anos de detenção.

No entanto, ao estabelecer que assédio sexual no trabalho é considerado crime apenas se o agressor estiver em um cargo superior ao da vítima, o texto desconsidera casos de mulheres assediadas por seus pares e até subordinados, bem como pelos clientes - o que, segundo ela, não é tão raro.

A lei reconhece que o assédio é um exercício de poder e de força, mas nem sempre o poder é hierárquico. Pode ser de força física, de raça, de classe social. Mulheres que foram assediadas por pares e por subordinados não têm como recorrer a esta lei. O que muitos advogados têm feito para ajudar suas clientes é tentar enquadrar esses episódios como importunação sexual.

De alguns anos para cá, a Lei do Assédio Sexual, de 2001, tem sido usada em alguns casos de assédio sexual em ambientes que não são o meio profissional. Usando o trecho que destaca “condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”, há casos em que foi tipificado como assédio sexual episódios de abusos cometidos por professores contra alunas, médicos contra pacientes, entre outros.

Por isso que nosso projeto de lei estabelece que a norma será aplicada a todas as situações, sejam as vítimas clientes dos estabelecimentos, bem como profissionais e prestadoras de serviços, independentemente do fato ter sido praticado por outros clientes, prestadores de serviços, fornecedores, funcionários e prepostos do estabelecimento, mesmo quando o fato ocorrer em local externo.

Por fim, registramos que em 2019, conquistamos a aprovação, na Alepe, da Emenda Constitucional nº 46, a qual impôs ao Estado e aos municípios pernambucanos o dever de combater todas as formas de violência contra a mulher e as causas de sua discriminação. Compreendemos o presente projeto de lei como mais um mecanismo de alcançar esses objetivos, não podendo a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco se manter inerte a essa sofrida realidade tão comum às mulheres, conforme foi revelado pelo TST.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 10 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000216/2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação pelas empresas de adquirência de máquinas de cartão de crédito e débito, adaptá-las para pessoas com deficiência visual, no âmbito de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º As empresas de adquirência ficam obrigadas a implantarem máquinas de cartão de crédito e débito adaptadas para pessoas com deficiência visual, no âmbito de Pernambuco.

Parágrafo único. As empresas de adquirência poderão:

a) prover soluções de adaptabilidade de informações em áudio;

b) inserir teclas que sigam o denominado padrão numérico universal, com sinalização tátil padrão nas teclas 5 (cinco), “cancela”, “corrige” e “entra”; ou

c) película autocolante que replique o padrão descrito na alínea “b” supra.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará as empresas de adquirência a penalidades previstas no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 3º As empresas de adquirência terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adequarem ao disposto nesta lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A proposição em apreço visa obrigar os estabelecimentos comerciais de adquirência a adaptarem as maquinetas de cartão de débito e crédito para pessoas portadoras de deficiência visual.

Segundo dados da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), o número de transações bancárias passou de 55,7 bilhões em 2015 para 65 bilhões em 2016. Mais do que isso, embora nem todos os brasileiros possuam conta em banco, de uma forma ou de outra acabam utilizando com alguma frequência os serviços bancários, seja para depósitos em conta de terceiros, pagamento de contas, recebimento de benefícios, entre outros.

E, claro, é dever de todos os fornecedores integrantes das cadeias de consumo assegurar a acessibilidade dos serviços para qualquer cidadão, especialmente para pessoas com deficiência, garantindo efetiva e plena possibilidade de utilização dos serviços bancários, essenciais na vida moderna.

Infelizmente, os direitos das pessoas com deficiência nem sempre são respeitados espontaneamente pelo mercado de consumo, havendo a necessidade do Estado legislador intervir, de modo a assegurar que os mesmos sejam observados.

Diante do exposto, apresento a matéria aos demais membros desta Casa para deliberações favoráveis, objetivando unicamente atender aos meios possíveis e reais de acessibilidade.

Sala das Reuniões, em 10 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000217/2023

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir obrigatoriedade de notificação prévia aos usuários de vistorias a serem realizadas pelas concessionárias de serviços públicos fornecedoras de energia elétrica, água ou gás encanado, no âmbito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 20-A. As empresas concessionárias de serviços públicos, fornecedoras de energia elétrica, água ou gás encanado, no âmbito do Estado de Pernambuco, quando da realização de vistoria técnica no medidor de consumo do usuário residencial, deverão notificar o consumidor sobre o dia, horário e responsável pela vistoria, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. (AC)

§ 1º A notificação de que trata o caput dar-se-á através de: (AC)

I - carta simples ou registrada, com Aviso de Recebimento (AR), sendo o prazo computado a partir da entrega do AR pelo usuário; (AC)

II - contato telefônico com o usuário ou responsável pelo imóvel; ou (AC)

III - outras formas de contato eletrônico e/ou digital devidamente indicadas e autorizadas pelo usuário consumidor. (AC)

§ 2º Não será exigível a notificação prévia nas hipóteses em que haja Boletim de Ocorrência (BO) devidamente registrado pela autoridade policial competente, relativo à suspeita da prática dos crimes de furto de energia elétrica, água ou gás encanado, conforme o caso, cuja cópia deverá ser apresentada ao usuário no ato da vistoria. (AC)

§ 3º O usuário que não for comunicado tempestivamente da vistoria, resguardado o disposto no § 2º, poderá se recusar a permitir que os funcionários das concessionárias de serviços públicos de que trata o *caput* adentrem o imóvel. (AC)

§ 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores a: (AC)

I - notificação de advertência, determinando que a concessionária passe a adotar os procedimentos previstos nesta Lei, na primeira infração; e (AC)

II - multa, graduada de acordo com a gravidade e a reincidência, variando entre as Faixas Pecuniárias de A a C, nos termos do art. 180, respeitada a destinação de que trata o art. 182. (AC)

§ 5º As vistorias que forem realizadas em inobservância ao disposto neste artigo serão consideradas nulas e novas vistorias deverão ser marcadas com a notificação tempestiva de que trata o caput .” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa

Decerto que um dos grandes desafios que municípios e estados brasileiros enfrentam, hoje, é o da violência. O enfrentamento à onda de crimes desenfreados que assolam nossa sociedade exige ações concretas e afirmativas de todos os setores da sociedade; poder público, cidadãos e iniciativa privada. Dessa forma, é exigível que todos esses setores exerçam seu dever de cautela de forma a, senão impedir, ao menos dificultar o cometimento de crimes.

Nesse sentido, observa-se que um dos poucos redutos de segurança que resta aos brasileiros é justamente a inviolabilidade do seu lar. Os cidadãos, em defesa própria, adotam mecanismos de segurança dos mais simples, como o erguimento de um muro, aos mais complexos, como a contratação de modernos sistemas de segurança, com vistas a protegerem suas casas e suas famílias dos perigos sociais que não são controlados pelo Estado. Infelizmente os agentes da violência também inovam suas práticas, diariamente, para, aproveitando-se muitas vezes da simplicidade ou ingenuidade das pessoas, obterem facilidades para a prática de seus atos delitivos; uma dessas estratégias é justamente a de se disfarçarem como prestadores de serviços dessas concessionárias de serviços públicos, ou mesmo de outras empresas, para ganharem fácil acesso às residências.

É justamente para dificultar essa prática, cada dia mais recorrente, que esta proposta se apresenta, a exemplo do que já dispõe o nosso Código Estadual de Defesa do Consumidor, em seu artigo 20, na hipótese em que o serviço é solicitado pelo consumidor. Observe-se, contudo, que por sua própria natureza a realização de vistorias não é solicitada pelo usuário, ficando, até hoje, a sua realização à mera vontade da concessionária de serviços públicos, à revelia da vontade ou mesmo do direito de autoafirmação do consumidor. Ora, a nossa Constituição Federal deu tamanho valor à inviolabilidade do lar dos brasileiros que fez este direito constar do inciso XI do seu art. 5º, estabelecendo que a “casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador”. O usuário, então, é surpreendido pela visita dos técnicos, sem saber da realização da vistoria e sem ter nenhum meio de comprovar a legitimidade daquela intervenção, não tomando conhecimento prévio sequer do nome do funcionário responsável por aquele ato.

Dessa forma, a obrigatoriedade de notificação prévia pelas concessionárias para a realização de serviços de vistoria se revela como medida útil a auxiliar o cidadão na proteção de seu lar, sem que este seja pego de surpresa e permitindo que possa assegurar a legitimidade daquele ato. Tal obrigação também permite que os prestadores de serviços públicos contribuam para a segurança cidadã sem, contudo, lhes impor obrigações impossíveis ou que fujam às suas competências de relação com seus consumidores.

Ademais, cumpre destacar decisão recente do Supremo Tribunal Federal, através da ADI 4914, que julgou constitucional a Lei nº 83, de 6 de julho de 2010, do Estado do Amazonas, com conteúdo semelhante a esta proposta. Nos termos do voto vitorioso do Relator, Min. Marco Aurélio, in verbis:

> “Indaga-se; ao exigir, por parte dos fornecedores indicados na cabeça do artigo 1º, a expedição de notificação pessoal acompanhada de aviso de recebimento quando da realização de vistoria técnica em medidor localizado nas residências dos usuários, o legislador estadual interveio diretamente no núcleo de atuação das empresas voltadas à prestação de fornecimento de energia elétrica e água, usurpando a competência privativa da União? A resposta é negativa. A edição da norma em jogo não instituiu obrigações e direitos relacionados à execução contratual da concessão de serviços públicos. Antes, ao impor o dever de informar, previamente, aos consumidores, a realização de vistoria técnica em medidores localizados nas residências, buscou reduzir, na medida do possível, riscos à integridade dos usuários [...] A despeito das diferenças de regime jurídico, os usuários de serviço público também se caracterizam como consumidores. [...] O usuário de serviço público é consumidor, devendo, como tal, ser protegido por normas específicas, como a contida na lei impugnada, inexistindo descompasso com o artigo 175, parágrafo único, do Diploma Maior. Tem-se manifestação do exercício da competência concorrente dos Estados para legislar sobre Direito do Consumidor, a teor do artigo 24, inciso V, da Constituição Federal, no que autoriza a complementação, em âmbito normativo local, da legislação editada pela União, com a ampliação da proteção aos consumidores.
> (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 4914/AM. Relator: Ministro Marco Aurélio. DJE nº1, 07 de janeiro de 2021) (grifamos).”

Percebe-se, portanto, que não prosperou a alegação de que a medida imposta às concessionárias de serviços públicos invadiria competência legislativa da União, confirmando-se que a norma tratava, a bem da verdade, de matéria afeta ao Direito do Consumidor, confirmando-se assim a competência legislativa daquela Assembleia amazonense.

É, portanto, diante de todo o exposto, que pugna-se pela oportunidade da alteração proposta ao Código Estadual de Defesa do Consumidor como mais um instrumento voltado a resguardar a integridade dos lares pernambucanos, e da mesma forma pela constitucionalidade e legalidade da pretensão, conforme já afirmado pela própria Corte Suprema, motivos pelos quais solicito o apoio de meus pares.

Sala das Reuniões, em 10 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000218/2023

Dispõe sobre a elaboração de estatística sobre a violência contra as mulheres no âmbito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica obrigado o Poder Executivo a elaborar estatística específica sobre a violência contra as mulheres no Estado de Pernambuco.

§ 1º Deverão ser coletados todos os dados nos quais conste qualquer forma de agressão que vitime mulheres, inclusive a prática do feminicídio, nos termos da Lei Federal nº 13.104, de 9 de março de 2015, especificando:

I - o tipo de agressão;

II - a idade da vítima; e

III - identificação da raça ou cor da vítima, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2º A periodicidade de disponibilização dos dados não poderá ser superior a 12 (doze) meses.

§ 3º A metodologia utilizada deverá seguir um padrão único para a coleta e disponibilização dos dados, observados critérios que permitam a fácil compreensão das informações pelo coletivo da sociedade.

§ 4º Relatório do qual constem as informações coletadas deverá ser enviado à Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, sempre no mês de novembro.

Art. 2º Os dados coletados deverão ser centralizados e estarão disponíveis para acesso de qualquer cidadão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A violência contra as mulheres é um problema endêmico em todo o Brasil e no Estado de Pernambuco não é diferente. Contamos com diversas legislações que buscam o enfrentamento a esse tipo de violação, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e tantas outras normas, de âmbito nacional ou regional que buscam auxiliar nesse combate. Devemos, contudo, estar diuturnamente buscando meios e mecanismos que ajudem a intensificar as ações estatais com vistas a preservar a vida e a integridade feminina.

Dessa forma, acreditamos que a consolidação dos dados sobre esse tipo de violação em documento único, acessível ao cidadão pernambucano e submetido a esta Assembleia Legislativa servirá como base documental para a elaboração das políticas públicas e rubricas orçamentárias necessárias à evolução do combate à violência contra a mulher no Estado de Pernambuco.

Além disso, escolhe-se o mês de março para a submissão do relatório à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher porque é neste mês que se celebra o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Diante de todo o exposto, conto com o apoio de todos os meus pares para a aprovação deste Projeto e consolidação das informações estatísticas da violência contra a mulher no Estado de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 10 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000219/2023

Altera a Lei nº 17.373, de 8 de setembro de 2021, que institui e define diretrizes para a Política Pública “Menstruação Sem Tabu” de

Conscientização sobre a Menstruação, bem como sobre a importância da universalização do acesso a absorventes higiênicos, originada de projeto de autoria da Deputada Fabíola Cabral, a fim de introduzir o conceito de “pobreza menstrual” e determinar que os produtos e artigos de higiene íntima feminina apreendidos pelo Estado, que estejam aptos para consumo humano, sejam destinados aos programas de combate à pobreza menstrual.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 17.373, de 8 de setembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica instituída a Política Pública de Conscientização sobre a Menstruação, bem como sobre a importância da universalização do acesso a absorventes higiênicos e do enfrentamento à pobreza menstrual. (NR)

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, define-se como pobreza menstrual a falta de acesso à itens básicos de higiene íntima feminina, durante o período menstrual, por mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, devido à ausência de informações e/ou recursos materiais para aquisição desses produtos. (AC)

Art. 2º A Política instituída por esta Lei tem como objetivo a plena conscientização acerca da menstruação, assim como o sobre a importância do acesso aos absorventes higiênicos femininos, como fator de redução da desigualdade social e de enfrentamento à pobreza menstrual, e visa, em especial: (NR)
.....”

“Art. 3º-A. Os produtos e artigos de higiene íntima feminina, mormente os absorventes higiênicos, apreendidos pela fiscalização da Secretaria da Fazenda ou da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco por irregularidades não sanáveis, que estejam aptos para o consumo humano, não poderão ser incinerados ou descartados, devendo, após observados os procedimentos legais cabíveis, ser doados às Secretarias Estaduais ou Municipais responsáveis por programas, projetos e ações de combate à pobreza menstrual. (AC).

Art. 3º-B. Para os fins do disposto nesta Lei, o Estado de Pernambuco poderá: (AC)

I - receber doações de produtos e artigos de higiene íntima feminina, mormente os absorventes higiênicos de qualquer modelo, oriundos de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, a fim de distribuí-los gratuitamente a estudantes e à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica; (AC)

II - celebrar convênios com órgãos e entidades públicas e privadas, que tenham por objeto colaboração técnica e financeira para o enfrentamento à pobreza menstrual.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Nosso Projeto de Lei objetiva ampliar o alcance da Lei nº 17.373, de 8 de setembro de 2021, que institui e define diretrizes para a Política Pública “Menstruação Sem Tabu” de Conscientização sobre a Menstruação, bem como sobre a importância da universalização do acesso a absorventes higiênicos.

Nesse sentido, propomos alterar a referida norma a fim de aperfeiçoar a sua redação, trazendo o conceito de “pobreza menstrual” para nortear as ações desenvolvidas a partir da sua aplicabilidade.

Compreendemos por “ *pobreza menstrual* ” a falta de acesso à itens básicos de higiene íntima feminina, durante o período menstrual, devido à ausência de informações e/ou recursos materiais para aquisição desses produtos, por mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nosso projeto também propõe duas importantes alterações na Lei nº 17.373/21. A primeira delas estabelece que os produtos e artigos de higiene íntima feminina, mormente os absorventes higiênicos, apreendidos pela fiscalização da Secretaria da Fazenda ou da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco por irregularidades não sanáveis, que estejam aptos para o consumo humano, não poderão ser incinerados ou descartados, devendo, após observados os procedimentos legais cabíveis, ser doados às Secretarias Estaduais ou Municipais responsáveis por programas, projetos e ações de combate à pobreza menstrual.

A segunda, possibilita que o Estado de Pernambuco receba doações de produtos e artigos de higiene íntima feminina, mormente os absorventes higiênicos de qualquer modelo, oriundos de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, a fim de distribuí-los gratuitamente a estudantes e à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica; e celebre convênios com órgãos e entidades públicas e privadas, que tenham por objeto colaboração técnica e financeira para o enfrentamento à pobreza menstrual.

No Brasil, ainda prevalece uma cultura que trata o absorvente higiênico feminino como um produto cosmético de luxo. Como a Leis brasileiras são formuladas, quase que em sua totalidade, por colegiados de homens, a atenção do legislador passa longe das necessidades básicas do corpo feminino.

No Brasil, a pobreza menstrual revela como as políticas públicas ainda são pensadas tomando como base às peculiaridades do corpo masculino. Há uma construção social de que o corpo padrão é o corpo do homem. As cestas básicas e kits de higiene pessoal doados pelo Poder Público ou vendidos em supermercados, por exemplo, no máximo contêm papel higiênico e sabonete, negligenciando as peculiaridades das mulheres pobres.

São comuns os relatos de profissionais de saúde que atendem mulheres com infecções genitais devido ao uso de produtos não adequados para conter a menstruação, como papel higiênico, algodão, jornal, plásticos e até miolo de pão. São produtos que soltam fibras ou pedaços que podem causar uma infecção ou, a longo prazo, gerar um problema grave capaz de comprometer a fertilidade da mulher.

Infelizmente os impactos negativos da pobreza menstrual não param por aí. Eles alcançam, além da saúde, outros âmbitos da vida da mulher, como a educação e o trabalho. Dados trazidos por uma pesquisa desenvolvida pela Always/Toluna revelam que uma em cada quatro jovens deixaram de ir a aula por não ter dinheiro para comprar absorventes para conter a menstruação. Elas têm vergonha e tentam esconder o escorrimento menstrual da forma que podem. A falta de absorvente provoca uma sensação de insegurança na aluna. É algo que elas sofrem sozinhas, como se fosse um fracasso, uma vergonha.

Estima-se que uma mulher gasta em média R$ 3 mil a R$ 8 mil ao longo da vida para compra de absorventes e itens de higiene menstrual. Quando essa mulher é de baixa renda, dificilmente ela terá condições de adquirir um absorvente ao invés de comprar alimentos para si e sua família.

É por isso que as Assembleias Legislativas de todo país vêm aprovando projetos de lei prevendo a doação de absorventes íntimos femininos para meninas e mulheres de baixa renda. Precisamos instituir mais políticas públicas que contemplem todas as necessidades do corpo da mulher, a fim de alcançarmos a igualdade e equidade de direitos para todos e todas.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 10 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000220/2023

Dispõe sobre a comunicação às autoridades policiais, pelas pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, sobre a ocorrência ou de indícios de ocorrência de fatos que configurem crimes contra a dignidade sexual, praticados por ou cujas vítimas sejam funcionários(as) ou prestadores(as) de serviços sob sua chefia ou comando, nos termos que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º As pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, localizadas no âmbito do Estado de Pernambuco, através de seus administradores e gestores, deverão comunicar à Delegacia de Polícia Civil e aos órgãos de segurança pública especializados sobre:

I – a divulgação efetuada por funcionário ou prestador de serviço sob sua chefia ou comando, por qualquer meio que tenha conhecimento - inclusive através de sistemas de comunicação em massa, de informática ou de telemática, e-mails institucionais e aplicativos para dispositivos móveis -, de mensagens de texto e/ou material audiovisual que denigram ou exponham pessoa a cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia, nos termos do art. 218-C, do Decreto-Lei Federal nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e

II – o recebimento de denúncias, por quaisquer meios, sobre a ocorrência ou de indícios de ocorrência de crimes contra a dignidade sexual praticados por ou cujas vítimas sejam funcionários(as) ou prestadores(as) de serviços sob sua chefia ou comando, nos termos do Título VI, do Decreto-Lei Federal nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

§ 1º O disposto neste artigo se aplica exclusivamente às situações em que as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, através de seus administradores e gestores, tenham tomado conhecimento, por quaisquer meios, sobre fato que configure uma das hipóteses dos incisos I ou II do *caput* .

§ 2º A comunicação de que trata o *caput* deverá ser realizada por quaisquer meios disponibilizados pela Polícia Civil de Pernambuco, no prazo de até 48h (quarenta e oito horas) após a ciência do fato, contendo informações que possam contribuir para a identificação das partes envolvidas, inclusive de testemunhas.

§ 3º As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, através de seus administradores e gestores, deverão encaminhar à Delegacia de Polícia Civil e aos órgãos de segurança pública especializados, sempre que possível, cópia da denúncia recebida, das mensagens de texto e do material audiovisual, bem como de qualquer instrumento, objeto ou elemento que possa servir de prova e contribuir para elucidação dos fatos.

§ 4º Se o fato que configure uma das hipóteses dos incisos I ou II do *caput* estiver em andamento, a comunicação também deverá ser feita imediatamente ao Disque 190 (emergência da Polícia Militar de Pernambuco).

§ 5º Quando o crime for praticado contra mulher, a comunicação do fato também deverá ser feita, em até 72 (setenta e duas) horas, ao Departamento de Polícia da Mulher de Pernambuco (DPMUL - PE), à secretaria ou coordenadoria da mulher do município e ao Ministério Público de Pernambuco, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

§ 6º Quando o crime for praticado contra criança ou adolescente, a comunicação do fato também deverá ser feita, em até 72 (setenta e duas) horas, ao Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente de Pernambuco (DPCA - PE), ao Conselho Tutelar do município e ao Ministério Público de Pernambuco, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Art. 2º A comunicação de que trata esta Lei deverá ocorrer de forma sigilosa, de forma que não exponha a identidade da vítima para terceiros.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta Lei pelos agentes ou estabelecimentos públicos ensejará a sua responsabilização administrativa ou de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator, quando pessoa física ou jurídica de direito privado, às seguintes penalidades:

I - advertência, quando da primeira autuação da infração;

II - multa, a partir da segunda autuação.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R$ 100.000,00 (cem mil reais), a depender das condições socioeconômicas do infrator e das circunstâncias da infração, tendo seu valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

A proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, destacamos que nosso Projeto de Lei objetiva instituir mecanismo de enfrentamento à impunidade de crimes contra a dignidade sexual, assim definidos pelo Código Penal, cujo autor do fato ou a vítima seja funcionário(a) ou prestador(a) de serviço de estabelecimento público ou privado localizado no âmbito do Estado de Pernambuco.

Para tanto, propomos que esses estabelecimentos comuniquem à polícia, em até 48h, sobre:

1. A divulgação efetuada por funcionário ou prestador de serviço sob sua chefia ou comando, por qualquer meio que tenha conhecimento - inclusive através de sistemas de comunicação em massa, de informática ou de telemática, e-mails institucionais e aplicativos para dispositivos móveis -, de mensagens de texto e/ou material audiovisual que denigram ou exponham pessoa a cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza a sua prática, ou, sem o consentimento da vítima, cena de sexo, nudez ou pornografia, nos termos do art. 218-C, do Decreto-Lei Federal nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e

2. O recebimento de denúncias, por quaisquer meios, sobre a ocorrência ou de indícios de ocorrência de crimes contra a dignidade sexual praticados por ou cujas vítimas sejam funcionários(as) ou prestadores(as) de serviços sob sua chefia ou comando, nos termos do Título VI, do Decreto-Lei Federal nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Registramos que são cada vez mais recorrentes a divulgação, pela imprensa, de crimes cibernéticos envolvendo situações de exposição em grupos de Whatsapp e redes sociais, de imagens pornográficas de mulheres, sem o consentimento, praticadas por funcionários de uma mesma empresa. Muitos desses fatos envolvem vítimas que também trabalha no mesmo local, que tiveram ou não algum envolvimento com o autor do fato.

Para ajudar as vítimas, reduzir a impunidade e mudar a cultura sexista e misógina que permeia essas práticas abusivas, precisamos de uma legislação forte de proteção às meninas e mulheres. A responsabilidade no enfrentamento à violência é coletiva, pois sem informações repassadas pela sociedade, o Estado é incapaz de apurar os fatos e punir seus responsáveis.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000221/2023

Institui o "Dossiê Mulher" no âmbito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o "Dossiê Mulher" no âmbito do Estado de Pernambuco, com o objetivo de reunir e compartilhar dados sobre a violência contra mulheres e meninas, que poderão ser utilizados na elaboração de políticas públicas de gênero, sob diferentes recortes e linhas de enfrentamento.

Art. 2º O "Dossiê Mulher" consistirá na reunião de dados e elaboração de estatísticas periódicas sobre as mulheres e meninas vítimas de violência atendidas pelos órgãos sob ingerência do Poder Público estadual, assegurando-se o sigilo de informações que possam resultar na identificação e localização domiciliar das vítimas.

§ 1º Os dados deverão ser reunidos, segmentados e compartilhados, sempre que possível, considerando indicadores de raça, cor, etnia, idade, religião, deficiência, condições socioecônomicas, origem nacional ou regional, local de atendimento, tipo de violência, entre outras informações relevantes para a construção de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero.

§ 2º No âmbito do "Dossiê Mulher", deverão ser reunidos e compartilhados todos os dados em que conste qualquer forma de violência praticada contra mulheres e meninas, seja ela física, sexual, psicológica, moral ou patrimonial, no âmbito doméstico, familiar, do trabalho e de outros ambientes comuns em ocorrências contra essas vítimas, devendo existir codificação própria e padronizada que facilite a disseminação dessas informações entre os órgãos e instituições que atuam na defesa dos direitos das mulheres.

§ 3º As informações reunidas, segmentadas e compartilhadas poderão ser extraídas das bases de dados dos órgãos e secretarias da Administração Pública estadual, bem como de relatórios repassados pela União, municípios e sociedade civil organizada.

Art. 3º A periodicidade da divulgação dos dados recolhidos pelo "Dossiê Mulher" não poderá ser superior a doze meses, devendo estar disponíveis para consulta nos sítios eletrônicos e aplicativos para dispositivos móveis da Administração Pública estadual.

Art. 4º A metodologia utilizada no "Dossiê Mulher" deverá seguir um padrão único para a coleta e compartilhamento dos dados.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei pelos agentes ou estabelecimentos públicos ensejará a sua responsabilização administrativa ou de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

Precedente normativo:

Nosso Projeto de Lei objetiva promover a reunião e o compartilhamento de dados relativos à pandemia da violência contra mulheres e meninas, no âmbito do Estado de Pernambuco, que poderão ser utilizados na elaboração de políticas públicas de gênero, sob diferentes recortes e linhas de enfrentamento.

Atualmente, essas informações são recolhidas e divulgadas de diferentes formas, sem metodologia única, pelas secretarias estaduais, em suas respectivas linhas de atuação. Isso dificulta na compreensão dos indicadores da violência e, consequentemente, na construção de políticas de prevenção e repressão a esses crimes.

É impossível o poder público formular políticas públicas eficientes sem ter um diagnóstico correto da realidade que as mulheres e meninas enfrentam. Ter um "Dossiê Mulher" não é apenas dar visibilidade, mas dar viabilidade para a superação dessa realidade devastadora.

Nas últimas décadas, em especial desde a pressão dos movimentos de mulheres para a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, o Brasil avançou rumo ao reconhecimento da violência contra a mulher como um problema de toda a sociedade e da responsabilidade do Estado em seu enfrentamento.

Em 2019, nós conseguimos a aprovação, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, da Emenda Constitucional nº 46, de nossa autoria, que inseriu entre as competências comuns do Estado e dos municípios pernambucanos, *" combater todas as formas de violência contra a mulher e as causas de sua discriminação ".*

Para um efetivo enfrentamento da violência contra as mulheres precisamos do comprometimento do poder público na construção de políticas públicas, que vão desde a prevenção, com campanhas de conscientização sobre as diversas formas de violência, suas causas e direitos das mulheres; a inclusão deste debate nos sistemas de saúde e de Educação e formação dos profissionais; até a valorização de políticas públicas de assistência e proteção às mulheres vítimas de violência, como os centros de referências, as casas abrigos, os programas de inserção destas mulheres no mercado de trabalho, entre outros.

Neste sentido, para um melhor planejamento das políticas públicas estadual, bem como das ações de outros setores da sociedade, é preciso a sistematização e análise dos dados sobre as mesmas, de forma a visibilizar a compreensão da magnitude da violência vivenciada pelas mulheres e meninas.

Desta forma, resta evidente a necessidade de produção de dados a partir de outras fontes e portas de entradas das políticas públicas para as mulheres. É preciso utilizar como base as informações confiáveis produzidas e compartilhadas pelos diversos atores sociais envolvidos no atendimento a essas mulheres, que muitas vezes não chegam a delegacia, mas são atendidas órgãos federais, estaduais e municipais.

Nos poucos dados produzidos com informações incompletas, sabemos que o Brasil é o 5° país em mortes violentas de mulheres. O feminicídio é tão grave que sua ocorrência bate o que seria uma " epidemia " nacional, mas a ONU já classificou a violência contra meninas e mulheres como uma pandemia mundial.

A violência contra a mulher é tão grave no Brasil, que já é considerada internacionalmente como uma " epidemia de violência doméstica ". É inaceitável que continuemos aceitando essa realidade. É fundamental que o Poder Público tome todas as medidas necessárias para reduzir esses índices.

Assim, a produção do "Dossiê Mulher" visibilizará a sistematização e divulgação periódica das estatísticas de violência contra as mulheres no estado, a partir de diferentes fontes, o que contribuirá para a construção de políticas públicas intersetoriais e eficazes de acolhimento e proteção às mulheres em situação de violência. Ele também auxiliará na identificação de possíveis assimetrias entre regiões do Estado e/ou entre os diferentes perfis de mulheres, evidenciando as prioridades e enfoques de atuação do poder público estadual no atendimento a estas mulheres.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000222/2023

Institui a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher de Pernambuco, a ser implementada pelo Poder Público Estadual em cooperação com a União, municípios, sociedade civil e instituições privadas, a qual se constituti nos serviços do sistema público de saúde direcionados à resolução de problemas pertinentes à saúde da mulher, buscando a satisfação das usuárias, o fortalecimento da capacidade das mulheres frente à identificação de suas demandas de saúde, o reconhecimento e reivindicação de seus direitos e a promoção do autocuidado.

Art. 2º A Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher de Pernambuco terá como princípios norteadores a humanização no atendimento e a qualidade da atenção em saúde, os quais compreendem os seguintes elementos:

I – acesso da população às ações e aos serviços de saúde nos três níveis de assistência;

II – definição da estrutura e organização da rede assistencial, incluindo a formalização dos sistemas de referência e contra-referência que possibilitem a continuidade das ações, a melhoria do grau de resolutividade dos problemas e o acompanhamento das usuárias pelos profissionais de saúde da rede integrada;

III – captação precoce e busca ativa das usuárias;

IV – disponibilidade de recursos tecnológicos e uso apropriado, de acordo com os critérios de evidência científica e segurança da usuária;

V – capacitação técnica dos profissionais de saúde e funcionários dos serviços envolvidos nas ações de saúde para uso da tecnologia adequada, acolhimento humanizado e práticas educativas voltadas à usuária e à comunidade;

VI – disponibilidade de insumos, equipamentos e materiais educativos;

VII – acolhimento amigável em todos os níveis da assistência, buscando-se a orientação da usuária sobre os problemas apresentados e possíveis soluções, assegurando-lhe a participação nos processos de decisão em todos os momentos do atendimento e tratamentos necessários;

VIII – disponibilidade de informações e orientação das usuárias, familiares e da comunidade sobre a promoção da saúde, assim como os meios de prevenção e tratamento dos agravos a ela associados;

IX – estabelecimento de mecanismos de avaliação continuada dos serviços e do desempenho dos profissionais de saúde, com participação das usuárias;

X – estabelecimento de mecanismos de acompanhamento, controle e avaliação continuada das ações e serviços de saúde, com participação das usuárias; e

XI – análise de indicadores que permitam aos gestores monitorar o andamento das ações, o impacto sobre os problemas tratados e a redefinição de estratégias ou ações que se fizerem necessárias.

Art. 3º São diretrizes para implementação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher de Pernambuco:

I – capacitar os serviços do sistema público de saúde do Estado de Pernambuco para promover a atenção integral à saúde da mulher, contemplando as necessidades de saúde da população feminina, o controle de patologias mais prevalentes nesse grupo e a garantia do direito à saúde;

II – alcançar as mulheres em todos os ciclos de vida, resguardadas as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais;

III – nortear-se pela perspectiva de gênero, de raça e de etnia, alcançando todos os aspectos da saúde da mulher, e garantir a participação da sociedade civil organizada, mormente dos movimento de mulheres, durante a elaboração, execução e avaliação das políticas de saúde da mulher;

IV – estabelecer uma dinâmica inclusiva, para atender as demandas emergentes ou demandas antigas, em todos os níveis assistenciais;

V – compreender as políticas de saúde da mulher em uma dimensão mais ampla, objetivando a criação e ampliação das condições necessárias ao exercício dos direitos da mulher, seja no âmbito do sistema público de saúde, seja na atuação em parceria do setor Saúde com outros setores governamentais, com destaque para a segurança, a justiça, trabalho, previdência social e educação;

VI – referir a atenção integral à saúde da mulher como um conjunto de ações de promoção, proteção, assistência e recuperação da saúde, executadas nos diferentes níveis de atenção à saúde (da básica à alta complexidade);

VII – garantir o acesso das mulheres a todos os níveis de atenção à saúde, no contexto da descentralização, hierarquização e integração das ações e serviços;

VIII – assegurar o atendimento à mulher a partir de uma percepção ampliada de seu contexto de vida, do momento em que apresenta determinada demanda, assim como de sua singularidade e de suas condições enquanto sujeito capaz e responsável por suas escolhas;

IX – nortear o atendimento à mulher a partir do respeito a todas as diferenças, sem discriminação de qualquer espécie, e do princípio da humanização, aqui compreendido como atitudes e comportamentos do profissional de saúde que contribuam para reforçar o caráter da atenção à saúde como direito, que melhorem o grau de informação das mulheres em relação ao seu corpo e suas condições de saúde, ampliando sua capacidade de fazer escolhas adequadas ao seu contexto e momento de vida; que promovam o acolhimento das demandas conhecidas ou não pelas equipes de saúde; que busquem o uso de tecnologia apropriada a cada caso e que demonstrem o interesse em resolver problemas e diminuir o sofrimento associado ao processo de adoecimento e morte da usuária e seus familiares;

X – melhorar e qualificar os mecanismos de repasse e compartilhamento de informações sobre as políticas de saúde da mulher com a União e os municípuos, bem como sobre os instrumentos de gestão e regulação do Sistema Único de Saúde;

XI – promover um pacto de cooperação técnica entre todos os níveis hierárquicos do sistema público de saúde estadual, na execução de suas ações, visando a uma atuação mais abrangente e horizontal, além de permitir o ajuste às diferentes realidades regionais; e

XII – articular parcerias entre os diferentes setores governamentais e não-governamentais que promovem ações voltadas à melhoria das condições de vida e saúde das mulheres, a fim de construir redes integradas de atenção à saúde da mulher.

Art. 4º A Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher de Pernambuco tem por objetivos gerais:

I – promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres pernambucanas, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo território estadual;

II – contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina em Pernambuco, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie; e

III – ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no sistema público de saúde estadual, apoiando os municípios pernambucanos a alcançarem estes mesmos objetivos.

Art. 5º São objetivos específicos e estratégias para implementação da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher de Pernambuco:

I – ampliar e qualificar a atenção clínico-ginecológica, inclusive para as portadoras da infecção pelo HIV e outras DST, buscando:

a) fortalecer a atenção básica no cuidado com a mulher;

b) ampliar o acesso e qualificar a atenção clínico- ginecológica na rede pública de saúde.

II – estimular a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar, para homens e mulheres, adultos e adolescentes, no âmbito da atenção integral à saúde, buscando:

a) ampliar e qualificar a atenção ao planejamento familiar, incluindo a assistência à infertilidade;

b) garantir a oferta de métodos anticoncepcionais para a população em idade reprodutiva;

c) ampliar o acesso das mulheres às informações sobre as opções de métodos anticoncepcionais;

d) estimular a participação e inclusão de homens e adolescentes nas ações de planejamento familiar.

III – promover a atenção obstétrica e neonatal, qualificada e humanizada para mulheres e adolescentes, buscando:

a) construir, em parceria com outros atores, um Pacto Estadual pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal;

b) qualificar a assistência obstétrica e neonatal no estado e nos municípios;

c) organizar a rede de serviços de atenção obstétrica e neonatal, garantindo atendimento à gestante de alto risco e em situações de urgência/emergência, incluindo mecanismos de referência e contra-referência;

d) fortalecer o sistema de formação/capacitação de pessoal na área de assistência obstétrica e neonatal;

e) elaborar e/ou revisar, imprimir e distribuir material técnico e educativo;

f) qualificar e humanizar a atenção à mulher em situação de abortamento;

g) apoiar a expansão da rede laboratorial;

h) garantir a oferta de medicamentos e suplementos nutricionais para todas as gestantes;

i) melhorar a informação sobre a magnitude e tendência da mortalidade materna.

IV – promover a atenção às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, buscando:

a) organizar redes integradas de atenção às mulheres em situação de violência sexual e doméstica;

b) articular a atenção à mulher em situação de violência com ações de prevenção de DST/aids;

c) promover ações preventivas em relação à violência doméstica e sexual.

V – promover a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/aids na população feminina, buscando:

a) prevenir as DSTs e a infecção pelo HIV/aids entre mulheres;

b) ampliar e qualificar a atenção à saúde das mulheres vivendo com HIV e aids.

VI – reduzir a morbimortalidade por câncer na população feminina, buscando:

a) organizar entre os municípios, pólos de microrregiões de redes de referência e contra-referência para o diagnóstico e o tratamento de câncer de colo uterino e de mama;

b) garantir o cumprimento da legislação que prevê a cirurgia de reconstrução mamária nas mulheres que realizaram mastectomia;

c) oferecer o testes anti-HIV e de sífilis para a população feminina, especialmente aquelas com diagnóstico de DST, HPV e/ou lesões intra-epiteliais de alto grau/câncer invasor.

VII – implantar um modelo de atenção à saúde mental das mulheres sob o enfoque de gênero, buscando:

a) melhorar a informação sobre as mulheres portadoras de transtornos mentais no sistema público de saúde;

b) qualificar a atenção à saúde mental das mulheres;

c) incluir o enfoque de gênero e de raça na atenção às mulheres portadoras de transtornos mentais e promover a integração com setores não-governamentais, fomentando sua participação nas definições da política de atenção às mulheres portadoras de transtornos mentais.

VIII – expandir e implementar a atenção à saúde da mulher no climatério, buscando ampliar o acesso e qualificar a atenção às mulheres no climatério na rede pública de saúde;

IX – promover a atenção à saúde da mulher na terceira idade, buscando:

a) incluir a abordagem às especificidades da atenção a saúde da mulher nas políticas de atenção à saúde da pessoa idosa, no âmbito da rede estadual de saúde;

b) incentivar a incorporação do enfoque de gênero na atenção à saúde da pessoa idosa, no âmbito da rede estadual de saúde.

X – promover a atenção à saúde da mulher negra, buscando:

a) melhorar o registro e produção de dados;

b) capacitar profissionais de saúde;

c) implantar programas de combate à anemia falciforme, dando ênfase às especificidades das mulheres em idade fértil e no ciclo gravídico-puerperal;

d) incluir e consolidar o recorte racial/étnico nas ações de saúde da mulher, no âmbito da rede estadual de saúde;

e) estimular e fortalecer a interlocução das áreas de saúde da mulher dos órgãos estaduais com os movimentos sociais e entidades relacionados à saúde da população negra.

XI – promover a atenção à saúde das trabalhadoras do campo e da cidade, buscando:

a) implementar ações de vigilância e atenção à saúde da trabalhadora da cidade e do campo, do setor formal e informal;

b) introduzir nas políticas de saúde e nos movimentos sociais a noção de direitos das mulheres trabalhadoras relacionados à saúde.

XII – promover a atenção à saúde da mulher indígena, buscando ampliar e qualificar a atenção integral a sua saúde;

XIII – promover a atenção à saúde das mulheres em situação de prisão, incluindo a promoção das ações de prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/aids nessa população, buscando ampliar o acesso e qualificar a atenção à saúde das presidiárias; e

XIV – fortalecer a participação e o controle social na definição e implementação das políticas de atenção integral à saúde das mulheres, promovendo a integração com os movimentos de mulheres no aperfeiçoamento da política de atenção integral à saúde da mulher.

Art. 6º O Poder Público Estadual poderá firmar parcerias e celebrar convênios com a União, municípios, sociedade civil e instituições privadas, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos nesta Lei.

Art. 7º O descumprimento do disposto nesta Lei pelos agentes ou estabelecimentos públicos ensejará a sua responsabilização administrativa ou de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Há algumas décadas, a assistência e o atendimento à mulher restringiam-se apenas à saúde materna ou à ausência de enfermidade associada ao processo de reprodução biológica. Com o avanço dos debates em torno dos direitos das mulheres e a luta dos movimentos sociais, o Ministério da Saúde e os órgãos estaduais de saúde passaram a considerar a desigualdade de gênero como fator de grande impacto sobre as condições da saúde feminina.

Assim, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) consolidou os avanços do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), de 1984, que redefiniu a agenda relativa à saúde da mulher, ampliando o leque de ações, até então focadas na assistência ao ciclo gravídico-puerperal, para incluir outros aspectos relevantes da saúde da população feminina, tais como a assistência às doenças ginecológicas prevalentes, a prevenção, a detecção e o tratamento do câncer de colo uterino e de mama, a assistência ao climatério, a assistência à mulher vítima de violência doméstica e sexual, os direitos sexuais e reprodutivos e a promoção da atenção à saúde de segmentos específicos da população feminina, entre outros.

No entanto, apesar de antigos os debates que resultaram na criação da PNAISM, o Estado de Pernambuco não instituiu a sua própria Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher, o que propomos com o presente projeto de lei. Nossa medida busca sanar essa demanda antiga das mulheres pernambucanas, lembrando que elas são mais da metade da população total.

Registramos que nosso projeto foi construído a partir dos princípios, diretrizes e objetivos gerais e específicos estabelecidos pela PNAISM, adaptados às peculiaridades e necessidades regionais de nosso Estado.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 14ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000223/2023

Assegura aos estudantes de baixa renda, devidamente matriculados na rede pública de ensino do Estado de Pernambuco, o direito a percepção de merenda escolar durante períodos de férias e recesso escolar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurado aos estudantes de baixa renda, devidamente matriculados na rede pública de ensino do Estado de Pernambuco, o direito a percepção de merenda escolar durante períodos de férias e recesso escolar, como medida de segurança alimentar e combate à fome.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, serão contemplados os estudantes inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou outro que venha a substituí-lo, pertencentes às famílias de baixa renda, compreendendo-se:

I - família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.

II - família de baixa renda: sem prejuízo do disposto no inciso I:

a) aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou

b) a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos;

III - domicílio: o local que serve de moradia à família;

IV - renda familiar per capita: razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos na família; e

V - renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles percebidos dos seguintes programas:

a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

b) Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;

c) Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;

d) Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem;

e) Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; e

f) demais programas de transferência condicionada de renda implementados por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

§ 2º A critério da Administração Pública estadual, a merenda escolar poderá ser fornecida através da doação direta de alimentos ou cestas básicas, bem como por meio do repasse de valores monetários ou pelo uso de cartão ou vale alimentação.

§ 3º Quando do recebimento da merenda através do repasse de valores monetários, os recursos só poderão ser utilizados para compra de alimentos, sob pena de perda do benefício.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art. 3º O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Nosso Projeto objetiva combater a fome e garantir a segurança alimentar de aproximadamente 240 mil estudantes de baixa renda matriculados na rede pública estadual de ensino.

As férias escolares - quando muitas crianças deixam de ter o acesso diário à merenda - intensificam a vulnerabilidade social de muitas famílias em todo o país. Embora variem em conteúdo e qualidade, as merendas ocupam função importante no dia a dia de muitos alunos. Para essas crianças, nos períodos sem aulas é que a fome, uma ameaça ao longo de todo ano, se torna uma realidade a ser enfrentada pelas famílias de baixa renda, especialmente às chefiadas por mulheres solteiras que não contam com o apoio do ex-companheiros.

Embora não haja estudos nacionais que indiquem o tamanho da insegurança alimentar durante o período de férias escolares, uma série de indicadores comprova a evolução da pobreza no país e o modo como ela incide sobre as crianças.

De acordo com a Fundação Abrinq, que fez cálculos a partir de dados do IBGE, 9 milhões de brasileiros entre zero e 14 anos do Brasil vivem em situação de extrema pobreza (dados de 2019).

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional do Ministério da Saúde (Sisvan) identificou, no ano de 2018, 207 mil crianças menores de cinco anos com desnutrição grave no Brasil.

A mais recente pesquisa de Segurança Alimentar do IBGE, de 2013, apontava que uma a cada cinco famílias brasileiras tinha restrições alimentares ou preocupação com a possibilidade de não ter dinheiro para pagar comida.

Pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) em 2008, aponta que um terço dos titulares do Bolsa Família declararam que a alimentação da família piora durante as férias escolares.

Vale lembrar que a renda mínima familiar estimada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) para suprir, sem carências, as necessidades com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência dos quatro integrantes da casa, deveria ser de em R$ 4.214, 62, valor muito superior ao do atual salário mínimo.

Sendo assim, a merenda escolar se constitui como um importante instrumento de combate a fome no Brasil, devendo ser estendida para os períodos de férias e recesso escolar, como política pública de segurança alimentar.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000224/2023

Estabelece regras para a contratação de jovens aprendizes pelo poder público estadual e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Na contratação de aprendizes pelo Poder Público estadual, deverão ser priorizados dentre os jovens que atendam aos critérios já estabelecidos pela legislação em vigor, aqueles que:

I – foram vítimas de maus-tratos, violência doméstica e familiar, exploração e abuso sexual, trabalho infantil, tráfico de drogas e/ou tráfico de crianças e adolescentes;

II – vivenciaram ou vivenciam situação de acolhimento em abrigos, casas-lares, residências inclusivas e estabelecimentos congêneres, em virtude da condição de orfandade, abandono e/ou negligência familiar;

III – estiveram ou estejam em situação de vivência de rua e, depois de previamente atendidos pelo poder público, foram inseridos em programa de acolhimento familiar ou institucional;

IV – vivenciaram ou vivenciam institucionalização em abrigos, casas-lares, casas de semiliberdade e instituições congêneres, em virtude do cumprimento de medidas socioeducativas estabelecida por decisão judicial;

V – estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal ou outro que venha a substituí-lo, pertencendo a famílias de baixa renda;

VI – sejam oriundos de povos indígenas, de terreiro, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, caboclos, população negra, ciganos, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais; ou

VII – sejam pessoas com a deficiência.

§ 1º Para os fins do disposto nos incisos I ao IV, o jovem deverá apresentar ao órgão contratante documento oficial expedido por secretaria ou órgão municipal, estadual ou federal, que comprove ou declare a condição vivenciada, podendo valer-se de cópia de Boletim de Ocorrência policial ou decisão judicial.

§ 2º Para os fins do disposto no inciso V do *caput* , compreendendo-se:

I - família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio.

II - família de baixa renda: sem prejuízo do disposto no inciso I:

a) aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou

b) a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos;

III - domicílio: o local que serve de moradia à família;

IV - renda familiar per capita: razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos na família; e

V - renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles percebidos dos seguintes programas:

a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

b) Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;

c) Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;

d) Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem;

e) Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; e

f) demais programas de transferência condicionada de renda implementados por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

§ 3º Para os fins do disposto no inciso VI, o candidato deverá apresentar autodeclaração de sua origem e consciência de identidade.

§ 4º Para os fins do disposto no inciso VII, o candidato deverá apresentar ao órgão contratante cópia de documento oficial que o declare ser pessoa com deficiência ou laudo médico que ateste a sua condição.

§ 5º A secretaria, órgão ou estabelecimento responsável por institucionalização, acolhimento ou atendimento socioassistencial de adolescentes e jovens não poderá negar a emissão do documento que comprove a condição vivenciada pelo jovem candidato, exceto quando houver justificado impedimento legal.

Art. 2º Sem prejuízo do disposto no art. 1º, o Poder Público estadual deverá assegurar a paridade de gênero na contratação de jovens aprendizes, possibilitando que as vagas sejam preenchidas em proporções iguais por homens e mulheres.

Art. 3º O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Nosso Projeto objetiva estabelecer critérios de prioridade para contratação de jovens aprendizes pelo Poder Público estadual, a fim de reduzir os estigmas e desafios enfrentados pelos jovens que se enquadram nos critérios estabelecidos no artigo 1º.

É público e notório que esses jovens encontram maior dificuldade para alcançar os níveis mais elevados de ensino e ingressar no mercado de trabalho. Cabe, pois, aos gestores públicos criarem políticas de redução das desigualdades que perpassem todas as áreas, principalmente na educação, trabalho, assistência social e saúde.

Registramos que nosso Projeto não elimina das seleções outros candidatos que não estejam inseridos nesses grupos prioritários.

Por fim, registramos que o Projeto também propõe a paridade de gênero nas contratações, a fim de assegurar que mulheres tenham as mesmas oportunidades que homens.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000225/2023

Estabelece a igualdade de premiações e benefícios entre atletas e paratletas em competições esportivas e paraesportivas realizadas, apoiadas e/ou patrocinadas por órgãos e entidades do Poder Público Estadual.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurado ao atleta com deficiência que participar de eventos e competições paraesportivas realizadas com apoio, patrocínio ou outra forma de emprego de recursos públicos estaduais, diretamente ou por meio de entidades que se beneficiem destes recursos, a mesma premiação e os mesmos benefícios assegurados ao atleta sem deficiência que compete em categoria igual ou similar a sua.

Parágrafo único. O direito assegurado no *caput* não exclui a igualdade de premiações entre homens e mulheres que competirem em mesma categoria nas competições esportivas e paraesportivas, nos termos da Lei nº 16.669, de 15 de outubro de 2019.

Art. 2º O descumprimento desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator, quando pessoa física ou jurídica de direito privado, às seguintes penalidades:

I - advertência, quando da primeira autuação da infração; e,

II - multa, quando da segunda autuação.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R$ 1.000 (mil reais) e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a depender do porte do empreendimento e das circunstâncias da infração, tendo seu valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Os paratletas brasileiros sofrem com a falta de incentivo e estrutura para continuarem se dedicando ao esporte. As bolsas-auxílios concedidas por órgãos públicos não chegam a todos os atletas e modalidades, o que gera dificuldades mesmo para competidores premiados e que disputam torneios importantes.

É público e notório que existem diferenças nas premiações e incentivos dados aos atletas brasileiros, visto que normalmente a maior fatia fica para o futebol masculino. Quando realizamos um recorte de gênero, mesmo no futebol, a desigualdade é gigante entre homens e mulheres. Mas quando focamos nos paratletas, especialmente as mulheres paratletas, a desigualdade é estarrecedora.

Se não fossem os movimentos sociais de pessoas com deficiência, competições paraesportivas sequer ocorreriam. E quando ocorrem, os recursos são sempre escassos e os esforços dos organizadores são sempre dobrados.

O que justifica tamanha discrepância senão a perpetuação de uma cultura que exclui, marginaliza e incapacita pessoas com deficiência? Sem dúvidas que o caminho para a mudança está na educação, mas são necessárias também políticas públicas que alcancem outras agendas.

Assim, propomos esse Projeto de Lei a fim de combater, no âmbito esportivo, mais uma forma de desigualdade entre pessoas com e sem deficiência, estabelecendo a isonomia de premiações e benefícios entre atletas e paratletas, em eventos realizados com apoio, patrocínio ou outra forma de emprego de recursos públicos estaduais, diretamente ou por meio de entidades que se beneficiem destes recursos

Registramos que a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou, em 2019, a Lei nº 16.669, que estabelece a igualdade de premiações para homens e mulheres nas competições esportivas e paraesportivas realizadas, apoiadas e/ou patrocinadas por

órgãos e entidades do Poder Público Estadual. Tal garantia merece ser estendida às pessoas com deficiência.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 6ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000226/2023

Determina que as empresas concessionárias de serviço de transporte público de passageiros, promovam a capacitação e reciclagem de condutores, cobradores e fiscais, para lidar com situações de risco e com o atendimento às vítimas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º As empresas concessionárias de serviço de transporte público de passageiros, situadas no âmbito do Estado de Pernambuco, deverão promover a capacitação e reciclagem de seus condutores, cobradores e fiscais, para gerenciar situações de risco e adotar os procedimentos de segurança necessários em ocorrências no interior dos veículos.

§ 1º As técnicas e procedimentos ensinados aos condutores, cobradores e fiscais, nos cursos de capacitação e reciclagem, deverão promover a sua segurança e dos passageiros, a fim de lhes assegurar a integridade física e mental, não podendo elevar os riscos ou expô-los a situações de perigo.

§ 2º Sem prejuízo de outras exigências estabelecidas pela legislação em vigor, os cursos de capacitação e reciclagem deverão ter como foco noções básicas de:

I – primeiros socorros e redução de riscos;

II – procedimentos de segurança em situações de ameaça, roubo, sequestro, pertubação da paz, atos discriminatórios, violência doméstica e familiar e crimes sexuis praticados contra mulher, criança, adolescente, pessoa idosa e pessoa com deficiência;

III – telefones e endereços dos órgãos de proteção policial e resgate, bem como da rede de proteção aos grupos indicados no inciso I;

IV – direitos dos usuários do sistema de transporte público e legislação de proteção aos grupos indicados no inciso I;

V – relação interpessoal e atendimento humanizado às vítimas em situações de violência ocorridas no interior dos veículos; e

VI – convívio no trânsito com pedestres e ciclistas, nos termos da Lei nº 15.629, de 21 de outubro de 2015.

Art. 2º As empresas concessionárias de serviço de transporte público de passageiros deverão manter, no interior dos seus veículos, manual técnico contendo as informações e os procedimentos de segurança a serem adotados pelos condutores, cobradores e fiscais, nas situações indicadas no art. 1º.

Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará a empresa infratora às seguintes penalidades:

I - advertência, quando da primeira autuação da infração; e,

II - multa, quando da segunda autuação.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R$ 10.000 (dez mil reais) e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a depender do porte do empreendimento e das circunstâncias da infração, tendo seu valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

Precedente normativo:

Registramos que a Assembleia Legislativa de Pernambuco já aprovou projeto de lei de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre matéria análoga. Trata-se da Lei nº 15.629, de 21 de outubro de 2015, que institui, no processo de habilitação de condutores, bem como no de atualização de condutores para exercício de atividade remunerada, curso para o convívio com ciclistas, e dá outras providências.

Razões de mérito:

Nosso Projeto de Lei objetiva dar maior suporte aos profissionais dos serviços públicos de transporte coletivo do Estado de Pernambuco. É notório que todos os dias eles têm que lidar com situações de risco envolvendo assaltos, brigas, ameaças e abusos sofridos tanto pelos passageiros quanto por eles. São situações extremamente difíceis, estressantes e que exigem um preparo técnico para lidar com os riscos.

Há uma enorme cobrança sobre esses profissionais, tanto pelos seus contratantes quanto pelos usuários do transporte. No entanto, questionamos se a eles são das as condições necessárias para lidar com os desafios da função?

Portanto, propomos o presente projeto de lei, a fim de determinar que as empresas concessionárias de serviço de transporte público de passageiros, promovam a capacitação e reciclagem de seus condutores, cobradores e fiscais, para gerenciar situações de risco e adotar os procedimentos de segurança necessários de atendimento às vítimas.

Registramos que as técnicas e procedimentos ensinados aos condutores, cobradores e fiscais, deverão promover a sua segurança e dos passageiros, a fim de lhes assegurar a integridade física e mental, não podendo elevar os riscos ou expô-los a situações de perigo.

Assim, propmos que os cursos de capacitação e reciclagem tenham como foco noções básicas de primeiros socorros e redução de riscos; procedimentos de segurança em situações de ameaça, roubo, sequestro, pertubação da paz, atos discriminatórios, violência doméstica e familiar e crimes sexuis praticados contra grupos vulneráveis; telefones e endereços dos órgãos de proteção policial e resgate, bem como da rede de proteção aos grupos vulneráveis; direitos dos usuários do sistema de transporte público e legislação específica; relação interpessoal e atendimento humanizado às vítimas em situações de violência ocorridas no interior dos veículos; e convívio no trânsito com pedestres e ciclistas, nos termos da Lei nº 15.629, de 21 de outubro de 2015.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª, 12ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000227/2023

Estabelece diretrizes para as ações do Estado voltadas para a prevenção e a detecção precoce do câncer de intestino.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Nas ações do Estado que visem à prevenção e à detecção precoce do câncer de intestino, serão observadas as seguintes diretrizes:

I – incentivo à realização do rastreamento do câncer de intestino nas populações pertencentes aos grupos com maiores chances de desenvolver a doença, de acordo com as recomendações dos órgãos públicos de saúde e da Organização Mundial de Saúde;

II – garantia do acesso aos exames necessários para a detecção precoce do câncer de intestino para as pessoas com sinais e sintomas sugestivos da doença, desde que com indicação médica, e para as pessoas cujos casos estejam incluídos em protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas estabelecidos pelos órgãos públicos de saúde;

III – veiculação, em caráter permanente, de informações sobre os fatores de risco que podem levar ao aparecimento da doença, suas formas de prevenção, os sintomas comuns causados pelo câncer de intestino, os exames disponíveis para a sua detecção e as vantagens de um tratamento iniciado precocemente;

IV – parcerias com entidades privadas para a realização do rastreamento e dos exames necessários para a detecção precoce do câncer de intestino.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O câncer colorretal é um tumor maligno que se desenvolve no intestino grosso, isto é, no cólon ou em sua porção final, o reto. O principal tipo de tumor colorretal é o adenocarcinoma. Em 90% dos casos, esse tumor se origina a partir de um pólipo adenomatoso que, ao longo dos anos, sofre alterações progressivas em suas células. Portanto, a principal forma de prevenção do câncer colorretal é o seu rastreamento por exames como colonoscopias, visando a detecção e retiradas dos pólipos antes de se degenerarem em câncer.

Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer – Inca –, o câncer colorretal é o terceiro mais frequente entre os homens, logo após do câncer de próstata e de pulmão, e o segundo mais incidente nas mulheres, perdendo apenas para o câncer de mama.

Esse tipo de câncer atinge homens e mulheres de forma semelhante, com incidência discretamente maior na população masculina. É predominante na faixa etária adulta, principalmente a partir da quinta década de vida, sendo raro em crianças.

O teste de sangue oculto nas fezes, capaz de flagrar esse tumor precocemente, é ignorado até quando os pacientes recebem indicação para fazê-lo.

Para isso, basta realizar um exame de rotina, que avalia a presença de sangue oculto nas fezes. Ele é simples, barato, está indicado para todas as pessoas entre 50 e 75 anos e deve ser feito uma vez ao ano.

Caso o teste seja positivo, o médico indica um segundo método diagnóstico, a colonoscopia, que envolve introduzir uma pequena câmera pelo ânus para analisar as paredes do reto e do intestino grosso. Por meio de uma tela, o especialista consegue visualizar e diagnosticar inflamações, verrugas (pólipos) e até a presença de massas cancerosas.

Quando se estipula uma faixa etária de 50 anos, é determinante entender que são para casos em que não há indícios familiares, ou alterações do hábito intestinal, com alternância de diarreia e/ou prisão de ventre, dor e desconforto abdominal, presença de sangue e muco nas fezes, evacuações dolorosas, fraqueza, afinamento no calibre das fezes, perda de peso sem explicação, náuseas e vômitos e flatulência constante. Às vezes, porém, o único sintoma pode ser a presença de anemia sem causa determinada, nestes casos deve-se observar o quanto mais precoce possível, pois já há sinais contundentes da presença da doença. Porém o que se destina este projeto é diagnosticar em casos em que a doença se apresentar silenciosa, sem histórico ou sintomas para que não se agrave chegando a quadros as vezes irreversíveis.

No caso de resultado positivo ou negativo com algumas alterações, o médico pode solicitar a repetição do teste para confirmação do resultado ou a realização de colonoscopia de acordo com o histórico clínico da pessoa.

Os resultados falso-positivos são aqueles em que é detectada, por meio do teste, a presença de sangue, mas que não representa a condição do paciente. Esse tipo de resultado pode acontecer em pessoas que não se preparam corretamente no que diz respeito à dieta, tiveram sangramento gengival ou nasal, fizeram uso de medicamentos que causam irritação da mucosa gástrica ou fizeram a coleta poucos dias após o período menstrual.

Em alguns casos de resultado negativo o médico pode pedir uma colonoscopia caso o paciente esteja em alto risco de desenvolver câncer do cólon para garantir que não existem alterações, pois, embora seja raro, pode existir câncer sem que exista sangramento.

Conclui-se, diante de toda esta situação, que se observe o merecido reconhecimento de seu mérito.

Por esta razão, conto com o voto favorável dos Nobres Pares para aprovar a presente proposta.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

William Brlgido
Deputado

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões em tramitação em conjunto com o PLO 291/2023.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000228/2023

Altera a Lei nº 11.253, de 20 de setembro de 1995, que dispõe sobre a Política de aleitamento materno para o Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Humberto Costa, a fim de incluir objetivos referentes ao fornecimento da relação de entidades especializadas em aleitamento materno.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º-A da Lei nº 11.253, de 20 de setembro de 1995, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

"Art. 1º-A. .....

Parágrafo único. O fornecimento da relação de entidades especializadas em aleitamento materno a que se refere o *caput* deste artigo tem como objetivos: (AC)

I - a garantia da devida orientação sobre o aleitamento materno, seus benefícios, as técnicas adequadas para sua realização, bem como toda informação científica disponível sobre o tema; (AC)

II - a instrução de lactantes acerca dos cuidados com as mamas durante o processo de amamentação, bem como a promoção da conscientização acerca dos benefícios do aleitamento exclusivo, até os seis meses de idade, e complementar, até os dois anos de idade, de acordo as normativas da Organização Mundial de Saúde; e (AC)

III - o acesso a técnicas de amamentação que visem a prevenir ou sanar dores, doenças e demais obstáculos de ordem fisiológica que possam conduzir à interrupção da prática." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Trata-se de Projeto de Lei que altera a Lei nº 11.253, de 20 de setembro de 1995, que dispõe sobre a Política de aleitamento materno para o Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Em resumo, a modificação legislativa ora proposta busca especificar os objetivos aos quais está atrelada a obrigatoriedade de fornecimento da relação de entidades especializadas em aleitamento materno pelas unidades de saúde públicas e privadas do Estado de Pernambuco. Referida alteração busca demonstrar a importância da informação para que os pais ou responsáveis dos recém-nascidos possam fazer escolhas seguras quanto ao aleitamento materno.

A medida revela-se consentânea com a competência legislativa concorrente dos estados membros para dispor sobre proteção e defesa da saúde e sobre proteção à infância (art. 24, XII e XV, da Constituição Federal).

Além disso, não existem óbices para a deflagração do processo legislativo pela via parlamentar, pois a matéria não se enquadra nas hipóteses de iniciativa do Governador do Estado (art. 19, § 1º, da Constituição Estadual c/c entendimento do STF proferido no RE nº 573.040/SP).

Diante do exposto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares da Assembleia Legislativa.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Socorro Pimentel
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 14ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000229/2023

Altera a Lei nº 16.659, de 10 de outubro de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de cartazes nos bares, casas de espetáculos, restaurantes e estabelecimentos similares do Estado de Pernambuco, visando à proteção das mulheres em suas dependências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Joel da Harpa, a fim de incluir a obrigatoriedade de comunicação às autoridades acerca dos casos de violência contra mulheres ocorridos nos referidos estabelecimentos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.659, de 10 de outubro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de medidas que visam à proteção das mulheres nas dependências de bares, casas de espetáculos, restaurantes e estabelecimentos similares do Estado de Pernambuco." (NR)

"Art. 1º-A. Os bares, casas de espetáculos, restaurantes e estabelecimentos similares, através de seus responsáveis legais, deverão comunicar à Delegacia de Polícia Civil e aos órgãos de segurança pública especializados sobre a ocorrência de violência explícita contra mulheres em suas dependências. (AC)

Parágrafo único. A comunicação a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser realizada por quaisquer meios disponibilizados pela Polícia Civil, no prazo de até 48h (quarenta e oito horas) após a ciência do fato, contendo informações que possam contribuir para a identificação da possível vítima e do agressor." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposição busca aperfeiçoar a Lei Estadual nº 16.659, de 10 de outubro de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de cartazes nos bares, casas de espetáculos, restaurantes e estabelecimentos similares do Estado de Pernambuco, visando à proteção das mulheres em suas dependências.

A modificação acrescenta a necessidade de adoção de nova medida que busca proteger as mulheres de situações de violência que ocorrem em bares, restaurantes, casas de espetáculos e estabelecimentos similares do Estado de Pernambuco. Torna obrigatória, portanto, a necessidade de comunicação à Polícia Civil e autoridades competentes, por parte dos referidos estabelecimentos, acerca da ocorrência de violência contra as mulheres em suas dependências.

Desse modo, mostra-se de salutar importância a aprovação do projeto de lei em comento para evitar a impunidade dos agressores e proteger as mulheres desse tipo de situação violenta que tem sido tão recorrente atualmente.

A medida se insere na competência legislativa concorrente dos estados membros para dispor sobre proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 24, XII, da Constituição Federal.

Além disso, não existem óbices para a deflagração do processo legislativo pela via parlamentar, pois a matéria não se enquadra nas hipóteses de iniciativa do Governador do Estado (art. 19, § 1º, da Constituição Estadual c/c entendimento do STF proferido no RE nº 573.040/SP).

Diante do exposto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Socorro Pimentel
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões em tramitação em conjunto com o PLO 211/2023.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000230/2023

Altera a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de considerar a pessoa com Fibrose Cística como pessoa com deficiência.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, passa a vigorar com acrescido do Parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 2º.....
.....

Parágrafo único. A pessoa com Fibrose Cística é considerada pessoa com deficiência, sendo-lhe assegurada a plena aplicabilidade dos princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e linhas de ação previstos nesta Lei." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A inovação ora proposta tem por objetivo incluir, na conceituação de pessoa com deficiência, estabelecida pela Lei Estadual nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, as pessoas com Fibrose Cística, assegurando-lhes a plena aplicabilidade dos princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e linhas de ação previstas na Política Estadual das Pessoas com Deficiência.

A Fibrose Cística (FC) é uma doença genética crônica que afeta diversos órgãos, tais com o pulmão, pâncreas e sistema digestivo. A fisiopatologia de tal doença multissistêmica envolve a mutação no gene CFTR, que é responsável pela regulação do canal cloro-dependente das células. Como resultado, o corpo produz muco de 30 a 60 vezes mais espesso que o usual. Essa alteração explica os sintomas encontrados na referida condição de saúde, que envolve infecções respiratórias recorrentes e problemas digestivos, por exemplo.

A filtragem da Fibrose Cística dá-se por meio do Teste do Pezinho, tendo-se o diagnóstico por meio de testes genéticos e do denominado Teste do Suor, considerado padrão-ouro.

Trata-se da doença genética mais comum da infância, com amplo impacto nas pessoas acometidas, e o tratamento envolve: uso de medicações como broncodilatadores, antibióticos, anti-inflamatórios, fisioterapia respiratória, atividade física e suporte nutricional, especialmente de vitaminas lipossolúveis (A, D, E e K), dentre outras medidas.

Apesar do tratamento e acompanhamento multidisciplinar contínuos melhorarem substancialmente a condição das pessoas portadoras de Fibrose Cística, as limitações impostas por tal doença ainda subsistem, de forma que as pessoa diagnosticadas precisam ter um olhar mais atento do Poder Público, de forma que lhe sejam asseguradas a plena aplicabilidade dos princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e linhas de ação previstas na Política Estadual das Pessoas com Deficiência.

Quanto à constitucionalidade formal orgânica, o Projeto de Lei encontra-se inserto na competência administrativa comum (art. 23, II, CF/88) e na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, XII e XIV, CF/88).

A proposição tampouco cria novas atribuições ou interfere na autonomia e funcionamento de órgãos e entidades da Administração Pública, estando em conformidade com o desenho institucional previsto na Lei Estadual nº 18.139, de 18 de janeiro de 2023, de forma que não se enquadra nas hipóteses de iniciativa privativa do Poder Executivo.

Diante do exposto, certa de que a proposta ora veiculada representa medida de fortalecimento da saúde da população pernambucana, requer-se o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares da Assembleia Legislativa.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Socorro Pimentel
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000231/2023

Autoriza o Poder Executivo a criar Centros Avançados de Estudo e Capacitação de Educadores da Rede Pública de Ensino no Estado de Pernambuco para inserção escolar de alunos portadores de autismo ou diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar e implantar Centros Avançados de Estudo e Capacitação de Educadores da Rede Pública de Ensino no Estado de Pernambuco, para inserção escolar de alunos portadores de autismo ou diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista.

Parágrafo único. Os Centros Avançados de Estudo e Capacitação de Educadores da Rede Pública de Ensino no Estado de Pernambuco serão implantados em conformidade com a demanda regional, a ser avaliada e definida pelo Estado de Pernambuco.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Este projeto de lei tem por objetivo fazer com que o Estado, por meio de ações educacionais, proporcione o desenvolvimento, a capacitação e o aprimoramento dos educadores da rede pública de ensino a fim de que, de fato, esses profissionais sejam capazes de receber, nas escolas públicas, alunos portadores de autismo ou diagnosticados dentro do Transtorno do Espectro Autista – TEA.

O autismo é um transtorno de desenvolvimento que geralmente aparece nos três primeiros anos de vida e compromete as habilidades de comunicação e interação social. Em maio de 2013 foi lançada a quinta edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V)* , que trouxe algumas mudanças importantes, entre elas novos diagnósticos e alterações de nomes de doenças e condições que já existiam.

Nesse manual, o autismo, assim como a síndrome de Asperger, foi incorporado a um novo termo médico e englobador, chamado de Transtorno do Espectro do Autismo – TEA. Com essa nova definição, a síndrome de Asperger passa a ser considerada, portanto, uma forma mais branda de autismo. Dessa forma, os pacientes são diagnosticados apenas em graus de comprometimento, e o diagnóstico fica mais completo.

O Transtorno do Espectro Autista é definido pela presença de "déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, atualmente ou por história prévia", de acordo com o *DSM-V* .

O Ministério da Saúde disponibiliza em sua cartilha *Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)* , as seguintes informações: o autismo é considerado uma síndrome neuropsiquiátrica. Embora uma etiologia específica não tenha sido identificada, estudos sugerem a presença de alguns fatores genéticos e neurobiológicos que podem estar associados ao autismo. Fatores de risco psicossociais também foram associados. Nas diferentes expressões do quadro clínico, diversos sinais e sintomas podem estar ou não presentes, mas as características de isolamento e imutabilidade de condutas estão sempre presentes.

Dessa forma, faz-se necessária a definição de indicadores de risco para o quadro, em várias dimensões. ´É necessária a construção de protocolos econômicos e eficientes de diagnóstico e tratamento, separando os casos de transtornos do espectro do autismo de um quadro geral dos transtornos do desenvolvimento, como medida de ajuste à rede de cuidados à saúde nesses casos.

É evidente a necessidade de capacitação dos educadores para proporcionar real inserção escolar dos autistas ou dos diagnosticados como portadores de TEA, tendo em vista que muitos educadores resistem, muitas vezes por falta de conhecimento técnico específico, ao trabalho com crianças e adolescentes portadores do transtorno por apresentarem ideias distorcidas a respeito da síndrome.

Ademais, este projeto está em consonância com a da Lei Federal nº 12.764, de 27/12/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Ela assegura aos autistas os benefícios concedidos a todos os portadores de deficiência, ressaltando o dever dos órgãos públicos de fazer com que a lei seja aplicada de maneira satisfatória, com

profissionais habilitados não somente para preparar os autistas, mas para descobrir seus potenciais e a melhor maneira de aproveitá-los na sociedade.

A referida lei determina, também, como dever legal, o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista.

Cumpre ressaltar, ainda, que esta proposição contribui para a efetivação do Plano Estadual de Educação (Lei nº 2.882, de 2015), especificamente o previsto no Grupo 2, na Meta 4 *in verbis* : "Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados".

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares à aprovação deste tão importante projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 14 de Fevereiro de 2023.

William Brlgido
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000232/2023

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de Instituir a Semana de Conscientização sobre a Importância da Liberdade de Imprensa para a Democracia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

"Art. 104-D. Primeira semana do mês de abril: Semana de Conscientização sobre a Importância da Liberdade de Imprensa para a Democracia. (AC)

Parágrafo único. A Semana de Conscientização sobre a Importância da Liberdade de Imprensa para a Democracia, tem por objetivos: (AC)

I - promover campanhas de informação e conscientização da população em geral sobre a importância da liberdade de imprensa para a transparência e publicidade das informações políticas e sociais; (AC)

II - incentivar que durante a Semana de Conscientização sobre a Importância da Liberdade de Imprensa os veículos de imprensa, as escolas, universidades e outras entidades possam debater o tema, promover seminários, palestras e rodas de conversas; (AC)

III - combater todas as formas de violência cometidas contra os jornalistas, fotojornalistas, repórteres cinematográficos e demais profissionais da área da comunicação, garantindo a proteção do direito ao trabalho com dignidade destes profissionais;" (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de Lei que institui a "Semana de Conscientização sobre a Importância da Liberdade de Imprensa para a Democracia", dispõe que a comemoração anual será na primeira semana do mês de abril, fazendo alusão ao dia do jornalista, que é comemorado no dia 07 de abril.

De acordo com os dados da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ e de diferentes fontes que trabalham com esses indicadores, foram registrados entre 2017 e 2021 mais de 60 episódios de agressões contra trabalhadores da imprensa paranaense, por meios e motivações variados. É fato que a maioria deles se deu em coberturas da pauta político-eleitoral.

Diante da crescente violência contra os jornalistas e demais profissionais da comunicação, a campanha de informação sobre a liberdade de imprensa e combate à violência contra os profissionais da comunicação poderá divulgar os direitos que todo profissional tem de exercer sua atividade com dignidade, de exercer a livre manifestação do pensamento e a livre expressão da atividade de comunicação, sem censura ou licença, conforme preceituam os artigos 1º e 5º da Constituição Federal de 1988:

> Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
>
> III - a dignidade da pessoa humana;
>
> IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
>
> Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
>
> IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
>
> IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Desta forma, o presente projeto tem como objetivo fomentar uma campanha contra a violência e de respeito à vida e ao trabalho com dignidade dos profissionais da comunicação, o que também engloba a proteção do ambiente de trabalho desta categoria. O respeito à livre expressão da atividade de comunicação, sem censura ou licença, garante a todos os cidadãos o direito ao acesso à informação e à publicidade, direitos constitucionalmente garantidos.

Assim, o direito à informação e à publicidade está intimamente ligado ao direito à livre expressão da atividade de comunicação, o que justifica a instituição da "Semana de Conscientização sobre a Importância da Liberdade de Imprensa para a Democracia".

Sala das Reuniões, em 14 de Fevereiro de 2023.

William Brlgido
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000233/2023

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de determinar que as revendedoras e concessionárias de veículos seminovos a informar ao consumidor a procedência do bem que estão expondo para venda.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

"Art. 178-B. Ficam as revendedoras e concessionárias de veículos seminovos que exercem as suas atividades no âmbito do Estado de Pernambuco obrigadas a informar ao consumidor a procedência do bem que estão expondo para a venda. (AC)

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo independe de manifestação de interesse por parte do consumidor, devendo o responsável pela venda, antes de efetivar o negócio jurídico, apresentar documentação probatória sobre o histórico do veículo negociado. (AC)

§ 2º O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, nas Faixas Pecuniárias A ou B, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código." (AC)'

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposição tem a finalidade de assegurar ao consumidor adquirente de veículos usados e seminovos o direito a informação clara e precisa acerca da procedência dos veículos colocados à venda ou salvado de seguradora.

Com efeito, a informação que ora se impõe às empresas que comercializam veículos usados e seminovos se faz necessária ao consumidor, na medida em que, por exemplo, a maioria das seguradoras negam segurar veículos nas condições do artigo 1º do presente projeto, e quando o fazem o valor do seguro é muito mais caro; além da possibilidade do consumidor ter que efetuar reparos em pouco tempo.

Outrossim, é notório o fato de que os veículos que são adquiridos procedentes de leilões, locadoras de veículos e salvados (recuperados pelas seguradoras) possuem valor de mercado menor do que os comumente negociados pela tabela FIPE.

A proteção do consumidor nas relações de consumo é medida decorrente da Carta Magna, estando inserida como norma de direito fundamental, in verbis:

> "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (...)
>
> XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor." (grifo nosso)

Ademais, dispõe o artigo 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor:

> Art. 6º S ão direitos básicos do consumidor:
> (...)
>
> III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; "

O Poder Legislativo Distrital tem competência constitucional para legislar, de forma concorrente, sobre o direito do consumidor, nos termos dos arts. 24, V, da Constituição Federal, transcrito abaixo:

> "Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
>
> V – produção e consumo;" Assim sendo, este projeto está alinhado com os ditames constitucionais e legais que disciplinam o ordenamento jurídico.

Desta forma, esta proposição tem preenchidos os requisitos de constitucionalidade e de mérito necessários a sua tramitação, sem qualquer óbice jurídico.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação desta proposição.

Sala das Reuniões, em 14 de Fevereiro de 2023.

William Brlgido
Deputado

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000234/2023

Determina a instalação de local de convivência e repouso em estabelecimentos de saúde para os profissionais que neles atuam e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Os estabelecimentos de saúde situados no âmbito do Estado de Pernambuco, cujo horário de funcionamento se dá em caráter ininterrupto, deverão assegurar locais adequados de convivência e repouso para os profissionais de saúde que neles atuam.

Parágrafo único. Os locais de convivência e repouso destinados aos profissionais de saúde a que se refere o *caput* deverão atender as seguintes especificações:

I – ser amplo, arejado, higienizado, iluminado e equipado com dispositivos de conforto térmico e acústico;

II – possuir bebedouros, mobiliários, leitos para repouso e instalações sanitárias; e

III – possuir dimensões e infraestrutura compatíveis com o número de profissionais em serviço.

Art. 2º O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelos estabelecimentos públicos ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará o estabelecimento infrator, quando pessoa jurídica de direito privado, às seguintes penalidades:

I – advertência, quando da primeira autuação de infração, assegurando-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para sanar a irregularidade; e

II – multa, a partir da segunda autuação de infração.

§ 1º A multa de que trata o inciso II do *caput* será fixada entre R$ 1.000,00 (um mil mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), considerando o porte da estabelecimento e as circunstâncias da infração, e o seu não pagamento integral ao órgão responsável sujeitará a empresa infratora à inscrição em Dívida Ativa Estadual.

§ 2º Os valores limites de fixação da penalidade de multa prevista neste artigo serão atualizados, anualmente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou índice previsto em legislação federal que venha a substituí-lo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, a iniciativa busca melhorar as condições de convivência e repouso ofertadas aos profissionais de saúde em hospitais públicos e privadas do Estado de Pernambuco.

Os profissionais da saúde fazem parte de uma classe de profissionais essenciais ao funcionamento de diversos serviços públicos. Com isso, a presente proposição é uma resposta a essa pauta histórica que é levantada pelas diversas categorias da saúde, em especial pelos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem, que buscam, com a regulamentação, uma forma de imposição para que as gestões das instituições de saúde providenciem os locais de descanso digno para os profissionais da área.

A ideia da proposição não é exclusiva dessa casa, tendo em vista que já há leis ou projetos de leis semelhantes em diversos estados do Brasil, como, por exemplo, Rio de Janeiro, Alagoas, Amazonas, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, dentre outros.

O descanso laboral é fundamental para a qualidade dos serviços prestados à sociedade, os quais poderão ser afetados nos casos em que não há o devido descanso dos profissionais, uma vez que as jornadas de trabalho são extensas e extenuantes. A instalação de locais adequados para o descanso visa garantir um melhor bem-estar desses trabalhadores, bem como busca preservar a integridade física dos profissionais e dos próprios pacientes.

Importante dispor, também, que a instalação de área de convivência e repouso proporciona um meio para a redução da fadiga física e emocional do profissional da saúde no ambiente hospitalar, pois as salas de descanso promovem a melhoria do acolhimento ao profissional, possuindo reflexos diretos em sua saúde.

Não só como local de descanso, as salas também servirão para promover a interação entre os profissionais, facilitando e melhorando o relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho. Nesse sentido, resta nítido que a matéria ora proposta está intimamente ligada à saúde dos profissionais da saúde, visto que o aperfeiçoamento e a padronização dos locais de descanso e repouso são elementos fundamentais para tornar os ambientes de trabalho salubres e seguros para a prestação de serviços dos profissionais.

Com efeito, necessário citar que a Constituição Federal, em seu art. 7°, XXII, preleciona a importância da " *redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de* ***normas de saúde, higiene*** *e segurança* ". Dito isso, essa é exatamente a finalidade da proposição, que se encontra totalmente ligada à redução dos riscos inerentes ao trabalho dos profissionais de saúde, impondo às instituições a obrigatoriedade de instalação das salas de repouso, atitude importantíssima para a defesa da saúde dos profissionais.

Assim, a matéria em tela também se insere na competência legislativa estadual, na medida em que compete aos Estados legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde, consoante dispõe o artigo 24, XII, da Constituição Federal.

Assim sendo, por todo o exposto, entendendo esta proposição essencial à defesa da saúde dos profissionais da enfermagem, apresentamos o presente Projeto de Lei com fulcro na defesa da saúde, na valorização social do trabalho e no princípio da dignidade da pessoa humana, firmando posição de que a instalação das salas de descanso e repouso é um direito dos profissionais da enfermagem.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões em tramitação em conjunto com o PLO 102/2023.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000235/2023

Proíbe anúncios publicitários e comunicações mercadológicas que fomentem o sexismo, a misoginia e outras formas de violência e discriminação contra a mulher, no âmbito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica vedado, no âmbito do Estado de Pernambuco, anúncios publicitários e comunicações mercadológicas que fomentem o sexismo, a misoginia e outras formas de violência e discriminação contra a mulher.

Art. 2º Os anúncios publicitários e comunicações mercadológicas devem se orientar por princípios éticos e de responsabilidade social, sendo abusivas as práticas que:

I – relacionem as características anatômicas, fisiológicas, estéticas ou comportamentais da mulher a situações de objetificação, desvalorização, humilhação, fraqueza, incapacidade, inferioridade ou submissão;

II – difundam estereótipos que incitem a desigualdade social, econômica ou profissional entre homens e mulheres ou a divisão de papeis entre os mesmos;

III – associem a imagem apenas do homem ou da mulher ao consumo de produto ou serviço cuja utilidade ou funcionalidade seja comum aos dois gêneros;

IV – de qualquer modo, fomentem o sexismo, a misoginia e outras formas de violência contra a mulher, mormente a violência sexual.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, são considerados anúncios publicitários as comunicações veiculadas em comerciais, rótulos, embalagens e demais formas de divulgação de produtos ou serviços promovidas pelo fornecedor ou por pessoa natural ou jurídica que atue em seu nome.

Art. 3º O Poder Público, nas diversas esferas e âmbitos de atuação, com a participação de entidades representativas da sociedade civil, deve primar pela adoção de políticas de incentivo em benefício dos fornecedores de produtos e serviços que implementem ações afirmativas direcionadas à promoção da equidade entre homens e mulheres e ao fortalecimento da representatividade feminina no mercado de consumo.

Parágrafo único. As políticas públicas de que trata este artigo devem ser orientadas para alcançar a igualdade e empoderar mulheres e meninas.

Art. 4º O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 5º O descumprimento desta Lei por pessoa física ou jurídica de direito privado, sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I – advertência e interrupção imediata do anúncio publicitário ou comunicação mercadológica, quando da primeira autuação de infração; e

II – multa, a partir da segunda autuação de infração.

§ 1º A multa de que trata o inciso II do *caput* será fixada entre R$ 10.000,00 (dez mil reais) e R$ 100.000,00 (cem mil reais), considerando o porte econômico do infrator e as circunstâncias do fato, e o seu não pagamento integral ao órgão responsável resultará em inscrição na Dívida Ativa Estadual.

§ 2º Os valores limites de fixação da penalidade de multa prevista neste artigo serão atualizados, anualmente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou índice previsto em legislação federal que venha a substituí-lo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, destacamos:

A violência de gênero contra a mulher é uma realidade antiga. A despeito das diversas transformações comportamentais e de pensamento sofridas pela humanidade ao longo da história, a visão da mulher como um ser submisso ao homem permanece firmemente entranhada em nossa sociedade, manifestando-se repetidamente das mais diversas formas. Essa visão é muito conveniente para justificar socialmente o cometimento sistemático de agressões físicas e psicológicas contra as cidadãs brasileiras, seja a violência sexual nas suas mais diversas formas, como o estupro, o assédio moral, a discriminação no mercado de trabalho, a violência doméstica, entre muitas outras.

Frente a essa realidade, a luta pela igualdade de gênero tem sido uma bandeira inconteste no universo feminino. Um dos eventos recentes de escopo global mais importantes nesse mote foi a Quarta Conferência Mundial Sobre as Mulheres, sediada em Pequim no ano de 1995. Como resultado dos trabalhos realizados naquela conferência, foi elaborada a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, endossada por representantes de 189 governos em todo o mundo, inclusive do Brasil. Dentre os compromissos assumidos pelos governos signatários da declaração, constam, entre muitos outros, os de "[...] *despertar consciência da responsabilidade dos meios de comunicação na promoção de imagens não estereotipadas de mulheres e homens e na eliminação de padrões de conduta geradores de violência, assim como estimular os responsáveis pelo conteúdo do material difundido pela mídia a estabelecer diretrizes e códigos de conduta profissionais; e despertar também consciência da importante função dos meios de comunicação no seu papel de informar e educar a população acerca das causas e dos efeitos da violência contra a mulher bem como de estimular o debate público sobre a matéria* . [...]".

O trecho acima transcrito permite aduzir que, na visão dos conferencistas do quarto fórum de Pequim, a mídia constitui elemento de grande importância na construção da imagem da mulher perante a sociedade. Realmente, a influência da mídia na formação tanto do caráter quanto da forma de pensar e agir dos cidadãos é inquestionável, motivo pelo qual concordamos integralmente com a importância das disposições acima elencadas.

Fato é que, ainda nos dias de hoje, é rotineiro o emprego da imagem feminina na publicidade como objeto prontamente disponível para a satisfação dos desejos masculinos. Essa realidade é muito nítida no caso de propaganda de cervejas, comumente tido como um produto de interesse predominantemente masculino, mas por vezes se manifesta também na publicidade de muitos outros produtos, às vezes sutilmente e outras vezes nem tão sutilmente assim.

Entendemos que, apesar de todas as dificuldades e percalços, a civilização moderna caminha para uma evolução na percepção do papel da mulher na sociedade, marchando, ainda que a passos lentos, na direção de consolidação da cultura de igualdade de gênero. Nesse contexto, o papel da publicidade se mostra por vezes contraproducente, ao passo que promove a perpetuação de elementos historicamente arraigados do machismo em nossa sociedade, atuando na direção contrária ao da tão almejada igualdade.

Diante disso, fica clara a utilidade de se estabelecer um marco legal para controlar o uso das ferramentas de publicidade na propagação de ideias e conceitos danosos à figura feminina. É com esse objetivo que oferecemos o presente Projeto de Lei. A proposição que apresentamos visa proibir a veiculação de publicidade, em qualquer meio, que fomentem o sexismo, a misoginia e outras formas de violência e discriminação contra a mulher.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª, 14ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000236/2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção de cabos e fiações aéreas, excedentes e sem uso, instalados por empresas concessionárias ou não de serviços públicos, nos termos que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Ficam as empresas concessionárias ou não de serviços públicos, situadas no âmbito do Estado de Pernambuco, que atuam no fornecimento de serviços de energia elétrica, telefonia, TV a cabo, internet ou qualquer outro relacionado ao uso da rede área, obrigadas a remover cabos e fiações aéreas por elas instalados, quando em excesso ou sem uso.

§ 1º As empresas de que trata o *caput* deverão remover os cabos e fiação não mais utilizados no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento do seu uso, exceto quando apresentar laudo técnico que ateste a necessidade de sua utilização futura em prazo não superior a 1 (um) ano.

§ 2º Na excepcional hipótese do § 1º, a empresa deverá adotar todas as medidas de segurança necessárias para evitar acidentes decorrentes de choques elétricos.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará a empresa infratora às seguintes penalidades:

I - advertência, quando da primeira autuação da infração;

II - multa, a partir da segunda autuação.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a depender do porte do estabelecimento e das circunstâncias da infração, tendo seu valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após 180 (cento e oitenta) da data de sua publicação

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

A proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, destacamos:

Os Municípios, principalmente a Capital, encontram-se em processo de revitalização de ruas, avenidas, praças, etc. No entanto, é possível observar que a paisagem urbana frequentemente é assolada por emaranhados de cabos e fios nos postes da rede elétrica, muitas vezes abandonados, colaborando com a poluição visual nas Cidades e os riscos aos transeuntes ao aumentar o risco de rompimento dos fios de alta tensão.

O cabeamento e a fiação aérea já contribuem em muito para a poluição visual das ruas e Cidades.

Para piorar a situação, atualmente ainda temos que enfrentar um emaranhado de fios que estão lá sem utilização, sobrecarregando os postes que passam a servir como "estoques" de fiação e cabos excedentes.

Nesse sentido, frisa-se o artigo 4º, § 1º da Resolução Conjunta nº 4, de dezembro de 2014, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL):

> Art. 4º No compartilhamento de postes, as prestadoras de serviços de telecomunicações devem seguir o plano de ocupação e infraestrutura da distribuidora de energia elétrica e as normas técnicas aplicáveis, em especial:(...)
>
> § 1º O compartilhamento de postes não deve comprometer a segurança de pessoas e instalações, os níveis de qualidade e a continuidade dos serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica.

Portanto, como se verifica, o excesso de fios em postes deve ser removido, uma vez que o seu acúmulo pode comprometer a segurança, violando o artigo supramencionado.

Este Projeto busca suprimir a fiação aérea excedente e sem uso instalada nos postes pelas concessionárias responsáveis por sua implantação, devolvendo, em parte, a harmonia visual da localidade.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 10ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000237/2023

Assegura inclusão de absorvente higiênico feminino em cestas básicas e kits de higiene pessoal doados pelo Poder Público às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômicas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Quando do fornecimento pelo Poder Público de cestas básicas e kits de higiene pessoal para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, neles deverão conter absorvente higiênico feminino, como medida de enfrentamento à pobreza menstrual no âmbito do Estado de Pernambuco.

§ 1º O disposto no *caput* se aplica às cestas básicas e aos kits de higiene pessoal fornecidos às mulheres ou aos núcleos familiares integrados por pelo menos 1 (uma) mulher.

§ 2º O absorvente higiênico feminino deverá ser fornecido em quantidade mínima de 16 (dezesseis) unidades para uso mensal.

Art. 2º O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

A proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Vale registrar que a medida não impõe ao Poder Público a compra e doação de cestas básicas ou de algum produto que a integre, sendo esta uma discricionariedade do gestor durante a execução de políticas públicas de assistência social. Em outras palavras, cabe à Administração Pública deliberar pela aquisição e doação de cestas básicas às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em síntese, nosso Projeto de Lei apenas assegura que, quando o Poder Público ofertar à população cestas básicas e kits, elas deverão conter o absorvente higiênico feminino como um dos seus componentes. Trata-se, pois, de medida para o enfrentamento à pobreza menstrual.

A menstruação é um processo natural do corpo feminino, mas que ainda é considerado um tabu cercado pela desinformação. Por isso deve ser tratada como questão de saúde pública, e não pode ser negligenciada.

A pobreza menstrual é a falta de acesso à itens básicos de higiene pessoal durante a menstruação, devido à ausência de informação e de recursos para compra desses produtos. No Brasil, ainda prevalece uma cultura que trata o absorvente higiênico feminino como um produto cosmético de luxo, sendo tributado dessa forma. Em paralelo, a legislação em vigor não inclui o absorvente como um dos componentes obrigatórios da cesta básica. Parte do problema decorre da própria origem das normas que regulam as cestas básicas, vez que foram escritas predominantemente por homens. Daí a importância de maior representatividade feminina nos espaços de poder e tomadas de decisões, pois políticas públicas são melhor construídas por aqueles que possuem legitimidade de causa.

No Brasil, a pobreza menstrual revela como as políticas públicas ainda são pensadas tomando como base às peculiaridades do corpo masculino. Há uma construção social de que o corpo padrão é o corpo do homem. As cestas básicas e kits de higiene pessoal doados pelo Poder Público ou vendidos em supermercados para pessoas com menor poder aquisitivo no máximo contêm papel higiênico e sabonete, negligenciando as mulheres de baixa renda.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 14ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000238/2023

Institui a Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora.

Art. 2º A Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora tem como objetivo:

I - promover e facilitar o acesso ao crédito para mulheres, associações e cooperativas de mulheres e micro e pequenas empresas chefiadas por mulheres;

II - estimular iniciativas de mulheres na abertura de novos negócios, dando-lhes destaque no mercado competitivo;

III - auxiliar a mulher empreendedora no processo de formação de novos negócios;

IV - criar modelos de incentivo para os investidores conhecerem ideias desenvolvidas por mulheres;

V - promover o desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco e a criação de novas empresas e negócios; e

VI - auxiliar na captação de recursos financeiros para fomentar as ações e atividades voltadas às políticas públicas definidas nesta Lei.

Art. 3º Ficam reservadas às mulheres microempreendedoras individuais (MEI), associações e cooperativas de mulheres e micro e pequenas empresas chefiadas por mulheres, conforme o caso, 10% (dez por cento) das vagas ou dos recursos ofertados em programas de concessão de linhas de crédito do Estado de Pernambuco.

§ 1º A reserva estabelecida no caput estende-se aos programas de concessão de linhas de crédito que receberem subvenção, benefício, incentivo fiscal ou creditício de entidade ou órgãos da Administração Pública do Estado de Pernambuco.

§ 2º A reserva estabelecida no caput não impede que a pessoa ou instituição interessada participe diretamente da distribuição geral das vagas ou recursos destinados à concessão de linhas de crédito.

§ 3º A reserva estabelecida no caput não afasta os critérios e exigências por ventura estabelecidos pelos órgãos ou instituições responsáveis pelos programas de concessão de linhas de crédito, para acesso ao benefício.

Art. 4º Caberá ao Poder Público Estadual, através de seus órgãos competentes, respeitando-se a discricionariedade de seus atos e as dotações orçamentárias disponíveis:

I - promover campanhas, palestras, programas e ações de empoderamento econômico da mulher, visando o compartilhamento de informações sobre formas de acesso ao crédito em instituições financeiras públicas e privadas, bem como sobre oportunidades de aperfeiçoamento técnico e de gestão financeira e empresarial;

II - dar ampla publicidade, quando da divulgação de programas de concessão de linhas de crédito, da reserva de percentual estabelecida no art. 2º;

III - instituir projetos, planos e grupos técnicos com a participação de empresas, empreendedores, investidores, incubadoras e startups, para o compartilhamento, criação e investimento em novos negócios liderados por mulheres;

IV - incentivar a realização de atividades voltadas para o contato com inovações tecnológicas, com o objetivo de estimular o aperfeiçoamento técnico e digital de empreendimentos geridos por mulheres;

V - possibilitar a formação de uma rede de apoio ao empreendedorismo local de mulheres, por meio de parcerias com entidades fomentadoras da atividade econômica e empreendedora;

VI - facilitar às mulheres empreendedoras, especialmente as de baixa renda, o acesso e compreensão às informações relativas às suas obrigações tributárias, desburocratizando os procedimentos fiscais;

VII - promover espaços, feiras e conferências de negócios e atividades empreendedoras geridas por mulheres; e

VIII - divulgar os produtos e serviços oriundos dos projetos beneficiados pela Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora, como forma de incentivo contínuo à renovação econômica e às boas práticas de apoio ao empreendedorismo feminino.

Parágrafo único. As ações da Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora poderão ocorrer em conjunto com a União e os municípios pernambucanos, bem como em parceria com empresas e entidades privadas, e pessoas físicas.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

A proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, nosso Projeto objetiva impulsionar a autonomia financeira de mulheres pernambucana, com uma das políticas de enfrentamento à desigualdade gênero.

Sabemos que a dependência financeira é uma das razões para muitas mulheres continuarem vivendo em relacionamentos abusivos – a outra principal causa está associada a dependência psicológica em relação ao agressor. Portanto, o empoderamento econômico feminino também deve ser política de estado, promovendo o trabalho, o emprego, a qualificação e a geração de renda de todas as mulheres, principalmente as de baixa renda. O estímulo ao empreendedorismo feminino sem dúvidas é um instrumento para alcançarmos esses fins.

A construção de uma Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora irá ajudar a quebrar paradigmas sobre o "lugar" da mulher empreendedora, reforçando a representatividade feminina em setores historicamente dominados pelos homens.

De acordo com a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor, somente em 2020, o empreendedorismo feminino cresceu 40%. As mulheres empreendedoras já somam mais de 30 milhões no Brasil, o que representa 48,7% do mercado empreendedor. Esses números mostram o papel importante que a mulher tem na economia. As mulheres são protagonistas na economia.

Entretanto, infelizmente cumpre expor um cenário bem menos favorável às mulheres pernambucanas: a pandemia da covid-19 agravou a desigualdade de gênero no mercado de trabalho em 2020. Em Pernambuco, dos 5.163 empregos formais perdidos no ano passado, 5.137 (99,5%) foram de mulheres e só 26 (0,5%) de homens. Os dados estão no balanço do Novo Caged para 2020. O que aconteceu em Pernambuco também se percebeu em boa parte do País, sobretudo nas regiões Nordeste e Sudeste.

O mercado de trabalho no Brasil é historicamente mais adverso para as mulheres. Elas recebem menos que os homens (mesmo ocupando as mesmas funções), chegam em menor número aos cargos de chefia e sofrem discriminação por conta da maternidade. No País, o saldo de empregos com carteira assinada (diferença entre as admissões e as demissões) foi positivo em 230.294 vagas para os homens, enquanto as mulheres perderam 87.604 postos de trabalho.

Assim, acreditamos que, além do enfrentamento ao desemprego motivado por razões de gênero, também devemos atuar no estímulo ao empreendedorismo feminino. Com o aumento de linhas de créditos ofertadas pelo Estado, por exemplo, as empreendedoras poderão utilizar o recurso como capital de giro. A ideia de fomentar o empreendedorismo das mulheres representa um passo importante para a inserção social feminina.

Nosso Projeto também está ligado aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU, mormente o ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 8 (Trabalho Descente e Crescimento Econômico) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades).

Ademais, vale lembrar que a Constituição do Estado de Pernambuco determina, em seu art. 5º, inciso XIII e XIV, que compete ao Estado e aos municípios combater todas as formas de violência contra a mulher e as causas das desigualdades entre os sexos.

O art. 3º da Lei Maria da Penha estabeleceu que serão " *asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer,* ***ao trabalho*** *, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária* ". Mais na frente, o mesmo dispositivo

reza em seu § 2º, o importante papel do Estado ao determinar que cabe " *à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput* ".

Registramos, por fim, que no que tange ao disposto no art. 3º do nosso Projeto, não haverá aumento de despesas para o Poder Executivo, visto que se trata apenas de reserva de percentual de vagas ou, em sendo o caso, de uma reserva específica de valores já separados pelo Governo do Estado para concessão de linhas de créditos para empreendedores, MEIs ou micro e pequenos empresários.

O projeto trata, notoriamente, de um caso de *discriminação positiva* . A discriminação positiva é instituto jurídico que busca, através da adequada tipificação (imposição legal, como no caso em apreço), trazer equilíbrio social por meio do tratamento diferenciado de determinado segmento da sociedade, reputado vulnerável e desprestigiado por razões históricas e/ou sociológicas.

Naturalmente, os programas de concessão de linhas de crédito do Estado já exigem dos interessados o preenchimento de inúmeros requisitos para a sua concessão, especialmente no que tange a comprovação da necessidade econômica e possibilidade de ressarcimento do crédito dado. Nosso Projeto não afasta esses requisitos para as empreendedoras que forem beneficiadas pela reserva de percentual do art. 3º (vide o § 3º). Desta forma, garante-se que a reserva está a atingir aquelas pessoas que de fato mais necessitam desta política pública, tendo em conta, entre outros, o princípio da isonomia e da reserva do possível.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª, 14ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000239/2023

Dispõe sobre a comunicação pelos estabelecimentos comerciais, quando da ocorrência de casos de abuso e violência contra mulher, criança, adolescente, pessoa idosa e pessoa com deficiência, nos termos que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais que autuarem através de suas equipes de segurança privada, ou identificarem através de mecanismos de videomonitoramento, situações suspeitas ou confirmadas de abuso e violência contra mulher, criança, adolescente, pessoa idosa e pessoa com deficiência, deverão comunicar por escrito o fato, em até 24 (vinte e quatro) horas, à delegacia de polícia do município ou à delegacia especializada competente.

§ 1º Os responsáveis pelos estabelecimentos comerciais deverão encaminhar, junto com a comunicação escrita, cópia da gravação e todas as informações que possam ajudar na identificação da vítima, do agressor e de testemunhas.

§ 2º Se o fato estiver em andamento, a comunicação também deverá ser feita imediatamente ao Disque 190 (emergência da Polícia Militar de Pernambuco).

§ 3º Quando o abuso ou violência for praticada contra a mulher, o estabelecimento comercial também deverá comunicar o fato, em até 72 (setenta e duas) horas, ao Departamento de Polícia da Mulher (DPMUL), à secretaria ou coordenadoria da mulher do município e ao Ministério Público de Pernambuco, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

§ 4º Quando o abuso ou violência for praticada contra criança ou adolescente, o estabelecimento comercial também deverá comunicar o fato, em até 72 (setenta e duas) horas, ao Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA), ao Conselho Tutelar do município e ao Ministério Público de Pernambuco, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Art. 2º Os estabelecimentos comerciais deverão promover a capacitação de seus profissionais de segurança privada e patrimonial, a fim de prepara-los para identificarem e abordarem as situações descritas no art. 1º, garantindo o atendimento humanizado das vítimas.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no *caput* , poderão ser ministrados cursos e palestras sobre a legislação e a rede de proteção às vítimas de violência contra a mulher, criança, adolescente, pessoa idosa e pessoa com deficiência.

Art. 3º A comunicação de que trata esta Lei, bem como todo o atendimento realizado às vítimas, deverá ocorrer de forma sigilosa, evitando a exposição de sua identidade e outros dados pessoais.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência, quando da primeira autuação da infração;

II - multa, a partir da segunda autuação.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R$ 1.000,00 (um mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), a depender do porte do estabelecimento e das circunstâncias da infração, tendo seu valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

A proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, nosso Projeto de Lei objetiva estabelecer mecanismo de enfrentamento à impunidade de crimes praticados contra a mulher, criança, adolescente, pessoa idosa e pessoa com deficiência, ou seja, grupos estatisticamente considerados mais vulneráveis às situações de abuso e violência.

Para tanto, propomos que os estabelecimentos comerciais que autuarem através de suas equipes de segurança privada, ou identificarem através de mecanismos de videomonitoramento (ex: câmeras), situações suspeitas ou confirmadas de abuso e violência contra essas pessoas, deverão comunicar o fato, em até 24 horas, à delegacia de polícia do município ou à delegacia especializada competente (ex: Delegacia da Mulher, Delegacia do Idoso, Delegacia de Proteção à Pessoa, etc.).

Os responsáveis por esses estabelecimentos deverão encaminhar, junto com a comunicação formal, cópia da gravação e todas as informações que possam ajudar na identificação da vítima, do agressor e de testemunhas. Lembrando que, se o fato estiver em andamento, a comunicação também deverá ser feita imediatamente ao Disque 190 (emergência da Polícia Militar de Pernambuco).

Vale registrar que os estabelecimentos comerciais estão cada vez mais estruturados com mecanismo de segurança, com sistemas de videomonitoramento e vigilantes. Tornou-se comum ver, na imprensa, imagens gravadas por essas câmeras de situações de violência praticada contra pessoas vulneráveis, especialmente crianças e mulheres. Infelizmente, muitas situações de agressões não são denunciadas pelos estabelecimentos comerciais.

O Código Penal Brasileiro pune quem deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à pessoa em grave e iminente perigo, ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública. A pena poderá ser de detenção, de um a seis meses, ou multa, podendo ser aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta em morte (art. 135). Infelizmente, muitas pessoas não cumprem esse dispositivo e se omitem de seu papel enquanto cidadão.

Portanto, nosso Projeto busca assegurar o cumprimento desse dever, criando regras específicas sobre os procedimentos a serem adotados pelos estabelecimentos comerciais quando da ocorrência desse tipo de ato criminoso dentro de seus espaços.

A proposta se assemelha a outras normas já aprovadas por esta nobre Casa Parlamentar, como as Leis nº 14.633/2012, 16.632/2019, 16.607/2019, entre outras, que tratam de comunicação compulsória em casos de violência praticada ou identificadas em/por instituições de saúde e de ensino.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000240/2023

Dispõe sobre a comunicação compulsória ao Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (DRACCO) da Polícia Civil de Pernambuco, ao Ministério Público de Pernambuco, ao Ministério Público de Contas de Pernambuco e ao Tribunal de Contas de Pernambuco, pelos gestores de órgãos públicos, quando do recebimento de denúncias de práticas de crimes contra a Administração Pública.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de comunicação escrita ao Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (DRACCO) da Polícia Civil de Pernambuco, ao Ministério Público de Pernambuco, ao Ministério Público de Contas de Pernambuco e ao Tribunal de Contas de Pernambuco, por parte dos gestores de órgãos públicos estaduais, especialmente ouvidorias, corregedorias e canais públicos de recebimento de reclamações e denúncias, quando do recebimento de denúncias relativas à possível prática de crime contra a Administração Pública.

§ 1º Quando a denúncia for feita em anônimo, assegurar-se-á o sigilo dos dados do denunciante.

§ 2º A comunicação escrita deverá ser feita em até 72 (setenta e duas) horas após o recebimento da denúncia e deverá conter todas as informações fornecidas pelo denunciante.

Art. 2º O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, mormente de natureza penal ou cível.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

A proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, destacamos:

Nosso projeto objetiva instrumentalizar mais uma ferramenta de combate à corrupção no âmbito do Estado de Pernambuco. Trata-se de uma forma de assegurar que denúncias de crimes contra a Administração Pública apresentadas nas ouvidorias, corregedorias e canais públicos de recebimento de reclamações e denúncias de órgãos estaduais, não sejam esquecidas ou engavetadas. Essas informações, que muitas vezes podem parecer improcedentes, em verdade poderão servir às autoridades policiais em investigações em andamento ou até mesmo motivar abertura de novos procedimentos investigatórios, resultando na punição dos agentes criminosos.

A impunidade é o combustível do crime.

Assim, a medida impõe ao gestor o dever de repassar as informações, por escrito, ao Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (DRACCO) da Polícia Civil de Pernambuco, ao Ministério Público de Pernambuco, ao Ministério Público de Contas de Pernambuco e ao Tribunal de Contas de Pernambuco, sob pena de responsabilização administrativa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, mormente nas esferas cível e penal.

Por fim, registramos que a proposta se assemelha a outras normas já aprovadas por esta nobre Casa Parlamentar, como as Leis nº 14.633/2012, 16.632/2019, 16.607/2019, que tratam de comunicação compulsória por órgãos públicos nos casos em que especifica.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000241/2023

Altera a Lei nº 14.762, de 31 de agosto de 2012, que institui a Política Estadual de Mobilidade por Bicicletas, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de dispor sobre a instalação de estrutura física adequada para o estacionamento de bicicletas, em empreendimentos privados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 14.762, de 31 de agosto de 2012, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

"Art. 6º-A. Fica determinado, em consonância com a Política Estadual de Mobilidade por Bicicleta, que as áreas de estacionamento de empreendimentos privados, de natureza comercial ou residencial, deverão dispor de estrutura física adequada para o estacionamento de bicicletas, como paraciclos e bicicletários, em quantidade mínima proporcional a 5% (cinco por cento) do número de vagas ofertadas para veículos automotores. (AC)

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se aos pedidos de alvará de edificação nova, de reforma ou de aprovação de projeto modificativo protocolados a partir da data de vigência desta Lei. (AC)

§ 2º Ficam isentos do atendimento das disposições deste artigo os empreendimentos: (AC)

I - localizadas no alinhamento de vias públicas e que não possuam área com acesso para estacionamento; (AC)

II - localizadas em vias nas quais o tráfego de bicicletas é proibido pelo órgão municipal de trânsito; e (AC)

III - que não possuam área de estacionamento." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

O excesso de carros nas ruas e a poluição extrema vem obrigando a sociedade a encontrar alternativas para reduzir os níveis de emissão de gases e também para conciliar as tarefas diárias ao estilo de vida sustentável. Visando atender a todas essas necessidades, o uso de bicicletas voltou à rotina do brasileiro e, em diversas regiões do país a bike tem substituído o uso de carros e até mesmo aliviado o fluxo de transportes coletivos, contribuindo satisfatoriamente para a mobilidade sustentável.

No entanto, pouco adianta cada indivíduo se mobilizar em busca de um estilo de vida mais saudável e não ter em sua região a infraestrutura necessária para manter o hábito. Assim, os bicicletários são tão importantes quanto a existência de ciclovias e ciclofaixas nas cidades. Hoje, a maioria dos empreendimentos comerciais ou residenciais já preveem a existência de bicicletários em seus projetos.

Tal como as garagens de carros, os bicicletários são um local seguro no qual o indivíduo poderá armazenar sua bicicleta enquanto está no trabalho ou até mesmo em seu condomínio.

Um bicicletário não deve ser apenas um local de armazenamento de bikes, e sim um espaço apropriado, desenvolvido em cima de estudos e que ofereça o suporte necessário para os usuários.

Ao instaurar o bicicletário em um edifício haverá um incentivo inconsciente aos funcionários para que optem pela bicicleta. Além de garantir um ecossistema mais saudável e livre de grandes quantidades de poluição e a mobilidade sustentável, o uso de bicicletas no dia a dia incentiva o indivíduo a cuidar de si mesmo e, consequentemente, proporciona uma melhor qualidade de vida, contribuindo para uma vida mais saudável.

Registramos, por fim, que a cidade do Recife foi escolhido, na última quinta-feira (3/6), uma das líderes da campanha global Cidades Pedaláveis do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP). O anúncio foi feito em conferência virtual por ocasião do Dia Mundial da Bicicleta.

O evento destacou o potencial da mobilidade por bicicleta e das cidades líderes, como o Recife. A capital pernambucana receberá consultoria técnica do ITDP para ampliar sua rede cicloviária e também exportar os seus conhecimentos para outros municípios parceiros.

O objetivo da iniciativa é a expansão das rotas cicláveis, para que os cidadãos tenham um equipamento a, no máximo, 300 metros de onde estiver e, assim, aproximar as pessoas de infraestruturas seguras para uso da bicicleta.

Em 2019, a malha cicloviária de Recife foi considerada, em estudo realizado pelo ITDP-Brasil, como a quarta rede mais acessível à população dentre as 20 maiores cidades do País.

O estudo mostra que mais de 24% da população da cidade consegue acessar uma rede cicloviária a menos de 300 metros de sua residência. Isso é um marco importante da política pública voltada para a mobilidadesustentável e para o incentivo à ciclomobilidade.

Atualmente, o Recife possui 150 quilômetros de malha cicloviária, entre ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, o que representa um aumento de mais 500% desde 2013, quando havia 24 quilômetros.

Desde 2013, as novas rotas implantadas compõem a Rede Cicloviária Complementar, previstas pelo Plano Diretor Cicloviário (PDC), e estão sendo projetadas para que haja uma conexão com as rotas já existentes e com a Rede Cicloviária Metropolitana, que está sendo elaborada pelo Governo do Estado.

Os projetos priorizam o atendimento aos bairros que abrigam polos de interesse público, como parques, praças, mercados públicos e terminais de ônibus, criando pontos de conectividade entre esses equipamentos.

O Recife tem investido em rotas que se interligam umas às outras para dar cada vez mais possibilidade de caminhos aos ciclistas. Entre o Centro da Cidade e a Zona Norte, já são 63 quilômetros de malha cicloviária interligada.

Já entre a Zona Sul e a Zona Oeste, são 79 quilômetros interligados. O incentivo ao uso da bicicleta, além de fomentar uma mobilidade mais sustentável, democratiza o uso do espaço urbano entre pessoas com diversos meios de transportes e classes sociais.

Vale ressaltar que a Lei nº 14.762/12 determina, em seu art. 6º, que nos imóveis em que funcionem órgãos do Poder Executivo Estadual deverá haver estrutura física adequada para o estacionamento de bicicletas.

Nossa proposta legislativa visa expandir essa determinação aos empreendimentos privados, como forma de facilitar a vida da população que utiliza bicicletas como principal meio de transporte, a exemplo dos entregadores de alimentos fornecidos por bares e restaurantes (serviço de delivery).

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000242/2023

Altera a Lei nº 16.356, de 8 de maio de 2018, que dispõe sobre a isenção, para atletas de baixa renda, do pagamento de taxa de inscrição em corridas, caminhadas e provas de ciclismo, realizadas em vias públicas do Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Bispo Ossesio Silva, a fim de ampliar o alcance da isenção para atletas e expectadores de baixa renda, em eventos esportivos realizados em áreas, vias, equipamentos ou estabelecimentos de domínio do Estado de Pernambuco, nos termos que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Ementa da Lei nº 16.356, de 8 de maio de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a isenção para atletas e expectadores de baixa renda, do pagamento de taxa de inscrição ou de ingresso de bilheteria, em eventos esportivos realizados em áreas, vias, equipamentos ou estabelecimentos de domínio do Estado de Pernambuco." (NR)

Art. 2º A Lei nº 16.356, de 8 de maio de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Os organizadores de eventos esportivos públicos ou privados, que optarem por realiza-los em áreas, vias, equipamentos ou estabelecimentos de domínio do Estado de Pernambuco, em que fixarem a cobrança de taxa de inscrição para competir ou de ingressos para acesso de expectadores, deverão reservar no mínimo 5% (cinco por cento) da cota máxima de inscrições ou de venda de bilheteria, para atletas e expectadores de baixa renda, os quais ficarão isentos do pagamento. (NR)

§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se atletas e expectadores de baixa renda, aqueles que não possuem renda mensal superior a 1 (um) salário mínimo. (NR)

§ 2º Os organizadores dos eventos de que trata o *caput* estabelecerão os procedimentos necessários para fins de comprovação da renda prevista no § 1º e a obtenção da isenção de que trata esta Lei, não podendo estabelecer exigências, critérios ou cláusulas abusivas ou impraticáveis. (NR)

§ 3º O atleta beneficiário da isenção que injustificadamente não participar do evento esportivo, somente após 90 (noventa) dias poderá solicitar nova isenção. (NR)

Art. 2º Os organizadores dos eventos esportivos privados que descumprirem o disposto nesta Lei estarão sujeitos às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente: (NR)
.....

III - suspensão da autorização para realização de novos eventos em áreas, vias, equipamentos ou instalações de domínio do Estado de Pernambuco. (NR)
....."

"Art. 2º-A. O descumprimento desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável." (AC)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Nosso Projeto de Lei objetiva ampliar o alcance da Lei nº 16.356, de 8 de maio de 2018, que dispõe sobre a isenção, para atletas de baixa renda, do pagamento de taxa de inscrição em corridas, caminhadas e provas de ciclismo, realizadas em vias públicas do Estado de Pernambuco.

Acreditamos que a intenção do legislador original foi a de incentivar a participação de atletas de baixa renda, em competições realizadas em locais mantidos pelos contribuintes pernambucanos.

No entanto, percebemos que para se alcançar a aplicabilidade máxima dos direitos ao esporte, lazer e saúde – assegurados pela Constituição Federal –, mister se faz ampliar o teor da Lei nº 16.356/2018, para todos os eventos (públicos ou privados) realizados em edificações e equipamentos de domínio do Estado de Pernambuco, além de assegurar a isenção também para os expectadores de baixa renda. Isso estimulará as pessoas a competirem e a assistirem as competições, principalmente aquelas que não dispõem de maior clamor popular, estabelecendo medida afirmativa de compensação das desigualdades sociais históricas presentes em nosso Estado.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 6ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000243/2023

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar como dependente natural do titular de plano ou seguro-saúde, a criança ou adolescente sob a sua guarda ou tutela.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

"Art. 139-A. As operadoras de planos de saúde ou de seguro-saúde devem considerar como dependente natural do titular do plano ou seguro-saúde, a criança ou adolescente sob a sua guarda ou tutela. (AC)

§ 1º O titular do plano ou seguro-saúde deverá apresentar à operadora do serviço, quando solicitado, o termos de concessão de guarda ou tutela expedido pela autoridade judicial competente, para comprovação das condições estabelecidas no *caput* . (AC)

§ 2º Para os fins do disposto no *caput* , a criança ou adolescente terá os mesmos direitos de um dependente natural, respeintando-se as normas da Agência Nacional de Saúde (ANS). (AC)

§ 3º O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, nas Faixas Pecuniárias A ou B, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Infelizmente, muitas empresas de seguro e planos de saúde vêm alegando que o menor sob guarda não pode ser equiparado ao filho biológico ou adotado, de forma que, segundo suas regras, aquele somente poderá ser inserido no plano/seguro como dependente agregado, mas não como dependente natural do titular.

Felizmente, as cortes brasileiras vêm se posicionando no sentido de que o plano ou seguro de saúde deverá sim considerar como dependente natural do titular o menor cuja guarda lhe foi concedida pela justiça.

Vale lembrar que o art. 33, § 3º, da Lei Federal nº 8.069/90, estabelece que a guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários. Registra-se também que a tutela implica necessariamente no dever de guarda (art. 36, parágrafo único).

Entendemos que os direitos dos menores mantidos sob guarda ou tutela equiparam-se sim aos dos dependentes naturais. Portanto, deve ser assegurado ao titular o direito de incluí-lo no plano/seguro-saúde, sem aumentar, no entanto, a contribuição em virtude do número de dependentes.

É irrelevante se a guarda é para fins de adoção ou não, pois a lei não discrimina tal circunstância, de forma que qualquer cláusula contratual ou estatutária nesse sentido poderá ser abusiva.

No conflito entre o contrato do plano/seguro-saúde e a norma legal protetiva da criança, essa última deve prevalecer, tanto em virtude do critério hierárquico, como em razão do princípio inspirador do art. 33, §3º, do ECA, qual seja, o do superior interesse da criança, introduzido em nosso sistema jurídico como corolário da doutrina da proteção integral, consagrada pelo art. 227 da Constituição Federal.

Recentemente, a Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul aprovou o Projeto de Lei nº 178/2020, de autoria do Deputado Evander Vendramini, que é semelhante ao nosso e que foi amparado em brilhante **Nota Técnica da Defensoria Pública do MS** , que anexamos aqui, complementando nossa posição em favor do presente Projeto.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000244/2023

Dispõe sobre a doação de produtos e mercadorias destinadas ao consumo, tratamento ou uso por animais, apreendidos pelos órgãos de fiscalização e controle em decorrência da prática de ilícitos penais e infrações administrativas, nos termos que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º As mercadorias e produtos destinados ao consumo, tratamento ou uso por animais de qualquer espécie, que forem apreendidos pelos órgãos de fiscalização e controle em decorrência da prática de ilícitos penais e/ou infrações administrativas que não possam ser sanadas, deverão ser doados às pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, que atuam no resgate, acolhimento e tratamento veterinário gratuito de animais, depois de observados os procedimentos legais cabíveis e desde que plenamente aptos ao consumo.

§ 1º Fica vedado o descarte, incineração ou destruição de mercadorias e produtos apreendidos que estiverem aptos para o consumo.

§ 2º As mercadorias e produtos apreendidos também poderão ser doados às pessoas ou famílias de baixa renda, inscritas no CadÚnico ou no Programa Chapéu de Palha do Governo do Estado, que comprovarem que possuem animais sob os seus cuidados, mormente para fins de agropecuária.

§ 3º O Poder Público deverá adotar as medidas necessárias para assegurar a celeridade na tramitação dos processos de doação, a fim de evitar a perda da validade, das condições sanitárias e da qualidade das mercadorias e produtos apreendidos.

§ 4º O disposto neste artigo se aplica às rações, gêneros alimentícios, medicamentos, fármacos, acessórios, equipamentos, produtos de higiene, móveis, roupas, coleiras, guias, gaiolas, casas, bolsas de transporte, brinquedos, dispositivos eletrônicos e quaisquer outros objetos apreendidos, que foram fabricados para o consumo, tratamento ou uso por animais de qualquer espécie.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o banco de coleta, recebimento e armazenamento de mercadorias e produtos para fins de doação aos beneficiários indicados no art. 1º.

§ 1º Poderão contribuir com doações para o banco de coleta, recebimento e armazenamento, os estabelecimentos comerciais, empresas, entidades, associações, Organizações Não Governamentais e protetores independentes.

§ 2º É vedado aos beneficiários a comercialização das mercadorias e produtos doados a eles pelo banco de coleta, recebimento e armazenamento.

§ 3º O Poder Executivo poderá, por meio de seus órgãos competentes, organizar e estruturar o banco de coleta, recebimento e armazenamento, fornecendo o apoio administrativo, técnico e operacional, determinando os critérios de coleta, de distribuição e de fiscalização, bem como realizando o cadastramento e o acompanhamento dos seus beneficiários.

Art. 3º Para os fins do disposto nesta Lei, poderão ser celebrados convênios com instituições públicas ou privadas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

De antemão, registramos os precedentes normativos em matérias análogas, que foram aprovadas por esta Nobre Casa Parlamentar, através de proposições de autoria de seus membros, quais sejam: Lei nº 16.953/2020, que autoriza o Estado de Pernambuco a doar bicicletas apreendidas em decorrência da prática de ilícito penal, para pessoas de baixo poder aquisitivo; Lei nº 14.148/2010, que destina parte da madeira apreendida, pela fiscalização ambiental no âmbito do Estado de Pernambuco, para construção de habitações populares; Lei nº 17.025/2020, que dispõe sobre a doação de equipamentos de proteção individual apreendidos pelo Poder Público, para instituições saúde que estejam trabalhando no combate ao novo coronavírus (Covid-19); Lei nº 16.985/2020, que determina a doação de alimentos apreendidos pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco - ADAGRO, a programas e projetos na área de desenvolvimento social e combate à fome; Lei nº 16.374/2018, que dispõe sobre a doação de bicicletas apreendidas pela Secretaria da Fazenda do Estado às entidades beneficentes; Lei nº 15.831/2016, que determina que brinquedos, equipamentos e materiais de uso infanto-juvenil apreendidos sejam destinados aos programas das Secretarias de Estado e dá outras providências; e Lei nº 15.564/2015, que determina que os produtos de vestuário, cama, mesa, banho e calçados apreendidos sejam destinados aos programas das Secretarias de Estado.

No mérito, registramos:

Nosso projeto objetiva evitar o desperdício decorrente do descarte de mercadorias e produtos destinados ao consumo, tratamento ou uso por animais de qualquer espécie, que forem apreendidos pelos órgãos de fiscalização e controle em decorrência da prática de ilícitos penais e/ou infrações administrativas que não possam ser sanadas.

Propomos que essas mercadorias e produtos sejam doados às pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, que atuam no resgate, acolhimento e tratamento veterinário gratuito de animais, depois de observados os procedimentos legais cabíveis e desde que plenamente aptos ao consumo. Isso irá ajuda-las a continuarem desenvolvendo o importante trabalho socioambiental em defesa e proteção de animais abandonados ou resgatados de cativeiros ilegais.

Os produtos também poderão ser doados às pessoas ou famílias de baixa renda, inscritas no CadÚnico ou no Programa Chapéu de Palha do Governo do Estado, que comprovarem que possuem animais sob os seus cuidados, mormente para fins de agropecuária. Como exemplo, as rações e medicamentos veterinários poderão ser doados para famílias de agricultores e pecuaristas, de baixa renda, para fins de subsistência.

Incluímos no projeto as apreensões de rações, gêneros alimentícios, medicamentos, fármacos, acessórios, equipamentos, produtos de higiene, móveis, roupas, coleiras, guias, gaiolas, casas, bolsas de transporte, brinquedos, dispositivos eletrônicos e quaisquer outros objetos que foram fabricados para o consumo, tratamento ou uso por animais de qualquer espécie.

Nosso projeto ainda autoriza o Poder Executivo a criar um banco de coleta, recebimento e armazenamento dessas mercadorias e produtos para fins de doação aos beneficiários acima indicados, que não poderão comercializá-los com terceiros.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 7ª, 8ª, 11ª, 12ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000245/2023

Dispõe sobre a destinação de vagas para às agências do trabalho da Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação do Estado de Pernambuco, por empresas que receberem incentivos fiscais ou concessão de linhas de crédito pelo Poder Público estadual, nos termos que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a destinação obrigatória para as agências do trabalho da Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação do Estado de Pernambuco, de 5% (cinco por cento) das vagas de trabalho ofertadas por empresa com mais de 50 (cinquenta) funcionários, quando receber incentivo fiscal ou concessão de linha de crédito pelo Poder Público estadual, sem prejuízo de outros requisitos ou contrapartidas previstas na legislação específica.

§ 1º A obrigatoriedade de observância do percentual de vagas de trabalho estabelecida no *caput* dar-se-á durante todo o período em que perdurar o incentivo fiscal ou até ocorrer a quitação integral do crédito concedido, conforme o caso.

§ 2º O disposto no *caput* aplicar-se-á a todo e qualquer cargo oferecido pela empresa, desde que haja no banco de dados das agências do trabalho, candidatos que cumpram os requisitos necessários para preenchimento da vaga.

§ 3º A empresa não poderá adotar critérios ou requisitos irrazoáveis ou discriminatórios para escolha dos candidatos às vagas reservadas para as agências do trabalho.

§ 4º O disposto nesta artigo apliacar-se-á à empresa que dispor de vagas abertas para serem destinadas às agências do trabalho e que se candidatar a programa de incentivo fiscal ou de concessão de linha de crédito após a data de publicação desta Lei.

§ 5º A empresa que não dispor de vagas abertas quando da candidatura ao programa de incentivo fiscal ou de concessão de linha de crédito deverá destiná-las às agências do trabalho na medida em que forem sendo desocupadas, até alcançar o cumprimento do percentual mínimo estabelecido no *caput*.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará a empresa infratora às seguintes penalidades:

I - advertência, quando da primeira autuação da infração;

II - multa, a partir da segunda autuação.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a depender do porte da empresa e das circunstâncias da infração, tendo seu valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários à sua efetiva aplicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública, especialmente para a Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação do Estado de Pernambuco (SETQ/PE).

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Para atrair empresas a se instalarem ou se manterem em funcionamento, o Estado dispõe de políticas de crédito e de concessão de incentivos fiscais. Para cada caso, há os requisitos a serem preenchidos. No entanto, não há uma legislação que imponha

o dever de destinar vagas de emprego, quando abertas, para às agências do trabalho da SETQ/PE, como contrapartida pelo benefício recebido a custo de recursos públicos gastos ou não recolhidos.

Diante disso, propomos a destinação obrigatória para as agências do trabalho da SETQ/PE, de 5% (cinco por cento) das vagas de trabalho ofertadas por empresa com mais de 50 (cinquenta) funcionários, quando receber incentivo fiscal ou concessão de linha de crédito pelo Poder Público estadual, sem prejuízo de outros requisitos ou contrapartidas previstas na legislação específica.

Estamos tratando de empresas grandes, com porte suficiente para dispor de serviço de recursos humanos capaz de triar bons candidatos através dos encaminhamentos feitos pelas agências do trabalho. A medida não importará em prejuízos para o setor econômico e ainda ajudará no enfrentamento ao alto índice de desemprego que o Estado vivencia, que atinge principalmente pessoas que fazem uso dos serviços da SETQ/PE.

No primeiro trimestre de 2021, a taxa de desemprego em Pernambuco atingiu 21,3% da população de 14 anos ou mais, em meio aos desafios impostos pela piora da pandemia. O índice é o mais alto em nove anos. O estado empatou com a Bahia no primeiro lugar do ranking nacional da desocupação.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em números absolutos, são 868 mil pernambucanos desempregados.

Também foi observado o avanço da informalidade no estado, com uma taxa de 51,3% da população ocupada no primeiro semestre deste ano, o que é equivalente a 1,64 milhão de pessoas. A taxa deixa Pernambuco no 9º lugar nacional.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 2ª, 3ª, 11ª, 12ª comissões.

Além de se constituir em cláusula abusiva, a exigência do consentimento do cônjuge ou companheiro coloca em risco à condição física e psíquica da mulher, e representa grave violação de seus direitos à liberdade, à saúde, à maternidade e à dignidade da pessoa humana.

Essa exigência pode diminuir a qualidade de vida de mulheres com doenças para as quais métodos contraceptivos são recomendados por médicos. Também há um prejuízo na independência dessa mulher que vai realizar um tratamento que vai promover qualidade de vida, pois ela passa a depender de um parceiro que talvez não entenda sua dor.

Além disso, permitir condições abusivas como essa cria a falsa presunção de que os corpos das mulheres, no que toca o seu aspecto reprodutivo, sempre dizem respeito aos homens aos quais elas se relacionam. Isso pode não só agravar a situação de mulheres que vivem em violência doméstica e familiar, como também agravar uma visão sexista, misógina e machista de que as mulheres são propriedade dos homens.

Registramos, por fim, que desde novembro de 2019, a Constituição do Estado de Pernambuco passou a dispor, em seu art. 5º, inciso XIII, que se constitui como competência comum do Estado e dos Municípios combater todas as formas de violência contra a mulher e as causas de sua discriminação.

Logo, a aprovação dessa proposta legislativa irá contribuir para pôr fim a esses tipos de exigências, que também se constitui em mais uma forma de violência contra as mulheres, servindo de exemplo e resposta desta Nobre Casa Parlamentar para outras situações análogas, e contribuindo para a eliminação de todas as formas de discriminação de gênero.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 12ª, 14ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000246/2023

Proíbe às empresas operadoras de planos de saúde e seguro-saúde, e aos profissionais e instituições de saúde, de exigirem o consentimento prévio de cônjuge ou companheiro da mulher que desejar utilizar qualquer método contraceptivo, nos termos que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica vedado, no âmbito do Estado de Pernambuco, a exigência por parte de empresa operadora de plano de saúde ou de seguro-saúde, e por profissional ou instituição de saúde, pública ou privada, do consentimento do cônjuge ou companheiro da mulher beneficiária ou paciente que desejar utilizar qualquer método contraceptivo, mormente aqueles que dependem de realização de procedimento médico, como a inserção de Dispositivo Intrauterino (DIU) ou Sistema Intrauterino (SIU).

Parágrafo único. Considera-se abusiva a exigência descrita no *caput* , sob pena de se colocar em risco à condição física e psíquica da mulher, além de se constituir em grave violação de seus direitos à liberdade, à saúde, à maternidade e à dignidade da pessoa humana.

Art. 2º O descumprimento desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator, quando pessoa física ou jurídica de direito privado, à penalidade de multa a ser fixada entre R$ 10.000 (dez mil reais) e R$ 100.000,00 (cem mil reais), a depender do porte do empreendimento e das circunstâncias da infração, tendo seu valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Inicialmente, cumpre esclarecer que nosso Projeto de Lei insurge das denúncias feitas pelo jornal Folha de São Paulo, no início deste mês, de que planos de saúde estavam impondo a necessidade do consentimento do cônjuge/companheiro para a colocação de dispositivo contraceptivo em mulheres casadas.

Após a reportagem, no dia 5 de agosto, o Procon do Estado de São Paulo pediu explicações aos planos de saúde que estariam fazendo essa exigência. Dentre os planos de saúde citados pelo Procon-SP como adeptos da prática estão: Amil, Bradesco Saúde, Central Nacional Unimed, Notre Dame, Omint, Porto Seguro Saúde, Qsaúde, Sompo Saúde, Sul América, Unimed Seguros e Vison Med (Golden Cross).

Trata-se de uma prática considerada pelo Procon-SP como abusiva, ilegal, descabida e afrontosa à condição e dignidade da mulher.

Sobre o caso, a Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo (OAB-SP) reforçou que exigir a autorização do marido viola a liberdade da mulher. A Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo (CAASP), por meio de sua diretora-presidente, a advogada Raquel Tamassía Marques, declarou que " *impedir a mulher de usar o contraceptivo de escolha dela, dentro da Lei Maria da Penha é uma forma de violência* ". A Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) também confirmou que a exigência é ilegal.

Assim, apresentamos essa Proposição para extinguir quaisquer dúvidas acerca desta matéria, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

Nosso Projeto trata de matéria pertinente à proteção e defesa da saúde, mas que também alcança à proteção ao consumidor no que tange às relações entre planos de saúde/seguro-saúde e os usuários desses serviços.

Em ambos os casos, a competência legislativa é concorrente à União, para editar normas gerais, e aos Estados, para exercer a competência suplementar, assim vejamos:

> **Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:[...]
>
> VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, **ao consumidor** , a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
> [...]
>
> XII - previdência social, **proteção e defesa da saúde** ;[...]
>
> § 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
>
> § 3º **Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.**

Sobre responsabilidade por dano ao consumidor, o que se intenta em nosso projeto é justamente defender o consumidor/mulher de exigências descabíveis que não são exigidos por qualquer norma, seja Federal ou Estadual, mormente a Lei Federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde).

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000247/2023

Altera a Lei nº 15.755, de 4 de abril de 2016, que institui o Código Penitenciário do Estado de Pernambuco, a fim de proibir a instalação no interior e nas proximidades das celas de novos Estabelecimentos Penais estaduais, dos elementos que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 15.755, de 4 de abril de 2016, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

> "Art. 32-A. Fica vedada a instalação, no interior e nas proximidades das celas de Estabelecimentos Penais do Estado de Pernambuco construídos ou reformados após a data de publicação desta Lei, dos seguintes elementos: (AC)
>
> I – registros, torneiras, válvulas de descargas de latão ou metálicas; (AC)
>
> II – chuveiros metálicos; (AC)
>
> III – luminárias sem grade protetora; (AC)
>
> IV – azulejos e cerâmicas; (AC)
>
> V – todo objeto que possa se transformar em arma ou servir de apoio ao suicídio; e (AC)
>
> VI – tomadas e/ou pontos de energia. (AC)
>
> § 1º Os novos projetos de construção ou reforma dos Estabelecimentos Penais do Estado de Pernambuco que trata o *caput* poderão dispor de rede elétrica instalada no interior ou nas proximidades das celas apenas para fins de implantação de sistema de videomonitoramento ou outros dispositivos de segurança, devendo conter mecanismo que impossibilite a sua utilização pelos apenados para outros fins, como recargas e utilização de celulares, tablets ou outros aparelhos eletrônicos que possibilitem a sua comunicação externa. (AC)
>
> § 2º Os órgãos responsáveis pela gestão dos Estabelecimentos Penais do Estado de Pernambuco que já estão em funcionamento, deverão elaborar, em até 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação desta Lei, programa de mapeamento e supressão gradativa dos elementos de que trata o caput , salvo necessidade provisória devidamente fundamentada pela administração prisional, a ser executado em mais 120 (cento e vinte) dias, nos termos da Resolução nº 16, de 10 de junho de 2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. (AC)
>
> § 3º O disposto neste artigo não se aplica aos Estabelecimentos Penais do Estado de Pernambuco classificados nos incisos III e IV do art. 23." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

Nosso Projeto trata de matéria pertinente ao Direito Penitenciário, cuja competência legislativa é concorrente à União, para editar normas gerais, e aos Estados, para exercer a competência suplementar, assim vejamos:

> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
>
> I - direito tributário, financeiro, **penitenciário** , econômico e urbanístico;
> [...]

Registramos também que a nossa Proposição se alinha ao disposto na Resolução nº 16, de 10 de junho de 2021, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que estabelece medidas de eliminação de tomadas e pontos de energia do interior e das proximidades das celas nos estabelecimentos penais, entre outros elementos.

É importante frisar que as práticas de condutas criminosas dentro dos presídios e penitenciárias estão diretamente relacionadas com a existências dos elementos citados em nosso projeto de lei. Logo, tem-se como objetivo impedir que os detentos não tenham acesso a aparelhos celulares, inibindo, assim, a comunicação externa com criminosos que ainda estão em liberdade, corroborando com o combate as organizações criminosas.

Quanto ao aspecto material da propositura, observa-se sua compatibilidade com o direito fundamental à segurança (CRFB/88, art. 65), ficando evidente, portanto, a relevância social do projeto. Por conseguinte, a Carta Magna estabelece que a Segurança Pública é dever do Estado e direito de todos, visando preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas (CRFB/88, art. 144).

Por fim, registramos que nossa proposição está em consonância com a Lei Federal nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003 (artigo 5°, inciso III), e com Lei de Execução Penal (nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Art. 83-B).

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 10ª, 11ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000248/2023

Proíbe a recusa de fotografias para emissão de documentos ou acesso a produtos e serviços, por órgãos públicos e estabelecimentos privados localizados no âmbito do Estado de Pernambuco, nos termos que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica vedada aos órgãos públicos e aos estabelecimentos privados localizados no âmbito do Estado de Pernambuco, a recusa de fotografias fornecidas por pessoa que desejar emitir documento ou ter acesso a produtos, serviços ou ofertas de vagas de trabalho, em razão de utilização na imagem fornecida de penteados, cortes ou tons de cabelo, roupas e acessórios, mormente os de origem étnico-racial, que não impossibilitam a identificação do indivíduo.

Parágrafo único. Esta Lei objetiva coibir todas as formas de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, sexo, idade e religião, de origem nacional ou regional, nos termos dos incisos XIII e XIV, do art. 5º, da Constituição do Estado de Pernambuco.

Art. 2º O descumprimento desta Lei pelas instituições públicas ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator, quando pessoa física ou jurídica de direito privado, sem prejuízo de outras sanções de natureza administrativa, civil ou penal cabíveis, à penalidade de multa a ser fixada entre R$ 5.000 (cinco mil reais) e R$ 100.000,00 (cem mil reais), a depender de suas condições socioeconômicas e das circunstâncias da infração, tendo seu valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Inicialmente, cumpre esclarecer que nosso Projeto de Lei insurge após a divulgação pela imprensa brasileira, de pessoas negras que foram vítimas de preconceito racial, ao terem suas fotografias 3x4 recusadas por agentes públicos responsáveis pela emissão de documentos, em razão de estarem usando penteados de cabelos de raiz africana, como tranças.

São situações discriminatórias que se banalizaram no serviço público, mas que devem ser combatidas em todos os setores da sociedade, a fim de eliminar qualquer forma de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, sexo, idade e religião, de origem nacional ou regional.

Nesse sentido, apresentamos este Projeto de Lei, a fim de estabelecer sanções a quem recusar fotografias fornecidas por pessoa que desejar emitir documento ou ter acesso a produtos, serviços e ofertas de vagas de trabalho, em razão de utilização na imagem fornecida de penteados, cortes ou tons de cabelo, roupas e acessórios, mormente os de origem étnico-racial, que não impossibilitam a identificação do indivíduo.

Nossa proposição encontra amparo nos incisos XIII e XIV, do art. 5º, da Constituição do Estado de Pernambuco, bem como no art. 5º, *caput* , da Constituição Federal.

Por fim, registramos que a competência legislativa do presente Projeto de Lei encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000249/2023

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de instituir a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem a oportunidade para que o consumidor faça a quitação do débito antes da interrupção do serviço por inadimplência, no ato do corte.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

"Art. 149. .....
.....

§ 5º No ato de interrupção do fornecimento do serviço por motivo de inadimplência, as concessionárias de serviços públicos são obrigadas a oferecerem a oportunidade para que o consumidor faça a quitação imediata do débito e a interrupção não se efetue. (AC)

§ 6º Na hipótese do parágrafo anterior, as concessionárias de serviços públicos, através de seus agentes presentes no local do ato, deverão oferecer ao consumidor inadimplente as devidas condições para realizar o pagamento da dívida, podendo ser por meio de boleto, cartão de crédito ou débito, transferências bancárias, entre outros, de forma integral ou parcelada." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Nosso projeto objetiva instituir a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços públicos oferecerem aos consumidores inadimplentes a oportunidade de quitarem seus débitos no momento do ato de corte do serviço.

Considerando que essas empresas fornecem serviços essenciais à população como água e energia; que estamos enfrentando uma pandemia e que a taxa de desemprego no Brasil ficou em 14,6% no trimestre encerrado em maio 2021, o que representa um contingente de 14,8 milhões de pessoas buscando por uma oportunidade no mercado de trabalho no país (fonte: IBGE/2021); que no Brasil aproximadamente 61,1 milhões de pessoas vivem na pobreza e 19,3 milhões na extrema pobreza (fonte: Made-USP/2021); que o país vive a pior crise hídrica dos últimos 91 anos e que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou sucessivos aumentos nas tarifas de energia em 2021, já projetando uma alta de 16,7% nas tarifas de 2022; que além da conta de luz, houve aumento também nos combustíveis, no gás de cozinha e, claro, nos alimentos; e que em 12 meses, a inflação no país chegou a 8,99%; compreendemos a necessidade de se instituir mecanismos legais que auxiliem os pernambucanos em tempos de crises.

Felizmente, a Aneel decidiu em junho deste ano pela prorrogação por mais três meses da proibição de corte de energia por inadimplência para os consumidores de baixa renda. No entanto, vale ressaltar que essa prorrogação é por tempo determinado e que os débitos dos consumidores brasileiros não irão desaparecer. Registramos, ainda, que após a liberação do corte do serviço, muitos consumidores estarão superendividados.

A oportunidade de quitar os débitos no ato do corte – inclusive através de acordo com a concessionária, que poderá resultar em um parcelamento –, também trará benefícios à empresa credora, pois não será necessário fazer a religação do fornecimento em até 24 horas, quando o consumidor voltar estar adimplente. Isso reduz custos e estimula o adimplemento.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000250/2023

Concede às mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e familiar a gratuidade nos veículos do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR, e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º É assegurada às mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e familiar, na forma, nos limites e sob as condições estabelecidas nesta Lei, a gratuidade temporária das passagens em transportes coletivos no âmbito das linhas integrantes do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR.

§ 1º Considera-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero, independem de orientação sexual, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

§ 2º O direito à gratuidade estabelecido por esta Lei será assegurado à mulher vítima de violência doméstica e familiar com renda mensal não superior a 1/2 (meio) salário mínimo vigente, que esteja em atendimento contínuo em órgão, secretaria, coordenadoria ou centro de referência (federal, estadual ou municipal), especializado no atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar.

§ 3º O direito ao benefício instituído por esta Lei será assegurado pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, podendo ser renovado pelo mesmo período mediante a comprovação da continuidade no atendimento pelas instituições de que trata o § 2º, exceto caso cesse a condição de baixa renda, hipótese em que a gratuidade poderá ser imediatamente revogada pelo órgão competente.

§ 4º A beneficiária da gratuidade assegurada por esta Lei será identificada por meio de Carteira ou "Vale Eletrônico Metropolitano" de Livre Acesso ao STPP/RMR, concedido sem qualquer ônus, podendo ser substituído por outro dispositivo eletrônico ou mecanismo estabelecido pelo órgão competente.

§ 5º A gratuidade assegurada por esta Lei não é extensiva às linhas de transportes opcionais do STPP/RMR.

§ 6º O benefício estabelecido nesta Lei não é cumulativo com outras gratuidades
total e/ou parciais, concedidas para acesso aos veículos do STPP/RMR, devendo, em caso de duplo benefício, ser validado prioritariamente aquele que possuir caráter contínuo.

§ 7º Na hipótese do duplo benefício ser caracterizado pela gratuidade cumulativa concedida às pessoas idosas e/ou com deficiência, o benefício assegurado nesta Lei será revogado, preservando-se a gratuidade pela condição de idoso e/ou pessoa com deficiência e, quando necessário, a extensão do benefício da gratuidade aos filhos ou dependentes legais da mulher vitimada, nos termos do § 8º.

§ 8º É assegurada a extensão do benefício da gratuidade aos filhos ou dependentes legais da mulher vítima de violência doméstica e familiar de baixa renda, que sejam menores de 18 (dezoito anos) ou incapazes, mediante a apresentação de parecer ou laudo técnico expedido pela equipe psicossocial das instituições indicadas no § 2º, que ateste a impossibilidade socioeconômica da beneficiária em custear o seu transporte e/ou deixá-los sob o cuidado de terceiros.

Art. 2º A concessão do benefício de que trata esta Lei será solicitada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – 02 (duas) fotos 3x4 recentes e coloridas, com fundo branco;

II – comprovante de residência em nome da beneficiária ou declaração atestando a condição de acolhimento em abrigo público, expedida pelo órgão responsável pelo serviço;

III – fotocópia da Cédula de Identidade - RG e do Cadastro de Pessoa Física - CPF;

IV – parecer ou laudo técnico expedido por órgão, secretaria, coordenadoria ou centro de referência (federal, estadual ou municipal), especializado no atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar, que ateste a sua carência socioeconômica e necessidade de atendimento contínuo na rede de proteção à mulher; e

V – boletim de ocorrência ou termo de deferimento de medida protetiva expedida pelo juiz da comarca competente, que indique a condição de vítima de violência doméstica e familiar.

Parágrafo único. Na hipótese de a beneficiária não dispor de comprovante de residência em seu nome, poderá substituí-lo por declaração de domicílio expedida por associação de moradores, unidade de saúde da família ou pela equipe psicossocial do órgão,

secretaria, coordenadoria ou centro de referência (federal, estadual ou municipal), especializado no atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar.

Art. 3º A Carteira ou "Vale Eletrônico Metropolitano" de Livre Acesso ao STPP/RMR deverá conter:

I – nome completo da beneficiária;

II – data de nascimento da beneficiária;

III – número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF da beneficiária;

IV – número do cartão;

V – data de emissão e validade do benefício;

VI – declaração de "direito a acompanhante", quando se tratar da hipótese do § 8º do art. 1º; e

VII – fotografia de tamanho 3X4 da beneficiária;

Parágrafo único. Fica vedada qualquer menção ou indicação na Carteira ou "Vale Eletrônico Metropolitano" de Livre Acesso ao STPP/RMR, da condição de vítima de violência doméstica e familiar da beneficiária.

Art. 4º O benefício da gratuidade estabelecida nesta Lei deverá ser revisto a cada 90 (noventa) dias, a partir de sua concessão, para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

§ 1º É de responsabilidade da beneficiária comparecer ao órgão responsável pela emissão da Carteira ou "Vale Eletrônico Metropolitano" de Livre Acesso ao STPP/RMR, com a finalidade de obter a sua renovação.

§ 2º A falta de comparecimento da beneficiária para a renovação do benefício implicará na suspensão imediata dos efeitos da gratuidade concedida até ulterior confirmação da continuidade das condições que lhe deram origem.

Art. 5º O uso indevido do benefício de que trata a presente Lei acarretará o cancelamento automático da Carteira ou "Vale Eletrônico Metropolitano" de Livre Acesso ao STPP/RMR, com apreensão do respectivo documento durante o período de apuração dos fatos, sem prejuízo da comunicação dos fatos às autoridades competentes e das sanções penais cabíveis.

§ 1º Entende-se por uso indevido do benefício de que trata o *caput* a utilização da Carteira ou "Vale Eletrônico Metropolitano" de Livre Acesso ao STPP/RMR que contenha adulteração, violação ou fraude de qualquer natureza, inclusive, a sua utilização por terceiros ou de forma irregular.

§ 2º As penalidades dispostas no *caput* deste artigo não excluem a aplicação das penalidades civis e penais cabíveis, que serão avaliadas pelas autoridades competentes.

§ 3º Em qualquer caso, deve ser assegurado à usuária infratora o direito à ampla defesa.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

Registramos, de imediato, os precedentes normativos de matérias análogas, que foram aprovados por esta Nobre Casa Parlamentar, que resultaram na **Lei nº 7.766/1978, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Manoel Gilberto** , que concede transporte gratuito em todos os ônibus do Estado aos ex-combatentes; na **Lei nº 11.519/1998, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Pedro Eugênio** , que assegura gratuidade no transporte público para pessoas idosas, pessoas com deficiência, estudantes da rede pública de ensino, e paciente renais e transplantados (acrescido pela **Lei nº 12.115/2001, originada de Projeto de Lei de autoria da Comissão de Saúde e Assistência Social**); e na **Lei 12.045/2001, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado João Paulo** , que concede gratuidade nos transporte coletivos intermunicipais às pessoas com deficiência física, visual, auditiva e mental (que foi reformada pela Lei n° 17.132, de 18 de dezembro de 2020, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado João Paulo).

No mérito, destacamos:

Apresentamos o presente Projeto de Lei no intuito de estabelecer política pública de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar de baixa renda, que não possuem condições financeiras de se deslocar de sua residência ou casa abrigo até o local em que se encontra localizado o equipamento de apoio jurídico e psicossocial às vítimas, bem como outros órgãos onde também encontrará suporte do Estado para romper o ciclo da violência, a exemplo de agências de emprego, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário.

São frequentes os relatos de assistentes sociais, psicólogas, advogadas e agentes públicos e privados que atuam no enfrentamento à violência de gênero, no que tange a falta de condições da vítima para pagar o valor da passagem de ônibus para realizar o atendimento na rede de proteção.

Esse fato é tão recorrente em todo país, que o município do Rio de Janeiro lançou no dia 31 de agosto deste ano, o cartão de passagens para mulheres vítimas de violência doméstica intitulado de "Move-Mulher", no valor de R$ 24,30. De acordo com a Prefeitura do RJ, o valor seria suficiente para que a vítima faça seis viagens. O benefício deverá ser usado para que mulheres possam acessar locais onde possam conseguir auxílio.

Apesar de louvável a iniciativa da Prefeitura do Rio, acreditamos que esse valor é insuficiente para que a mulher vitimada possa se transportar para todos os locais da rede de proteção. Por isso, propomos que a isenção na tarifa de ônibus que integram o Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR, tenha para ela a validade de 3 meses (90 dias), podendo ser renovado por igual período enquanto perdurar a necessidade atendimento na rede de proteção.

Além disso, propomos também que o benefício seja estendido aos seus filhos e dependentes legais, quando ela não tiver condições de deixá-los aos cuidados de terceiros enquanto realiza o atendimento na rede de proteção. Tudo deverá ser atestado pela equipe psicossocial do equipamento que a estiver atendendo.

Esta proposta legislativa é de fundamental importância, uma vez que instrumentaliza mais um mecanismo de financiamento de políticas públicas de combate à violência de gênero, que foi considerada pela ONU como uma pandemia global.

Registramos que dados inéditos do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), do Ministério da Saúde, publicados recentemente pela Folha de São Paulo (09/09/2019), apontam que, no Brasil, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida por ao menos um homem e sobrevive, porém carregando as sequelas e estigmas da violência de gênero.

Sob esse cenário, cabe a todos os entes federados assumirem compromisso direto com a agenda de gênero. Cumpre recordar que a Constituição de 1988 estabelece como objetivos da nossa República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, I e IV).

Destacamos, ainda, a congruência dessa proposta com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher ("Convenção de Belém do Pará" – Decreto nº 1.973, de 1996), da qual o Brasil é signatário, que assegura, dentre outros pontos, que toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada (artigo 3º), que se respeite sua integridade física, mental e moral (art. 4º, "b"), direito que se respeite a dignidade à sua pessoa e a que se proteja sua família (art. 4º, "e").

A Lei Maria da Penha estabelece, em seu art. 8º, que a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretriz a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação; e a assistência à essas vítimas será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso (art. 9º).

Assim sendo, cabe à União, Estados e Municípios promoverem e desenvolverem ações, projetos e programas que, de maneira institucionalizada e coordenada com as diferentes agendas sociais e a rede de apoio, contribuam para a redução dos índices da violência de gênero.

Certamente, temos vivenciado, ao longo dos últimos anos, um avanço legislativo no combate à violência contra as mulheres, principalmente no âmbito penal. No entanto, ainda estamos distante de uma conjuntura social ideal. Assim, não podemos nos furtar de adotar todas as medidas, inclusive as legislativas, ainda que de caráter programático, capazes de contribuir para a melhoria da condição social da mulher.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000251/2023

Institui a Política de Apoio aos Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política de Apoio aos Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento, com o objetivo de apoiar e acolher o jovem maior de 18 (dezoito) anos, egresso de abrigos, orfanatos, fundações de proteção, casas-lares e estabelecimentos congêneres, de natureza pública ou privada, até a conclusão de sua formação educacional ou seu ingresso no mercado de trabalho.

Art. 2º A Política de Apoio aos Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento do Estado de Pernambuco tem por objetivos:

I - garantir ao jovem de que trata o art. 1º, a continuidade do abrigamento em residências coletivas ou outros estabelecimentos congêneres, emquanto aguarda a conclusão de sua formação educacional ou seu ingresso no mercado de trabalho, caso não disponha de outro local em que possa se estabelecer;

II - promover a orientação, de acordo com a necessidade de cada jovem, objetivando seu desenvolvimento pessoal e profissional;

III - auxiliar o jovem a ingressar no mercado de trabalho; e

IV - realizar o acompanhamento do jovem durante sua formação educacional e profissional, ou até que tenha condições de sobreviver às suas expensas.

Art. 3º São diretrizes da Política de Apoio aos Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento do Estado de Pernambuco:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos jovens atendidos;

II - responsabilidade do Poder Público pelo futuro dos jovens atendidos;

III - articulação das políticas públicas, educacionais, culturais, sociais e profissionalizantes que possam ajudar os jovens atendidos a alcançar a sua autonomia financeira;

IV - integração dos esforços do Poder Público e da sociedade civil para a execução da Política de Apoio aos Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento do Estado de Pernambuco; e

V - incentivo e apoio à organização da população juvenil egressa das instituições citadas no art. 1º e à sua participação nas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

Art. 4º A Política de Apoio aos Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento do Estado de Pernambuco atenderá o jovem egresso de abrigos, orfanatos, fundações de proteção, casas-lares e estabelecimentos congêneres, maior de 18 (dezoito) anos de idade, órfão ou que tenha sido removido do convívio familiar, em virtude de abandono, violência doméstica, maus tratos, abuso, exploração sexual ou outras causas.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, serão equiparados aos estabelecimentos descritos no *caput* qualquer outro estabelecimento de assistência social onde crianças e adolescentes, órfãos ou não, são recolhidos e recebem cuidados pessoais, médicos ou educacionais.

Art. 5º Para dar suporte estratégico e de infraestrutura à Política de Apoio aos Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento do Estado de Pernambuco, o Poder Público poderá firmar parcerias e convênios com:

I – órgãos da administração pública direta e indireta, federal ou municipal; e

II – pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e entidades da sociedade civil organizada.

Art. 6º A permanência do jovem na Política de Apoio aos Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento do Estado de Pernambuco dependerá de sua manutenção com aproveitamento em curso profissionalizante em que estiver matriculado ou em programa de inserção no mercado de trabalho.

Parágrafo único. Na hipótese do jovem não estar cursando educação básica, superior ou técnica, curso profissionalizante ou curso preparatório para vestibular ou concursos públicos, ele disporá de 180 (cento e oitenta) dias para realizar sua matrícula em alguma das mencionadas atividades, sob pena de exclusão da rede de atendimento.

Art. 7º A equipe executora da Política de Apoio aos Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento do Estado de Pernambuco deverá informar continuamente aos jovens em atendimento acerca de seus direitos e deveres, bem como de benefícios assistenciais que tem direito, de bolsas de estudo disponibilizadas pelo Poder Público e pela iniciativa privada, de oportunidades de trabalho nas agências do trabalho e outros serviços semelhantes, de cursos profissionalizantes com matrícula aberta, e outros benefícios que possa aderir a fim de alcançar a autonomia financeira.

Art. 8º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, destacamos:

A presente proposta de lei, com a criação de uma Política de Apoio aos Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento do Estado de Pernambuco, objetiva o resguardo, o amparo, a proteção e o encaminhamento do jovem maior de 18 (dezoito) anos egresso

de abrigos, orfanatos, fundações de proteção, casas-lares e estabelecimentos congêneres. Ao completarem a maioridade, jovens que cresceram em situação de acolhimento institucional precisam lidar com desafios, como encontrar um lugar para viver e administrar a própria vida financeira.

O aniversário de 18 anos costuma gerar nervosismo e ansiedade neles. É neste momento que as portas do mundo adulto começam a se abrir. Para os adolescentes em situação de acolhimento que permanecem em abrigos ou casas lares até a maioridade, chegar nela traz um motivo a mais de ansiedade: poucos sabem onde irão viver depois disso.

No Brasil, estima-se que, anualmente, cerca de 3 mil jovens egressos de abrigos atinjam a maioridade sem que encontrem uma família que os acolha. Por isso, é o próprio Estado que deve ajudar na socialização desses cidadãos recém-saídos da adolescência e que não têm apoio, passando a viver sem condições mínimas de subsistência e que não têm o suporte de seus familiares, já que, via de regra, não possuem nenhum parente ou não sabem onde eles se encontram.

Deste modo, para resgatar a dignidade destes jovens, que merecem ter um lugar para morar, é necessária a construção de uma política de apoio, a fim de dar a eles a oportunidade de continuar seus estudos, uma chance de ingressar no mercado de trabalho e, por conseguinte, a inclusão na sociedade de forma digna.

É relevante salientar, ainda, que os incisos I e III do artigo 3º da Constituição Federal consagram que a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução das desigualdades sociais e regionais são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Ademais, a Constituição também determina que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, sendo que um de seus objetivos é o amparo às crianças e adolescentes carentes (artigo 203, II). No mesmo sentido e de maneira mais enfática, o artigo 227 da Carta Magna prescreve que é dever do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em face ao mencionado, ressaltamos que compete ao estado garantir a proteção e o resguardo aos adolescentes e aos jovens, sobremaneira os egressos de abrigos, orfanatos, e estabelecimentos congêneres, que demandam maior atenção em razão da peculiar situação na qual se encontram, já que na grande maioria das ocasiões não possuem moradia, emprego ou condições de estudar e ficam absolutamente desamparados.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000252/2023

Proíbe a cobrança de tarifa de estacionamento de veículos que compõem a frota oficial do Estado de Pernambuco, que estejam prestando serviço público, nos termos que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica vedada, no âmbito do Estado de Pernambuco, a cobrança de qualquer tarifa por uso de estacionamento privado, sobre veículos que compõem a frota oficial do Estado de Pernambuco, que estejam prestando serviço público no mesmo imóvel onde está localizado o estacionamento, mormente aqueles pertencentes aos órgãos do Sistema de Segurança Pública e do Sistema de Saúde Pública.

Art. 2º É de responsabilidade do agente público que estiver em posse do veículo oficial, o dever de comunicar à administração do estacionamento acerca da finalidade da sua presença no estabelecimento, devendo ainda:

I – identificar-se por meio de documento oficial com foto;

II – informar o número de sua matrícula e da placa veicular, quando solicitado; e

III – narrar a natureza do serviço público que será prestado no local.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto nesse artigo pelo agente público ensejará a sua responsabilização administrativa, em conformidade com a legislação aplicável, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, mormente de natureza penal e cível.

Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator, quando pessoa física ou jurídica de direito privado, às seguintes penalidades:

I - advertência, quando da primeira autuação da infração; e,

II - multa, quando da segunda autuação.

Parágrafo único. A multa prevista no inciso II deste artigo será fixada entre R$ 1.000 (mil reais) e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a depender do porte do empreendimento e das circunstâncias da infração, tendo seu valor atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, destacamos:

No exercício da função pública, são comuns as situações vivenciadas pelo servidor que resultam na necessidade de utilização de estacionamentos privados, principalmente quando envolvem resgate de vítimas e repressão policial. No entanto, não há previsão legal que assegure a isenção de cobrança de tarifas pelo uso desses estabelecimentos, quando o veículo está comprovadamente a serviço do Poder Público.

Não é justo que o servidor tenha que arcar com o pagamento dessas tarifas, principalmente porque na maioria dos casos não haverá qualquer ressarcimento a ele pelo Estado. Mesmo aqueles servidores que recebem algum tipo de diária ou ajuda de custo para o exercício da função, é notório que o valor ressarcido é para custear apenas despesas com alimentação e/ou hospedagem.

Em contrapartida, também seria irrazoável redirecionar esses gastos para os cofres públicos, alimentados por tributos que já são pagos pela população, quando o veículo está no local para prestar um serviço a essa mesma população.

Assim, apresentamos o presente Projeto, proibindo a cobrança de qualquer tarifa por uso de estacionamento privado, sobre veículos que compõem a frota oficial do Estado de Pernambuco, que estejam prestando serviço público no estabelecimento onde está localizado o estacionamento, mormente aqueles pertencentes aos órgãos do Sistema de Segurança Pública e do Sistema de Saúde Pública (ex: viaturas da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e SAMU).

Será de responsabilidade do agente público que estiver em posse do veículo oficial, o dever de comunicar à administração do estacionamento acerca da finalidade da sua presença no estabelecimento, devendo se identificar por meio de documento oficial com foto, informar o número de sua matrícula e da placa veicular, quando solicitado, e narrar a natureza do serviço público que será prestada no local.

Com essas informações, caso haja algum desvio de conduta por parte do servidor, a administradora do estacionamento poderá apresentar denúncia aos respectivos órgãos da corregedoria.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 12ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000253/2023

Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, ceder para uso ou alienar às guardas municipais dos municípios que integram o seu território, os armamentos e equipamentos de proteção individual de uso policial que forem apreendidos em decorrência da prática de ilícitos penais ou de infrações administrativas, nos termos que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica o Estado de Pernambuco autorizado a doar, ceder para uso ou alienar às guardas municipais dos municípios que integram o seu território, os armamentos e equipamentos de proteção individual de uso policial que forem apreendidos em decorrência da prática de ilícitos penais ou de infrações administrativas, quando não houver impedimento legal para esse fim e não existir interesse público na sua utilização pelos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública.

§ 1º A alienação, cessão de uso ou doação de armas de fogo poderá ser realizada apenas aos municípios cujas guardas municipais possuem autorização legal para uso de armamentos, respeitando-se o disposto na Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º Não poderão ser objeto de alienação, cessão de uso ou doação os armamentos e equipamentos que não apresentem condições adequadas de uso.

Art. 2º Os recursos provenientes da alienação dos bens de que trata esta Lei serão destinados ao Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco - FESPDS, instituído pela Lei nº 16.595, de 27 de junho de 2019.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários a sua efetiva aplicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

De antemão, registramos os precedentes normativos em matérias análogas, que foram aprovadas por esta Nobre Casa Parlamentar, através de proposições de autoria de seus membros, quais sejam: **Lei nº 16.953/2020** , que autoriza o Estado de Pernambuco a doar bicicletas apreendidas em decorrência da prática de ilícito penal, para pessoas de baixo poder aquisitivo; **Lei nº 16.634/2019** , que autoriza o Estado de Pernambuco a fazer uso de veículos automotores apreendidos em decorrência da prática de ilícitos penais ou de infrações administrativas; **Lei nº 12.478/2003** , que autoriza o uso pelas Polícias Civil e Militar, de armas de fogo apreendidas e a disposição da Justiça; **Lei nº 14.148/2010** , que destina parte da madeira apreendida, pela fiscalização ambiental no âmbito do Estado de Pernambuco, para construção de habitações populares; **Lei nº 17.025/2020** , que dispõe sobre a doação de equipamentos de proteção individual apreendidos pelo Poder Público, para instituições saúde que estejam trabalhando no combate ao novo coronavírus (Covid-19); **Lei nº 16.985/2020** , que determina a doação de alimentos apreendidos pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco - ADAGRO, a programas e projetos na área de desenvolvimento social e combate à fome; **Lei nº 16.374/2018** , que dispõe sobre a doação de bicicletas apreendidas pela Secretaria da Fazenda do Estado às entidades beneficentes; **Lei nº 15.831/2016** , que determina que brinquedos, equipamentos e materiais de uso infanto-juvenil apreendidos sejam destinados aos programas das Secretarias de Estado e dá outras providências; e Lei nº 15.564/2015, que determina que os produtos de vestuário, cama, mesa, banho e calçados apreendidos sejam destinados aos programas das Secretarias de Estado.

No mérito, registramos:

Nosso projeto objetiva dar utilidade aos milhares de armamentos e EPIs apreendidos em operações policiais em Pernambuco, que se deterioram por falta de manutenção, enquanto muitos municípios não dispõem de condições econômicas de adquirirem seus próprios armamentos para serem usados pelas guardas municipais.

Além de contribuir para a economia dos cofres públicos, nosso projeto desonera a Secretaria de Defesa Social da responsabilidade de manter a guarda e vigilância desses equipamentos.

Vale ressaltar que em março deste ano, o plenário do STF autorizou o porte de arma para todas as guardas municipais do país, sem distinção da quantidade de habitantes. Por maioria, os ministros invalidaram dispositivos do Estatuto do Desarmamento que proíbem o porte de arma para integrantes das guardas municipais de munícipios com menos de 50 mil habitantes e permitem o porte nos municípios que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes apenas quando em serviço (incisos III e IV do art. 6º da Lei Federal nº 10.826/2003).

Toda coletividade é grata à proteção e segurança promovida pelas Guardas Municipais. Estes são verdadeiros anjos da guarda das cidades, auxiliando às Polícias Civil e Militar na manutenção da segurança e da ordem, sendo que sua categoria deve ser valorizada sempre em prol de toda comunidade.

Em 2019, foi publicado o Decreto Federal nº 9785, de 07 de maio de 2019, que regulamentou a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Com esteio no artigo 144 da nossa Carta Magna, temos que a segurança pública é dever do Estado, sendo direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

De acordo com o § 7º, do artigo 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, aos integrantes das guardas municipais, que integram regiões metropolitanas, será autorizado porte de arma de fogo, quando em serviço, podendo portar consigo armamento, seguindo todo disposto do Decreto Federal recentemente publicado.

Infelizmente, não obstante todo reconhecimento pelo serviço prestado pelas guardas municipais, muitas vezes essas corporações têm de conviver com equipamentos precários e condições desfavoráveis de trabalho.

Sendo assim, acreditamos que nosso Projeto implementará a segurança pública, bem como respeitará um dos princípios basilares da administração pública, qual seja o da economicidade.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 11ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000254/2023

Concede às mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e familiar a gratuidade nos veículos do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco (STCIP/PE), e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º É assegurada às mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e familiar, na forma, nos limites e sob as condições estabelecidas nesta Lei, a gratuidade temporária das passagens em transportes coletivos no âmbito das linhas integrantes do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco (STCIP/PE).

§ 1º Considera-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero, independem de orientação sexual, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

§ 2º O direito à gratuidade estabelecido por esta Lei será assegurado à mulher vítima de violência doméstica e familiar com renda mensal não superior a 1/2 (meio) salário mínimo vigente, que esteja em atendimento contínuo em órgão, secretaria, coordenadoria ou centro de referência (federal, estadual ou municipal), especializado no atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar.

§ 3º O direito ao benefício instituído por esta Lei será assegurado pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, podendo ser renovado pelo mesmo período mediante a comprovação da continuidade no atendimento pelas instituições de que trata o § 2º, exceto caso cesse a condição de baixa renda, hipótese em que a gratuidade poderá ser imediatamente revogada pelo órgão competente.

§ 4º A beneficiária da gratuidade assegurada por esta Lei será identificada por meio de carteira de livre acesso ao STCIP/PE, concedido sem qualquer ônus, podendo ser substituído por outro dispositivo eletrônico ou mecanismo estabelecido pelo órgão competente.

§ 5º A gratuidade assegurada por esta Lei não é extensiva às linhas de transportes opcionais do STCIP/PE.

§ 6º O benefício estabelecido nesta Lei não é cumulativo com outras gratuidades total e/ou parciais, concedidas para acesso aos veículos do STCIP/PE, devendo, em caso de duplo benefício, ser validado prioritariamente aquele que possuir caráter contínuo.

§ 7º Na hipótese do duplo benefício ser caracterizado pela gratuidade cumulativa concedida às pessoas idosas e/ou com deficiência, o benefício assegurado nesta Lei será revogado, preservando-se a gratuidade pela condição de idoso e/ou pessoa com deficiência e, quando necessário, a extensão do benefício da gratuidade aos filhos ou dependentes legais da mulher vitimada, nos termos do § 8º.

§ 8º É assegurada a extensão do benefício da gratuidade aos filhos ou dependentes legais da mulher vítima de violência doméstica e familiar de baixa renda, que sejam menores de 18 (dezoito anos) ou incapazes, mediante a apresentação de parecer ou laudo técnico expedido pela equipe psicossocial das instituições indicadas no § 2º, que ateste a impossibilidade socioeconômica da beneficiária em custear o seu transporte e/ou deixá-los sob o cuidado de terceiros.

Art. 2º A concessão do benefício de que trata esta Lei será solicitada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes e coloridas, com fundo branco;

II - comprovante de residência em nome da beneficiária ou declaração atestando a condição de acolhimento em abrigo público, expedida pelo órgão responsável pelo serviço;

III - fotocópia da Cédula de Identidade - RG e do Cadastro de Pessoa Física - CPF;

IV - parecer ou laudo técnico expedido por órgão, secretaria, coordenadoria ou centro de referência (federal, estadual ou municipal), especializado no atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar, que ateste a sua carência socioeconômica e necessidade de atendimento contínuo na rede de proteção à mulher; e

V - boletim de ocorrência ou termo de deferimento de medida protetiva expedida pelo juiz da comarca competente, que indique a condição de vítima de violência doméstica e familiar.

Parágrafo único. Na hipótese de a beneficiária não dispor de comprovante de residência em seu nome, poderá substituí-lo por declaração de domicílio expedida por associação de moradores, unidade de saúde da família ou pela equipe psicossocial do órgão, secretaria, coordenadoria ou centro de referência (federal, estadual ou municipal), especializado no atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar.

Art. 3º A carteira de livre acesso ao STCIP/PE deverá conter:

I – nome completo da beneficiária;

II – data de nascimento da beneficiária;

III – número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF da beneficiária;

IV – número do cartão;

V – data de emissão e validade do benefício;

VI – declaração de “direito a acompanhante”, quando se tratar da hipótese do § 8º do art. 1º; e

VII – fotografia de tamanho 3X4 da beneficiária;

Parágrafo único. Fica vedada qualquer menção ou indicação na carteira de livre acesso ao STCIP/PE, da condição de vítima de violência doméstica e familiar da beneficiária.

Art. 4º O benefício da gratuidade estabelecida nesta Lei deverá ser revisto a cada 90 (noventa) dias, a partir de sua concessão, para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.

§ 1º É de responsabilidade da beneficiária comparecer ao órgão responsável pela emissão da carteira de livre acesso ao STCIP/PE, com a finalidade de obter a sua renovação.

§ 2º A falta de comparecimento da beneficiária para a renovação do benefício implicará na suspensão imediata dos efeitos da gratuidade concedida até ulterior confirmação da continuidade das condições que lhe deram origem.

Art. 5º O uso indevido do benefício de que trata a presente Lei acarretará o cancelamento automático da carteira de livre acesso ao STCIP/PE, com apreensão do respectivo documento durante o período de apuração dos fatos, sem prejuízo da comunicação dos fatos às autoridades competentes e das sanções penais cabíveis.

§ 1º Entende-se por uso indevido do benefício de que trata o *caput* a utilização da carteira de livre acesso ao STCIP/PE que contenha adulteração, violação ou fraude de qualquer natureza, inclusive, a sua utilização por terceiros ou de forma irregular.

§ 2º As penalidades dispostas no *caput* deste artigo não excluem a aplicação das penalidades civis e penais cabíveis, que serão avaliadas pelas autoridades competentes.

§ 3º Em qualquer caso, deve ser assegurado à usuária infratora o direito à ampla defesa.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

Registramos, de imediato, os precedentes normativos de matérias análogas, que foram aprovados por esta Nobre Casa Parlamentar, que resultaram na Lei nº 7.766/1978, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Manoel Gilberto, que concede transporte gratuito em todos os ônibus do Estado aos ex-combatentes; na Lei nº 11.519/1998, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Pedro Eugênio, que assegura gratuidade no transporte público para pessoas idosas, pessoas com deficiência, estudantes da rede pública de ensino, e paciente renais e transplantados (acrescido pela Lei nº 12.115/2001, originada de Projeto de Lei de autoria da Comissão de Saúde e Assistência Social); e na Lei 12.045/2001, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado João Paulo, que concede gratuidade nos transporte coletivos intermunicipais às pessoas com deficiência física, visual, auditiva e mental (que foi reformada pela Lei n° 17.132, de 18 de dezembro de 2020, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado João Paulo).

No mérito, destacamos:

Apresentamos o presente Projeto de Lei no intuito de estabelecer política pública de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar de baixa renda, que não possuem condições financeiras de se deslocar de sua residência ou casa abrigo até o local em que se encontra localizado o equipamento de apoio jurídico e psicossocial às vítimas, bem como outros órgãos onde também encontrará suporte do Estado para romper o ciclo da violência, a exemplo de agências de emprego, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário.

São frequentes os relatos de assistentes sociais, psicólogas, advogadas e agentes públicos e privados que atuam no enfrentamento à violência de gênero, no que tange a falta de condições da vítima para pagar o valor da passagem de ônibus para realizar o atendimento na rede de proteção.

Esse fato é tão recorrente em todo país, que o município do Rio de Janeiro lançou no dia 31 de agosto deste ano, o cartão de passagens para mulheres vítimas de violência doméstica intitulado de “Move-Mulher”, no valor de R$ 24,30. De acordo com a Prefeitura do RJ, o valor seria suficiente para que a vítima faça seis viagens. O benefício deverá ser usado para que mulheres possam acessar locais onde possam conseguir auxílio.

Apesar de louvável a iniciativa da Prefeitura do Rio, acreditamos que esse valor é insuficiente para que a mulher vitimada possa se transportar para todos os locais da rede de proteção. Por isso, propomos que a isenção na tarifa de ônibus que integram o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco (STCIP/PE), tenha para ela a validade de 3 meses (90 dias), podendo ser renovado por igual período enquanto perdurar a necessidade atendimento na rede de proteção.

Além disso, propomos também que o benefício seja estendido aos seus filhos e dependentes legais, quando ela não tiver condições de deixá-los aos cuidados de terceiros enquanto realiza o atendimento na rede de proteção. Tudo deverá ser atestado pela equipe psicossocial do equipamento que a estiver atendendo.

Esta proposta legislativa é de fundamental importância, uma vez que instrumentaliza mais um mecanismo de financiamento de políticas públicas de combate à violência de gênero, que foi considerada pela ONU como uma pandemia global.

Registramos que dados inéditos do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), do Ministério da Saúde, publicados recentemente pela Folha de São Paulo (09/09/2019), apontam que, no Brasil, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida por ao menos um homem e sobrevive, porém carregando as sequelas e estigmas da violência de gênero.

Sob esse cenário, cabe a todos os entes federados assumirem compromisso direto com a agenda de gênero. Cumpre recordar que a Constituição de 1988 estabelece como objetivos da nossa República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, I e IV).

Destacamos, ainda, a congruência dessa proposta com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará” – Decreto nº 1.973, de 1996), da qual o Brasil é signatário, que assegura, dentre outros pontos, que toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada (artigo 3º), que se respeite sua integridade física, mental e moral (art. 4º, “b”), direito que se respeite a dignidade à sua pessoa e a que se proteja sua família (art. 4º, “e”).

A Lei Maria da Penha estabelece, em seu art. 8º, que a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretriz a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação; e a assistência à essas vítimas será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso (art. 9º).

Assim sendo, cabe à União, Estados e Municípios promoverem e desenvolverem ações, projetos e programas que, de maneira institucionalizada e coordenada com as diferentes agendas sociais e a rede de apoio, contribuam para a redução dos índices da violência de gênero.

Certamente, temos vivenciado, ao longo dos últimos anos, um avanço legislativo no combate à violência contra as mulheres, principalmente no âmbito penal. No entanto, ainda estamos distante de uma conjuntura social ideal. Assim, não podemos nos furtar de adotar todas as medidas, inclusive as legislativas, ainda que de caráter programático, capazes de contribuir para a melhoria da condição social da mulher.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000255/2023

Determina que os estabelecimentos públicos e privados utilizem vigilantes ou agentes de segurança privada femininas quando da realização de procedimentos de segurança que incluam revistas em mulheres, nos termos que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Os estabelecimentos públicos ou privados localizados no âmbito do Estado de Pernambuco, ficam obrigados a utilizarem vigilantes ou agentes de segurança privada femininas quando forem realizar procedimentos de segurança que incluam revistas em mulheres, inclusive em seus pertences, que precisarem ingressar ou sair de suas dependências, sejam elas funcionárias, clientes ou usuárias de seus serviços.

Parágrafo único. Quando da realização da revista de que trata o *caput* , em que houver a necessidade de abrir e revelar o conteúdo de bolsas, sacolas ou mochilas de funcionárias, clientes e usuárias, o procedimento deverá ser realizado de forma que não exponha a mulher a situações constrangedoras e preferencialmente em local reservado.

Art. 2º Os estabelecimentos públicos e privados localizados no âmbito do Estado de Pernambuco ficam proibidos de adotar qualquer prática de revista íntima em suas funcionárias, clientes e usuárias de seus serviços, nos termos da Lei Federal nº 13.271, de 15 de abril de 2016.

Art. 3º O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente:

I - advertência, quando da primeira autuação de infração; ou,

II - multa, a ser fixada entre R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), considerando o porte econômico da empresa e as circunstâncias da infração.

§ 1º Em caso de reincidências, o valor da penalidade de multa poderá ser aplicado em dobro.

§ 2º Os valores limites de fixação da penalidade de multa prevista neste artigo serão atualizados, anualmente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou outro índice previsto em legislação federal que venha a substituí-lo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, destacamos:

Com o crescimento desmedido da criminalidade nas grandes cidades, tem aumentado de sobremaneira os procedimentos de segurança para ingresso e saída de bancos, instituições financerias e órgãos públicos. Houve um exponencial crescimento da figura do agente de segurança privada, tanto na iniciativa privada como na pública, que cada vez mais terceiriza suas atividades.

Nesses procedimentos de segurança, é comum que os vigilantes exerçam uma fiscalização preventiva como condição para ingresso dos cidadãos, a exemplo de verificar pertences pessoais dentro de bolsas e afins.

Neste escopo, dois dos focos de maior atrito entre são a revista e a porta giratória. Consideradas como um “mal necessário”, a fim de prevenir assaltos, esses procedimentos tornaram-se um fator de estresse para as mulheres, que se veem obrigadas a passar por revistas realizadas por homens, inclusive em suas bolsas. Nessas situações, são expostos utilitários femininos como absorventes higiênicos, sabonetes íntimos, medicamentos contraceptivos, entre outros.

Nada mais natural que a entrada de pessoas em certos estabelecimentos seja precedida de verificação por precaução, afinal, a segurança é uma qualidade tanto do serviço privado quanto do serviço público. Entretanto, quando se fala em “verificação por segurança”, a linha entre o permitido e o abusivo, é tênue.

Com enfoque nisso, o presente Projeto de Lei tem como objetivo preservar a intimidade e resguardar a dignidade do público feminino, evitando situações de constrangimento ao ser abordada ou ter seus pertences revistados por um homem que não tenha a sensibilidade de compreender a sua condição de gênero.

Vale ressalta que esse tipo de procedimento realizado por seguranças femininas já é adotado em outros locais, como presídios e aeroportos.

Indiretamente, a nossa proposta visa também aumentar os postos de trabalho feminino em uma área que possui a figura masculina como regra. De acordo com o CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, da Secretaria da Previdência e Trabalho, apenas 10,6% das pessoas contratadas para essa função são do sexo feminino.

Não há dúvidas de que as mulheres avançaram em sua trajetória de superação da cultura machista e patriarcal, na conquista do merecido espaço no mercado de trabalho. Cada vez mais a sociedade se rende à competência profissional feminina, reconhecendo que a mulher conta com armas poderosas para apagar a inverossímil imagem do “sexo frágil”. Contudo, ainda existe muito preconceito a ser vencido.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000256/2023

Altera a Lei nº 11.892, de 11 de dezembro de 2000, que cria o Programa Primeiro Emprego, bem como o Fundo de Incentivo ao Programa Primeiro Emprego - FIPE, e dá outras providências, a fim de ampliar o seu alcance para mulheres desempregadas que viviam sob dependência financeira de seus ex-companheiros, nos termos que indicam.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 11.892, de 11 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica criado o Programa Primeiro Emprego, com o objetivo de incentivar e viabilizar o acesso ao mercado de trabalho de jovens, na faixa etária de 16 a 24 anos, e mulheres que viviam sob dependência financeira de seus ex-companheiros e que não dispõem de fonte de renda fixa. (NR)

“Art. 2º Serão beneficiários do Programa Primeiro Emprego: (NR)

I - os jovens que atenderem aos seguintes critérios: (NR)

a) ter idade entre 16 e 24 anos; (AC)

b) não possuir experiência profissional anterior; (AC)

c) estar inscrito no Programa Primeiro Emprego, através da Agência do Trabalho/SINE. (AC)

II - as mulheres desempregadas que atenderem aos seguintes critérios: (NR)

a) não possuir experiência profissional anterior; (AC)

b) ter vivido sob a dependência financeira de seus ex-companheiros ao longo do casamento ou união estável, não dispondo de fonte de renda fixa de qualquer natureza, mormente pensão alimentícia ou pensão pós morte; (AC)

c) estar inscrita no Programa Primeiro Emprego, através da Agência do Trabalho/SINE. (AC)

.....

§ 2º Para os fins do disposto no inciso II do *caput* , deverão ser priorizadas as mulheres que se encontravam em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.” (AC)

“Art. 6º .....

.....

§ 2º .....

.....

V - acompanhar os beneficiários e beneficiárias do Programa Primeiro Emprego; e, (NR)

.....

Art. 7º Fica instituído o Fundo de Incentivo ao Programa Primeiro Emprego, doravante denominado FIPE, vinculado à Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco - SEFAZ, destinado a prover recursos que garantam a concessão de bônus às empresas participantes do Programa, com o intuito de viabilizar o acesso ao mercado de trabalho de jovens, na faixa etária de 16 a 24 anos, e mulheres que estiveram sob dependência financeira de seus ex-companheiros e que não dispõem de fonte de renda. (NR)

.....”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos o presente Projeto de Lei, para deliberação desta Egrégia Assembleia Legislativa, cuja competência legislativa encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

No mérito, registramos:

Nosso projeto objetiva ampliar o alcance do Programa Primeiro Emprego do Governo do Estado, voltando-o também para as mulheres que viviam sob dependência financeira de seus ex-companheiros e que não dispõem de fonte de renda fixa. Nosso olhar se estabelece sobre aquelas que dedicaram suas vidas à atividade doméstica, sem nunca ter se inserido no mercado de trabalho, principalmente as cujas oportunidades foram tolhidas em virtude de terem vivido sob o ciclo da violência doméstica e familiar.

Para entender a natureza desse Projeto, precisamos nos debruçar sobre o fato de que, ao longo da história, as mulheres foram tratadas como indivíduos inferiores em relação aos homens, cujos direitos sociais, políticos e econômicos foram negados. Foi necessária a luta incessante dos movimentos sociais feministas para que esses direitos fossem conquistados, ao passo em que hoje a militância é pela sua manutenção.

Dentre esses direitos, destacamos o de trabalhar e de empreender. Liberdades que aos olhos menos atentos podem parecer, atualmente, como já conquistadas pelas mulheres. No entanto, frisamos que apesar da sua existência formal nas leis que integram o ordenamento jurídico brasileiro, as sequelas deixadas pela cultura machista, patriarcal, misógina e sexista em nossa sociedade ainda se arrastam pelo tempo, impedindo na prática que as mulheres de fato conquistem espaços não-domésticos, como o do mercado de trabalho. Ainda serão necessárias muitas décadas para que a balança da igualdade e equidade de gênero seja finalmente nivelada.

Estamos falando das milhares de brasileiras que dedicaram e ainda dedicam suas vidas a vida doméstica, cuidando da casa, dos filhos e do companheiro. Muitas, inclusive, são vítimas de violência psicológica, patrimonial e moral pelos seus maridos. Quando elas se divorciam, viúvam ou finalmente rompem o ciclo da violência, veem-se desamparadas pelo Estado, pela família e por amigos.

Não é à toa que uma das linhas de enfrentamento da violência contra mulher é dar condições financeiras para que as vítimas possam sair da relação abusiva – vale lembrar que a casa, o aluguel, a feira, os gastos com saúde, etc., na maioria das vezes são integralmente custeados pelo agressor.

Mesmo quando não há violência doméstica e familiar envolvida, por estarem inseridas em uma construção cultural que segmenta lugares e papéis de homens e mulheres, algumas passam a vida toda vivendo em relacionamentos infelizes por não terem outra opção. Afinal, para onde poderiam ir e como irão se manter sem renda, formação acadêmica, qualificação e experiência profissional?

Nesse momento, é essencial a atuação incisiva do Estado, para resgatá-las do vazio deixado em seu passado. Essas mulheres precisam se apoio psicossocial, jurídico e econômico. Ou seja, o Estado precisa resgatar a cidadania delas, através de políticas públicas de gênero.

A nossa meta, registra-se aqui, é voltada para um futuro onde não haja a necessidade de haver políticas públicas como essas, pois acreditamos que até lá já tenhamos alcançado a tão sonhada igualdade e equidade entre homens e mulheres.

Mesmo que os movimentos feministas e a atuação do sistema de Justiça estejam em constante busca por equidade e igualdade em todos os espaços e aspectos econômicos e sociais, os índices de violência doméstica, física, moral, psicológica, sexual, simbólica, patrimonial e também intelectual contra as mulheres seguem altos.

A implantação da Lei Maria da Penha foi um marco histórico e prevê um importante conjunto de mecanismos necessários ao empoderamento feminino de mulheres que são ou foram vítimas de violência de qualquer natureza, confirmando que a independência e autonomia financeira é um fator que interfere drasticamente no desfecho do quadro de violência.

Com efeito, sem independência financeira, as vítimas seguem no relacionamento, mesmo que estejam claros os sinais de que romper a relação com o agressor é a única e melhor saída. Contudo, para conseguir se livrar do ciclo da violência, há necessidade de poder econômico e estabilidade financeira mínima.

Assim, concluímos dizendo que: a aprovação dessa Proposta de Lei se constituirá em importante marco para a busca pela igualdade e equidade de gênero em Pernambuco, no entanto, registramos que é um avanço tardio, pois quantas mulheres já foram massacradas e elas foram negadas a primeira oportunidade de emprego?

Com a aprovação desse projeto, vislumbrando um futuro melhor para homens e mulheres, em que nenhum de nós se veja novamente desamparado pelo Estado e pela sociedade como um todo.

Diante o exposto, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 2ª, 3ª, 11ª, 12ª, 14ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000257/2023

Altera a Lei nº 17.521, de 9 de dezembro de 2021, que assegura atendimento especializado, no âmbito dos órgãos permanentes do Sistema de Segurança Pública do Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de Projetos de Leis da Deputada Delegada Gleide Ângelo e do Deputado Joaquim Lira, a fim de adequar a sua

redação ao disposto na Lei Federal nº 13.505 de 8 de novembro de 2017.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 17.521, de 9 de dezembro de 2021, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

"Art. 2º-A. É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores preferencialmente do sexo feminino, previamente capacitados, nos termos da Lei Federal nº 13.505 de 8 de novembro de 2017. (AC)

§ 1º A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes: (AC)

I - salvaguarda da integridade física, psíquica e emocional da depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em situação de violência doméstica e familiar; (AC)

II - garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas; e (AC)

III - não revitimização da depoente, evitando sucessivas inquirições sobre o mesmo fato nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como questionamentos sobre a vida privada. (AC)

§ 2º Na inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de delitos de que trata este artigo, adotar-se-á, preferencialmente, o seguinte procedimento: (AC)

I - a inquirição será feita em recinto especialmente projetado para esse fim, o qual conterá os equipamentos próprios e adequados à idade da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou testemunha e ao tipo e à gravidade da violência sofrida; (AC)

II - quando for o caso, a inquirição será intermediada por profissional especializado em violência doméstica e familiar designado pela autoridade judiciária ou policial; e (AC)

III - o depoimento será registrado em meio eletrônico ou magnético, devendo a degravação e a mídia integrar o inquérito. (AC)

§ 3º A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes. (AC)

§ 4º O Estado de Pernambuco, na formulação de suas políticas e planos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, dará prioridade, no âmbito da Polícia Civil, à criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), de Núcleos Investigativos de Feminicídio e de equipes especializadas para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Lei objetiva alterar a Lei nº 17.521, de 9 de dezembro de 2021, a fim de adequar a sua redação ao disposto na Lei Federal nº 13.505 de 08 de novembro de 2017, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino.

A norma estabelece as diretrizes e os procedimentos para a inquirição da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime de gênero. Estabelece também que o atendimento seja realizado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino.

Nesse sentido, faz-se necessária a adequação, para melhor consecução dos objetivos estabelecidos pela Lei Maria da Penha, que é o atendimento especializado e acolhedor das vítimas de violência de gênero no âmbito dos órgãos de segurança pública como medida para combater a subnotificação.

Ressaltamos, por fim, que a competência legislativa para a propositura do presente Projeto de Lei encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Cumpre salientar, desde já, que sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem na criação de novas atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

A proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no § 1º do art. 25 da Constituição Federal.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima esse Projeto de Lei, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 15 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 10ª, 11ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000258/2023

Institui diretrizes para a Política Estadual de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O Poder Público Estadual, quando da formulação, implementação e realização da Política Estadual de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes, deverá pautar-se pelas diretrizes estabelecidas nesta Lei, tendo sempre por foco principal ações e atividades necessárias à proteção dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Art. 2º Para os fins desta Lei, mortes violentas são aquelas decorrentes de:

I - homicídio doloso;

II - homicídio culposo;

III - lesão Corporal Seguida de Morte;

IV - latrocínio;

V - intervenção Policial; e

VI - feminicídio.

Art. 3º São princípios da Política Estadual de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes:

I - prioridade absoluta na proteção de crianças e adolescentes;

II - equidade e garantia de não discriminação, independentemente de idade, gênero, raça, etnia, religião ou crença, classe social, país de origem ou deficiência; e

III - observância aos direitos humanos.

Art. 4º São objetivos da Política Estadual de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes:

I - promover ações integradas e multidisciplinares para a prevenção das mortes violentas de crianças e adolescentes;

II - atuar para reduzir as diferentes formas de negligência, discriminação, abuso, exploração, agressão, violência, crueldade e opressão contra crianças e adolescentes;

III - fortalecer os programas de proteção social que atuem na redução da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes;

IV - fortalecer o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Estado de Pernambuco (PPCAAM/PE);

V - fortalecer iniciativas que apoiem e deem suporte às ações dos conselhos tutelares;

VI - fomentar a integração entre ações e iniciativas no âmbito estadual e municipal, sobretudo nas regiões e municípios com maior incidência de mortes violentas de crianças e adolescentes;

VII - fomentar a promoção de políticas de proteção provisória a crianças e adolescentes em situação de ameaça e/ou risco à integridade física;

VIII - estimular o fortalecimento dos sistemas de informação e monitoramento das violências contra crianças e adolescentes e assegurar o acesso e a transparência à informação, assegurada a garantia à privacidade de informações pessoais;

IX - fomentar o diagnóstico e as análises periódicas relativas ao contexto de violência fatal contra crianças e adolescentes;

X - fortalecer ações de igualdade racial, que promovam o enfrentamento à discriminação e ao racismo estrutural;

XI - fortalecer a divulgação de canais de denúncia municipais, estaduais e federais de prevenção à violência contra crianças e adolescentes;

XII - fortalecer as capacidades protetivas das famílias para a proteção integral da criança e do adolescente; e

XIII - fomentar a atuação, de forma colaborativa, do Estado com os municípios para o fortalecimento dos conselhos tutelares, para que possam desenvolver suas competências e responsabilidades.

Parágrafo único. A Política Estadual de que trata esta Lei se dará através da articulação de áreas como saúde, assistência social, direitos humanos, inovação e tecnologia.

Art. 5º A Política Estadual de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes deverá observar as seguintes diretrizes:

I - fomento ao planejamento e à implementação das políticas públicas de forma integrada entre as diferentes secretarias e áreas temáticas;

II - integração e acompanhamento das instituições públicas, privadas e da sociedade civil e de suas ações na promoção da Política de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes;

III - observância das especificidades de idade, gênero, raça, etnia e localidade quanto à promoção de ações voltadas à prevenção das mortes violentas;

IV - ampliação do investimento público em ações e programas que contribuam para a prevenção das mortes violentas de crianças e adolescentes;

V - priorização de investimentos em estudos, pesquisas e projetos científicos e tecnológicos destinados à compreensão dos contextos de vulnerabilidades e ao risco de mortes violentas de crianças e adolescentes;

VI - estabelecimento de indicadores e metas específicas para o monitoramento das mortes violentas de crianças e adolescentes;

VII - fomento às ações de prevenção à morte violenta, sobretudo em relação às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em situação de orfandade, ou que estejam ou tenham sido institucionalizados;

VIII - promoção de campanhas e formação de profissionais e da sociedade em geral pela defesa dos direitos e pela proteção contra a violência de crianças e adolescentes; e

IX - fomento de parcerias e ações junto aos municípios para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes que estejam em situação de ameaça ou risco iminente e que não tenham sido atendidos por programas estaduais de proteção.

Art. 6º As instituições de cumprimento ou de acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto e fechado, instituições de saúde, de segurança pública, de ensino e de assistência social deverão notificar as situações que exigem intervenção emergencial, identificadas em seus atendimentos, envolvendo crianças ou adolescentes, ao Conselho Tutelar da região, ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao Tribunal de Justiça, para que sejam tomadas providências, de forma emergencial.

Art. 7º Para os fins desta Lei, são consideradas situações que exigem intervenção emergencial:

I - ameaça iminente de morte; e

II - tentativa de homicídio.

Art. 8º Os dados e resultados relativos à Política Estadual de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes serão consolidados e disponibilizados permanentemente no sítio eletrônico da Secretaria de Defesa Social, na forma de relatório.

Art. 9º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposição busca estabelecer diretrizes e objetivos, a serem observados pelo Poder Público, quando da implantação de Política Estadual de Prevenção das Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Entre 2016 e 2020, 35 mil crianças e adolescentes de até 19 anos foram mortos de forma violenta no Brasil – uma média de 7 mil por ano. Dados esses que foram trazidos pelo Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil, estudo feito através de uma parceria do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A maior parte das mortes atingiu adolescentes entre 15 e 19 anos de idade. Foram 31 mil casos nessa faixa etária. Essas vítimas têm um perfil predominantemente masculino (92%) e negro (79%). A maioria dessas mortes foi causada por arma de fogo (85%) e classificada como homicídio (87%). No entanto, também aparecem como razão das mortes os feminicídios (1%) e as intervenções policiais (10%). Em 2020, o índice de mortes causadas por ação policial chegou a 15%.

Na faixa entre 10 e 14 anos de idade, o perfil ainda é parecido com o dos adolescentes mais velhos – 78% são do sexo masculino, 80% negros e 75% das mortes causadas por arma de fogo. Entre as crianças, há uma mudança do perfil, das vítimas de 5 a 9 anos de idade, 55% são meninas, e, de até 4 anos de idade, 35% são do sexo feminino. As armas de fogo foram usadas em 47% das mortes de 5 a 9 anos de idade, e em 45% das crianças de até 4 anos de idade.

Outros fatores indicam as diferenças entre os crimes envolvendo as crianças e os adolescentes. Na faixa etária de 5 a 9 anos de idade, 76% conheciam o agressor. Entre 15 e 19 anos de idade, o autor da morte é desconhecido em 56% dos casos. Muda também o local da violência, de 5 a 9 anos de idade, em 31% das vezes acontece dentro de casa, percentual que cai para 13% em relação aos jovens de 15 a 19 anos de idade. Nessa faixa etária, 46% das mortes acontecem na rua.

Os dados são alarmantes e requerem a adoção de uma postura por parte do Estado no sentido de promover políticas que previnam e diminuam o número de mortes violentas entre crianças e adolescentes, protegendo essa parcela da população tão

vulnerável. Desse modo, a proposição em comento busca estabelecer diretrizes a serem seguidas pelo Poder Público quando da implantação de uma política voltada para tal prevenção de mortes violentas no Estado de Pernambuco.

Do ponto de vista constitucional, a proposição não apresenta qualquer óbice, tendo em vista se tratar de medidas de proteção à infância e à juventude, assunto de competência dos Estados, conforme prescreve a Carta da República:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XV - proteção à infância e à juventude;

Ademais, importante destacar que esta Egrégia Casa Legislativa já reconheceu a possibilidade de iniciativa parlamentar sobre a matéria quando da recente aprovação, por exemplo, da Lei Estadual nº 17.247/2021, que trata da Política Estadual de Enfrentamento à Doença de Alzheimer.

Em face do exposto, solicita-se a colaboração de todos os membros desta nobre Casa para aprovação da presente proposição legislativa, dada a sua relevância e interesse público.

Sala das Reuniões, em 16 de Fevereiro de 2023.

Socorro Pimentel
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000259/2023

Altera a Lei nº 14.561, de 26 de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Poder Executivo, a Política Estadual sobre Drogas, e dá outras providências, a fim de estabelecer regras adicionais de proteção aos dependentes químicos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 14.561, de 26 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....
.....

VII - busca de harmonização das legislações e procedimentos técnicos de abordagem nas esferas federal, estadual e municipal relativas ao tema; (NR)

VIII - incentivo à participação da sociedade civil no enfrentamento aos problemas decorrentes do uso e abuso das drogas; (NR)

IX - garantia, sempre que possível, do sigilo das informações dos usuários e dependentes de drogas; e (AC)

X - fornecimento de informações adequadas sobre formas de tratamento e assistência econômica, jurídica e psicológica aos usuários e dependentes de drogas." (AC)

"Art. 7º-A. A internação voluntária ou involuntária deverá ser obrigatoriamente autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação, atendida em qualquer caso o disposto no art. 23-A e seguintes da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. (AC)

§ 1º Considera-se internação: (AC)

I - voluntária: aquela que se dá com o consentimento do dependente de drogas; e (AC)

II - internação involuntária: aquela que se dá, sem o consentimento do dependente, a pedido de familiar ou do responsável legal ou, na absoluta falta deste, de servidor público da área de saúde, da assistência social ou dos órgãos públicos integrantes do Sistema Estadual de Políticas sobre Álcool e outras Drogas - SIEPAD, com exceção de servidores da área de segurança pública, que constate a existência de motivos que justifiquem a medida. (AC)

§ 2º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes." (AC)

Art. 2º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Trata-se de Projeto de Lei que altera a Lei nº 14.561, de 26 de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Poder Executivo, a Política Estadual sobre Drogas, e dá outras providências, a fim de estabelecer regras adicionais de proteção aos dependentes químicos.

Apesar de a legislação existente já ser bastante abrangente acerca da proteção e tratamento dos usuários e dependentes de drogas em nosso Estado, entendemos que há possibilidade de aprimoramento.

Dessa forma, propomos a inserção de diretrizes voltadas ao fornecimento de informações adequadas a essas pessoas, além de garantir o sigilo de suas informações durante o tratamento.

Além disso, destacamos que a Lei Federal nº 13.840/2019 estabeleceu diversas normas atinentes à internação, inclusive compulsória, de dependentes químicos e, portanto, se faz importante o ajuste da legislação estadual nesse sentido.

Por fim, do ponto de vista constitucional, nossa proposição encontra perfeita guarida no texto da CF/88, *in verbis* :

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, **proteção e defesa da saúde** ;

Diante do exposto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares da Assembleia Legislativa.

Sala das Reuniões, em 16 de Fevereiro de 2023.

Socorro Pimentel
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000260/2023

Altera a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de inserir, como objetivo e linha de ação da referida política, ações e serviços de prevenção de danos cerebrais, sequelas neurológicas e deficiências evitáveis em recém-nascidos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....
.....

IX - envidar esforços, no sentido de disponibilizar livros didáticos de níveis fundamental e médio de ensino em formato acessível às pessoas com deficiência visual; (NR)

X - promover programas, projetos, ações e campanhas específicas de proteção aos direitos da mulher, do idoso, da criança e do adolescente, com deficiência; e (NR)

XI - aprimorar a assistência neonatal nas maternidades e demais unidades de saúde, com vistas à prevenção de danos cerebrais, sequelas neurológicas e deficiências evitáveis em recém-nascidos. (AC)
....."

"Art. 14. .....
.....

IV - .....
.....

i) descentralizar as especialidades médicas, tais como neurologia, psiquiatria, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, reumatologia e especialidades odontológicas, bem como sensibilizar profissionais de reabilitação para o cumprimento desses serviços; (NR)

j) sinalizar as unidades estaduais de saúde da rede pública e conveniada com informativos, ícones e placas em Braille e Libras; e sensibilizar gestores municipais para o cumprimento da legislação vigente; e (NR)

k) aprimorar, nas maternidades e demais unidades estaduais de saúde, a assistência neonatal, inclusive com a oferta de ações e serviços de prevenção de danos cerebrais, sequelas neurológicas e deficiências evitáveis em recém-nascidos. (AC)
....."

Art. 2º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposta legislativa tem por finalidade aprimorar a Lei Estadual nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, ao incluir, na Política Estadual da Pessoa com Deficiência, objetivos e linhas de ação relacionada à assistência neonatal, de forma a assegurar a oferta de ações e serviços de prevenção de danos cerebrais, sequelas neurológicas e deficiências evitáveis em recém-nascidos.

O Instituto Protegendo Cérebros Salvando Futuros (em inglês: *Protecting Brains Saving Futures – PBSF*) estima que, no Brasil, nasçam 350 mil prematuros por ano, ou seja, quarenta prematuros por hora, o que representa 11% dos partos totais no País.

A entidade também calcula que a asfixia perinatal, responsável por 23% da mortalidade geral de recém-nascidos, acometa de seis a dezoito mil bebês a cada ano, aproximadamente um a dois bebês por hora. Além disso, ela se refere a estudos que apontam o nascimento de 26 mil crianças com cardiopatias congênitas por ano no País.

Caso não sejam oferecidos os tratamentos adequados a esses bebês de risco, importante percentual de sobreviventes terá que viver com déficits neurológicos.

Diante desse quadro, sobressai a importância de incluir, na Política Estadual da Pessoa com Deficiência, ações voltadas às maternidades e demais unidades estaduais de saúde, de adotar tais equipamentos dos protocolos, condutas e ações preventivas em saúde, minimizando a ocorrência de danos cerebrais, sequelas neurológicas e deficiências evitáveis em recém-nascidos.

Trata-se de medida fundamental para assegurar o futuro das gerações pernambucanas, refletindo medida apta a assegurar melhor qualidade de vida à população.

Embora nossa prioridade seja sempre a preservação da qualidade de vida dos pacientes, a iniciativa proposta ainda reflete, a longo prazo, verdadeira economia em saúde por parte dos cofres públicos, tendo em vista que as despesas globais do Estado com tratamentos e acompanhamento multidisciplinar podem ser otimizadas, caso sejam evitadas lesões e sequelas neurológicas em nossos recém-nascidos.

Quanto à constitucionalidade formal orgânica, o Projeto de Lei encontra-se inserto na competência administrativa comum (art. 23, II, CF/88) e na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, XII e XIV, CF/88).

A proposição tampouco representa aumento de despesa no âmbito do Poder Executivo, encontrando-se ainda em conformidade com o desenho institucional previsto na Lei Estadual nº 18.139, de 18 de janeiro de 2023, de forma que não se enquadra nas hipóteses de iniciativa privativa do Governador do Estado.

Diante do exposto, certa de que a proposta ora veiculada representa medida de fortalecimento da saúde da população pernambucana, requer-se o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares da Assembleia Legislativa.

Sala das Reuniões, em 16 de Fevereiro de 2023.

Socorro Pimentel
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 14ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000261/2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de listagens de pacientes que aguardam por consultas com médicos especialistas, exames e cirurgias na Rede Pública de Saúde do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Serão divulgadas por meio eletrônico, e com acesso irrestrito no sítio eletrônico oficial do Estado de Pernambuco, as listagens dos pacientes que aguardam por consultas com médicos especialistas, exames e cirurgias na Rede Pública de Saúde Estadual.

Parágrafo único. A divulgação deverá garantir o direito de privacidade dos pacientes, sendo divulgado apenas o número do Cartão SUS e a data de seu nascimento.

Art. 2º Todas as listagens serão disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Saúde, que deverá seguir rigorosamente a ordem de inscrição para a chamada dos pacientes, salvo nos procedimentos emergenciais assim atestados por laudo médico, ou por decisão judicial.

Art. 3º As informações a serem divulgadas devem ser apresentadas por listagem geral, devendo constar o seguinte:

I - número do protocolo fornecido no ato da solicitação da consulta, do exame ou da intervenção cirúrgica;

II - a data de solicitação da consulta, do exame ou da intervenção cirúrgica;

III - o número do Cartão SUS do solicitante;

IV - a data do nascimento do solicitante;

V - o tipo da solicitação:

a) consulta;

b) exame;

c) intervenção Cirúrgica;

VI - a especialidade a que se refere à solicitação;

VII - a data agendada pela Secretaria de Estado de Saúde para o atendimento das solicitações;

VIII - a situação atualizada da lista que constará as informações:

a) realizado;

b) aguardando;

c) desistência.

Art. 4º As informações disponibilizadas deverão ser especificadas para o tipo de exame, consulta ou cirurgia aguardada e abranger todos os candidatos inscritos nas diversas unidades de saúde do município, entidades conveniadas ou qualquer outro prestador serviço que receba recursos públicos Estaduais.

Art. 5º Fica desde já autorizada à alteração da situação do paciente inscrito na listagem de espera com base no critério de gravidade do estado clínico, quando devidamente comprovada a emergência por laudo médico, ou por decisão judicial.

Art. 6º A inscrição em listagem de espera não confere ao paciente ou à sua família o direito subjetivo à indenização se a consulta, o exame ou a cirurgia não se realizar em decorrência das condições previstas no artigo anterior.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto tem por objetivo dar conhecimento à população acerca da divulgação da lista de pacientes que aguardam por consultas com especialistas, exames e cirurgias na Rede Estadual de Saúde, facilitando e garantindo o pleno cumprimento da obrigação imposta ao ente público sobre questão de interesse predominantemente local, dando ênfase ao princípio da publicidade dos atos administrativos, sem se intrometer diretamente em atos concretos da administração pública do nosso Estado.

A transparência vem comprovando seu potencial transformador no universo da gestão e tem mostrado ser impactante para o alcance de melhores resultados.

Administrar com transparência é uma ação que traz consigo grande capacidade de influenciar o desenvolvimento social, afetando significativamente a qualidade de vida dos cidadãos, na condição de usuários dos serviços de saúde. Gerir com transparência é comprometer-se com a construção de uma sociedade melhor e mais justa para as gerações que se sucedem.

Contudo, significa também consolidar princípios éticos de modo a construir uma base que fundamente a missão social da instituição e que oriente a sua conduta.

Ante o exposto, solicito o apoio dos demais parlamentares no sentido de acolhimento do presente projeto de lei.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

William Brlgido
Deputado

Às 1ª, 3ª, 9ª, 10ª, 11ª comissões em tramitação em conjunto com o PLO 292/2023.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000262/2023

Dispõe sobre a divulgação das vagas escolares na Rede Pública Estadual de Ensino destinadas ao público da Educação Especial no site oficial do Poder Executivo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo do Estado de Pernambuco deverá disponibilizar em seu site oficial a relação de vagas escolares na Rede Pública Estadual de Ensino destinadas ao público da Educação Especial.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se o público da Educação Especial as crianças, os adolescentes, os jovens e os adultos com deficiência ou doença rara, assim como aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Art. 3º O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelo Poder Executivo ensejará responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 4º Caberá ao Poder Executivo a regulamentação desta Lei em todos os aspectos necessários a sua efetiva aplicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial

Justificativa

O referido projeto de lei que estamos submetendo para a apreciação desta Casa Legislativa tem por finalidade promover a divulgação de informações sobre as matrículas destinadas ao público da Educação Especial da Rede Pública Estadual de Ensino no site oficial do Poder Executivo. A Constituição Federal de 1988 enuncia no art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” A Carta Magna, em seu art. 206, também garante a igualdade de condições para o acesso à educação. Ressaltamos que a proposição não gera ônus ao Erário Público, visto que tem apenas o caráter informativo, sendo um relevante mecanismo de auxílio à inclusão social dessas pessoas. Ante o exposto, solicitamos dos nossos ilustres Pares desta Casa Legislativa a aprovação deste Projeto de Lei Ordinária.

Sala das Reuniões, em 26 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000263/2023

Altera a Lei nº 16.543, de 9 de janeiro de 2019, que determina a reparação dos danos causados ao patrimônio público estadual, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de incluir hipótese de restituição ao erário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.543, de 9 de janeiro de 2019, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 1º-A. O proprietário de veículo automotor que tenha se envolvido em acidentes de trânsito, causando prejuízo ao patrimônio público estadual, cujo condutor esteja sob influência de álcool ou qualquer substância psicoativa, conforme disposto em resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) vigentes, restituirá o erário estadual pelos danos causados àquele bem. (AC)

Parágrafo único. Entende-se como patrimônio público do estado, todo e qualquer implemento construído, instalado ou sob sua responsabilidade, inclusive obras de arte, postes, placas de sinalização, semáforos, muros, árvores, vegetação, canteiros de flores e demais bens naturais que em virtude da sua biodiversidade e aspectos paisagísticos, históricos ou culturais estão colocados à disposição da coletividade.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A obrigação de reparar danos materiais está elencado no Art. 927 do Código Civil, o qual reconhece que há o dever de indenizar quando o indivíduo cause por ato ilícito dano a outro, vale destacar ainda que os Arts. 186 e 187 do código, definem as formas de dano indenizáveis, senão vejamos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo,
excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
(...)

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem .

Dessa forma, o objetivo deste Projeto de Lei é a necessidade de proteger o erário destas despesas oriundas de acidentes de trânsito, que porventura vierem causar prejuízo ao patrimônio público estadual, cujo condutor esteja sob influência de álcool ou qualquer substância psicoativa, conforme disposto em resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) vigentes, restituindo o erário estadual pelos danos causados àquele bem.

Diariamente conhecimento de muitos acidentes de trânsito nestas condições supracitadas, em que o patrimônio público, muita das vezes, é prejudicado, segundo dados da operação Lei Seca, divulgados no início de março/2022, foram registrados mais de 2.892 registros de pessoas que foram abordadas com indícios de embriagues o que poderia ter ocasionado diversos acidentes de trânsitos, com ou sem vítimas.

O projeto não tem o condão de punir aqueles que se envolvem em acidentes, mas sim responsabilizar os motoristas que agem com imprudência e irresponsabilidade, pois os acidentes causados trazem prejuízos, não apenas as vítimas, mas inúmeras vezes acarretam prejuízos também aos cofres públicos, pois se precisa substituir postes, placas de sinalização, semáforos e outros aparelhos públicos, onerando o orçamento, que poderia ser gasto com saúde, educação e outras obras necessárias.

Portanto, essa modificação na Lei nº 16.543, de 9 de janeiro de 2019, que determina a reparação dos danos causados ao patrimônio público estadual, no âmbito do Estado de Pernambuco, tem como objetivo que o agente causador (o condutor do veículo) seja responsável pelo pagamento da reparação do dano causado pelo acidente cometido, bem como pelo fato de o mesmo assumir o risco de dirigir sob influência de álcool ou qualquer substância psicoativa. É uma medida imprescindível para resguardar o patrimônio público.

Diante do exposto, pelo aos nobres para apoio para a aprovação desta Lei.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Romero Sales Filho
Deputado

Às 1ª, 2ª, 3ª, 9ª, 11ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000264/2023

Estabelece normas de transparência no setor de saúde e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos e entidades públicas estaduais do setor de Saúde, no Estado de Pernambuco, deverão publicar nos seus respectivos sítios eletrônicos, destinados à transparência, informações sobre:

I - fluxos geral de acesso dos pacientes aos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS;

II - relatórios recebidos dos Gestores das Centrais Macrorregionais;

III - ações de regulação assistencial no âmbito estadual;

IV - desempenho das Centrais Regionais de Regulação, de acordo com as normas consensuadas com a Diretoria Geral de Fluxos Assistenciais - DGFA;

V - relatórios emitidos pelas Gerências e Coordenações do Complexo Regulador;

VI - relatórios sistemáticos referentes ao processo regulatório ambulatorial - SADT de média e alta complexidade, e do tratamento fora do domicílio;

VII - ações da Gerência de Regulação Ambulatorial – GRAMB, para o acompanhamento da capacidade instalada ambulatorial para consultas, disponíveis no SUS/PE;

VIII - reciclagem da equipe técnica de profissionais;

IX - resultados dos transplantes realizados no estado;

X - credenciamento/recredenciamento de estabelecimentos e equipes médicas transplantadoras encaminhando ao SNT para autorização;

XI - registros realizados pelos centros transplantadores quanto à atualização da lista de espera por um órgão ou tecido e aos transplantes ocorridos no Estado;

XII - relatórios de acompanhamento das ações e resultados referentes ao processo doação-transplante;

XIII - relatórios parciais e/ou finais sobre as atividades da captação de órgãos;

XIV - relatórios de atuação das Comissões Intra-Hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante - CIHDOTT e Organizações de Procura de Órgãos – OPO do Estado;

XV - relatórios para o acompanhamento da programação pactuada integrada - PPI e de outras programações, como às das redes prioritárias de Atenção à Saúde Materno Infantil – a Rede Cegonha.

Parágrafo único. As informações mencionadas acima devem ser disponibilizadas sinteticamente através de relatórios trimestrais, referentes à rede pública estadual de saúde - SUS/PE, nos hospitais de gestão estadual.

Art. 2º Os órgãos e entidades públicas mencionadas no artigo primeiro, deverão publicar mensalmente, nos seus respectivos sítios eletrônicos, destinados à transparência, informações sobre:

I - número de atendimentos mensais e os destinos destes atendimentos, no setor de urgência;

II - taxa de ocupação e números de internamentos nas Unidades de Terapia Intensiva – UTI;

III - quantidade de cirurgias eletivas e de urgência;

IV - lista de espera para cirurgias eletivas e de urgência;

V - percentual de leitos ocupados, com internamento, no SUS/PE, nos hospitais de gestão estadual, discriminando o quantitativo por município;

VI - quantitativo de leitos extras, decorrentes de superlotação;

VII - quantitativo de marcações de consultas ambulatoriais especializadas da rede estadual;

VIII - quantitativo de pacientes no sistema, para a realização de exames e tratamento de média e alta complexidade, provenientes da rede ambulatorial

Art. 3º Os órgãos componentes do poder público estadual deverão emitir normas complementares para o cumprimento desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública, pois tais informações já se encontram disponíveis nos registros no SIG – Sistema Informatizado de Gerenciamento, visando disponibilizar informações à Secretaria de Saúde do Estado, Ministério da Saúde, Ministério Público e outros órgãos públicos, em atendimento às exigências legais.

Além disso, o Estado vem se mostrando referência em transparência com relação aos dados financeiros e do setor de saúde, especificamente quanto às Centrais de Regulação, como por exemplo a de Leitos, devido à Pandemia do novo coronavírus. Este projeto apenas dá seguimento ao que já está sendo feito, quanto à disponibilização de informações por parte do Governo Estadual.

No tocante à transparência, é obrigatória a prestação de contas por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

A Lei de Acesso à Informação - LAI indica quais são as obrigações gerais dos órgãos públicos. No entanto, cada órgão, incluindo estados e municípios, deve regulamentar a LAI e estabelecer, por meio de leis, de Decretos Estaduais e/ou Decretos Municipais, quais são suas atribuições. A mencionada Lei estabelece uma administração pública com transparência ativa quanto a informações de relevante interesse público e coletivo, produzidas ou mantidas por entidades públicas, que devem ser publicadas independentemente de requerimentos.

A transparência tem, paulatinamente, avançado em benefício dos cidadãos. Nesse sentido, destacam-se iniciativas recentes, com a instituição de sítios eletrônicos dos diversos poderes públicos, denominados “portais da transparência” assim como as leis federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e estadual nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, instituindo nos dois âmbitos os procedimentos para a efetivação do acesso público à informação (leis de acesso à informação).

O Complexo Regulador é composto por estruturas denominadas Centrais de Regulação, que compreendem toda a ação meio do processo regulatório. As Centrais de Regulação atuam em áreas assistenciais inter-relacionadas, como a assistência pré-hospitalar e inter-hospitalar de urgência, as internações, além das consultas e procedimentos ambulatoriais de média e alta complexidade. Além das Centrais de Regulação, outro instrumento que ordena o acesso, organizando fluxo dos pacientes, é o Protocolo Assistencial. O Protocolo Assistencial é dividido em Protocolos Clínico e de Regulação do Acesso

Em Pernambuco, a regulação teve início em 2002, com a abertura da Central de Partos. Em 2008 foi homologado o Termo de Compromisso de Gestão de Pernambuco, efetivando a adesão ao Pacto pela Saúde (Portaria GM nº. 399/2006). Com isso, passamos a integrar o elenco dos estados considerados prioritários pelo Ministério da Saúde. Em 2012 foi publicada a Resolução CIB/PE nº. 1.820, a qual homologa a decisão da Câmara Técnica da CIB e aprova a Política Estadual de Regulação para nosso Estado.

A Central Estadual de Regulação é responsável por definir o acesso do usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) para serviço de referência de acordo com o caso informado pelo médico assistente e sua coerência com os protocolos de urgência/emergência vigentes por especialidades, cabendo ao médico regulador formular perguntas objetivas e esclarecedoras.

Para a gestão, as ações de regulação são significativamente positivas, considerando que favorecem a resolução dos casos de forma eficiente e a identificação de áreas críticas.

Segundo a Portaria SAS/MS n. º 356/2000, “O Complexo Regulador Assistencial ligado ao Sistema Único de Saúde compreende a concepção que institui ao poder público o desenvolvimento de sua capacidade sistemática em responder às demandas de saúde em seus diferentes níveis e etapas do processo de assistência, enquanto um instrumento ordenador, orientador e definidor da atenção à saúde, fazendo-o de forma rápida, qualificada e integrada, com base no interesse social e coletivo” (BRASIL, 2006; p.14).

Nosso Estado é dividido em 04 Macrorregiões de Saúde, 12 Regiões de Saúde e 11 Microrregiões de Saúde. A decisão pela implantação de quatro Centrais de Regulação Macrorregionais e de doze Centrais de Regulação Regionais se configura como um avanço histórico em Pernambuco. O objetivo é evitar a peregrinação em busca de leitos, principalmente nas situações de urgência e emergência, passando à responsabilidade do gestor a garantia de acesso ao serviço de saúde.

O complexo regulador é um instrumento importante para uso por todos os níveis de atenção (primária, secundária e terciária), devido a sua condição privilegiada de observatório do sistema, onde consegue visualizar e elencar as facilidades, bem como, as dificuldades existentes na rede, dentre elas o fluxo desordenado, a demanda maior que a oferta, a dificuldade em contratar prestadores privados, a falta de planejamento das ações, a existência de demanda espontânea e a judicialização de casos, por parte de profissionais, com intuito de garantir acesso rápido aos serviços de saúde.

A aprovação deste Projeto de Lei promoverá a democratização das informações, contribuindo na revisão dos pactos assistenciais entre os municípios e as regiões indicando a necessidade de corrigir as desigualdades e qualificando o acesso do usuário a rede assistencial. A regulação em saúde é um processo de construção de conhecimentos que busca novos desafios e traz a convicção de que a estratégia do complexo regulador pode integrar um projeto coletivo, que almeje uma organização do sistema mais acessível, participativo, integrador, solidário, equitativo e humanizado.

Portanto, este projeto de lei facilita o acesso do cidadão às informações referentes à saúde pública. Para a implementação desta medida sobremodo importante, peço o apoio dos Nobres Colegas.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Romero Sales Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 9ª, 10ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000265/2023

Dispõe sobre o respeito nos serviços públicos estaduais à dignidade especial de crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento e em condição de especial fragilidade psicológica, no Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o respeito nos serviços públicos estaduais à dignidade especial de crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento e em condição de especial fragilidade psicológica.

Art. 2º Incumbe à família criar e educar seus filhos, crianças ou adolescentes, em consonância com o disposto no art. 229 da Constituição Federal e no art. 1.634 do Código Civil.

Parágrafo único. Os pais ou responsáveis têm o direito a que seus filhos menores recebam, em âmbito privado, a educação moral e religiosa que esteja de acordo com suas convicções, consoante dispõe o art. 12, 4 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Art. 3º Os serviços públicos e os eventos patrocinados pelo poder público estadual devem respeitar as leis federais que proíbem a divulgação ou acesso de crianças e adolescentes a imagens, músicas ou textos pornográficos ou obscenos, assim como garantir proteção face a conteúdos impróprios ao seu desenvolvimento psicológico.

§ 1º O disposto neste artigo se aplica a qualquer material impresso, sonoro, audiovisual ou imagem, ainda que didático, paradidático ou cartilha, ministrado, entregue ou colocado ao acesso de crianças e adolescentes, bem como a folders, outdoors ou qualquer outra forma de divulgação em local público ou evento autorizado ou patrocinado pelo poder público estadual, inclusive mídias ou redes sociais.

§ 2º Considera-se pornográfico ou obsceno áudio, vídeo, imagem, desenho ou texto escrito ou lido cujo conteúdo descreva ou contenha palavrões, imagem erótica ou de órgãos genitais, de relação sexual ou de ato libidinoso.

§ 3º A apresentação científico-biológica de informações sobre o ser humano e seu sistema reprodutivo é permitida, respeitada a idade apropriada.

Art. 4º Ao contratar serviços ou adquirir produtos de qualquer natureza, bem como patrocinar eventos ou espetáculos públicos ou programas de rádio, televisão ou redes sociais, a administração direta ou indireta do estado fará constar cláusula obrigatória de respeito ao disposto no art. 3º desta Lei pelo contratado, patrocinado ou beneficiado.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica a contratações de propaganda ou publicidade, assim como aos atos de concessão de benefícios fiscais ou creditícios.

Art. 5º Os serviços públicos estaduais obedecerão às normas estabelecidas pela Constituição e leis federais brasileiras e ao disposto nesta Lei, especialmente os sistemas de saúde, direitos humanos, assistência social e de ensino infantil e fundamental.

Art. 6º A violação ao disposto nesta Lei implicará na imposição de multa prevista em contrato ou patrocínio, e, no caso de servidor público estadual faltoso aplica-se as sanções previstas na lei ou estatuto do servidor público estadual, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

Art. 7º Qualquer pessoa jurídica ou física, inclusive pais ou responsáveis, poderá representar à Administração Pública Estadual e ao Ministério Público quando houver violação ao disposto nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa

A Constituição Federal, a Convenção Americana de Direitos Humanos e diversas leis federais estabelecem um sistema sólido de proteção a crianças e adolescentes contra violações à sua dignidade humana, especialmente nos âmbitos de sua integridade física, sexual e psicológica

A Constituição Federal estabelece no caput do art. 226, que a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. Além disso, o art. 229 caput da Carta Magna declara que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Acrescenta-se também o que contido no caput e inciso IV do artigo 221, que determina que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão ao respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

A Convenção Americana de Direitos Humanos – também conhecida como Pacto de San Jose da Costa Rica – estabelece em seu art. 12., a liberdade de consciência e de religião.

O Código Civil dispõe em seu artigo 1.634,que compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos: I – dirigir-lhes a criação e a educação; (…) V – representá-los, até aos dezesseis anos, nos atos da vida civil, (…).

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina em seu art. 78. que as revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.

Todas estas normas formam um sistema coeso que garante os direitos da criança, do adolescente e da família, e têm aplicação em todo o território nacional, inclusive em escolas estaduais e municipais.

Ao analisar os documentos dos Ministérios da Educação MEC ou da Saúde, na formulação e execução de políticas públicas dirigidas a crianças e adolescentes – assim como os documentos de Secretarias de Educação ou saúde do estado – percebe-se a quase absoluta ausência de menção às normas jurídicas que estabelecem os direitos da família em relação aos filhos menores.

A família tem o direito constitucional de criar e educar os filhos, e a ordem jurídica lhe incumbe o direito específico de estabelecer a sua formação e educação moral e religiosa, conforme dispõe a Convenção Americana de Direitos Humanos, em seu art. 12, 4. O Supremo Tribunal Federal confere a este diploma internacional caráter normativo supralegal no Brasil. (RE 466343)

Até os 16 anos de idade, os pais representam legalmente os filhos, pois, de acordo com a lei civil, são absolutamente incapazes. (art. 1.630 e 1.634, V, ambos do Código Civil). A negligência da família no sustento material ou escolar dos filhos é tão relevante que sua prática é punida pelo Código Penal nos artigos 244 e 246. A responsabilidade da família é de tal monta que o Código Civil estabelece em seu art. 932, inciso I, que os pais são responsáveis civis pela indenização de todos os atos danosos praticados pelos filhos menores. Há até mesmo uma norma punitiva de conteúdo aberto que submete os pais a multas de até 20 salários de referência, caso “descumpram dolosa ou culposa os deveres inerentes ao poder parental.” (Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 249).

Assim, se a família possui tamanha responsabilidade legal face aos filhos menores, nada mais natural e necessário do que conferir aos pais o direito de decidir quanto à sua educação moral (e religiosa), como visto. Não faria sentido conferir a terceiros – escola, órgãos da saúde, etc. – a prerrogativa de apresentar valores morais em desacordo ou sem o conhecimento da família, quando são os pais que têm o ônus de arcar com as consequências do comportamento dos filhos.

É a família que sempre paga a conta! Em suma, a lei estabelece uma série de responsabilidades para os pais em relação aos filhos, além do ônus natural – psicológico, emocional e social – de proteger os filhos menores diante das diversas situações de risco. Ora, se a lei impõe à família o ônus de sustento e responsabilidade pelos atos dos filhos menores, é natural que ela – a família – tenha a primazia em sua formação moral. A escola e os professores podem e devem auxiliar a família na formação moral dos alunos, mas desde que previamente obtenham a anuência dos pais ou responsáveis.

Infelizmente, não apenas professores, mas diversos serviços e servidores públicos que atendem crianças e adolescentes desrespeitam os direitos fundamentais infanto-juvenis e o direito da família na formação moral dos filhos, e expõem crianças e adolescentes a conteúdo pornográfico, obsceno ou impróprio, bem como as induzem à erotização precoce.

Professores ou agentes de saúde não devem ministrar ou apresentar temas da sexualidade adulta a crianças e adolescentes – abordando conceitos impróprios ou complexos como masturbação, poligamia, sexo anal, bissexualidade, prostituição, entre outros – sem o conhecimento da família, ou até mesmo contra as orientações dos responsáveis. O cuidado é muito pertinente, inclusive, em razão do Brasil ser um dos principais destinos mundiais de turismo sexual, inclusive de pedófilos, sendo certo que a apresentação prematura ou inadequada de temas sexuais a pessoas em desenvolvimento pode colaborar para a sua erotização precoce.

Os que praticam estas ilegalidades utilizam o pretexto de educação sexual ou de combate à discriminação ou ao bullying, para, na verdade, apresentar temas sexuais adultos a crianças e manipular o entendimento de crianças e adolescentes sobre sexualidade. Como fundamento jurídico, recorrem a princípios gerais de combate a discriminação (art. 3º da Constituição) ou da formação da cidadania ou liberdade pedagógica (art. 205 da Constituição), todavia, esquecendo-se que TODAS as normas jurídicas devem ser interpretadas e aplicadas em conjunto e de forma harmônica. Em outras palavras, a escola e os professores têm competências constitucionais e legais sim, mas a família também, e o protagonismo constitucional em relação aos filhos menores é da família, consoante art. 226 e 229, já analisados. Em outras palavras, a família se esforça para orientar e criar seus filhos menores conforme seus valores morais, e não está sabendo que cartilhas da saúde, materiais didáticos e alguns professores estão influenciando seus filhos em sentido contrário.

Especial atenção merecem os livros didáticos e paradidáticos, assim como cartilhas apresentadas a crianças e adolescentes em escolas ou órgãos de saúde, contendo textos ou imagens eróticas ou inapropriadas ao entendimento infanto-juvenil, e quase sempre sem o conhecimento das famílias. A relevância e influência de imagens nas atitudes de crianças e adolescentes são constatadas por estudos da Organização Mundial da Saúde OMS.

No estudo – “Free-Smoke Movies: from evidence to action”- a OMS constata a enorme influência de imagens impróprias em crianças e adolescentes, a ponto de induzi-los de forma abusiva ao consumo de cigarros, tão somente ao visualizar imagens de pessoas fumando em filmes. Por esta razão, inclusive, recomenda que filmes com este conteúdo sejam restritos a maiores de 18 anos. Se a imagem de fumantes em filmes influencia o comportamento de crianças e adolescentes em iniciar o consumo de cigarros, certamente influência semelhante e de mesma perversidade terão as imagens eróticas, pornográficas ou obscenas, afinal, em ambos os casos, a causa é a fragilidade psicológica de crianças e adolescentes, ou seja, sua condição de pessoas em desenvolvimento que os torna excepcionalmente vulneráveis a influências externas, especialmente da mídia.

Especial proteção merecem as crianças, pois lhes faltam o discernimento, a maturidade e a experiência para conduzir sua própria vontade, sendo necessário protegê-las de mensagens impróprias ao seu entendimento, uma vez que ainda estão em formação os critérios que regularão suas vontades, desejos, interesses, moral e caráter.

O Conselho Federal de Psicologia reconhece que a autonomia intelectual e moral é construída paulatinamente. É preciso esperar, em média, a idade dos 12 anos para que o indivíduo possua um repertório cognitivo capaz de liberá-lo, tanto do ponto de vista cognitivo quanto moral, da forte referência a fontes exteriores de prestígio e autoridade.

Importante considerar a decisão do Superior Tribunal de Justiça, no recurso Especial 1.543.267-SC que considerou como pornográficas, para fins de tipificação no crime previsto no art. 241-B do ECA, fotos "com enfoque nos órgãos genitais de adolescente, ainda que cobertos por peças de roupa, e de poses nitidamente sensuais em que explorada sua sexualidade com conotação obscena e pornográfica."

A erotização precoce de crianças e adolescentes é responsável direta pelo aumento violação da dignidade sexual de mulheres e também dos casos de estupro de vulnerável. A erotização ilegal e abusiva de crianças e adolescentes, inclusive em salas de aula, é responsável direta pelo aumento dos crimes sexuais contra mulheres. Um exemplo cotidiano desta violação de direitos infanto-juvenis é a ministração de aulas a crianças sobre atos preparatórios à relação sexual, como colocar preservativos.

Ao punir severamente quem praticar ato sexual com menor de 14 anos de idade, menino ou menina, o Código Penal está proclamando que somente a partir desta idade adolescentes adquirem capacidade legal para consentir na prática sexual. Importante salientar que o crime se configura até mesmo quando a vítima consente expressamente na prática sexual. É preciso esclarecer que, se um adolescente de 16 anos praticar relação sexual com criança de 11 anos, responderá por ato infracional análogo a estupro.

É importante que os órgãos ou agentes públicos colaborem com as famílias na formação moral e sexual de crianças e adolescentes, porém, antes de fazê-lo, devem obter a anuência expressa de cada família e apresentar o conteúdo e forma de ministração do tema que pretendem lecionar aos alunos menores.

Esta lei estadual vai garantir a eficácia e o respeito aos direitos da infância e adolescência, conscientizando as famílias, a sociedade civil e os servidores públicos municipais acerca da Constituição e das leis federais vigentes no país. Esta a razão pela qual se repete trechos da Constituição e das Leis Federais vigentes no texto da lei estadual.

As leis e a Constituição devem ser respeitadas em todo o Brasil, inclusive em escolas e salas de aula.

Diante da relevância do tema, solicito dos Nobres Pares desta Casa, o apoio para aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Romero Sales Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000266/2023

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar ao consumidor o acesso à série histórica de preços de produtos que estejam em promoção ou liquidação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O art. 34 da Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 34. .....
.....

§ 3º Fica o fornecedor obrigado a divulgar ao consumidor a série histórica de preços dos últimos 3 (três) meses do produto que esteja em promoção ou liquidação. (AC)

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, a série histórica de preços deverá ser composta pela base de preços registrados em notas fiscais eletrônicas emitidas pelo fornecedor nos últimos 3 (três) meses." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente iniciativa visa alterar a redação da Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, a fim de assegurar ao consumidor o acesso à série histórica de preços de produtos que estejam em promoção ou liquidação.

Nosso Projeto vem para combater práticas abusivas adotadas no momento da oferta de produtos que estão em "promoção" ou "liquidação", especialmente em períodos caracterizados como "black friday". São comuns, nessas campanhas realizadas pelo comércio, as situações de venda de produtos por valores superiores aos ofertados nos últimos meses, camuflando os preços reais como ofertas promocionais. Ou seja, os consumidores são vítimas de publicidade e propaganda enganosas por fornecedores de má-fé.

Dessa forma, garantindo ao consumidor o acesso às informações que já constam no banco de dados dos órgãos fazendários – mormente a série histórica de preços registrados em notas fiscais eletrônicas emitidas pelo fornecedor –, o consumidor poderá comparar o valor atual da oferta com o que vem sendo praticado no mercado. Isso trará transparência e competitividade às relações comerciais consumeristas.

Registramos que a iniciativa não importará em aumento de despesas pelo fornecedor no momento do cumprimento da obrigação, visto que já são informações que ele detém e repassa aos órgãos fiscais no momento da emissão de notas fiscais eletrônicas.

Em 2018, a Secretaria da Fazenda de Pernambuco (Sefaz-PE) lançou o aplicativo "Menor Preço - Pernambuco", que tem como objetivo oferecer à população a possibilidade de pesquisar quais estabelecimentos comerciais estão oferecendo os produtos com valores mais baixos. O sistema já utiliza a base dos preços registrados nas últimas notas fiscais eletrônicas ao consumidor (NFC-e) ou notas fiscais eletrônicas (NF-e) emitidas aos compradores finais das mercadorias.

O aplicativo incentiva o comércio de vizinhança, fazendo com que as pessoas se dirijam aos vendedores mais próximos e com os melhores valores, além de impulsionar a adoção da NFC-e por parte dos comerciantes. De acordo com a Sefaz-PE, o app " *estimula a concorrência entre as empresas e é um avanço na relação com o consumidor* ".

Semelhante a essa iniciativa, nosso Projeto de Lei garante ao consumidor o acesso a essas mesmas informações, estabelecendo um quadro comparativo no histórico de preços registrados em notas fiscais.

Por fim, esclarecemos que esta proposição encontra respaldo no art. 19, da Magna Carta do Estado de Pernambuco, e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que seu conteúdo não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado.

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Ademais, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incide nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

Diante de tais considerações, não havendo comprovado vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade, estando presente o interesse público que motiva e legitima essa proposição, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000267/2023

Autoriza a aplicação de sanção administrativa de multa para casos de importunação sexual registrados no Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo autorizar o poder executivo a instituir sanção administrativa de multa para os casos de importunação sexual registrados no Estado de Pernambuco.

Art. 2º Fica autorizada a imposição de multa à pessoa flagrada praticando ato de importunação sexual, sem prejuízo das sanções penais, à sanção administrativa de multa, no valor de até 1.500 Unidades Fiscais de Referência – (UFIR).

§ 1º Para fins dessa Lei considera-se importunação sexual praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro, sob forma verbal, física ou não verbal, independentemente do espaço onde ocorra.

§ 2º Caberá recurso administrativo contra a sanção prevista no art. 2º, na forma de regulamentação específica.

Art. 3º O procedimento administrativo instituído para a aplicação da multa administrativa será instaurado e regulamentado por órgão designado pelo Poder Executivo.

§ 1º Recebida a notificação do ato de assédio, será procedida à identificação do indivíduo e posterior notificação para que pague o débito, que será arbitrado pela autoridade competente, de acordo com as circunstâncias, o grau de ofensividade e o dano à vítima.

§ 2º Caso o infrator ou seu representante legal se recuse a assinar ou receber o auto de infração e imposição de multa, a autoridade irá certificar o ocorrido, considerando válido o ato praticado, para todos os efeitos legais.

§ 3º Notificado da obrigação do pagamento da multa estipulada neste artigo, o infrator terá prazo de 15 dias para efetuar o pagamento.

§ 4º Em caso de não pagamento, o débito será inscrito em dívida ativa.

§ 5º Em caso de reincidência na prática da conduta vedada pelo art. 1º, será aplicada ao infrator multa no valor dobrado àquele estabelecido no caput deste artigo.

§ 6º Será considerado reincidente o infrator que praticar a conduta descrita no art. 2º, mais de uma vez.

§ 7º O valor estabelecido no caput deste artigo será corrigido pelo mesmo índice de correção aplicado aos tributos estaduais.

§ 8º Caso o ato de assédio seja praticado em desfavor de crianças, idosos, pessoa com deficiência ou aquelas que, por qualquer outra razão, não possam oferecer resistência, a multa será fixada em dobro.

Art. 4º O montante arrecadado com as multas será destinado ao custeio de políticas públicas voltadas à redução dos casos de importunação sexual.

Art. 5º Poderá o Poder Executivo instituir grupos de trabalho, preferencialmente com policiais do sexo feminino, específicos para fiscalização ostensiva, constante e eficaz, sobretudo em locais e horários de maior movimento, de modo a coibir a prática de atos de assédio e agilizar a aplicação da multa de que trata esta Lei.

Art. 6º Fica facultada a inclusão da vítima de importunação sexual em programas de acolhimento já existentes, com vistas à prestação de auxílio psicológico e serviços de aconselhamento e apoio, quando necessário.

Art. 7º Fica autorizada a criação de unidades antiassédio em delegacias, sistema de transporte público e universidades.

Art. 8º Fica facultada a criação de uma linha anônima dentro de organismos públicos para receber denúncias, garantido o anonimato e a confidencialidade da denúncia.

Art. 9º A fiscalização da presente Lei incumbirá ao órgão estadual competente, nos termos de regulamentação a ser feita pelo Poder Executivo.

Art. 10. Os registros oficiais das infrações cometidas serão mantidos em sistema integrado, com vistas a auxiliar o Poder Executivo na formulação de políticas públicas em regiões com maior incidência de casos registrados.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A propositura apresentada versa sobre a aplicação de sanção administrativa para os casos de importunação sexual, registrados no Estado de Pernambuco, justificando-se pelo aumento nos índices apresentados.

O Brasil apresenta índices elevadíssimos de registros formalizados e, segundo o 14º Anuário de Segurança Pública (2020), 1 estupro acontece a cada 8 minutos no país, sendo 85,7% das vítimas do sexo feminino. Ademais, no ano de 2020 foram registradas 15.245 ocorrências do tipo - um aumento de 12,2% quando comparado com 2019.

Considerada uma contravenção penal até então (uma conduta de menor gravidade), a chamada "importunação sexual" foi criminalizada em setembro de 2018 por meio da Lei 13.718, com uma pena de 1 a 5 anos de reclusão.

Antes de a importunação virar crime, a polícia e a própria Justiça classificavam casos de abuso sexual, como os ocorridos com frequência no transporte público, de inúmeras formas. O caso mais comum é o assédio sofrido por mulheres em meios de transporte coletivo, como ônibus e metrô.

A violência sexual representa violação à dignidade da pessoa humana e produz consequências nefastas para a saúde física e mental da mulher. Diante do exposto, solicitamos a contribuição dos nobres colegas para admissão desse projeto tão importante, que irá funcionar como mais um mecanismo de inibição dessa prática delituosa.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000268/2023

Dispõe sobre a autorização de implementação do sistema de inclusão escolar "ABA" para crianças com autismo nas escolas da Rede Pública do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a inclusão na Rede Estadual de Ensino de Sistema de Inclusão Escolar baseado na técnica ABA - Análise do Comportamento Aplicada, para crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Art. 2° O Poder Executivo poderá avaliar os estabelecimentos, que já contam com estrutura física e de pessoal para iniciar gradativamente a inclusão do sistema de inclusão escolar baseado na técnica ABA instituído por esta Lei.

Art. 3° Cada unidade de ensino poderá dispor de profissionais capacitados para a efetiva implementação da técnica ABA - Análise do Comportamento Aplicada.

Parágrafo único. A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco poderá firmar parcerias com as universidades públicas para a capacitação de profissionais de diversas áreas que participarão da equipe multidisciplinar especializada no atendimento a alunos com Transtorno do Espectro do Autismo.

Art. 4º Os alunos com Transtorno do Espectro Autista serão avaliados por equipe multidisciplinar, incluindo profissionais especializados da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, professor de atendimento educacional especializado, o psicólogo, o pedagogo, professores e demais profissionais da unidade escolar que avaliarão se há real necessidade de cada individuo aderir ao método ABA.

Parágrafo único. Nos casos em que os alunos apresentam uma relação social autônoma ou já possuem outros acompanhamentos pedagógicos ou terapêuticos dentro ou fora do ambiente escolar, a adesão ao Método ABA será facultativa aos pais e/ou responsáveis.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O Autismo ou Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por padrões de comportamentos repetitivos e dificuldade na interação social, que afeta o desenvolvimento da pessoa com TEA. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que há 70 milhões de pessoas com autismo em todo o mundo, sendo 2 milhões somente no Brasil.

Os Estados Unidos, divulgaram novos números da prevalência de autismo: 1 para 54. Os dados estatísticos foram publicados em março de 2020 pelo CDC (Centers for Disease Control and Prevention — o Centro de Controle de Doenças e Prevenção do governo dos EUA). O aumento é de 10% em relação ao número anterior, de 2014, que era de 1 para 59.

A estatística, divulgada a cada dois anos pelo CDC, continua mostrando a proporção de quatro meninos para cada menina (4,3 para um, para ser exato) e refere-se a crianças de 8 anos nos Estados Unidos, em 11 estados, e são de informações coletadas em 2016, sempre de 4 anos atrás. Estas estimativas de prevalência são baseadas em registros educacionais e de saúde coletados pela Rede de Monitoramento de Autismo e Deficiências do Desenvolvimento do CDC.

ABA é a abreviação para Applied Behavior Analysis, conhecida também como Análise do Comportamento Aplicada, definida ainda como “aprendizagem sem erro”. Basicamente, o ABA trabalha no reforço dos comportamentos positivos.

O aprendizado sem erros envolve o alerta precoce e imediato do alvo, de modo que a resposta do aluno esteja correta. Essas instruções imediatas garantem o sucesso.

Uma vez que o aluno esteja familiarizado com o comportamento alvo, a solicitação é sistematicamente diminuída até que o aluno seja capaz de responder corretamente por conta própria.

A terapia ABA envolve o ensino intensivo e individualizado das habilidades necessárias para que a criança autista possa adquirir independência e a melhor qualidade de vida possível.

Concluindo, a terapia ABA consiste no ensino intensivo das habilidades necessárias para que o indivíduo diagnosticado com autismo ou transtornos invasivos do desenvolvimento se torne independente. O tratamento baseia-se em anos de pesquisa na área da aprendizagem e é hoje considerado como o mais eficaz.

A legislação brasileira garante a toda criança e adolescente autista o ingresso em escola regular como forma de integração do estudante à vida em sociedade. Isso consta no capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Constituição Federal, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Contamos, pois, com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto, dado seu relevante interesse público, social e cultural.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

William Brlgido
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 6ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000269/2023

Altera a Lei nº 12.928, de 30 de novembro de 2005, que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Sérgio Leite, a fim de determinar a divulgação de imagens de pessoas desaparecidas em espetáculos artísticos, culturais e desportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco, antes da exibição de cada espetáculo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 12.928, de 30 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º-B. Ficam obrigadas as empresas que administram espetáculos artístico-culturais e esportivos no Estado de Pernambuco, a divulgar imagens de desaparecidos no Estado, em seus telões antes do início de eventos sob sua organização, identificando-os com foto, nome, características físicas, local e data de desaparecimento. (AC)

Art. 4º-C. A divulgação pode ser através de cartaz, trailer ou mensagem de no máximo 1 (um) minuto. (AC)

Parágrafo único. As imagens que trata o caput deste artigo deverão conter o número do Disque Denúncia 100 e a data do desaparecimento. (AC)

Art. 4º-D. O descumprimento ao disposto no art. 4º-B desta Lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente: (AC)

I - advertência, quando da primeira autuação de infração; ou, (AC)

II - multa, a ser fixada entre R$ 1.000,00 (mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), considerados o porte do empreendimento e as circunstâncias da infração. (AC)

Parágrafo único. Os valores limites de fixação da penalidade de multa prevista neste artigo serão atualizados, anualmente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou índice previsto em legislação federal que venha a substituí-lo.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Lei visa editar a Lei nº 12.928, de 30 de novembro de 2005, que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas, a fim de implementar medida prática e efetiva na busca de pessoas desaparecidas no Estado de Pernambuco, mediante utilização de espetáculos artísticos, culturais e desportivos, antes da exibição de cada espetáculo.

A medida é útil e eficaz, haja vista que centenas de pessoas têm acesso a esses locais, aumentando o potencial de divulgação de suas informações. A veiculação das informações será mais propagada mediante anúncio e apelo aos presentes nos telões dos eventos organizados, reunindo esforços da sociedade na busca por pessoas desaparecidas.

Cumpre, finalmente, destacar, que as medidas cravadas no presente Projeto de Lei não implicam em qualquer gasto para qualquer das partes envolvidas, haja vista que todos já custeiam pessoas ou empresas hábeis a realizar a alimentação deles, dentro do custo que já existe para tais empresas.

Diante do exposto, considerando a relevância desta proposição, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Romero Sales Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 6ª, 11ª, 12ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000270/2023

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de determinar a obrigatoriedade de constar as expressões “integral” ou “com adição de farinha (ou grão) integral” na rotulagem de alimentos fabricados ou embalados no estado de Pernambuco, nos alimentos que especifica e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 164-B. Na rotulagem de alimentos fabricados ou embalados no Estado de Pernambuco, à base de cereais, com farinhas ou grãos de cereais integrais em sua composição, deverão constar as expressões “integral” ou “com adição de farinha (ou grão) integral”, conforme percentuais de farinhas de cereais integrais, grãos e farelos em sua composição. (AC)

§ 1º Os alimentos contendo cereais só poderão apresentar no rótulo a palavra integral se tiverem pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos ingredientes integrais e se essa quantidade de integrais for superior à quantidade dos ingredientes refinados. (AC)

§ 2º A informação prevista neste artigo deve estar presente na denominação do alimento e pode, opcionalmente, estar presente em outros locais da rotulagem. (AC)

§ 3º O descumprimento do disposto neste artigo configura infração às Lei Federal n° 6.437, de 20 de agosto de 1977 e a Lei Federal de n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, sujeitando os infratores às penas nelas previstas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. (AC)

§ 4º Haverá regulamentação do Poder Executivo no que for necessário.” (AC)

Art. 2º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Justificativa

Existe, do ponto de vista econômico, uma significativa assimetria de informação do consumidor em relação ao produto integral, o que corresponde a uma brutal ineficiência. Simplesmente adquirimos um produto em função de características que ele não tem.

Pior, mesmo após o consumo, o consumidor não é capaz de perceber que não ingeriu o alimento saudável que esperava. Na verdade, o cidadão pode ficar sendo enganado para o resto da vida, achando mesmo que está se prevenindo de várias doenças, quando não está.

Atualmente, não existe no Brasil uma legislação específica para denominar um alimento de “integral”, basta ter a presença de um cereal integral (em forma de grão ou farinha), pensando nisso, existem Projetos de Lei tramitando a esse respeito em âmbito federal e em outros estados.

Produtos feitos com 1% ou 100% de farinha integral podem trazer a mesma classificação “integral” na embalagem. Essa falta de regulamentação engana quem compra, uma vez que o consumidor acredita que está ingerindo uma quantidade maior de fibras, mas pode ter comprado produtos com só 1% de farinha integral.

Uma pesquisa do Idec, por exemplo, mostrou que apenas três de 14 marcas de biscoitos considerados integrais vendidas no Brasil tinham de fato farinha ou cereal integrais como principal ingrediente.

A Anvisa vem debatendo a questão há mais de um ano. Já fez duas reuniões com órgãos que representam os fabricantes de massas, biscoitos e pães, produtores de trigo e os ministérios da Saúde e da Agricultura, além de institutos de defesa do consumidor.

Outros países têm normas específicas sobre isso. No Canadá, um pão integral deve ser preparado com no mínimo 50% de farinha de trigo integral. Na Holanda, o percentual é o mesmo e vale para massas, além de pães. Na Alemanha, a exigência é maior.

A quantidade mínima de farinha integral num pão com essa classificação deve ser de 90% e de 100% para macarrão. Já nos Estados Unidos, uma massa integral precisa ter 8 gramas de grãos integrais por porção e o pão integral de trigo só pode levar esse nome se for produzido apenas com farinha integral. Austrália, Reino Unido e Canadá também adotam o critério americano.

A exigência do consumidor é alta. Em uma pesquisa do Idec, com quase 1.000 internautas, 85,5% dos entrevistados afirmaram que um produto só deveria utilizar o termo “integral” no rótulo se possuísse, no mínimo, 50% de cereais integrais em sua composição. Já 36,9% acreditam que, para ser considerado integral, um produto deve ter 100% de cereais integrais em sua composição.

Os pães integrais de trigo não refinado, preserva parte da casca do cereal, além do gérmen. É onde estão os principais nutrientes, como vitamina E, B12 e minerais, além de ter mais fibras, o que ajuda no funcionamento do intestino, prolonga a sensação de saciedade (as fibras são digeridas devagar) e ajuda a manter estáveis os níveis de glicemia no sangue.

A venda de produtos que não correspondam exatamente à condição de “integrais” prejudica o consumidor, porquanto em seu consciente uma situação não verdadeira, indo de encontro às suas necessidades nutricionais. Considerando que o produto não contém substancial quantidade de grão integral, podemos classificar a venda como propaganda enganosa.

Portanto, abre-se um espaço importante, no qual a intervenção do poder público se faz necessária. Não para proibir a produção ou comercialização de produtos não integrais, mas para assegurar que se um rótulo de produto apresentar uma determinada informação, esta tem que ser de todo verdadeira.

A garantia de informações úteis e confiáveis em rotulagem de alimentos é um direito assegurado pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor que colabora na escolha de melhores produtos.

Pelo exposto, contamos com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação desta importante propositura.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Romero Sales Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 8ª, 9ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000271/2023

Institui a Política Estadual de Prevenção ao Abandono e Evasão Escolar, e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Estadual de Prevenção ao Abandono e Evasão Escolar e define princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas pelo Estado de Pernambuco, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constante na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§1º A implementação das diretrizes e ações da Política Estadual de Prevenção ao Abandono e Evasão Escolar será executada de forma intersetorial e integrada, coordenada pela Secretaria Estadual de Educação.

§2º As políticas relacionadas nesta lei poderão ser complementadas e desenvolvidas, na medida do necessário, por outras Secretarias ou órgãos estaduais, em especial a Secretaria Estadual de Saúde, a Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude, e outras cujos objetivos institucionais se coadunem com a presente lei.

§3º Para o dinamismo da Política aqui instituída, serão empreendidos esforços para atuação conjunta entre diferentes órgãos municipais, estaduais e federais, bem como entidades não-governamentais, da sociedade civil e da iniciativa privada.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I - abandono escolar: a situação que ocorre quando o aluno deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo, mas retorna no ano seguinte;

II - evasão escolar: a situação do aluno que abandonou a escola ou reprovou em determinado ano letivo e que no ano seguinte não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos, isto é, ele sai da escola e não volta mais para o sistema;

III - projeto de vida: atividades e/ou disciplinas desenvolvidas nas escolas que discutam quais são as aspirações dos alunos para o futuro e quais são as principais possibilidades acadêmicas e profissionais disponíveis para após a conclusão do ensino básico; e

IV - incentivo para escolhas certas: estímulos de comportamentos adotados pelo Estado por meio de políticas públicas que podem conduzir a uma forma mais eficaz de prevenção e combate ao abandono e evasão escolar.

Art. 3º São princípios da Política Estadual de Prevenção ao Abandono e Evasão Escolar, o reconhecimento:

I - da educação como principal fator gerador de crescimento econômico, redução das desigualdades e diminuição da violência;

II - da escola como ambiente de desenvolvimento social, cultural, ético e crítico, necessário à formação e bem-estar dos alunos;

III - do acesso à informação como recurso necessário para melhoria da qualidade de vida, geração de autonomia, liberdade e pleno desenvolvimento cidadão do estudante; e

IV - do aprendizado contínuo desde a infância como fator valioso na melhoria da saúde, aumento da renda e na satisfação pessoal das pessoas.

Art. 4º A Política de Prevenção ao Abandono e Evasão Escolar de que trata esta lei consiste nas seguintes diretrizes:

I - desenvolvimento de programas, ações e conexões entre órgãos públicos, sociedade civil e organizações sem fins lucrativos, que visem ao desenvolvimento de competências socioemocionais do aluno durante todo o ano letivo;

II - desenvolvimento de programas, ações e articulação entre órgãos públicos e sociedade civil sem fins lucrativos, que visem ao desenvolvimento cognitivo do aluno durante todo o ano letivo;

III - expandir o número de escolas que dispõem do modelo Programa em Tempo Integral;

IV - aproximar a família do aluno de suas atividades escolares, de suas ambições pessoais, de seus planos futuros e de seu ambiente estudantil;

V - promover atividades que aproximem os alunos e estreitem seus vínculos;

VI - construir currículos complementares voltados para integração educacional ltecnológica e às necessidades pedagógicas dos tempos modernos;

VII - promover disciplinas de Projeto de Vida em que o educador discuta com os alunos as possibilidades que os estudantes têm para depois da conclusão do ensino básico;

VIII - estruturar um currículo complementar centrado no aluno, com aulas interativas e que exijam interação constante entre corpo docente e discente;

IX - Estruturar um currículo complementar com oportunidade de escolha de disciplinas eletivas;

X - estruturar avaliações diagnósticas e convocar aulas de reforço aos alunos que necessitarem;

XI - promover atividades de autoconhecimento;

XII - promover ações que estimulem a participação dos alunos nas decisões de suas turmas e séries;

XIII - estimular a integração entre alunos e a construção do ambiente escolar democrático, inclusive com a formação de grêmios, grupos esportivos e de estudos, conferindo o máximo de autonomia possível aos alunos para a condução de seus trabalhos;

XIV - promover visitas aos alunos evadidos, se possível com a presença dos demais alunos de sala, como forma de incentivo ao seu retorno escolar;

XV - fazer uso de mecanismos de Incentivo para Escolhas Certas (nudge) para prevenir o abandono escolar e evasão escolar;

XVI - promover palestras e rodas de conversas de conscientização e combate ao bullying;

XVII - promover palestras e rodas de conversas de conscientização e combate à gravidez precoce; e

XVIII - procurar identificar os alunos e famílias que precisam de apoio financeiro para despesas básicas e acionar Secretarias responsáveis.

Art. 5º Fica criado o Cadastro de Permanência de Aluno, com a finalidade de acompanhamento estatístico de alunos que se enquadram nas situações definidas nos incisos I e II do art. 2º, devendo ser divididos por unidade de ensino, para formulação de futuras políticas públicas relacionadas.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A evasão escolar é uma das principais preocupações dos especialistas em relação às consequências da pandemia no meio educacional devido ao distanciamento dos alunos nas instituições.

Apesar das dificuldades impostas pela pandemia, várias soluções encontradas pelas escolas públicas devem ter continuidade para melhorar o processo educacional e de contato com os alunos, entre elas estão a complementação das atividades educacionais no modelo online, reuniões com pais de alunos por videoconferência, e um contato mais próximo da comunidade escolar no ambiente digital. Observando esse problema, proponho o projeto que institui a Política de Combate ao Abandono e Evasão Escolar, a qual visa reparar esse grave problema.

A proposta define princípios e ações para a formulação e implementação de políticas públicas para evitar que os alunos deixem de frequentar o ambiente escolar. Dentre os objetivos, está prevista a implementação das diretrizes e ações, executada de forma intersetorial e integrada, e coordenadas, principalmente, pela Secretaria Municipal de Educação.

Para o dinamismo da Política, segundo o projeto, serão empreendidos esforços para atuação conjunta entre diferentes órgãos municipais, estaduais e federais, bem como entidades não-governamentais, da sociedade civil e da iniciativa privada.

A iniciativa não gera nenhum custo adicional aos cofres públicos por tratar-se de um projeto de diretrizes que propõem ações em pastas e estruturas já existentes. Visto o exposto, em defesa da desburocratização da vida do pernambucano, pleiteio aos pares o apoio a presente proposta.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Romero Sales Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000272/2023

Altera a Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995, que dispõe sobre a política florestal do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de dispor sobre diretrizes para proteção dos ecossistemas de manguezais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

"Art. 10-A. Os ecossistemas de manguezais ficarão protegidos pelas diretrizes contidas nesta Seção, sem prejuízo de outros dispositivos aplicáveis. (AC)

Parágrafo único. Entende-se por manguezais, as Áreas de Preservação Permanente de vegetação de mangue em toda sua extensão, *"non aedificandi"*, que prestam serviços ecológicos fundamentais, regulam o regime hídrico, controlam inundações, purificam a água, promovem a biodiversidade, além de constituírem um recurso de grande valor econômico, científico e recreativo. (AC)

Art. 10-B. São expressamente proibidas as seguintes ações em domínio de Ecossistemas de Manguezais: (AC)

I - lançamento de efluentes; (AC)

II - deposição de resíduos sólidos; (AC)

III - lançamento ou deposição de substâncias tóxicas; (AC)

IV - exploração da fauna sem autorização de órgão competente; e (AC)

V - derramamento de óleos ou substâncias tóxicas em sistemas hídricos, de água salgada ou doce, que possam atingir e prejudicar o manguezal. (AC)

Parágrafo único. O Apicum, manguezal herbáceo em transição para terra firme, constitui o Ecossistema Manguezal e para este são válidas as mesmas restrições estabelecidas no caput acima. (AC)

Art. 10-C. Os responsáveis por danos aos manguezais, em função da prática de qualquer das ações citadas no art. 10-B, responderão por crimes ambientais de acordo com a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. (AC)

Art. 10-D. Fica permitida a exploração das áreas estabelecidas no art. 10-B, contanto que seja para: (AC)

I - promover e apoiar o desenvolvimento de pesquisas científicas; (AC)

II - incentivar atividades de turismo ecológico, visto que tais áreas possuem beleza cênica relevante; (AC)

III - promover e apoiar atividades de educação ambiental; (AC)

IV - proteger remanescentes com área suficiente para manutenção de unidades ecológicas e populações viáveis de muitas espécies da flora e da fauna; e (AC)

V - promover o manejo adequado dos recursos naturais, com a garantia da qualidade e perpetuidade destes." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Mangues são espécies vegetais localizadas em manguezais, que são um ecossistema existente em regiões litorâneas, com um ambiente formado por uma água salobra, resultante do encontro da água doce com a do mar. A vegetação de mangue se faz importante, pois controla a qualidade da água, prende os sedimentos como um sistema de filtro, e auxilia na alimentação dos seres. Além disso, também protege as margens das ações erosivas, favorecendo os processos de formação dos solos, reduzindo o impacto das marés e cheias fluviais.

O Brasil, por apresentar uma ampla zona costeira, registra a presença de uma grande quantidade de manguezais em seu território. Eles estendem-se do Cabo Orange, no Amapá, até a cidade de Laguna, em Santa Catarina, ocupando uma área superior a 1,2 milhão de hectares, o equivalente a 15% de todos os mangues existentes no mundo.

A fauna presente nos manguezais é composta por peixes, ostras, mariscos e crustáceos, revelando-se como um ponto de elevada biodiversidade por também servir de espaço para a reprodução de algumas espécies de aves.

Os caranguejos são abundantes e alimentam-se das folhas e raízes das árvores, ajudando a processar o material orgânico e contribuindo para o equilíbrio ecológico no ambiente em questão.

Além disso, a extração desse animal para comercialização é uma importante fonte de renda para comunidades ribeirinhas, de forma que muitas delas dependem exclusivamente dessa prática para o seu sustento. Além de abrigar inúmeras espécies animais e vegetais, os manguezais possuem importantes funções ambientais.

As raízes aéreas das plantas ajudam a diminuir a velocidade do curso das águas e das ondas, diminuindo os impactos sobre os solos e contendo processos erosivos. Além disso, essas raízes e demais formas de vegetação ajudam a conter os sedimentos e contribuem para uma espécie de "filtragem" das águas.

Em termos econômicos, os mangues são responsáveis por cerca de 95% de todo o alimento que o ser humano extrai do mar, o que deflagra, ainda mais, a importância da preservação desse tipo de ecossistema.

Apesar disso, os manguezais são uns dos ambientes naturais mais ameaçados no Brasil e no mundo. A extração não sustentável de suas espécies, bem como a devastação de seus ambientes, vem provocando alterações sensíveis à sua biodiversidade.

Soma-se a isso a extrema poluição causada tanto pela contaminação dos rios que passam pelos mangues quanto pela deposição de lixo em suas áreas. Em alguns lugares há relatos até do aterramento de alguns manguezais em virtude do forte cheiro existente em seus espaços.

Lançamentos de esgotos, aterros, deposição de lixo, desmatamento para introdução de pastagens e derramamento de óleo de barcos são alguns dos problemas que atingem esse rico ecossistema, que sofre todos os impactos relativos às águas calmas abrigadas que servem a diversas atividades antrópicas.

Estas ações deletérias trazem enorme prejuízo ao manguezal, cujas espécies que ali vivem são muitas vezes endêmicas (só existindo nesse tipo de ecossistema). Deve-se considerar ainda futuras descobertas em relação a produtos farmacêuticos ou relações ecológicas.

Criamos o presente Projeto de Lei visando enriquecer ainda mais a Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995 pois, apesar das inúmeras leis de proteção a essas áreas, é preciso também intensificar o processo de conscientização popular, além de serem ampliadas as ações da população, das empresas e do Estado a fim de conter o processo de devastação das áreas onde se

encontram os mangues, pois centenas de pescadores encontram nos mangues sua fonte de renda, e isso acontece em diversos municípios da nossa região costeira. Contudo, uma boa parte agoniza com a degradação ambiental.

Por todo exposto busco o apoio dos meus ilustres pares para a aprovação desta importante proposição legislativa.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Romero Sales Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 7ª, 10ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000273/2023

Dispõe sobre a fixação obrigatória de cartazes em banheiros infantis, no âmbito do Estado de Pernambuco, com informações sobre abuso sexual, na forma que indica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Torna obrigatória a fixação de cartaz em banheiros infantis, no âmbito do Estado de Pernambuco, explicando o que é abuso sexual através de símbolos e palavras simples, indicando também o número para denúncia, em caso de abuso.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, entende-se como exemplo de locais que possuem banheiros infantis:

I – centros Comerciais;

II – escolas Públicas e Privadas;

III – escolas de Idiomas;

IV – igrejas;

V – centros Esportivos; ou

VI – outros espaços com capacidade de circulação acima de 300 (trezentas) pessoas diariamente ou por evento.

Art. 3º O cartaz a que se refere o art. 1º desta Lei deverá ter tamanho mínimo de 297 x 420 mm (Folha A3), letra legível e ser fixado em local de fácil visualização com os seguintes dizeres:

"A Criança explorada sexualmente perde a infância e a dignidade. Abuso sexual infantil é crime. Denuncie. Disque 100 – Disque Direitos Humanos".

Parágrafo único. Poderá ser utilizado como modelo, os dizeres dos cartazes disponíveis no sítio eletrônico da Fundação Abrinq, disponível em: https://www.podeserabuso.org.br/ e no livro Pipo e Fifi, disponível em https://www.pipoefifi.org.br/.

Art. 4º O descumprimento desta lei ensejará as penalidades para as pessoas físicas e jurídicas de direito privado constante no art. 180 da Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco e para as pessoas jurídicas de direito público e agentes públicos as penalidades constantes na Lei Federal n° 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Primeiramente, vale salientar que o contido no presente projeto de lei não esbarra no rol de matérias a qual a iniciativa é reservada privativamente ao Governador do Estado. Ademais, sob o aspecto financeiro e orçamentário, a execução normativa desta iniciativa não implicará em aumento de despesas para o Poder Público, e nem implicará na criação de atribuições para Secretarias de Estado, órgãos e entidades da administração pública.

Além disso, a proposição não viola os limites estabelecidos pela Constituição Federal, no que tange a competência remanescente dos Estados-membros para legislar sobre matérias que não foram incluídas nas competências enumeradas ou implícitas da União e dos Municípios, bem como não incidam nas vedações constitucionais que balizam a atuação dos entes federados, conforme previsto no §1º do art. 25 da Constituição Federal.

Já no mérito, buscamos garantir a segurança e a integridade física das crianças, pois segundo dados apurados pela Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania, no Brasil, 500 mil crianças são vítimas de exploração sexual, a maioria delas entre 7 e 14 anos.

O abuso sexual infantil é um problema universal que atinge milhares de crianças e adolescentes de forma silenciosa e dissimulada. A vítima de abuso sexual tem muita dificuldade em falar sobre o que aconteceu. Muitas passam anos e anos sem revelar o abuso para ninguém.

O que contribui com esse perfil é que vivemos em uma sociedade que ainda nega ou finge que nada aconteceu ainda mais nos casos de abuso que ocorrem dentro da própria família. Sendo que esses casos são a maioria, aproximadamente 70% dos casos de abuso sexual acontecem dentro da casa da criança e o abusador é justamente quem a criança ama e confia.

De um lado temos pais omissos, que não sabem como agir, em muitos casos também foi vítima da violência sexual na sua infância e tiveram que se calar. Do outro lado, temos pais que para manter a "família feliz", uma família de fachada, mantém o segredo, acreditando que não falando sobre o assunto o mesmo deixará de causar danos. Mas na realidade, o silêncio só trará sofrimento ainda maior do que o abuso provocou. A criança passa a se sentir ainda mais desamparada diante da falta de atenção e proteção da família o que ocasiona danos ainda maiores.

Ao passar por uma experiência de violação de seu próprio corpo a criança reage de forma somática uma vez que as novas sensações foram despertadas e não puderam ser integradas. O abuso sexual infantil compromete a formação da personalidade e provoca danos muitas vezes irreversíveis.

O adulto que foi vítima de abuso na infância pode repetir padrões de comportamento que muitas vezes não conseguimos compreender como a agressividade, a passividade ou a necessidade excessiva de agradar o outro, além da desconfiança, baixa autoestima, insegurança, etc.

É comum as pessoas não associarem os sintomas da sua vida adulta como consequência do abuso sexual sofrido na infância, por esse motivo muitos não buscam ajuda profissional.

Algumas das sequelas no adulto do abuso sexual sofrido na infância: Abuso de álcool e drogas; depressão; distúrbios alimentares; obesidade; comportamento sexual de risco; tabagismo; suicídio; doenças crônicas; transtornos psiquiátricos; baixa autoestima; dificuldade de dizer "não"; sentimento de culpa; sensação de descontentamento; raiva com o próprio corpo; impressão de estar "sujo"; pensamentos obsessivos (lavar-se constantemente); dificuldade em desenvolver relações de confiança com os outros; dificuldade no desenvolvimento e maturidade emocional; dificuldade em dar e receber afeto ou desinteresse por atividades recreativas. Esses são alguns exemplos das sequelas que o adulto vítima de abuso pode apresentar.

Precisamos fazer algo para proteger o nosso futuro, as próximas gerações com adultos sadios e saudáveis. Não podemos permitir hoje que nossas crianças percam os seus sonhos que são retirados quando a criança é violada.

A estratégia de prevenção é através da informação, do conhecimento sério longe de mitos sensacionalistas que só expõem ainda mais nossas crianças deixando-as mais desprotegidas.

Por todo o exposto, dar concretude ao Princípio da Proteção Integral (art. 227, CF/88) não é uma opção, trata-se de uma necessidade. Solicito, portanto, aos Nobres Pares a sua aprovação, tendo em vista a relevância da Matéria versada ao interesse público.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Romero Sales Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 6ª, 9ª, 11ª, 12ª, 14ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000274/2023

Altera a Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, que regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências, a fim de estabelecer maior transparência acerca das obras e serviços em execução nas estradas, vias de acesso, rodovias, ruas e semelhantes que tenha recursos do Governo do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei 14.804, de 29 de outubro de 2012, passa a vigorar com o acréscimo do inciso III ao Art. 4°, conforme a seguir:

"Art. 4º .....
.....

III – as obras e serviços em execução nas estradas, vias de acesso, rodovias, ruas e semelhantes que tenha recursos do Governo do Estado, devem constar no sitio eletrônico dos órgãos públicos executores, parceiros ou conveniados, integrantes da administração direta e indireta, além das autarquias, fundações empresas, sociedades e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo estado. (AC)

Parágrafo único. As informações das obras e serviços a que se refere o inciso III, devem ser na elencada abaixo, ensejando em crime de responsabilidade previsto no Art. 38 e seguintes da Constituição do Estado de Pernambuco, a ausência de qualquer das informações solicitadas: (AC)

a) Processo licitatório das obras e serviços; (AC)

b) Data e documento da ordem de serviço das obras e serviços; (AC)

c) Previsão de início e término das obras e serviços; (AC)

d) Cronograma de execução das obras e serviços, bem como, projeto, estudo de viabilidade, estudo técnico de execução e todo e qualquer documento relativo a obra ou serviço; (AC)

e) Valor total licitado/orçado e seus aditivos, caso tenham posteriormente referente as obras e serviços; (AC)

f) Extrato de pagamento, disponibilizando as ordens bancárias referente as obras e serviços; (AC)

g) relatório de medição das referente as obras e serviços contendo seus avanços ou não; (AC)

h) Atualizar mensalmente o status e andamento referente as obras e serviços e havendo atraso no cronograma apresentar o motivo, seja por ausência de recursos, por problemas técnicos detalhadamente ou qualquer outro; (AC)

i) Auditorias, Processos, Ofícios e qualquer requisição ou documento expedidos pelos órgãos de controles Tribunal de Contas do Estado, da União e o Ministério Público Estadual e Federal acerca das obras e suas respostas, acerca das obras e serviços." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A Lei n° 14.804, de 29 de outubro de 2012, que " *Regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências* ", é omissa quando se trata na publicidade das obras e serviços nas estradas de Pernambuco o que é uma grave ofensa ao princípio constitucional da publicidade e da eficiência dos atos da administração pública.

Tais princípios, estão elencados no Art. 37, caput da Constituição Federal, senão vejamos:

> *"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"*

A publicidade dos atos da administração pública tem como objetivo levar para a população e a quem possa interessar o ato ou as atividades administrativas, expedidos pelo Poder Público, sendo este, responsável pela publicação dos atos de forma interna ou externa, sendo a primeira dirigida aos integrantes dos órgãos ou da entidade, e a segunda destinada aos cidadãos.

Neste sentido, para Meirelles a publicação em órgão oficial estende por outros meios de divulgação, tais como o sítio eletrônico do próprio órgão como proposto no projeto, vejamos:

> *"Por órgão oficial entendem-se não só o Diário Oficial das entidades públicas, impresso ou pela forma eletrônica pela rede mundial de computadores - internet, no endereço do órgão público, como, também os jornais contratados por essas publicações oficiais. Vale ainda como publicação oficial a afixação dos atos e leis municipais na sede da Prefeitura ou da Câmara, onde não houver órgão oficial, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município. (2013, p.101)"*

A publicidade é essencial para auferir outro princípio constitucional o da eficiência que determina que a Administração Pública utilize os recursos que detém a sua disposição com eficiência e zelo ao erário, neste sentido leciona Paulo Modesto (2006):

> *"o Estado democrático de direito é executor e fomentador da prestação de serviços coletivos essenciais. É o Estado social que não pode descuidar de agir com eficiência, justificando os recursos que extrai da sociedade com resultados socialmente relevantes."*

Dito isto, vale salientar que na Administração Pública não há competitividade entre a prestação de seu serviço e a sua qualidade como a iniciativa privada, mas não pode descuidar da eficiência no exercício de suas funções, pois, conforme Alexandre de Moraes (1999, p. 30), *"o poder público somente cuida daquilo que é essencial e fundamental para a coletividade, e que, portanto, deve ser bom, eficaz e eficiente", de forma a justificar os recursos gastos."*

Hely Lopes Meirelles (1996, p. 90) já afirmava que *"na administração prestadora, constitutiva, não basta ao administrador atuar de forma legal e neutra, é fundamental que atue com eficiência, com rendimento, maximizando recursos e produzindo resultados satisfatórios"*.

Portanto do plano formal e material o presente projeto tem sua Constitucionalidade auferida, isto porque, o Supremo Tribunal Federal – STF, senão vejamos:

> *A Constituição Federal de 1988 consagrou expressamente o princípio da publicidade como um dos vetores imprescindíveis à Administração Pública, conferindo-lhe absoluta prioridade na gestão administrativa e garantindo pleno acesso às informações a toda a Sociedade. À consagração constitucional de publicidade e transparência corresponde a obrigatoriedade do Estado em fornecer as informações solicitadas, sob pena de responsabilização política, civil e criminal, salvo nas hipóteses constitucionais de sigilo. O art. 6º-B da Lei 13.979/2020, incluído pelo art. 1º da Medida Provisória 928/2020, não estabelece situações excepcionais e concretas impeditivas de acesso à informação, pelo contrário, transforma a regra constitucional de publicidade e transparência em exceção, invertendo a finalidade da proteção constitucional ao livre acesso de informações a toda Sociedade. [ADI 6.347 MC REF, ADI 6.351 MC REF e ADI 6.353 MC REF, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 16-6-2020, P, DJE de 14-8-2020.]*

O referido projeto visa instituir um mecanismo que permita auferir a eficiência dos gastos públicos, concentrando os esforços nas obras e serviços realizados nas estradas, rodovias e vias de acesso no âmbito do Estado de Pernambuco.

Justamente, possibilitando que qualquer de seus cidadãos possam fiscalizar e cobrar do governo em voga a execução e a correta destinação dos recursos, atualmente nem sempre se consegue as referidas informações elencadas, restando impossível em alguns momentos a fiscalização desta ou daquela obra/serviço.

Por fim, para além de todo o exposto é prerrogativa garantida na Constituição Estadual em seu inciso XX do Art. 14 fiscalizar a execução do orçamento público c/c Art. 15 Parágrafo único, e por si só o presente projeto é constitucional e no mérito é importantíssimo para a verdadeira aplicação do referido dispositivo constitucional.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Romero Sales Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 10ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000275/2023

Proíbe licitar ou contratar serviços e a investidura em cargos públicos da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, no âmbito do Estado de Pernambuco, por pessoa condenada, com sentença transitada em julgado, pela prática de qualquer modalidade de abuso sexual contra menor e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1° Fica vedada a investidura em cargos públicos da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, no âmbito do Estado de Pernambuco, por candidato que tenha sido condenado, com sentença transitada em julgado, pela prática de qualquer modalidade de abuso sexual contra menor, ainda que cumprida a pena.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Pernambuco também ficam impedidos de licitar ou contratar serviços com pessoa condenada, com sentença transitada em julgado, pela prática de qualquer modalidade de abuso sexual contra menor.

Art. 2º O impedimento para licitar e contratar de que trata o artigo anterior será aplicável:

I - para contratação ou prestação de serviços em escolas e creches, em havendo sentença transitada em julgado pela prática de qualquer modalidade de abuso sexual contra menor, ad eternum, ainda que cumprida a pena.

II - pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do final dos efeitos da condenação criminal.

Parágrafo único. Caso seja constatada a ocorrência da condenação durante a execução do contrato, o órgão ou entidade da Administração Pública poderá determinar a rescisão unilateral, com fundamento no inciso XII do art. 78 e no inciso I do art. 79, ambos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º Os órgãos e entidades da Administração Pública farão constar nos editais dos procedimentos licitatórios e nos instrumentos contratuais, bem como nos aditivos celebrados aos contratos já em execução, a obrigatoriedade de observância do disposto nesta Lei.

Art. 4º É vedada a concessão de qualquer benefício financeiro, social ou econômico, oriundo de programas mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Estado de Pernambuco, em favor de pessoa física ou jurídica que tenha incorrido nas hipóteses mencionadas nos art. 1º desta Lei.

Art. 5º Para os fins desta Lei, poderá ser criado um Cadastro Estadual de Pedófilos no âmbito do Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. Interpretam-se como pedófilos, para os fins desta Lei, aqueles que tenham contra sua pessoa decisão transitadas em julgado em processo de apuração dos seguintes crimes:

I - contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes;

II - crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecido pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que tenham conotação sexual.

Art. 6º Caberá a Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco – SDS-PE, o cadastro e a responsabilidade de regulamentar a criação, a atualização, a divulgação e o acesso, observadas as determinações desta lei.

Art. 7º O Cadastro Estadual de Pedófilos deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - dados pessoais completos, foto e características físicas;

II - grau de parentesco e/ou relação entre o cadastrado e da vítima;

III - idade do cadastrado e da vítima;

IV - circunstâncias e local em que o crime foi praticado;

V - endereço atualizado do cadastrado;

VI - histórico de crimes.

Art. 8º As pessoas indicadas pelos crimes enumerados no art. 1º desta Lei farão parte do cadastro, a critério das autoridades pública responsáveis, respeitado o sigilo das investigações policiais.

Art. 9º O cadastro deverá ser disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco – SDS-PE, observado o seguinte:

I - deverão ter acesso ao cadastro às Polícias Civil e Militar, Conselhos Tutelares, membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, e demais autoridades, a critério da Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco;

II - qualquer cidadão poderá acessar o cadastro estadual de pedófilos desde que limite as informações disponibilizadas somente ao acesso a identificação e fotos dos cadastrados, observados a condição de ter tido a condenação transitada em julgado e até a reabilitação penal.

Parágrafo único. Os servidores dos órgãos públicos indicados no inciso II terão acesso ao conteúdo integral do cadastro.

Art. 10. Qualquer pessoa poderá comunicar às autoridades públicas competentes do Estado de Pernambuco o conhecimento de casos que se enquadrem nos arts. 1º e 5º desta Lei a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.

Art. 11. A imposição das penalidades de que trata esta Lei deverá ser apurada em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do interessado.

Art. 12. Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Lei tem como objetivo fazer com que as pessoas com crimes transitado em julgado por prática contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes integrem o cadastro estadual de pedófilos e sejam impossibilitados de ter investidura em cargos públicos.

Este repulsivo crime é extremamente grave, tendo em vista que o ato recai sobre a parcela mais vulnerável da sociedade, as crianças e adolescentes. É de notório saber que essa prática vem tendo um crescimento considerável em âmbito nacional e com a pandemia causada pelo novo coronavírus às denúncias aumentaram consideravelmente, em relação ao mesmo período em 2019.

Neste mesmo sentido, uma pesquisa da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos apontou que entre 2011 e 2019, o canal Disque 100 recebeu pelo menos 200 mil denúncias. Insta salientar que o Poder Executivo por intermédio do Ministério de Justiça, conta com uma plataforma que opera a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - INFOSEG, no qual poderá adaptar-se a título gracioso, disponibilizando as informações necessárias.

A finalidade desta presente preposição incide em criar um mecanismo de proteção à criança e adolescente e inibir a possível prática penal. As evidências de uma infância marcada por práticas sexuais realizadas por um pedófilo são carregadas desde o momento do ato até sua vida adulta, causando traumas inimagináveis. O dano psicológico e físico que a criança leva são irreparáveis, levando muita das vezes a depressão, senão ao suicídio.

A proposição encontra amparo na autonomia administrativa dos Estados-membros, em especial quanto à definição de eventuais beneficiários de recursos públicos (arts. 18 e 25, § 1º, c/c art. 24, inciso I, da Constituição Federal).

Ademais, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF afirma que a reserva de iniciativa do Poder Executivo não abrange o tema de licitações e contratos administrativos (ADI 3059, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, Relator(a) p/ Acórdão:

Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 09/04/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-085 DIVULG 07-05-2015 PUBLIC 08-05-2015 e (ADI 2444, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 06/11/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-021 DIVULG 30-01-2015 PUBLIC 02-02-2015).

Em relação à possibilidade de exercício da atribuição legislativa em âmbito estadual, o presente Projeto tem fundamento no regime de repartição de competências adotados pela Constituição Federal (art. 22, inciso XXVII), ou seja, reconhece-se, de forma implícita, a competência suplementar dos demais entes federativos para legislar sobre licitações e contratos administrativos em questões específicas, com fundamento no art. 24, §§ 3° e 4º, da Constituição Federal.

Diante o exposto, com o intuito de manter a integridade das crianças e adolescentes peço o apreço dos nobres pares a essa importante matéria.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Romero Sales Filho
Deputado

Às 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 11ª, 12ª, 15ª comissões.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 000276/2023

Concede o Prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco aos Países Baixos (Holanda).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido aos Países Baixos (Holanda), o Prêmio País Amigo de Pernambuco, edição 2023, nos termos que dispõe a Resolução nº 1.434, de 17 de maio de 2017, disciplinado atualmente pela Resolução nº. 1892/2023.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O Projeto de Resolução que ora encaminhamos outorgar o prêmio Internacional País Amigo de Pernambuco aos Países Baixos (Holanda), considerando uma cooperação inédita entre a Prefeitura do Recife e a Holanda, a fim de permitir a elaboração de estudos técnicos para mitigar os efeitos de desastres naturais relacionados à água e ao aumento do nível do mar na capital pernambucana.

Os consultores da DRR Team (Dutch Risk Reduction Team), consultoria ligada ao governo holandês especialista no desenvolvimento de projetos de gestão de água, visitarão diversas localidades e obras em execução no município, como também realizarão estudos que estão em execução, considerando a vivência deles na Holanda, propondo possíveis estratégias de intervenções no Recife e observação da gestão de bacias hidrográficas, de risco de inundações, os alertas precoces de inundação, a governança e qualidade da água, bem como o tratamento de águas residuais.

Assim, o presente projeto visa reconhecer e estimular boas práticas e projetos por parte de países amigos, que beneficiem o Estado de Pernambuco e estreite os laços entre o Poder Legislativo e os entes consulares sediados em Recife.

Sala das Reuniões, em 15 de Fevereiro de 2023.

Rodrigo Farias
Deputado

Às 1ª, 13ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000277/2023

Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, diretrizes para a Política Agente Jovem Ambiental - AJA e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º No âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Agente Jovem Ambiental – AJA será implementada segundo as normas desta Lei e do restante da legislação vigente.

Art. 2º A Política de que trata esta Lei tem como objetivos gerais:

I - a inserção cidadã de jovens em situação de vulnerabilidade social em projetos socioambientais sustentáveis; e

II - a viabilização do desenvolvimento de suas competências e habilidades, oportunizando a geração de renda, a conscientização ambiental, o protagonismo juvenil, promovendo qualidade de vida e a preservação do meio ambiente.

Art. 3º Constituem objetivos específicos da Política de que trata esta Lei:

I - a capacitação dos jovens para promoção da educação ambiental, conscientizando a população sobre a importância das políticas de desenvolvimento sustentável;

II - o incentivo para a participação cidadã dos jovens em suas comunidades, buscando conscientizar a população local da importância da união em torno de ações que resguardem a sustentabilidade ambiental;

III - a oportunidade do desenvolvimento da autoestima e de sentimento de pertencimento familiar e comunitário com vistas a uma perspectiva positiva de vida pelos jovens; e

IV – a qualificação social e profissionalmente jovens por meio de ações socioambientais.

Art. 4º A Política Agente Jovem Ambiental terá como público-alvo os jovens, em estado de vulnerabilidade social, com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove anos), integrantes de famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, e regularmente matriculados na rede pública de ensino ou que
já tenham concluído o ensino médio na rede pública.

Parágrafo único. A habilitação dos jovens para participação na Política de que trata o *caput* dar-se-á mediante seleção isonômica e equitativa.

Art. 5º O Agente Jovem Ambiental deverá estar capacitado para:

I – mobilizar as populações do entorno dos respectivos espaços, ajudando na organização de eventos educativos e promovendo ações de educação ambiental junto aos moradores;

II – ajudar a recuperação de áreas degradadas, auxiliando a gestão pública nas ações de manejo das áreas verdes protegidas e buscando recuperar a vegetação ou acelerar seu crescimento para o restabelecimento de suas condições naturais;

III – apoiar a gestão ambiental no desenvolvimento de ações voltadas à proteção do meio ambiente e na defesa de espaços especialmente protegidos;

IV – contribuir na execução de projetos de educação ambiental, apoiando o desenvolvimento de atividades de educação ambiental para ampliar a consciência ambiental das comunidades, a exemplo da coleta seletiva, arborização, campanha contra o abandono de animais, ocupações irregulares em Áreas de Preservação Permanente – APPs; e

V – colaborar para conservação da biodiversidade do Estado de Pernambuco, mediante a execução de ações que promovam, respeitem e valorizem os recursos naturais e ecossistemas, bem como a realização de atividades de reflorestamento, de proteção de espécies da fauna e flora e de manejo sustentável nos espaços naturais.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificativa

Trata-se a presente proposição legislativa da criação de uma política pública voltada à criação de instrumentos que fomentem a inclusão social e ambiental de jovens em situação de vulnerabilidade social, qualificando-os por meio de capacitação adequada, para que possam desenvolver atividades voltadas à preservação do meio ambiente, ao desenvolvimento de políticas de sustentabilidade, auxiliando na recuperação de áreas degradadas e apoiando a gestão das unidades de preservação.

O Programa Agente Jovem Ambiental - AJA, buscará qualificar esses jovens para que, depois de formados, possam atuar e participar de ações socioambientais em suas comunidades. É muito mais que a mera transmissão de conhecimento e de educação ambiental, é a fomentação da socialização em diversos espaços, nos mais diversos contextos, considerando-se a cultura e as especificidades de cada região, vez que utilizam-se os jovens da própria comunidade para a execução do programa.

Além disso, a criação do AJA pode trazer os seguintes benefícios:

Incentivo à educação ambiental: O programa AJA pode incentivar a conscientização ambiental entre jovens, promovendo a educação ambiental como uma ferramenta de mudança de comportamentos e atitudes. Com isso, os jovens poderão ser multiplicadores de informações e práticas sustentáveis para suas famílias, amigos e vizinhos.

Geração de emprego e renda: O programa AJA pode incentivar a geração de emprego e renda em atividades socioambientais, como ações de coleta seletiva, reciclagem e reutilização de materiais, além de outras atividades sustentáveis que promovem a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Participação dos jovens na tomada de decisões: Ao capacitar os jovens para atuarem em ações socioambientais em suas comunidades, o programa AJA pode permitir que esses jovens sejam ouvidos e tenham sua voz na tomada de decisões relacionadas à gestão ambiental, incentivando a participação ativa e democrática dos jovens na sociedade.

Contribuição para o desenvolvimento sustentável: A criação do AJA pode contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades, ao incentivar práticas socioambientais que melhorem a qualidade de vida e a proteção do meio ambiente.

Em resumo, a criação do Programa Agente Jovem Ambiental (AJA) é fundamental para capacitar os jovens a atuarem em ações socioambientais em suas comunidades, promovendo a conscientização ambiental, a geração de emprego e renda, a participação ativa dos jovens na tomada de decisões e a contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Quanto à validade constitucional, nossa proposição se insere na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme previsto na Carta da República, *in verbis* :

> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...]
>
> VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Além disso, a constituição da República estabelece a necessidade de realização de medidas de educação ambiental:

> Art. 225, VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

Destacamos ainda que esta Egrégia Casa Legislativa tem reconhecido a possibilidade de iniciativa parlamentar sobre a matéria, por exemplo, com a aprovação da Lei nº 17.676/2022, que estabeleceu novas regras atinentes à educação para proteção animal.

Diante do exposto, solicito o apoio de meus nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000278/2023

Institui a disponibilização de agendamento remoto de consultas médicas no âmbito das redes pública e privadas de saúde no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A marcação de consultas médicas, no âmbito das redes de saúde pública e privada do Estado de Pernambuco, admitirá a modalidade remota, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo único. A marcação remota de que trata o *caput* observará as preferências legais, notadamente em relação a pessoas idosas, gestantes e pessoas com deficiência.

Art. 2° As unidades de saúde deverão afixar em local de fácil visualização ao público material com as informações sobre o conteúdo desta lei, bem como os respectivos números de telefones, horários e meios informatizados de contato para o agendamento das consultas médicas.

Art. 3º O estabelecimento de saúde privado que descumprir o instituído nesta Lei deve se submeter à multa, que varia de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), proporcional ao porte do estabelecimento.

Art. 4º O descumprimento dos dispositivos desta Lei pelas unidades públicas de saúde ensejará a responsabilização administrativa de seus dirigentes, em conformidade com a legislação aplicável.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposição institui a disponibilização de agendamento remoto de consultas médicas no âmbito das redes pública e privadas de saúde no Estado de Pernambuco.

O agendamento remoto de consultas médicas tem se tornado cada vez mais importante, especialmente em tempos de pandemia, em que a segurança e a conveniência são fundamentais. Algumas das razões pelas quais o agendamento remoto de consultas médicas é importante incluem:

Acesso conveniente: o agendamento remoto de consultas médicas oferece aos pacientes a conveniência de marcar uma consulta no conforto de suas próprias casas, sem ter que se deslocar fisicamente para o consultório médico. Isso economiza tempo e esforço para os pacientes e pode ajudá-los a evitar atrasos ou problemas de transporte.

Melhor gerenciamento de tempo: o agendamento remoto de consultas médicas permite que os pacientes escolham um horário que melhor se adapte às suas necessidades, em vez de terem que se adaptar a um horário pré-determinado pelo consultório. Isso pode ajudar a reduzir o tempo de espera e melhorar a eficiência geral da prática médica.

Redução de erros de agendamento: quando o agendamento é feito manualmente, pode haver uma maior probabilidade de erros, como agendar a consulta para o dia ou horário errado. O agendamento remoto ajuda a reduzir esses erros, pois as informações do paciente são inseridas no sistema automaticamente, reduzindo a possibilidade de erros humanos.

Maior satisfação do paciente: a possibilidade de agendar consultas remotamente pode aumentar a satisfação dos pacientes, que valorizam a conveniência e a flexibilidade. Isso pode ajudar a melhorar a reputação da prática médica e a retenção de pacientes.

Saúde pública: Em tempos de pandemia, o agendamento remoto de consultas médicas pode ajudar a reduzir a exposição a doenças infecciosas, como o COVID-19, tanto para os pacientes quanto para os profissionais de saúde.

Em resumo, o agendamento remoto de consultas médicas é uma ferramenta importante que pode ajudar a melhorar a eficiência da prática médica, aumentar a satisfação do paciente e melhorar a segurança dos pacientes e profissionais de saúde.

Do ponto de vista constitucional, a proposição não apresenta qualquer óbice, tendo em vista se tratar de medidas de proteção e defesa da saúde, assunto de competência dos Estados, conforme prescreve a Carta da República:

> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
>
> XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Ademais, destacamos que a Alepe tem aprovado projetos com intuito similar, inclusive de iniciativa parlamentar, como a atual Lei nº 16.590/2019 que “Dispõe sobre a prioridade de pessoas com Acromatose (Albinismo) na marcação de consultas dermatológicas e oftalmológicas no âmbito do Estado de Pernambuco”.

No mesmo sentido, destacamos julgado do TJSP que validou norma similar:

> AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI Nº 5.051, DE 26 DE ABRIL DE 2021, DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ – AGENDAMENTO TELEFÔNICO DE CONSULTAS MÉDICAS DE IDOSOS, DEFICIENTES E PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA – INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL – INEXISTÊNCIA – TEMA Nº 917 DO STF – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À SEPARAÇÃO DE PODERES. 1. Não usurpa competência legislativa privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesas para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos. Tema nº 917 do STF. **2. Previsão legal de agendamento telefônico de consultas médicas a parcela dos munícipes não configura ingerência na Administração Pública. Precedentes. Medida que privilegia o princípio da eficiência, simplifica e reduz filas no atendimento, além de assegurar tratamento digno e condizente com a condição apresentada pelos pacientes beneficiados. 3. Ampliação das modalidades de agendamento que não implica necessariamente no aumento de despesas públicas, senão na racionalização dos recursos destinados à prestação dos serviços. Ação direta de inconstitucionalidade improcedente .** (TJ-SP - ADI: 21139095420218260000 SP 2113909-54.2021.8.26.0000, Relator: Décio Notarangeli, Data de Julgamento: 27/04/2022, Órgão Especial, Data de Publicação: 28/04/2022)

Em face do exposto, solicita-se a colaboração de todos os membros desta nobre Casa para aprovação da presente proposição legislativa, dada a sua relevância e interesse público.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000279/2023

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Ano Estadual da escultora, ceramista e louceira “Ana das Carrancas”.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

> ‘‘Art. 422-D. O ano de 2023 será considerado como o Ano Estadual da escultora, ceramista e louceira Ana das Carrancas, em celebração pela passagem do seu centenário.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposta legislativa intenta promover a alteração do Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, a fim de nele inserir o Ano Estadual da escultora, ceramista e louceira Ana das Carrancas, em celebração pela passagem de seu centenário. Personalidade impar da cultura popular brasileira, Ana das Carrancas escapou da seca e da miséria pela excelência de seu trabalho artístico, o que a tornou uma das mais importantes artistas populares do sertão de Pernambuco.

Ana Leopoldina Santos, Ana das Carrancas, nasceu em 1923, no distrito de Santa Filomena, município de Ouricuri, Araripe Pernambucano, na sua infância tinha o barro como principal atrativo para suas brincadeiras. Aos sete anos de idade começou a fazer panelas, potes, brinquedos, boi-zebus, cavalinhos e santos para a lapinha, para ajudar a sua mãe, que há muito tempo confeccionava utensílios de barro e vendia na feira, para garantir o sustento da família.

Em função às intempéries das secas mudou-se para a cidade de Petrolina, em busca de melhoria de vida. Por ser devota de São Francisco das Chagas e Padre Cícero, pediu a esses Santos que lhes mostrassem uma forma de sobreviver com dignidade. No dia seguinte, foi até o Rio São Francisco buscar barro para fazer panelas. Diante da imensidão das águas, sentiu uma forte inspiração, ao ver as carrancas de madeira multicoloridas das barcaças que bailavam às margens do Velho Chico. Ainda no rio confeccionou sua primeira carranca de pequeno tamanho. Levou-a para casa, onde todos gostaram e aprovaram a ideia. Daí em diante, além dos potes, das panelas e jarras que já fazia, passou a confeccionar carrancas de barro em grande quantidade.

Ana das Carrancas declarava que o processo para a confecção das peças de barro era trabalhoso, desde a retirada do barro no leito do rio, a meio metro de profundidade, passando pelo cozimento, a curtição que dura três dias, o amassamento e por fim a modelagem. É um trabalho que exige muito amor e dedicação do artesão.

As obras de arte de Ana das Carrancas são peças de aspectos tipicamente ribeirinhos, criadas no estilo próprio da artesã, com formas simples, primitivas e com um detalhe importante: possuem os olhos vazados, em homenagem ao marido, José Vicente, que é cego, e sempre participou ativamente de seus trabalhos, fazendo os bolos de barro para a confecção das peças. A artista fez da produção de carrancas o seu mundo, e teve a oportunidade de participar de feiras e exposições em vários estados brasileiros. As suas peças são reconhecidas e elogiadas internacionalmente, principalmente na Europa.

Ana das Carrancas faleceu em 1º de outubro de 2008, na cidade de Petrolina. O seu legado na cultura não se resume a sua vida em Petrolina e a inspiração religiosa que a fez a artista, mas tem o caráter do sertanejo que é, antes de tudo um forte. Que diante das mais adversas condições, se reinventa, se torna único, se torna grande, tal qual sua fé, tal qual seu rio, meu rio, nosso Rio São Francisco.

Enfim, no dia 18 de fevereiro de 2023, se fosse viva, a famosa artesã de Petrolina Ana Leopoldina dos Santos, Patrimônio Vivo de Pernambuco em 2006, estaria completando 100 anos e nada mais justo do que esta Casa legislativa prestar homenagem a Ana das Carrancas assim, solicito dos Nobres Pares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 15 de Fevereiro de 2023.

Henrique Queiroz Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000280/2023

Altera a Lei nº 16.714, de 26 de novembro de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade da

disciplina da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) no conteúdo curricular dos cursos de formações de Policiais Civis, Militares, Bombeiros Militares e dos Delegados, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Romero Albuquerque, a fim de dispor sobre o ensino de Direitos Humanos e combate ao racismo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.714, de 26 de novembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Dispõe sobre assuntos específicos que devem constar no conteúdo programático dos cursos de formações de policiais civis, policiais penais, delegados, policiais militares e bombeiros militares, no Estado de Pernambuco." (NR)

"Art. 1º Os cursos de formação de policiais civis, policiais penais, policiais militares, bombeiros militares, bem como dos delegados da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, deverão conter em seu conteúdo programático, disciplinas que abordem especificamente o ensino: (NR)

I - da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, - Lei Maria da Penha; e (AC)

II - de Direitos Humanos e de combate ao racismo, à violência de gênero e às demais formas de discriminação e preconceito. (AC)

Art. 1º-A. A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções decorrentes de infrações às normas nela contidas, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A alteração na Lei nº 16.714, de 2020, ora proposta, tem por finalidade incluir no curso de formação dos policias civis, policiais penais, delegados de polícia, policiais militares e bombeiros militares o ensino de Direitos Humanos e de combate ao racismo, à violência de gênero e às demais formas de discriminação e preconceito, a fim de possibilitar que a formação de agentes de segurança pública do Estado de Pernambuco seja pautado pelo respeito aos direitos humanos e pelo combate ao racismo e demais formas de preconceito.

A abordagem dos assuntos mencionados nos cursos de formações dos agentes de segurança contribuirá para a prestação de um serviço público mais efetivo e civilizado, pois será pautado pelo respeito à dignidade humana. Ademais, também contribuirá para a harmonia e o respeito entre os próprios agentes de segurança, tendo em vista, infelizmente, as constantes notícias de assédio que são praticadas por membros das corporações policiais, conforme se observa:

> Lançado há menos de três meses, o canal de denúncias de assédio na PMPE já recebeu 39 queixas de militares femininas. Desse total, 22 foram de assédio sexual, duas de importunação sexual e 14 de assédio moral em batalhões da Região Metropolitana do Recife.
>
> Crimes que, em geral, são praticados por PMs em posições hierárquicas superiores às das vítimas. (Disponível em: https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/seguranca/2023/02/15175942-policia-militar-22-casos-de-assedio-sexual-denunciados-em-batalhoes-do-grande-recife-em-menos-de-tres-meses.html. Acesso em 16/02/2023)

Assim, entendemos que o projeto ora apresentado contribuirá para a melhoria dos serviços de segurança pública e, consequentemente, para a vida das pernambucanas e dos pernambucanos.

Diante do exposto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares da Assembleia Legislativa.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Socorro Pimentel
Deputada

Às 1ª, 3ª, 5ª, 11ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000281/2023

Estabelece diretrizes de divulgação e transparência nas obras públicas de qualquer natureza que tenham recursos do Administração Direta ou Indireta do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A presente Lei, visa dar transparência e divulgação nas obras públicas realizadas, financiadas ou ainda, conveniadas entre o Estado de Pernambuco e os municípios, devendo o Secretário da Casa Civil, apresentar anualmente à Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Assembleia Legislativa, relatório anual consolidado contendo indicadores referentes as obras realizadas no Estado de Pernambuco:

I - a data limite de apresentação do relatório anual consolidado será até a quarta sessão ordinária do ano subsequente;

II - o não fornecimento das informações que constam na presente Lei, implicará em ofensa ao inciso VII e XI, art. 193, da Lei n° 6.123 de 20 de julho de 1968, acarretando às sanções previstas no inciso IV, art. 199 e art. 203 previstas na Lei n° 6.123 de 20 de julho de 1968; e

II – na impossibilidade de comparecimento do secretário (a) elencado no *caput* , pode ser suprida por outro representante do Poder Executivo, desde que ocupe cargo de secretário (a), ainda que executivo.

Art. 2º Os indicadores a que se refere o art. 1º desta Lei, são:

I - relação completa de todas as obras iniciadas no ano corrente, contendo:

a) descrição da Obra a ser executada;

b) valor da obra;

c) órgão responsável pela licitação e execução;

d) prazo de início e término, bem como, os adiamentos e/ou mudanças nas datas, se houver;

e) dados da empresa contratada: Nome e CNPJ;

f) dados referentes a licitação: número, comissão, valor total global aceito, data de publicação e a data de adjudicação;

g) fonte e origem do recurso, discriminando os valores e quota parte de cada entende federativo (união, estado e município), se houver;

h) indicar se a obra já teve ordem de serviço assina anteriormente, se houver;

i) indicar se a obra já teve licitação feita anteriormente e indicar o motivo de não ter sido dado prosseguimento, se houver;

j) indicar, se houver, dados de processo administrativo ou judicial acerca da execução, licitação ou qualquer irregularidade ou inconformidade vinculada a obra;

k) indicar quais as regiões ou segmento da sociedade será impactado pela obra;

l) indicar, ainda que estimado, quantas pessoas serão impactadas pela obra;

m) indicar, ainda que estimado, quantos empregos foram gerados diretamente e indiretamente pela obra;

II - dados referente aos investimentos ocorridos com obras no corrente ano, bem como comparativo de evolução ou diminuição com os 05 (cinco) anos anteriores;

III - quadro com todas as licitações realizadas no ano corrente, que tenham como objeto execução de obra, contendo: número da licitação, objeto, valor global aceito, valor total do vencedor, dados do vencedor e data da ordem de serviço;

IV - relação com os valores das licitações oriundas de criação de projeto de obra, contendo número da licitação, objeto, valor global aceito, valor total do vencedor, dados do vencedor, prazo inicial e final, bem como se foi entregue ou não, além de informações adicionais, se houve, de prorrogação de prazo e aumento de valor contratado e a justificativa;

V - dados qualitativos e quantitativos acerca do percentual de execução de obras, com comparativo com os últimos 05 (cinco) anos; e

VI - relação de todas as obras paradas ou atrasadas, contendo: órgão responsável, identificação da obra / objeto da obra, nome e CNPJ da empresa contratada, número do contrato e ano, data de início da execução da obra, data prevista para o fim da obra, data de paralização da obra, data de suspensão dos pagamentos, data da última medicação realizada, percentual de execução física da obra, relação de aditivos e seu objeto, valor total pago (empenhado e liquidado) a empresa contratada, valor restante a ser pago a empresa contratada, justificativa da paralisação e/ou atraso da obra.

§ 1° Para fins de clareza, as relações a que se refere este artigo, devem ser entregues em meio editável em formato *Excel* ou *Word* , contendo colunas e linhas com cada informação solicitada.

§ 2° Os dados contidos nos incisos I e VI deste artigo, devem ser atualizados anualmente, devendo somente ser entregue as atualizações nos formatos requeridos no § 1°.

§ 3° A apresentação do balanço será feita com os dados do ano anterior ao da apresentação, dispensada, salvo se requerida por algum parlamentar através de oficio endereçado ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo com antecedência de 15 (quinze) dias anteriores a data da apresentação.

Art. 3° O descumprimento desta Lei, seja através da ausência injustificada da documentação nela contida, seja pela não apresentação dos dados em sessão da Comissão, seja pelo não atendimento aos esclarecimentos requeridos pelos Deputados, ou qualquer outro motivo, que não tenha robusta justificativa, enseja na aplicação, no que couber, da Lei Federal n° 8.429 de 2 de junho de 1992, conforme determina o § 6° do art. 1° da Lei em referência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na dada de sua publicação.

Justificativa

O Projeto de Lei ora apresentado, visa garantir a necessária transparência e prestação de contas com o fito de que haja acompanhamento permanente das obras realizadas no Estado, para que não se tenha desperdiço do dinheiro público, tão pouco, obras com indícios de irregularidades.

O Parlamento Estadual, conforme Art. 14, incisos XX c/c Parágrafo único do Art. 15 da Constituição Estadual tem como dever fiscalizar as ações do Poder Público Estadual e seus órgãos, bem como, legislar em matérias concorrentes elencadas na Constituição Federal.

Neste sentido, vale destacar que a Art. 24, §2° da Constituição Federal determina que, em que pese a autorização para a União alterar e instituir normas de caráter geral, tal autorização não exclui os Estados e os Municípios de legislarem sobre tal matéria.

A Constituição Federal, além de instituir a República Federativa Brasileira, um Estado Democrático de Direito, estabeleceu, como valor supremo, o pluralismo, sendo esse um modelo de participação ativa do cidadão no processo decisório de políticas públicas.

Ao pensar o conceito de um Estado democrático, é importante lembrar que toda a máquina pública é sustentada e mantida em atividade com dinheiro vindo dos impostos dos contribuintes. Sendo assim, os bens estatais são, literalmente, de propriedade da população e, como tal, as pessoas têm o direito de saber o que é feito com o dinheiro de suas contribuições.

Esse é o principal objetivo da transparência na administração pública: Dar a qualquer cidadão o direito e a possibilidade de ter clareza de como o dinheiro pago nos impostos é utilizado, baseando-se no princípio da transparência, que impõe o amplo acesso do cidadão aos negócios públicos.

Portanto do plano formal e material o presente projeto tem sua Constitucionalidade auferida, isto porque, o Supremo Tribunal Federal – STF, senão vejamos:

A Constituição Federal de 1988 consagrou expressamente o princípio da publicidade como um dos vetores imprescindíveis à Administração Pública, conferindo-lhe absoluta prioridade na gestão administrativa e garantindo pleno acesso às informações a toda a Sociedade. À consagração constitucional de publicidade e transparência corresponde a obrigatoriedade do Estado em fornecer as informações solicitadas, sob pena de responsabilização política, civil e criminal, salvo nas hipóteses constitucionais de sigilo. O art. 6º-B da Lei 13.979/2020, incluído pelo art. 1º da Medida Provisória 928/2020, não estabelece situações excepcionais e concretas impeditivas de acesso à informação, pelo contrário, transforma a regra constitucional de publicidade e transparência em exceção, invertendo a finalidade da proteção constitucional ao livre acesso de informações a toda Sociedade. [ADI 6.347 MC REF, ADI 6.351 MC REF e ADI 6.353 MC REF, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 16-6-2020, P, DJE de 14-8-2020.]

A ideia de democracia fundamenta, politicamente, esse princípio, dando ao cidadão a possibilidade de identificar quem é, como, e de que forma atua o governante. Essa visibilidade dos governantes permite que suas ações sejam fiscalizadas e controladas. E não há possibilidade lógica de tal fiscalização sem que a Administração Pública se deixe ver, no sentido mais amplo do termo.

O acompanhamento dos recursos financeiros da gestão pública permite à sociedade civil exercer um papel fundamental na identificação de fraudes; suas ocorrências impedem o crescimento do país, fato que ocasiona uma redução do bem-estar coletivo, em prol de interesses individuais.

Administrações públicas que agem de forma pouco transparentes estão sujeitas às penas da Lei. A Lei da Transparência Pública (Lei complementar 131 de 27 de maio de 2009) rege sobre a necessidade de entidades estatais publicarem suas contas e outras informações em um prazo de 24h a partir da emissão em algum portal online.

Além da Lei de Transparência, os entes públicos também precisam atender à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527 de 2011), em que as repartições precisam cumprir toda solicitação de informações feitas por qualquer cidadão

Dessa forma, o acesso da sociedade a informações referentes à administração das receitas públicas permite que se verifique se os gastos estão sendo utilizados adequadamente, atendendo aos interesses coletivos.

Para além disso, a transparência estimula a participação social, a informação divulgada aproxima sociedade da gestão exercida por seus representantes. As entidades públicas têm o dever de promover a transparência de sua administração e a sociedade tem o direito ao acesso e o acompanhamento da administração pública, como forma de consolidação da cidadania.

Assim, comprava-se que não basta a Administração Pública dizer-se ser pautada, por princípios como legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência, sem que haja possibilidade de comprovação, por parte da população, dos mesmos em situações concretas, como as obras públicas realizadas. Comprovando-se a necessidade da transparência.

Dessa forma, se faz imperiosa a aprovação deste projeto de lei para que possa produzir os seus efeitos de forma imediata, trazendo para o Parlamento Estadual e para a Sociedade Pernambucana toda a transparência possível.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Romero Sales Filho
Deputado

Às 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000282/2023

Estabelece medidas de proteção ao direito dos estudantes pernambucanos ao aprendizado da

língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica garantido aos estudantes pernambucanos o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino estabelecidas com base nas orientações nacionais de Educação, pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp) e da gramática elaborada nos termos da reforma ortográfica ratificada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Art. 2º O disposto no artigo anterior aplica-se a toda Educação Básica em Pernambuco, nos termos da Lei Federal n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996, bem como a todas as instituições técnicas e científicas de nível superior e às bancas examinadoras de seleções e concursos públicos para ingresso nos quadros da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Pernambuco.

Art. 3º Fica expressamente proibida a denominada "linguagem neutra" na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei entende-se por "linguagem neutra", toda e qualquer forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões linguísticos, sejam escritos ou falados com a intenção de anular as diferenças de pronomes de tratamento masculinos e femininos baseando-se em infinitas possibilidades de gêneros não existentes, mesmo que venha a receber outra denominação por quem a aplica.

Art. 4º A violação do direito do estudante estabelecido no Art. 1º desta Lei acarretará sanções às instituições de ensino privadas e aos profissionais da educação que concorrerem em ministrar conteúdos adversos aos estudantes, prejudicando direta ou indiretamente seu aprendizado da norma culta da Língua Portuguesa.

§ 1º As instituições de ensino privadas e bancas examinadoras de concursos públicos são responsáveis pela aplicação do conteúdo adequado por seus profissionais e, no caso de violação do disposto nesta Lei, será aplicada uma multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil) reais por aluno, cujo valor será revertido diretamente para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e deverá ser aplicado em programas de fomento, valorização e aprendizado da Língua Portuguesa Culta.

§ 2º O descumprimento do disposto nesta Lei por parte de servidor público civil da área da educação implica a responsabilização nos termos da Lei n° 6.123, de 20 de julho de 1968.

Art. 5° As Secretarias responsáveis pelo ensino básico e superior do Estado de Pernambuco, deverão empreender todos os meios necessários para a valorização da Língua Portuguesa Culta em suas políticas educacionais, fomentando iniciativas de defesa dos estudantes nos casos da aplicação de qualquer conteúdo destoante das normas e orientações legais de ensino.

Art. 6° Poderá o Poder Executivo, caso entenda oportuno, firmar convênio com instituições públicas e privadas voltadas à valorização da língua portuguesa.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A partir do descobrimento do Brasil por Portugal, com as grandes navegações a partir do século XV d.C., o nosso país adotou a língua portuguesa, derivada do latim vulgar, provindo do Império Romano, como língua oficial da nação brasileira. A língua portuguesa é patrimônio nacional, que tem servido como instrumento de expressão da nação brasileira desde a sua fundação e como tal deve ser preservada.

Olavo Bilac, jornalista, contista, cronista, poeta brasileiro e membro fundador da Academia Brasileira de Letras, dava tamanha importância à língua nacional que chegou a afirmar que ela consistia na própria nação brasileira, observe: *"A instrução primária é a cellula-mater da organização social. Só por meio da sua difusão é que poderemos evitar a morte da nossa nacionalidade; porque só a instrução primária pode conservar e expandir no país o uso da língua que os nossos avós nos legaram, – e o que constitui a nacionalidade é propriamente a língua nacional. A pátria não é a raça, não é o meio, não é o conjunto dos aparelhos econômicos e políticos: é o idioma criado ou herdado pelo povo. Um povo só começa a perder a sua independência, a sua dignidade, a sua existência autônoma, quando começa a perder o amor do idioma natal." (Informação retirada de: Instrução e patrioOsmo" In: Conferências literárias. 2ª ed. São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1930, p. 301).*

A Constituição da República de 1988, dispõe no seu artigo 13, que "a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil", por sua vez, o artigo 210, § 2º, dispõe que "o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa", não deixando qualquer dúvida de que a língua portuguesa é o idioma oficial que deve ser adotado para o todo o ensino no território nacional. Por sua vez, no artigo 205, da Carta Magna, está claramente disposto que "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", ou seja, como dever do Estado, da família e com a colaboração da sociedade, qualquer medida que se pretenda adotar em termos de ensino, deve ser submetida a amplo debate social, e com a aprovação de legislação para que valha em toda nação, como é natural num país democrático.

Isto significa que é absolutamente autoritário e antidemocrático que movimentos, tais como os que propagam o chamado "dialeto" ou "linguagem não-binária ou neutra", que hodiernamente toma de assalto as escolas, pretendam modificar a língua oficial impondo diretamente nas salas de aula, o ensino de uma linguagem que substitua a gramática e a língua oficial, sem um amplo debate social, político, filosófico e jurídico e sem aprovação maciça da população pernambucana.

O filósofo brasileiro Mário Ferreira dos Santos, teve ocasião de salientar: *"Uma das mais tristes características de nossa época, e que já se vem processando há três séculos, e cada vez com mais acentuada insistência, é o esvaziamento das palavras dos seus verdadeiros conteúdos etimológicos e intencionais, para, desse modo, ser possível mais eficientemente perturbar as consciências humanas e fazer com que a confusão, no campo das ideias, avassale todos os setores, a fim de favorecer ideias que servem a interesses inconfessáveis. […] A invasão da gíria, as divergências ideológicas, tão próprias do período histórico que vivemos, favorece essa distorção crescente do sentido dos termos, que muitas vezes alcançam acepções totalmente opostas às primitivas, como se verificou, também, na decadência romana e no baixo latim, com grave prejuízo para o patrimônio cultural da humanidade. Onde não há termos com acepções unívocas, mas equívocas, não pode haver ciência segura, saber sólido, conhecimento e comunicação entre as mentes, mas, sim, divórcio de ideias, falsas contraposições, polêmicas apenas de palavras, em suma, confusão e recuo de um grau de superioridade intelectual para os estágios inferiores e bárbaros, como se verifica hoje entre nós, apesar do imenso progresso técnico adquirido."* (Informação retirada de: Santos, Mário Ferreira dos. Invasão verOcal dos bárbaros. São Paulo: É Realizações, 2012. p.127).

Em O Orgulho do Fracasso, artigo de Olavo de Carvalho publicado no jornal O Globo, no ano de 2003, o autor expressa o seguinte: *"Língua, religião e alta cultura são os únicos componentes de uma nação que podem sobreviver quando ela chega ao término da sua duração histórica. São os valores universais, que, por servirem a toda a humanidade e não somente ao povo em que se originaram, justificam que ele seja lembrado e admirado por outros povos. A economia e as instituições são apenas o suporte, local e temporário, de que a nação se utiliza para seguir vivendo enquanto gera os símbolos nos quais sua imagem permanecerá quando ela própria já não existir."* Informação retirada de: https://olavodecarvalho.org/o-orgulho-do-fracasso. Acesso em: 08/12/2020).

Assim, entende-se que o que está em curso no nosso Estado, no Brasil, e consequentemente no Ocidente é uma tentativa de destruir não só o veículo pelo qual expressamos e transmitirmos valores universais, mas principalmente a tentativa de reescrever a história para as gerações vindouras, de modo que não sejam capazes de se conectar aos elementos civilizacionais, reerguendo-os dos escombros.

A manobra orwelliana de destruir o arcabouço civilizacional é inteiramente rebatida também pelo parecer técnico abaixo disposto, tecido pela professora de português CÍNTIA CHAGAS, o que motivou a apresentação do presente Projeto de Lei para que tenha alcance estadual. Projetos similares estão tramitando em Casas Legislativas em outros estados e também nacionalmente, na Câmara dos Deputados. Eis o parecer:

> *"Este projeto tem a finalidade principal de zelar pelo direito, assegurado aos estudantes brasileiros, a uma educação de qualidade, conforme consta no texto da Constituição Federal, inserido em todo ordenamento jurídico pátrio, no artigo 205. Além dele, ampara-nos também o artigo 13 da nossa Carta Magna, segundo o qual 'A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil'".* (Formada em Letras pela UFMG, Cíntia Chagas é professora de português com maior visibilidade midiática do país, Instagrammer (possui mais de 220.000 seguidores e selo de verificação), palestrante e escritora. Correspondente da Jovem Pan há mais de 4 anos, colunista do jornal Estado de Minas e do Jornal da Altetosa, já foi capa do G1, destaque no Jornal da Globo, tema no Jornal Nacional e no SPTV. Participou de diversos programas de TV, como o programa The noite e o Programa da Eliana. A professora também saiu em vários jornais e revistas, como O Globo, IstoÉ Gente e Veja. Escritora, possui dois best-sellers pela editora Harper Collins.)

Ocorre que, recentemente, temos visto, nas redes sociais, um movimento em prol da "linguagem neutra" ou "linguagem não binária", em que se pede a troca das terminações, nas palavras, -a e -o por -e, -@ ou -x. Segundo os defensores desse dialeto, tratar-se-ia de uma maneira de diminuir o preconceito contra aqueles que não se identificam com o gênero masculino, tampouco com o feminino, os chamados não binários. Então, palavras como menina e menino dariam lugar a menine, menin@ ou meninx; todos daria lugar a todes, tod@ ou todx, por exemplo. Esse movimento tem tomado tamanha proporção que alcançou, em novembro do ano passado (2020), uma escola do Rio de Janeiro, cuja circular de comunicação aos pais saiu nos mais diversos jornais brasileiros.

Nesse documento, os responsáveis pelo Colégio Franco-Brasileiro afirmaram: "(...) tornamos público o nosso suporte institucional à adoção de estratégias gramaticais de neutralização de gênero em nossos espaços formais e informais de aprendizagem". Entretanto, esse tipo de medida, além de inconstitucional, não possui absolutamente nenhum embasamento científico. Vejamos, pois, o que o linguista Joaquim Mattoso Câmara Júnior, um dos mais renomados estudiosos do nosso idioma, cujas pesquisas em linguagem vêm sendo desenvolvidas desde 1940, diz sobre o assunto. Em seu artigo "Considerações sobre o gênero em português", um dos principais trabalhos produzidos no Brasil sobre o tema, Mattoso Câmara explica que o gênero feminino é, em português, uma particularização do masculino. Essa particularização é feita pela terminação "a", que é diferente da terminação neutra "o", não havendo, então, nenhuma causa relacionada a um suposto machismo, mas às características morfológicas da língua portuguesa.

Outra informação relevante e incontestável de que a "linguagem neutra" não possui ancoragem linguística vem do fato de o masculino, na língua portuguesa, já ser neutro, valendo para pessoas do gênero masculino, do gênero feminino e para os indivíduos que não se identificam com nenhum dos gêneros. Isso se dá pelo seguinte fato: no latim, havia três gêneros, o masculino (terminado em -o), o feminino (terminado em -a) e o neutro (terminado em -u). Na passagem do latim para o português, devido à semelhança da terminação masculina com a terminação neutra, adotou-se o masculino para designar o próprio masculino e também o neutro. É por isso que, em exemplo dado pelo renomado pesquisador e professor da Unicamp, Sírio Possenti, "dizemos que o circo tem dez leões, mesmo que tenha cinco leões e cinco leoas, mas não dizemos, no mesmo caso, que tem dez leoas. Também é por isso que se pode dizer que todos nascem iguais em direitos, o que inclui as mulheres, mas não se incluiriam os homens se a forma fosse 'todas nascem iguais em direitos".

Além disso, mesmo que nenhum desses argumentos existissem, a "linguagem neutra", por si só, não faz sentido, uma vez que gênero gramatical não se relaciona com o sexo do ser humano. A palavra dentista, por exemplo, termina em -a e não faz distinção de gênero, uma vez que pode haver o dentista e a dentista. Logo, percebe-se a total falta de conhecimento linguístico dos apoiadores dessa causa, que resvala na bizarrice.

Portanto, fica claro que não há outras motivações a não ser as ideológicas para suscitar a defesa desse dialeto, cujo uso apenas prejudica e exclui os demais cidadãos. Os surdos, por exemplo, teriam dificuldade de fazer a leitura labial se o interlocutor fizesse uso da "linguagem neutra"; os cegos teriam mais dificuldade ainda de adaptação, uma vez que os softwares de leitura não fazem a tradução não binária; por fim, seria imposto aos disléxicos, que representam sete por cento das crianças em fase escolar, maior dificuldade ainda de leitura. Fora a maioria esmagadora da população, que não entende por que razão a língua portuguesa deveria ser modificada em prol de uma minoria não binária.

Terminamos com os dizeres da L'Académie Française, órgão semelhante à nossa Academia Brasileira de Letras, o qual se posicionou sobre o movimento da linguagem neutra na língua francesa: "Frente a essa aberração 'inclusiva', a língua francesa está agora em perigo mortal, pelo qual nossa nação é responsável agora para as gerações futuras". Perigo linguístico mortal: é exatamente isso que representa o pseudoinclusivo dialeto não binário."

Deste modo, não podemos permitir que a língua portuguesa, que serviu até o presente momento como meio de expressão em nosso Estado, Terra de tantos gênios literários, que serviu para nomes de vulto da literatura, música, poesia, oratória, política e filosofia brasileiras, seja destruída por movimentos ou modismos que ameaçam ruir todo o nosso patrimônio histórico e cultural.

Pelos motivos expostos, é de urgente importância que os Nobres Pares apoiem a tramitação e a aprovação da presente propositura, que visa defender a Língua Portuguesa.

Sala das Reuniões, em 08 de Fevereiro de 2023.

Romero Sales Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000283/2023

Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de assegurar atendimento prioritário em lotéricas, instituições financeiras, educacionais e de assistência social, unidades de saúde e demais estabelecimentos comerciais e de serviços.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O inciso XIV do art. 3º da Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....
.....

XIV - atendimento prioritário em lotéricas, instituições financeiras, educacionais e de assistência social, unidades de saúde e demais estabelecimentos comerciais e de serviços; (NR)
..... "

Art. 2º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A medida ora proposta tem por finalidade ampliar o rol de estabelecimentos aos quais fica assegurado, no âmbito do Estado de Pernambuco, atendimento prioritário às pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

A atual redação do inciso XIV do art. 3º da Lei Estadual nº 15.487/2015 já estabelece, como direito da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, o atendimento prioritário em lotéricas, instituições financeiras, unidades de saúde e demais estabelecimentos comerciais e de serviços.

No entanto, verifica-se que as instituições educacionais e de assistência social não constam expressamente no referido rol de estabelecimentos.

Dessa forma, ainda que por meio de uma aplicação sistemática do ordenamento jurídico, possamos concluir que o atendimento prioritário aplica-se às instituições educacionais e de assistência social, reputa-se adequada a inclusão explícita de tais setores, tendo em vista a sua importância para a atenção integral à pessoa com TEA, dissipando-se qualquer dúvida quanto à sua aplicabilidade aos referidos locais.

Quanto à constitucionalidade formal orgânica, encontra-se inserta na competência administrativa comum (art. 23, II, CF/88) e legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal (art. 24, XII e XIV, CF/88), *in verbis* :

> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
>
> II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
>
> Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
>
> XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

A presente proposição vem se somar ao conjunto de dispositivos estaduais que tem por objetivo tutelar os direitos das pessoas com TEA, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Diante do exposto, requer-se o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares da Assembleia Legislativa.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000284/2023

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolidas Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de Projeto de Lei autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual da Cachaça.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, passa a vigorar acrescida do art. 52-A, com a seguinte redação:

"Art. 52-A. Dia 6 de março: Dia Estadual da Cachaça. (AC)

Parágrafo único. No dia referido no *caput* serão realizados eventos, palestras, fóruns de debates, campanhas e cartilhas com o objetivo de destacar a importância histórica, econômica, cultural e social da cachaça para o Estado de Pernambuco." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A proposta legislativa ora apresentada tem por finalidade promover o resgate da importância histórica e cultural da cachaça para o Estado de Pernambuco.

A bebida, produzida a partir da destilação do caldo de cana fermentado, surgiu no Brasil colônia, mais precisamente nos Engenhos de Cana-de-Açúcar, força motriz da economia colonial.

Nesse contexto, ganha destaque a então Capitania de Pernambuco. Segundo o Instituto Brasileira da Cachaça, uma das versões aponta que a origem da aguardente de cana ocorreu justamente em terras pernambucanas, mais precisamente nas benfeitorias de Itamaraca´, Igarassu e Santa Cruz, entre os anos de 1516 e 1526.

A cachaça inicialmente era utilizada como bebida para os escravos. Pouco tempo depois, foi utilizada como moeda de troca na África. Estima-se que 25% (vinte e cinco) por cento dos escravos comercializados e trazidos ao Brasil tenham sido trocados por cachaça.

Tão logo, a bebida também passou a ser consumida também junto aos senhores de engenho, e até importada pela Europa.

O consumo do destilado crescia tanto que a Coroa Portuguesa, em 1649, temendo concorrência aos vinhos e demais bebidas de teor alcóolico produzidos no velho continente, chegou a proibir o consumo da cachaça, sob a alegação de que a bebida ocasionava "tumultos" e "arruaças".

A proibição foi em vão. O consumo da cachaça não parou de crescer ao longo dos séculos, sendo utilizada como um forte objeto de identificação nacional do sentimento de "brasilidade", ao longo da história e dos movimentos libertários.

Em Pernambuco não foi diferente. A bebida chegou a ser produzida no Quilombo dos Palmares, entre os atuais territórios de Pernambuco e Alagoas, onde fazia parte de rituais e danças.

A bebida também esteve presente no evento que marca a nossa Data Magna: a Revolução Pernambucana de 1817.

Segundo relatos históricos, por iniciativa do padre João Ribeiro Pessoa, um dos líderes do movimento, houve a substituição, nas missas católicas realizadas durante a vigência do então Governo Provisório Revolucionário, do vinho – produto ligado à metrópole portuguesa – pela cachaça – produto produzido localmente.

Portanto, dada sua íntima relação com o Estado de Pernambuco, do ponto de vista histórico, econômico, cultural ou social, revela-se medida da mais elevada justiça a inclusão, no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, do Dia Estadual da Cachaça, a ser celebrado, anualmente, no dia 6 de março.

Trata-se de um reconhecimento histórico que enaltece a importância desta iguaria para a identidade do povo pernambucano.

Diante da relevância da presente proposição, requer-se a colaboração dos membros desta nobre Casa para aprovação da presente proposição legislativa.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000285/2023

Garante, no âmbito do Estado de Pernambuco, aos filhos e/ou menores sob a guarda de professores ou funcionários de escolas da rede pública estadual, a prioridade de matrícula na unidade de ensino onde esteja lotado seu responsável legal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º No âmbito do Estado de Pernambuco, fica assegurado, aos filhos e/ou menores sob a guarda de professores ou funcionários de escolas da rede pública estadual, o direito de prioridade de matrícula na unidade de ensino onde esteja lotado o seu responsável legal.

§ 1º A garantia de que trata o caput deste artigo será exercida após o preenchimento de vagas por alunos das comunidades geograficamente localizadas no entorno da unidade de ensino.

§ 2º A prioridade de que dispõe o caput deste artigo fica condicionada à oferta dos níveis escolares adequados aos educandos e ao quantitativo de vagas ofertadas por turno.

§ 3º Ficam excepcionadas da obrigatoriedade as unidades de ensino que realizem processo seletivo específico de ingresso.

Art. 2º O aluno, no ato da matrícula, deve apresentar documento oficial que comprove o vínculo de parentesco ou a guarda exercida por servidor da escola.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei busca garantir a prioridade de matrícula para os filhos e/ou menores sob a guarda de servidores das escolas públicas estaduais na mesma unidade de ensino em que esteja lotado o seu responsável legal.

O objetivo da proposição é facilitar a ida dos alunos à escola, em especial para os mais novos, garantindo uma melhor frequência escolar, haja vista que farão o deslocamento junto com o seu responsável legal.

Do ponto de vista constitucional, a proposição não apresenta qualquer óbice, tendo em vista se tratar de medida relativa à educação e ensino, assunto de competência concorrente dos estados membros, nos termos do art. 24, IX, da Constituição Federal. Ademais, sob o viés material, coaduna-se com o disposto no art. 205 da Carta Magna: " A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho ".

Além disso, não existem óbices para a deflagração do processo legislativo pela via parlamentar, pois a matéria não se enquadra nas hipóteses de iniciativa do Governador do Estado (art. 19, § 1º, da Constituição Estadual c/c entendimento do STF proferido no RE nº 573.040/SP).

Diante o exposto, solicito aos nobres pares a aprovação deste projeto de lei

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000286/2023

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Xaxado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

"Art. 195-F. Dia 7 de julho: Dia Estadual do Xaxado. (AC)

§ 1º O dia que trata o caput tem por finalidade reconhecer o Xaxado como manifestação cultural e a sua influência na cultura brasileira, sobretudo do povo sertanejo. (AC)

§ 2º Para comemorar o dia estadual previsto no caput, o Governo do Estado poderá organizar eventos especiais envolvendo os diversos segmentos sociais, órgãos governamentais e entidades de fomento a cultura popular." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O Xaxado é uma dança de guerra e entretenimento criada pelos cangaceiros de Lampião no início dos anos vinte do século passado, em Vila Bela, atual Serra Talhada, sertão de Pernambuco. Ainda na época do Cangaço tornou-se popular em todos os bandos de cangaceiros espalhados pelos sertões nordestinos. Era uma dança exclusivamente masculina, até porque naquela época ainda não havia mulheres no Cangaço. Faziam da arma a dama. Dançava-se em fila indiana, o da frente, sempre o chefe do grupo, puxava os versos cantados e o restante do bando respondia em coro, com letras de insulto aos inimigos, lamentando mortes de companheiros ou enaltecendo suas aventuras e façanhas.

Serra Talhada ganha notoriedade no Brasil como a Capital do Xaxado, por ser a cidade que nasceu Lampião e, sobretudo, por investir nas atividades culturais e na memória histórica, não para fazer apologia ao banditismo, mas, sobretudo, para mostrar a influência que o cangaço e o xaxado têm na identidade cultural do homem sertanejo.

Serra Talhada tem seu slogan oficial Capital do Xaxado e realiza, anualmente, eventos voltados para o tema:

a) Encontro Nordestino de Xaxado;

b) O Massacre de Angico - A Morte de Lampião;

c) Mantém vários grupos de Xaxado com jovens e crianças dos bairros e escolas e nos programas sociais.

Podemos ainda destacar os equipamentos culturais e turísticos, como o Museu do Cangaço (maior do gênero do Brasil), a Serra Grande (onde aconteceu o maior combate da história do Cangaço) e o Sítio Passagem das Pedras (onde nasceu Lampião).

Não custar rememorar que este Parlamento conferiu a cidade de Serra Talhada como a Capital do Xaxado e da História do Cangaço e a Dança do Xaxado Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco, conforme as Leis nº 14.381/2011 e 13.776/2009, respectivamente.

O Xaxado, a dança de guerra dos cangaceiros de Lampião, tem influência no cinema e na música, na poesia e na gastronomia, na dramaturgia e literatura, melhor dizendo, em todas as linguagens artísticas. Por meio dos diferentes produtos culturais é que as pessoas lembram a identidade e riqueza de sua cultura.

Proposta de data para o Dia Estadual do Xaxado: 7 de julho, data de nascimento de Lampião.

Conforme certidão de nascimento, Lampião nasceu no dia 7 de julho de 1897, em Vila Bela, atual Serra Talhada. O livro de registro está no Cartório de Tauapiranga (São João do Barro Vermelho), distrito de Serra Talhada.

Diante de todo o exposto, considerando a importância do projeto ora proposto, conto com o apoio e voto favorável dos nobres pares para a aprovação deste.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Luciano Duque
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000287/2023

Dispõe sobre o Protocolo de Segurança para prevenção e identificação da prática de atos que atentem contra a liberdade sexual da mulher em locais de lazer e outros estabelecimentos destinados ao entretenimento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Esta Lei estabelece protocolo de segurança com o objetivo de prevenir, coibir e identificar a prática de atos que atentem contra a liberdade sexual da mulher em locais de lazer e outros estabelecimentos públicos ou privados destinados ao entretenimento, vedados pelo Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940, pela Lei Federal n° 12.015, de 7 de agosto de 2009, pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e pela Convenção de Belém do Pará.

Art. 2º Para efeitos dessa Lei, considera-se local de lazer e outros estabelecimentos destinados ao entretenimento:

I – bares;

II – boates, clubes noturnos;

III – casas de eventos e espetáculos;

IV – restaurantes;

V – hotéis;

VI – outros espaços destinados, ainda que provisória e temporariamente, para a realização de eventos de lazer e entretenimento, como shows, festivais ou outros eventos assimilados;

Parágrafo único. Outros estabelecimentos poderão aderir ao protocolo de segurança de que trata esta Lei, mediante adoção voluntária dos procedimentos previstos nos arts. 4º, 5º e 6º.

Art. 3º O Protocolo de Segurança de que trata esta Lei observará as seguintes diretrizes:

I – colaboração entre estabelecimento de lazer e o poder público para o atendimento prioritário e imediato à vítima;

II – acesso, pela vítima, a informações quanto aos seus direitos;

III – respeito à dignidade e à privacidade;

IV – apoio técnico do poder público para capacitação e treinamento;

V – defesa dos direitos da mulher consumidora.

Art. 4º O protocolo de segurança será adotado pelo estabelecimento sempre que identificados indícios de prática de conduta que possa caracterizar violência ou risco de violência sexual contra a mulher.

Art. 5º O protocolo de segurança contemplará as seguintes providências:

I – o estabelecimento disporá de pessoa responsável por receber a vítima de violência ou risco de violência sexual, identificada no interior do estabelecimento, e por dispensar-lhe atenção prioritária e imediata;

II – o responsável indicado pelo estabelecimento prestar as informações corretas à vítima sobre seus direitos, bem como as orientações sobre os passos a serem adotados para a adequada apuração dos fatos e responsabilização do agressor;

III – quando solicitado, o estabelecimento prestará apoio para o deslocamento da vítima até a Delegacia de Polícia, unidade de saúde, residência ou outro local indicado pelas autoridades competentes ou pela vítima para a garantia da sua segurança;

IV – o estabelecimento armazenará por, no mínimo, 90 (noventa) dias as gravações geradas por sistema próprio de câmeras de segurança instaladas em suas dependências, disponibilizando-as às autoridades policiais quando solicitadas no prazo;

V – o responsável e os demais funcionários envolvidos na execução do protocolo de segurança atuarão de modo a reduzir o clima de tensão no local do fato e a evitar a reprodução de outras violências contra a mulher, definidas no § 1° da Lei Federal n° 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Art. 6º Os estabelecimentos de que trata o *caput* do art. 2º deverão:

I – promover, anualmente, a capacitação e treinamento de todos os seus funcionários para que estejam habilitados a reconhecer e a atuar na prevenção do assédio sexual e da cultura do estupro praticados contra a mulher, respeitadas as competências das autoridades competentes;

II - afixar cartaz, em local de fácil visualização e com caracteres facilmente legíveis a todos, contendo a identificação do funcionário responsável pelo atendimento à mulher que se sinta em situação de risco no interior do estabelecimento.

Parágrafo único. Cartilhas com explicações das fases do protocolo devem ser disponibilizadas pelo Estado e estarem disponíveis aos funcionários do estabelecimento para consulta.

Art. 7º O descumprimento das disposições previstas nos arts. 5º e 6º desta Lei sujeitará o estabelecimento às sanções previstas no art. 56 da Lei Federal n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, aplicáveis na forma de seus arts. 57 a 60.

Art. 8° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

De acordo com o rank do Mapa da Violência, de 2012[1], o Brasil ocupa o 7º lugar no rank de assassinatos de mulheres no mundo. Os índices demonstram que o combate a violência de gênero é uma preocupação global, e nesse recorte estamos em um contexto ainda mais preocupante. Em 2021, o país registrou um estupro a cada 10 minutos e um qualificado o assassinato de mulheres por razões da condição de sexo feminino.

A pesquisa Bares Sem Assédio, produzida pela marca Johnny Walker em parceria com o Studio Ideias, com mais de 2 mil brasileiras, revelou que dois terços das mulheres maiores de 18 anos já sofreu alguma forma de assédio em restaurantes, bares e casas noturnas[2]. O estudo também revela que 53% das entrevistadas já deixaram de frequentar estes estabelecimentos por medo de ofensivas machistas e 41% só se sentem plenamente confortáveis nesses ambientes na presença de um grupo de amigos.

Assim, fica claro que **bares, restaurantes, boates, clubes noturnos e casas de espetáculos devem proporcionar toda a** segurança necessária para resguardar a integridade física e psíquica das mulheres que trabalham ou frequentam tais locais. Uma vez identificada a possibilidade de eventual violência dentro do estabelecimento, os funcionários deverão estar preparados para atuar de modo a prevenir ou combater a conduta violadora.

Este Projeto de Lei trata de mais um passo no processo de incorporação de todas as leis de direitos das mulheres ao consciente coletivo. Faz parte do longo caminho de transformação social já percorrido e da constante busca pela superação dessa desigualdade de gênero que constantemente submete as mulheres aos diversos mecanismos de dominação e abuso.

O objetivo de formular regras para a criação de um protocolo de segurança à mulher, permanece coexistindo com as demais de leis vigentes, uma vez que agrega como ferramenta normativa de conscientização dos indivíduos nos espaços de lazer e sociabilidade. Busca legitimamente implementar nas relações institucionais a cultura de proteção a mulher, visto o histórico de violência e desigualdade que se perpetua até hoje.

É sistematizando atos de conduta e instruindo os homens no meio familiar e educacional, nos espaços de poder, como mercado de trabalho e política, nos espaços de sociabilidade, sejam bares, restaurantes e congêneres que esta legislação vigorará para garantir o acolhimento e proteção da mulher.

[1] Mapa da Violência 2012 Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil; Waiselfisz , Julio Jacobo <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mapa-da-violencia-2012-atualizacao>
[2] "66% das mulheres já foram assediadas em bares ou restaurantes, diz pesquisa"; Nossa UOL, 07/03/2022; <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2022/03/07/johnnie-walker-vai-custear-40-bares-sem-assedio-para-mulheres-pelo-brasil.htm>

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Débora Almeida
Deputada

Às 1ª, 3ª, 6ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000288/2023

Dispõe sobre mecanismos e instrumentos para detecção e combate a violência doméstica contra crianças e adolescentes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Combate à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes.

Art. 2º Configura violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente qualquer ação ou omissão que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicólogo ou dano patrimonial, nos termos da Lei Federal n° 14.344, de 24 de maio de 2022:

I - no âmbito do domicílio ou da residência da criança e do adolescente, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que compõem a família natural, ampliada ou substituta, por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação doméstica e familiar na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima, independentemente de coabitação.
Parágrafo único. Para a caracterização da violência prevista no *caput* deste artigo, deverão ser observadas as definições estabelecidas na Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo Estadual a elaboração políticas públicas destinadas à proteção de crianças e adolescentes, nos termos da Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho de 1990 com atenção especial ao seguinte:

I - formação continuada e a capacitação de professores, pedagogos, psicólogos, diretores de escolas e creches estaduais, agentes de saúde, agentes comunitários e conselheiros tutelares para o desenvolvimento das competências necessárias à identificação de evidências, prevenção, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente, nos termos da Lei Federal n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente);

II - a promoção e a realização de campanhas educativas direcionadas ao público escolar e à sociedade em geral e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, incluídos os canais de denúncia existentes.

III - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos e de outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais, com o objetivo de implementar programas de erradicação da violência, de tratamento cruel ou degradante.

IV - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas referidas no inciso I deste *caput* , para que identifiquem situações em que crianças e adolescentes vivenciam violência e agressões no âmbito familiar ou institucional;

Art. 4º Os professores, pedagogos, psicólogos, diretores de escolas e creches estaduais, agentes de saúde, agentes comunitários e conselheiros tutelares ficam obrigados a comunicar imediatamente a autoridade policial, no prazo de 24 horas, quando detectarem indícios ou confirmação de maus tratos e/ou violência contra crianças e adolescentes;

Art. 5º Nas situações de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, além da notificação prevista no art. 4º, também é obrigatório a comunicação ao Conselho Tutelar, nas hipóteses em que este não for o notificante, em observância a disposto no art. 70-B, da Lei Federal n° 8.069, de 13 de junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e ao art. 1º, § 2º, da Lei Federal n° 5.938 de 22 de agosto de 2022;

Art. 6º Constatada lesão física ou alteração no comportamento da criança ou adolescente, os pais ou responsáveis também devem ser comunicados;

Art. 7º Devem ser afixadas nos estabelecimentos de ensino e creches estaduais placas informativas quanto ao "Disque 100", canal oficial para denúncia de violência contra crianças e adolescentes.

Art. 8° Para aperfeiçoar os objetivos desta Lei, o Poder Executivo poderá providenciar meios de assistência e proteção, a serem disponibilizados às vítimas, nos termos dos arts. 98, II e 101, VII da Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a criação de um "Centro de Acolhimento" com instalações apropriadas destinadas ao abrigo de crianças e adolescentes submetidos a violência física e psicológica.

Art. 9° O Poder Executivo poderá firmar parcerias e termos de cooperação com o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Justiça estadual com objetivo de ser dada celeridade a investigação e punição dos denunciados através dos instrumentos previstos nesta Lei.

Art.10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposta tem como objetivo disponibilizar mecanismos/providências a serem adotados para proteção e preservação das vidas de crianças e adolescentes, eventualmente agredidos no interior de seus lares, para que olhos atentos em contato com os menor possam detectar qualquer modalidade de violência, seja ela física - agressão ou abuso sexual bem como psicológica, para que as medidas cabíveis sejam tomadas a tempo.

Os dispositivos desta lei tratam justamente de instrumentos para detecção, por profissionais de áreas específicas, após contato com os menores que estejam ou possam estar sendo submetidos a todas as modalidades de maus-tratos, desta forma, estes profissionais estarão aptos a reconhecerem esse cenário de contenda e violência, infelizmente, muitas vezes impregnada nos próprios lares.

Além disso, está prevista também a possibilidade de serem firmados convênios ou termos de cooperação pelos órgãos responsáveis para dar celeridade ao processo investigativo e punitivo dos denunciados por crimes contra esta parcela da sociedade

Proteger nossas crianças e adolescentes é um dever do estado,motivo pelo qual peço o apoio dos nobres pares para aprovar este importante projeto.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Álvaro Porto
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000289/2023

Assegura aos alunos, cujos pais ou responsáveis legais sejam pessoas com deficiência, a prioridade na matrícula em escola da rede estadual de ensino mais próxima de seu domicílio ou local de trabalho de seu responsável, e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica assegurada a prioridade de vaga para os alunos, cujos pais ou responsáveis legais sejam pessoas com deficiência, em unidade de rede pública estadual de educação mais próxima de seu domicílio ou local de trabalho de seu responsável.

Art. 2º Caso não existam vagas disponíveis na rede pública estadual de educação mais próxima, fica assegurada a matrícula como excedente.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei para garantir sua efetiva aplicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposta de lei visa assegurar aos alunos cujos pais ou responsáveis legais sejam pessoas com deficiência a prioridade de matrícula na escola da rede estadual de ensino mais próxima do domicílio ou local de trabalho de seu responsável.

O projeto aborda a situação das famílias nas quais os pais são pessoas com deficiência e, desse modo, possuem maior dificuldade para se deslocarem com os filhos no percurso de ida e volta ao estabelecimento escolar. Nesse sentido, o legislador propõe que a esses estudantes seja assegurada prioridade de matrícula nas escolas mais próximas.

Neste sentido, peço o apoio dos meus nobres pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Reuniões, em 26 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 9ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000290/2023

Cria o Conselho Escolar Antidrogas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Conselho Escolar Antidrogas em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio do Estado de Pernambuco.

§ 1º Cada estabelecimento de ensino deverá organizar o processo de formação e os planos de trabalho a serem desenvolvidos por seu Conselho Escolar Antidrogas, seguindo as diretrizes e metas traçadas pelo Conselho Nacional Antidrogas, pelo Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas ou conselhos municipais antidrogas.

§ 2º O Conselho de que trata esta lei será composto proporcionalmente por representantes do corpo docente, dos alunos e dos pais dos alunos de cada escola.

§ 3º A eleição dos membros que integrarão o conselho será realizada a cada dois anos, com candidatos maiores de quatorze anos, sendo definido o processo eleitoral pelas unidades escolares.

Art. 2º Caberá ao conselho executar atividades educativas de prevenção e combate ao consumo de entorpecentes, bebidas alcoólicas, tabaco, medicamentos e drogas ilícitas.

Parágrafo único. As atividades poderão contar com o apoio técnico de pessoas notadamente experientes no trabalho de erradicação às drogas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Apresentamos esta propositura que visa criar um mecanismo de interação entre pais, alunos e escola, para prevenção e combate ao uso de drogas lícitas e ilícitas que tem afligido nossa sociedade. O projeto encontra apoio em matéria de semelhante teor que tramita na Casa Legislativa de Minas Gerais.

Os Conselhos escolares antidrogas serão os instrumentos mais próximos da comunidade para a divulgação de campanhas contra o uso de entorpecentes, podendo auxiliar no levantamento de demandas para a prevenção e o combate a esse mal que assola nossa juventude, com um olhar específico para os alunos e a comunidade em que estão inseridos.

Há que se ressaltar a importância de promover debates nas escolas abordando não só as drogas ilícitas, mas também o uso indiscriminado de medicamentos e bebidas alcoólicas.

Os Conselhos atuarão ainda como ponte entre a comunidade escolar e a sociedade, com a abordagem de assuntos de interesse mútuo, contribuindo para o fortalecimento do ambiente escolar.

Diante do exposto, conto com o apoio e voto favorável dos nobres pares para aprovação deste projeto.

Sala das Reuniões, em 26 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

Às 1ª, 3ª, 5ª, 11ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000291/2023

Estabelece diretrizes para as ações do Estado voltadas para a prevenção e a detecção precoce do câncer de intestino.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida no Estado de Pernambuco as diretrizes norteadoras sobre a prevenção e detecção precoce do câncer de intestino, da forma como segue:

I – incentivo à realização do rastreamento do câncer de intestino nas populações pertencentes aos grupos com maiores chances de desenvolver a doença, de acordo com as recomendações dos órgãos públicos de saúde e da Organização Mundial de Saúde;

II – garantia do acesso aos exames necessários para a detecção precoce do câncer de intestino para as pessoas com sinais e sintomas sugestivos da doença, desde que com indicação médica, e para as pessoas cujos casos estejam incluídos em protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas estabelecidos pelos órgãos públicos de saúde;

III – veiculação, em caráter permanente, de informações sobre os fatores de risco que podem levar ao aparecimento da doença, suas formas de prevenção, os sintomas comuns causados pelo câncer de intestino, os exames disponíveis para a sua detecção e as vantagens de um tratamento iniciado precocemente;

IV – parcerias com entidades privadas para a realização do rastreamento e dos exames necessários para a detecção precoce do câncer de intestino.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei visa concientizar a população a respeito de tema que está gerando muita preocupação, pelas recentes notícias acerca dos diagnósticos divulgados: câncer de intestino.

A patologia trata-se de um tumor maligno que se desenvolve no intestino grosso, isto é, no cólon ou em sua porção final, o reto. O principal tipo de tumor colorretal é o adenocarcinoma. Em 90% dos casos, esse tumor se origina a partir de um pólipo adenomatoso que, ao longo dos anos, sofre alterações progressivas em suas células. Portanto, a principal forma de prevenção do câncer colorretal é o seu rastreamento por exames.

Segundo dados do Instituto Nacional de Câncer – Inca –, o câncer colorretal é o terceiro mais frequente entre os homens, logo após do câncer de próstata e de pulmão, e o segundo mais incidente nas mulheres, ficando atrás apenas para o câncer de mama.

Conclui-se, assim, que é de fundamental importância a divulgação da ocorrência de câncer de intestino para que a população reconheça sintomas e busque ajuda profissional. Esperamos contar com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação dessa proposta.

Sala das Reuniões, em 26 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões em tramitação em conjunto com o PLO 227/2023.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 000292/2023

Dispõe sobre a transparência, por meio da publicação da internet, do quantitativo dos pacientes que aguardam por consultas, exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde e de instituições prestadores de serviços públicos de saúde no âmbito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, fica responsável por divulgar através de publicação atualizada em sites oficiais, do quantitativo dos pacientes que aguardam por consultas discriminadas por especialidade, exames, intervenções cirúrgicas e quaisquer outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública e de instituições privadas prestadores de serviços de saúde.

Art. 2º A divulgação das informações de que trata esta Lei deve observar o direito à privacidade do paciente e demais ditames da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n° 13.709, de 14 de agosto de 2018).

Parágrafo único. O paciente deverá ser identificado mediante as iniciais do nome e número do Cartão Nacional de Saúde – CNS, acompanhados do código do nome do procedimento solicitado, conforme classificação da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde – Renases.

Art. 3º O quantitativo dos pacientes de que trata esta Lei deve ser disponibilizado e atualizado mensalmente pelo Estado de Pernambuco em seus respectivos sites oficiais, salvo nos procedimentos emergenciais, reconhecidos como tal.

Art. 4º O quantitativo deve conter:

I – a data de solicitação da consulta, discriminada por especialidade, do exame, da intervenção cirúrgica ou de outros procedimentos;

II – a posição momentânea que o paciente ocupa na lista, ressalvados os critérios de agudização dos casos;

III – as iniciais dos nomes e número do Cartão Nacional de Saúde – CNS – dos inscritos para a respectiva consulta, exame, intervenção cirúrgica ou outros procedimentos;

IV – a relação dos pacientes já atendidos, mediante iniciais dos nomes e número do Cartão Nacional de Saúde – CNS.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei em todos os aspectos necessários para sua efetiva aplicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Justificativa

É de conhecimento público e notório que um dos grandes problemas que a sociedade enfrenta é a situação dos serviços de saúde. Nesse sentido, acreditamos que instituir mecanismo de transparência à fila de espera do SUS em Pernambuco é uma forma de ampliar a garantia do direito de acesso à política pública por parte da população e de contribuir para o aumento do controle social nessa área, permitindo informar com agilidade a quantidade de vagas e o tempo de espera previsto para o atendimento na saúde pública do Estado. A medida visa, inclusive, diminuir mais um sofrimento entre os usuários que buscam a rede pública de saúde.

A disponibilização em site oficial das informações pertinentes à demanda por atendimentos de saúde irá fortalecer a conscientização sobre a responsabilização das autoridades sanitárias e dos critérios técnicos e profissionais adotados na definição das prioridades para a colocação em fila de espera.

Entendemos que é direito da população conhecer o quantitativo da lista de espera na rede pública de saúde, o tempo de espera previsto para atendimento e os critérios técnicos de alterações na fila, adotados – entre outros fatores – com base na avaliação de urgência e na gravidade dos casos.

A medida em tela confere mais transparência ao serviço público, sendo sinônimo de respeito e compromisso à saúde integral da população. Conto com apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto em tela.

Sala das Reuniões, em 26 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

Às 1ª, 3ª, 9ª, 10ª, 11ª comissões em tramitação em conjunto com o PLO 261/2023.

Indicações

Indicação Nº 000245/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco, Senhor Evandro Avelar, e ao Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco – DER/PE, Senhor Roberto Salomão, no sentido de providenciar instalação de Redutores de Velocidade na PE - 585, na comunidade Serra do Jardim, no município de Araripina, visando garantir segurança dos pedestres e motoristas que transitam na referida região.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. José Raimundo Pimentel do Espírito Santo, Prefeito do Município de Araripina; Exmo. Sr. Roseilton Emerson Oliveira do Amaral, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Araripina; Sr. Evandro José Moreira Avelar, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco; Sr. Edésio Marques de Medeiros, Secretário de Desenvolvimento Rural e Associativismo do Município de Araripina; Sr. Sebastião Elio Pereira, Liderança Comunitária; Sra. Lilia Damares Pereira, Liderança Comunitária; Sr. Erik Felipe Soares de Sousa, Liderança Comunitária; Sra. Maria dos Remédios Pereira, Liderança Comunitária; Sra. Marleide Pereira Soares, Liderança Comunitária; Sra. Francisca Jocelma de Sousa, Liderança Comunitária; Sra. Juscileide Pereira Soares, Liderança Comunitária; Sr. Jaires Bruna da Silva, Liderança Comunitária; Sra. Neusa Pereira Soares de Araújo, Liderança Comunitária; Sr. João Paulo Soares Pereira, Liderança Comunitária; Sr. Roberto Salomão, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco.

Justificativa

Sabemos da importância extrema dos redutores de velocidade no auxílio do trânsito e para a preservação das vidas, tanto dos motoristas como dos pedestres da região. E diante disso, viemos solicitar a instalação desse equipamento na comunidade Serra

do Jardim, tendo acesso à rodovia PE-585, no município de Araripina, no sertão do Araripe.
Sendo bem clara, a localidade para instalação do redutor é na altura do posto de gasolina da Serra do Jardim. Infelizmente vem acontecendo vários acidentes na região, o que tem causado preocupação dos moradores e autoridades locais.
Acreditamos que este equipamento de segurança será eficaz para a preservação de vidas e do patrimônio público, sendo assim, reduz o número de acidentes na localidade.
Vale destacar que na região existe em pleno funcionamento um Centro de Educação Infantil com educandos, educadores e todo o apoio que precisa, além de comércios e indústrias.
Diante do exposto, da enorme relevância temática e da importância para a região, economicamente, socialmente, e de convívio harmônico, solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente Indicação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

Socorro Pimentel
(REPUBLICADA)

Indicação Nº 000282/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco e ao Ilustríssimo Senhor Evandro Avelar, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, no sentido de solicitar manutenção asfáltica (“tapa buraco”) na PE-320, no trecho da interseção com a BR 232, nas imediações do Posto da Polícia Rodoviária Federal, localizada no município de Serra Talhada.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Evandro Avelar, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura.

Justificativa

Este pleito visa atender à recorrente reivindicação dos usuários da rodovia, em especial, dos condutores que se deslocam entre os municípios de Serra Talhada e os demais do Sertão do Pajeú, que, por meio dessa manutenção, evitar-se-ia acidentes, danos físicos e avariarias em veículos.
Trata-se de trecho esburacado onde já ocorreu vários acidentes, inclusive, recentemente um capotamento, prejudicando a vida e a integridade física e material dos que lá transitam.
Ante o exposto, solicito aos Nobres Pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Luciano Duque

Indicação Nº 000283/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco e ao Ilmo. Sr. Evandro Avelar, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, no sentido de solicitar manutenção asfáltica (“tapa buraco”) na PE-430, que liga o município de São José de Belmonte ao Ceará e na PE-361 que liga o município de São José de Belmonte a Paraíba.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Evandro Avelar, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura.

Justificativa

Este pleito visa atender à recorrente reivindicação dos usuários da rodovia, em especial, dos condutores que se deslocam entre os municípios de Pernambuco, Ceará e Paraíba, que, por meio dessa manutenção, evitar-se-ia acidentes, danos físicos e avariarias em veículos.
Ante o exposto, solicito aos Nobres Pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 10 de Fevereiro de 2023.

Luciano Duque

Indicação Nº 000284/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Governadora de Pernambuco, Exma. Sra. Raquel Texeira Lyra Lucena e ao Diretor Presidente Interino do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), Sr. Roberto Salomão, a fim de dar celeridade na execução da obra que visa restaurar o acesso a BR 101/PE no km 78,30 e de implantação do retorno na BR 101/PE no km 78,90.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Sra. Raquel Texeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Ev. Marineudo Barbosa Cardoso, Evangelista; Sr. Roberto Salomão, Diretor Presidente Interino do DER.

Justificativa

O pleito que encaminho ao Departamento de Estradas e Rodagens (DER) tem por objetivo solicitar celeridade na execução da obra que visa restaurar o acesso a BR 101/PE no km 78,30 e de implantação do retorno na BR 101/PE no km 78,90, trecho conhecido popularmente como “Retorno Posto Padre Cícero”.
Em abril de 2022, o retorno da BR-101 no trecho entre ETE Ibura/Jordão e UR-10 foi reativado. A partir dessa mudança, motoristas de toda região da Cohab/Ibura tiveram acesso à rodovia BR-101 Norte, sem passar pela UR-01 e Avenida Dois Rios e Rio Xingu.
No entanto, os motoristas que circulam pela região em questão afirmam que o trânsito ficou mais caótico, pois, o atual retorno está localizado na entrada da Muribeca, que os obriga a realizar um percurso bem mais logo.
Sendo assim, entendemos que a celeridade na execução da obra que visa restaurar e implantar novo retorno vai beneficiar os motoristas que trafegam diariamente pelo local, passageiros de ônibus, estudantes da ETE, comerciantes, caminhoneiros e também os moradores dos bairros do Ibura e Jordão.
No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 14 de Fevereiro de 2023.

Adalto Santos

Indicação Nº 000285/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo à Governadora do Estado de Pernambuco, Exmª. Sra. Raquel Lyra, ao Secretário de Turismo e Lazer do Estado de Pernambuco, Exmº. Sr. Daniel Coelho, no sentido de unirem esforços com o objetivo de implantar um equipamento turístico no Distrito de Jericó, no Município de Triunfo, neste Estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exmª. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Exmº. Sr. Daniel Coelho, Secretário de Turismo e Lazer do Estado de Pernambuco; Exmº Sr. Edvaldo de Oliveira Ferreira Filho, Vereador do Município de Triunfo-PE; Exmº Sr. José Leonardo de Souza, Vereador do Município de Triunfo-PE; Exmº Sr. Anselmo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Triunfo-PE.

Justificativa

O apelo que ora encaminho a esta Casa Legislativa tem por finalidade solicitar às autoridades supracitadas que unam esforços no sentido de instalar um equipamento turístico no Distrito de Jericó, no Município de Triunfo-PE, visto se tratar se um importante apelo das pessoas que ali residem.
A referida localidade fica a 36 quilômetros da sede do município e conta atualmente com cerca de 2800 habitantes. No local são realizados vários eventos que buscam promover a cultura popular sertaneja e a religiosidade local. Todos os anos, o local recebe milhares de pessoas vidas de outros estados e municípios na tradicional *Festa* de Senhora *Sant’Ana, considerada a padroeira da vila.*
De maneira que o Poder Público poderia realizar uma parceria com a Prefeitura Municipal para viabilizar esta relevante obra, com a instalação de praças, quiosques, mirante, entre outras intervenções. Com o atendimento ao presente apelo, as autoridades ora citadas certamente estarão contribuindo com desenvolvimento social e econômico daquele distrito, por meio da atração de mais turistas.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 13 de Fevereiro de 2023.

José Patriota

Indicação Nº 000286/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Diretor-Presidente em exercício do DER/PE (Departamento De Estradas De Rodagem do Estado de Pernambuco), Sr. Roberto Salomão e ao Sr. Evandro Avelar, Exmo. Sr. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco, no sentido de que seja providenciada a elevação da altura da “Ponte do Cumbi”, edificada sobre a barragem de Lagoa do Carro.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Roberto Salomão, Diretor-Presidente em exercício do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco (DER); Evandro Avelar, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco; Andre Ribeiro de Lemos, Presidente da Câmara de Vereadores de Lagoa do Carro; Judite Maria Botafogo Santana da Silva, Prefeita de Lagoa do Carro.

Justificativa

A rodovia PE-50 tem grande relevância para as cidades situadas nas proximidades de seu traçado, localizadas na Mata Norte pernambucana. Sua abrangência transpassa as regiões da Mata Sul e Norte, além do Agreste Setentrional.
Em seu entorno é estimada uma massa populacional de 187.000 (cento e oitenta e sete mil) habitantes.
No seu percurso é localizada a “Ponte do Cumbi”, fixada sobre o reservatório, popularmente conhecido como: “Barragem de Lagoa do Carro”.
Porém, tendo em vista a atual altura da referida ponte, é constatada com frequência a sua interferência na capacidade de acumulação de águas pluviais do reservatório.
E em períodos de muitas chuvas, é comum a interdição da passagem automotiva, uma vez que as águas da barragem transbordam e cobrem a sua extensão, provocando uma série de prejuízos e transtornos para a população que necessita transitar pela localidade.
Assim, visando proporcionar a população que transita pela “Ponte do Cumbi”, notadamente no período das chuvas, a garantia da trafegabilidade pelo local (e também uma melhora na capacidade de captação de águas pluviais, pelo reservatório), apelamos ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco e ao DER/PE (Departamento De Estradas De Rodagem) que seja providenciada a realização de obras visando a elevação da “Ponte do Cumbi”.
Por fim, esperamos o acolhimento da presente Indicação que em muito contribuirá para a melhor fruição da rodovia pelos milhares de pessoas que por lá trafegam diariamente e contribuirá para a ampliação do abastecimento de água nas cidades atendidas pela barragem de Lagoa do Carro.

Sala das Reuniões, em 14 de Fevereiro de 2023.

Henrique Queiroz Filho

Indicação Nº 000287/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora do Estado de Pernambuco, Sr.ª Raquel Lyra; à Exma. Vice-Governadora do Estado de Pernambuco, Sr.ª Priscila Krause; à Exma. Secretária de Defesa Social do Estado de Pernambuco, Sr.ª Carla Patrícia Cunha; à Exma. Chefe da Polícia Civil de Pernambuco, Sr.ª Simone Aguiar; e à Exma. Secretária da Mulher do Estado de Pernambuco, Sr.ª Regina Célia; no sentido de que seja cumprido integralmente o disposto na Lei Federal nº 13.505 de 08 de novembro de 2017, e na Lei nº 17.521, de 9 de dezembro de 2021, assegurando à mulher em situação de violência doméstica e familiar, o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores do sexo feminino, previamente capacitadas, no âmbito de todos os órgãos de segurança pública do Estado de Pernambuco, especialmente nas Delegacias.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sr.ª Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Exma. Sr.ª Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado de Pernambuco; Exma. Sr.ª Carla Patrícia Cunha, Secretária de Defesa Social do Estado de Pernambuco; Exma. Sr.ª Simone Aguiar, Chefe da Polícia Civil do Estado de Pernambuco; Exma. Sr.ª Regina Célia, Secretária da Mulher do Estado de Pernambuco.

Justificativa

A Lei Federal nº 13.505 de 08 de novembro de 2017, estabelece que o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar ao atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores – preferencialmente do sexo feminino – previamente capacitados.
A norma ainda dispõe sobre as diretrizes e procedimentos a serem adotados durante a inquirição das vítimas de violência de gênero no âmbito das delegacias de polícia.
Por fim, também destacamos o dever fixado aos Estados e ao Distrito Federal, para que na formulação de suas políticas e planos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, deem prioridade, no âmbito da Polícia Civil, à criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), de Núcleos Investigativos de Feminicídio e de equipes especializadas para o atendimento e a investigação das violências graves contra a mulher.
Em paralelo, a Lei Estadual nº 17.521, de 9 de dezembro de 2021, de nossa coautoria, assegura o atendimento especializado, pelos órgãos permanentes que integram o Sistema de Segurança Pública do Estado de Pernambuco (vide art. 101 da Constituição do Estado de Pernambuco), às mulheres, às crianças, aos adolescentes, à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e a outros grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que tenham sido vítimas de crimes.
Considerando que essas normas objetivam proporcionar um atendimento humanizado e acolhedor para as mulheres, combatendo a subnotificação dos crimes de gênero e a revitimização, fazemos apelo à Exma. Governadora do Estado de Pernambuco, **Sr.ª Raquel Lyra**; à Exma. Vice-Governadora do Estado de Pernambuco, **Sr.ª Priscila Krause**; à Exma. Secretária de Defesa Social do Estado de Pernambuco, **Sr.ª Carla Patrícia Cunha**; à Exma. Chefe da Polícia Civil de Pernambuco, **Sr.ª Simone Aguiar**; e à Exma. Secretária da Mulher do Estado de Pernambuco, **Sr.ª Regina Célia**; no sentido de que seja cumprido integralmente o disposto na Lei Federal nº 13.505 de 08 de novembro de 2017, e na Lei nº 17.521, de 9 de dezembro de 2021, **assegurando à mulher em situação de violência doméstica e familiar, o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores do sexo feminino, previamente capacitadas, no âmbito de todos os órgãos de segurança pública do Estado de Pernambuco, especialmente nas Delegacias.**
Diante de tais considerações, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa para a aprovação dessa proposta de Indicação.

Sala das Reuniões, em 15 de Fevereiro de 2023.

Delegada Gleide Ângelo

Indicação Nº 000288/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Evandro Avelar, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; e, a Ilustríssima Senhora Carla Patrícia Cunha, Secretária de Defesa Social de Pernambuco, no sentido de implantar, uma Delegacia do Turista no núcleo urbano da Praia de Barra de Sirinhaém, município de Sirinhaém, visando oferecer maior comodidade no atendimento ao turista de toda região costeira desta cidade.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
CAMILA MACHADO LEOCADIO LINS DOS SANTOS, PREFEITA DE SIRINHAÉM; Carla Patrícia Cunha, Secretária de Defesa Social de Pernambuco; Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco; Evandro José Moreira Avelar, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco.

Justificativa

A presente indicação é justificada em face da incidência de ocorrências e delitos em toda área costeira de Sirinhaém, destacando a praia de Barra de Sirinhaém, que é a porta de entrada para o litoral da cidade e principal praia. É importante que essa praia e todo o litoral da cidade possua uma delegacia voltada ao turista.
A cidade de Sirinhaém tem total interesse na criação desta unidade de defesa social voltada ao atendimento ao turista, até pela vocação natural de suas praias e de seu forte polo de turismo.
Com a existência da Delegacia do Turista, as ações de defesa social e suporte ao turismo poderão ser integralizados não apenas com o aparato estadual de segurança, como também com a própria guarda municipal. Isso garantiria um raio de proteção não apenas ao turista, mas também a própria população do município de Sirinhaém
Diante do ora exposto, rogamos aos ilustres Pares desse Parlamento Estadual a aprovação da referida Indicação.

Sala das Reuniões, em 15 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000289/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo à Ilma. Secretária de Saúde, Sra. Zilda do Rego Cavalcanti, no sentido de viabilizar a instalação de uma unidade da GERES (Gerência Regional de Saúde), no Sertão de Itaparica, com sede no município de Floresta.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Zilda do Rego Cavalcanti, Secretária de Saúde; Rorró Maniçoba, Prefeita de Floresta; Esequiel Rodrigues de Aquino, Presidente da Câmara de Vereadores de Floresta; André Ferraz, Vereador de Floresta; Chichico Ferraz, Vereador de Floresta; Pedro Vilarim, Vereador de Floresta; Severino Ferraz Carvalho, Vereador de Floresta; Ciro Ferraz, Vereador de Floresta; Gilmar Leal, Vereador de Floresta; Washington Ângelo de Araujo, Prefeito de Tacaratu; Antenor Gomes e demais Vereadores, Presidência da Câmara Municipal de Tacaratu; Gustavo Caribé, Prefeito de Belém do São Francisco; Marcela Magalhães e demais Vereadores, Presidência da Câmara Municipal de Belém do São Francisco; Elísio Soares, Prefeito de Carnaubeira da Penha; Fabiano Marques, Prefeito de Petrolândia; Rogério Ferreira, Prefeito de Jatobá; Bernardo Maniçoba, Prefeito de Itacuruba.

Justificativa

As GERES (Gerências Regionais de Saúde) são unidades administrativas da Secretaria Estadual de Saúde, que subdividem as cidades em grupos, atuando assim de forma mais direcionada na atenção básica, na reestruturação da rede hospitalar, no combate à mortalidade infantil, nas campanhas de vacinação, conscientização e vigilância em saúde, em incentivos aos programas de saúde, e às diversas endemias.
A instalação de uma unidade da GERES em Floresta, possibilitaria um atendimento mais eficaz e direcionado a população do Sertão de Itaparica, viabilizando, através da Secretaria Estadual de Saúde, mais estrutura e qualidade ao serviço de saúde local, haja vista ser a única microrregião do estado que não possui uma GERES.
Sendo assim, nosso pleito está fundamentado na necessidade de dar continuidade ao processo de regionalização e descentralização ao atendimento à população, fortalecendo a região na área de saúde, levando em consideração suas particularidades, atribuindo, assim, atenção especial no planejamento de ações e campanhas.
Ante o exposto, solicito aos meus ilustres pares a aprovação desta indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 15 de Fevereiro de 2023.

Fabrizio Ferraz

Indicação Nº 000290/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo à Ilma. Secretária de Saúde, Sra. Zilda do Rego Cavalcanti, no sentido de viabilizar a estadualização e regionalização do Hospital Municipal Cel. Álvaro Ferraz, localizado no município de Floresta.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Zilda do Rego Cavalcanti, Secretária de Saúde; Rorró Maniçoba, Prefeita de Floresta; Esequiel Rodrigues de Aquino, Presidente da Câmara de Vereadores de Floresta; André Ferraz, Vereador de Floresta; Chichico Ferraz, Vereador de Floresta; Pedro Vilarim, Vereador de Floresta; Severino Ferraz Carvalho, Vereador de Floresta; Ciro Ferraz, Vereador de Floresta; Gilmar Leal, Vereador de Floresta.

Justificativa

Atualmente, na microrregião de desenvolvimento do Sertão de Itaparica, inexistem hospitais regionalizados na rede pública, com estrutura suficiente para atendimentos de média e/ou alta complexidade, médicos das mais variadas especialidades e equipamentos para realização de exames complexos.
Floresta, por se tratar de cidade central no Sertão de Itaparica, caso receba a estadualização e regionalização do Hospital Municipal Cel. Álvaro Ferraz, com a chegada das verbas necessárias, reformas estruturais, aquisição de equipamentos e manutenção de pessoal especializado, possibilitando um atendimento eficaz, direcionado, acessível e aproximado à população da região, suprindo assim a atual necessidade de percorrer grandes distâncias em busca de atendimento especializado e qualificado.
Dada a realidade de Itaparica, sendo composta por 07 municípios e somando aproximadamente 140 mil habitantes, nosso pleito se fundamenta na necessidade de dar continuidade ao processo de regionalização e descentralização do atendimento à população, fortalecendo, assim, a região na área de saúde, levando em consideração sua relevância geográfica e populacional.
Ante o exposto, solicito aos meus ilustres pares a aprovação desta indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 15 de Fevereiro de 2023.

Fabrizio Ferraz

Indicação Nº 000291/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Yves Ribeiro de Albuquerque, Prefeito de Paulista e ao Ilmo. Sr. José Geraldo de Araújo Lima, Secretário de Educação de Paulista, no sentido de solicitar a inserção de profissionais especializados em TEA na rede de educação municipal de Paulista.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Yves Ribeiro de Albuquerque, Prefeito de Paulista; José Geraldo de Araújo Lima, Secretário de Educação de Paulista.

Justificativa

Refere-se as angustias e reinvindicações de pais e familiares de crianças com deficiências ou síndromes raras que estão matriculados em creches e escolas do município.
Relata-se que o processo de matricula é feito com eficácia, porém, o processo de aprendizado e a inserção da criança no processo escolar não está sendo realizado devido à ausência de profissionais adequados para acompanha-los na rotina escolar.
As crianças, devido a essa ausência, não estão indo à escola ou a creche.
É do conhecimento geral, que a educação além de ser direito básico, é fundamental para o crescimento e bom desenvolvimento social, construção de saberes, percepção do indivíduo como participante social e desenvolvimento crítico.
Sem a possibilidade de evoluir e desenvolver o processo cognitivo, pala ausência do acesso do conhecimento e saberes, essas crianças sentem-se excluídas do processo escolar,
Ante o exposto solicito a aprovação desta indicação aos meus ilustres pares.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Joel da Harpa

Indicação Nº 000292/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. João Campos, Prefeito de Recife e a Ilma. Sra. Marília Dantas, Secretária de Infraestrutura de Recife, no sentido de solicitar a construção de muros de arrimo na Rua Engenheiro Célio de Carli, no bairro de Dois Unidos, Recife.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
João Henrique Campos, Prefeito de Recife; Marília Dantas, Secretária de Infraestrutura de Recife.

Justificativa

Trata-se das reivindicações dos moradores do local que sofrem de perto os prejuízos tidos em decorrência das chuvas que assolam a região metropolitana desde maio e junho de 2022.
A rua encontra-se bastante afetada pelas chuvas, deslizamento de barreira, altas camadas de lama, arvores com raízes expostas, entulhos, dentre outras problemáticas que angustiam moradores e população em geral.
Devido ao deslizamento, famílias precisaram sair de suas residências, perdendo-as em alguns casos com moveis e itens básicos de sobrevivência, as famílias que não possuem renda suficiente para deixar o local, continuam residindo, inda que ainda haja o risco de mais deslizamento devido as chuvas que vem assolando a região nos últimos dias.
Ante o exposto solicito a aprovação desta indicação aos meus ilustres pares.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Joel da Harpa

Indicação Nº 000293/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco, a Exma. Sra. Ivaneide Dantas, Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco , para a conclusão da reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual Epitácio Pessoa, Localizada no Município do Cabo de Santo Agostinho.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ivaneide Dantas, Secretária de Educação de Pernambuco; Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco; Ricardo Carneiro, Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo; Clayton da Silva Marques, Prefeito do Cabo de Santo Agostinho.

Justificativa

A prática esportiva nas escolas é de extrema importância, pois além de combater o sedentarismo, estimula o trabalho em equipe, pode aumentar a consciência corporal, a imunidade e a resistência muscular, além de colaborar para o desenvolvimento da coordenação motora e do sistema cognitivo, contribuindo para um melhor desempenho em todas as disciplinas.
Diante disso, a reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual Epitácio Pessoa se faz necessária, para a sua utilização nos mais diversos esportes, além do alcance dos objetivos citados anteriormente.
Este requerimento proporciona o pleno estabelecimento do novo arranjo curricular do ensino médio da Secretaria de Educação e Esportes do Governo do Estado de Pernambuco e é fundamental para o desenvolvimento integral do estudante, conforme versa a BNCC (Base Nacional Curricular Comum).
Diante do ora exposto, rogamos aos ilustres Pares desse Parlamento Estadual a aprovação da referida Indicação.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000294/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Governadora, Exma. Sra. Raquel Lyra, ao Exmo. Sr. Túlio Vilaça, Secretário da Casa Civil, ao Exmo. Sr. Evandro José Moreira Avelar, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do estado de Pernambuco, Exma. Sra. Ivaneide Dantas, Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco, para a realização de reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual Senador Paulo Guerra, Localizada no Município do Cabo de Santo Agostinho.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ricardo Carneiro, Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo; Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco; Clayton da Silva Marques, Prefeito do Cabo de Santo Agostinho; Evandro José Moreira Avelar, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco; Ivaneide Dantas, Secretária de Educação de Pernambuco; Túlio Vilaça, Secretário da Casa Civil do Estado de Pernambuco.

Justificativa

A prática esportiva nas escolas tem um papel fundamental no combate ao sedentarismo, estimula o trabalho em equipe, pode aumentar a consciência corporal, a imunidade e a resistência muscular, além de colaborar para o desenvolvimento da coordenação motora e do sistema cognitivo, contribuindo para um melhor desempenho em todas as disciplinas.
Diante disso, a reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual Senador Paulo Guerra, garantirá o seu uso para os mais diversos esportes se fazendo necessária e fundamental para alcançarmos os objetivos citados anteriormente.
Este requerimento proporciona o pleno estabelecimento do novo arranjo curricular do ensino médio da Secretaria de Educação do Governo do Estado de Pernambuco e é fundamental para o desenvolvimento integral do estudante, conforme versa a BNCC (Base Nacional Curricular Comum).
Diante do ora exposto, rogamos aos ilustres Pares desse Parlamento Estadual a aprovação da referida Indicação.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000295/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Governadora, Exma. Sra. Raquel Lyra, ao Exmo. Sr. Túlio Vilaça, Secretário da Casa Civil, ao Exmo. Sr. Evandro José Moreira Avelar, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do estado de Pernambuco, Exma. Sra. Ivaneide Dantas, Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco, solicitação de reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual Madre Iva Bezerra de Araújo, Localizada no Município do Cabo de Santo Agostinho.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ivaneide Dantas, Secretária de Educação de Pernambuco; Túlio Vilaça, Secretário da Casa Civil do Estado de Pernambuco; Evandro José Moreira Avelar, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco; Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco; Clayton da Silva Marques, Prefeito do Cabo de Santo Agostinho; Ricardo Carneiro, Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo.

Justificativa

A prática esportiva nas escolas tem um papel fundamental no combate ao sedentarismo, estimula o trabalho em equipe, pode aumentar a consciência corporal, a imunidade e a resistência muscular, além de colaborar para o desenvolvimento da coordenação motora e do sistema cognitivo, contribuindo para um melhor desempenho em todas as disciplinas.
Diante disso, a reforma da quadra poliesportiva, garantindo o seu uso para os mais diversos esportes se faz necessário e fundamental para alcançarmos os objetivos citados anteriormente.
Este requerimento proporciona o pleno estabelecimento do novo arranjo curricular do ensino médio da Secretaria de Educação do Governo do Estado de Pernambuco e é fundamental para o desenvolvimento integral do estudante, conforme versa a BNCC (Base Nacional Curricular Comum).
Diante do ora exposto, rogamos aos ilustres Pares desse Parlamento Estadual a aprovação da referida Indicação.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000296/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um veemente apelo a Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco, a Exma. Sra. Mauricélia Bezerra, Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco, a Exma. Sra. Ivaneide Dantas, Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco, a Exma. Sra. Maria do Socorro de Mendonça, Reitora da Universidade de Pernambuco (UPE), ao Exmo. Sr. Airon Aparecido Silva, Reitor Pro-Tempore da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco e ao Exmo. Sr. Alfredo Gomes, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a implementação de um Campus de Universidade Pública no município de Águas Belas.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Mauricélia Bezerra Vidal Montenegro, Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco; Profª. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti, Reitora da Universidade de Pernambuco (UPE); Ivaneide Dantas, Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco; Airon Aparecido Silva de Melo, Reitor Pro-Tempore da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco; Alfredo Gomes, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco.

Justificativa

A indicação, ora apresentada, visa a implementação de um Campus de Universidade Pública no município de Águas Belas. O munícipio em comento, localizado no Agreste Meridional, concentra um número expressivo de estudantes que precisam se deslocar para cidades onde há oferta de Ensino Superior. Muitos desses estudantes enfrentam viagens longas diariamente, em condições desconfortáveis, em virtude da alta demanda por transporte, ou se veem obrigados a migrar para essas cidades.
Há uma expressiva parcela da população jovem que não ingressa no ensino superior por não ter condições financeiras para arcar com os custos do deslocamento ou de residir nas cidades mais distantes. Tal situação desencadeia uma serie de consequências danosas, sobretudo por fazer com que muitas crianças cresçam sem a perspectiva de ingressar numa universidade, tendo em vista as dificuldades expostas acima.
É importante considerar, também, o fato de que a população de Águas Belas é composta por Povos e Comunidades Tradicionais como Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos e Pescadores Artesanais, que vivem majoritariamente num contexto de vulnerabilidade social, carentes de políticas publicas que sejam capazes de alterar essa realidade. Fato que, por si só, legitima o referido pleito.
Nesse sentindo, segundo Carvalhaes e Ribeiro (2019, p. 193), a interiorização do ensino superior tem o condão de ampliar os espaços de inclusão da população dos municípios menores e favorecer a diversificação das atividades econômicas no interior do país, possibilitando a atração de investimentos com uso de base tecnológica mais moderna e complexa, e que sua expansão e presença no interior criam inegáveis forças transformadoras e geram expectativas positivas de desenvolvimento para a população do entorno, que é justamente o que se prentende com esta indicação.
Assim sendo, solicito dos meus ilustres pares a apreciação e aprovação da presente indicação.

Sala das Reuniões, em 25 de Fevereiro de 2023.

Doriel Barros

Indicação Nº 000297/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Abreu e Lima - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Flávio Vieira Gadelha de Albuquerque, Prefeito de Abreu e Lima; Exmo. Sr. Elton Lennin Souza de Vasconcelos, Presidente da Câmara de Vereadores de Abreu e Lima; Ilma. Sra. Ivanelia Francisca de Barros, Liderança Política.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Abreu e Lima.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000298/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Alagoinha - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Uilas Leal da Silva, Prefeito de Alagoinha; Exmo. Sr. Anderson Galindo da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Alagoinha; Ilmo. Sr. Ica Balbina, Liderança Política.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Alagoinha.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000299/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Aliança - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Xisto Lourenço de Freitas Neto, Prefeito de Aliança; Exmo. Sr. José Francisco de Sales, Presidente da Câmara de Vereadores de Aliança; Exmo. Sr. Eronildo Marinho dos Santos, Vereador de Aliança.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Aliança.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000300/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Venturosa - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Eudes Tenório Cavalcanti, Prefeito de Venturosa; Exmo. Sr. Ernandes Albuquerque, Vice-Prefeito de Venturosa; Exmo. Sr. José Adelson de Macêdo, Presidente da Câmara de Vereadores de Venturosa; Ilmo. Sr. Iranildo Leite, Diretor da Rádio Venturosa FM; Ilmo. Sr. Iranildo Araújo, Redator do Blog do Iranildo Araújo.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Venturosa.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000301/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Amaraji - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exma. Sra. Maria Bernadete Cabral, Ex-Vice-Prefeita de Amaraji; Exmo. Sr. Edson Gersino da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Amaraji; Exma. Sra. Júlia Beatriz de Brito Gouveia, Vereadora de Amaraji; Ilmo. Sr. Edmar Gomes, Redator do Amaraji Noticia; Ilmo. Sr. Jacemir Camargo, Diretor da Rádio Amaraji FM.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Amaraji.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000302/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Vicência - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Guilherme de Albuquerque Melo Nunes, Prefeito de Vicência; Exmo. Sr. Adjailson de Oliveira Vasconcelos, Ex-Vice-Prefeito de Vicência; Exmo. Sr. Gerson da Silva Teodoro, Presidente da Câmara de Vereadores de Vicência; Exmo. Sr. Neto Vasconcelos, Ex-Vereador de Vicência; Ilmo. Sr. Luís Lima, Diretor da Rádio Vicência FM.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Vicência.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000303/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco, Exma. Sra. Ivaneide Dantas, Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco , a solicitação da reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual Luísa Guerra, localizada no Cabo de Santo Agostinho.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco; Ricardo Carneiro, Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo; Clayton da Silva Marques, Prefeito do Cabo de Santo Agostinho; Ivaneide Dantas, Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco.

Justificativa

A prática esportiva nas escolas é de extrema importância, pois além de combater o sedentarismo, estimula o trabalho em equipe, pode aumentar a consciência corporal, a imunidade e a resistência muscular, além de colaborar para o desenvolvimento da coordenação motora e do sistema cognitivo, contribuindo para um melhor desempenho em todas as disciplinas.
Diante disso, a reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual Luísa Guerra se faz necessária, para a sua utilização nos mais diversos esportes, além do alcance dos objetivos citados anteriormente. Este requerimento proporciona o pleno estabelecimento do novo arranjo curricular do ensino médio da Secretaria de Educação e Esportes do Governo do Estado de Pernambuco e é fundamental para o desenvolvimento integral do estudante, conforme versa a BNCC (Base Nacional Curricular Comum).
Pelo exposto, requeremos o apoio dos nobres pares na aprovação da presente indicação, visto que se reveste de grande relevância social.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000304/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Araçoiaba - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Carlos Jogli Albuquerque Tavares Uchôa, Prefeito de Araçoiaba; Exmo. Sr. Antônio Fernando Galdino Borges, Presidente da Câmara de Vereadores de Araçoiaba.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Araçoiaba.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000305/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco, Exma. Sra. Ivaneide Dantas, Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco, a solicitação da reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, Localizada em Ponte dos Carvalhos, no Cabo de Santo Agostinho.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ricardo Carneiro, Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo; Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco; Clayton da Silva Marques, Prefeito do Cabo de Santo Agostinho; Ivaneide Dantas, Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco.

Justificativa

A prática esportiva nas escolas tem um papel fundamental no combate ao sedentarismo, estimula o trabalho em equipe, pode aumentar a consciência corporal, a imunidade e a resistência muscular, além de colaborar para o desenvolvimento da coordenação motora e do sistema cognitivo, contribuindo para um melhor desempenho em todas as disciplinas.
Diante disso, a reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, garantirá o seu uso para os mais diversos esportes e se faz necessária e fundamental para alcançarmos os objetivos citados anteriormente.
Sendo assim, este requerimento proporciona o pleno estabelecimento do novo arranjo curricular do ensino médio da Secretaria de Educação e Esportes do Governo do Estado de Pernambuco e é fundamental para o desenvolvimento integral do estudante, conforme versa a BNCC (Base Nacional Curricular Comum).
Pelo exposto, requeremos o apoio dos nobres pares na aprovação da presente indicação, visto que se reveste de grande relevância social.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000306/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco, Exma. Sra. Ivaneide Dantas, Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco, a solicitação da reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual José Rodrigues de Carvalho, Localizada no Cabo de Santo Agostinho.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Clayton da Silva Marques, Prefeito do Cabo de Santo Agostinho; Ricardo Carneiro, Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo; Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco; Ivaneide Dantas, Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco.

Justificativa

A prática esportiva nas escolas tem um papel fundamental no combate ao sedentarismo, estimula o trabalho em equipe, pode aumentar a consciência corporal, a imunidade e a resistência muscular, além de colaborar para o desenvolvimento da coordenação motora e do sistema cognitivo, contribuindo para um melhor desempenho em todas as disciplinas. Diante disso, a reforma da quadra poliesportiva da Escola Estadual José Rodrigues de Carvalho, garantindo o seu uso para os mais diversos esportes se faz necessário e fundamental para alcançarmos os objetivos citados anteriormente.
Este requerimento proporciona o pleno estabelecimento do novo arranjo curricular do ensino médio da Secretaria de Educação e Esportes do Governo do Estado de Pernambuco e é fundamental para o desenvolvimento integral do estudante, conforme versa a BNCC (Base Nacional Curricular Comum).
Pelo exposto, requeremos o apoio dos nobres pares na aprovação da presente indicação, visto que se reveste de grande relevância social.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000307/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Vitória de Santo Antão - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. André Saulo dos Santos Alves, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Celso Alexandre Bezerra de Melo, David do Nascimento Silva, Edmilson José dos Santos, Edmilson Zacarias da Silva, Felipe Cezar Bezerra da Silva, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Goldemberg de Oliveira Moura, Humberto Alves de Arruda, José Antônio Domingos, José Antônio da Rocha, Josias Alves da Silva, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Lourinaldo Martins de Araújo Junior, Manoel de Holanda Cavalcanti Bastos, Marcone Pedro da Silva, Saulo Barros de Albuquerque, Severino dos Santos Bezerra, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Marcos Alexsandro Gonçalves da Silva, Presidente do CDL de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Antônio de Lemos Vasconcelos Neto, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Jaime Beltrão, Diretor da Usina JB; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal “A Verdade”; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Ilmo. Sr. Luiz Carlos, Diretor da Rádio Vitória FM.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Vitória de Santo Antão.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000308/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Buenos Aires - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. José Fábio de Oliveira, Prefeito de Buenos Aires; Exmo. Sr. Luiz Carlos Oracio da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Buenos Aires; Ilmo. Sr. Paulo Vicente Lourenço, Advogado.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Buenos Aires.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000309/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Pedra - PE
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Francisco Braz, Ex-Prefeito de Pedra; Exmos. Srs. Rosimar Leite Fernandes e Cleyde Braz, Vereadores de Pedra.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Pedra.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000310/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Sra. Governadora de Pernambuco, Raquel Teixeira Lyra Lucena; ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Estadual de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca Sr. Aloisio Ferraz e ao Ilmo. Sr. Dr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA, Sr. Joaquim Neto , no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o município de Rio Formoso.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Sebastião Barros, vice-prefeito de Rio Formoso; Isabel Hacker, Prefeita de Rio Formoso; Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Joaquim Neto, Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA.

Justificativa

O objetivo desta indicação é solicitar ao Governo do Estado de Pernambuco que agilize a distribuição de sementes selecionadas para o município apontado em benefício dos pequenos agricultores. Essa ação, garantirá que os produtores rurais consigam ultrapassar a fase de estiagem que devasta a fonte geradora de emprego e renda. Sendo assim, o programa é extremamente importante, pois garante o plantio, a boa colheita e a sobrevivência de várias famílias que sofrem com a falta de chuva, por isso, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000311/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Sra. Governadora de Pernambuco, Raquel Teixeira Lyra Lucena; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, Sr. Aloísio Ferraz e ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA, Sr. Joaquim Neto, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o município de Camutanga.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Talita Fonseca, Prefeita de Camutanga; Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Joaquim Neto, Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA.

Justificativa

O objetivo desta indicação é solicitar ao Governo do Estado de Pernambuco que agilize a distribuição de sementes selecionadas para o município apontado em benefício dos pequenos agricultores. Essa ação, garantirá que os produtores rurais consigam ultrapassar a fase de estiagem que devasta a fonte geradora de emprego e renda. Sendo assim, o programa é extremamente importante, pois garante o plantio, a boa colheita e a sobrevivência de várias famílias que sofrem com a falta de chuva, por isso, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000312/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Sra. Governadora de Pernambuco, Raquel Teixeira Lyra Lucena; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, Sr. Aloisio Ferraz e ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA, Sr. Joaquim Neto, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o município de Sirinhaém.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Camila Machado, Prefeita de Sirinhaém; Gutemberg Alexandre Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Sirinhaém; Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Joaquim Neto, Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco.

Justificativa

O objetivo desta indicação é solicitar ao Governo do Estado de Pernambuco que agilize a distribuição de sementes selecionadas para o município apontado, em benefício dos pequenos agricultores. Essa ação, garantirá que os produtores rurais consigam ultrapassar a fase de estiagem que devasta a fonte geradora de emprego e renda. Sendo assim, o programa é extremamente importante, pois garante o plantio, a boa colheita e a sobrevivência de várias famílias que sofrem com a falta de chuva, por isso, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000313/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco, ao Exmo. Sr. Aloísio Ferraz, Secretário Estadual de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Exmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o Município do Cabo de Santo Agostinho.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Clayton da Silva Marques, Prefeito do Cabo de Santo Agostinho; Ricardo Carneiro, Presidente da Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho; Eduardo Cajueiro, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo; Joaquim Neto, Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco.

Justificativa

O objetivo desta indicação é solicitar ao Governo do Estado de Pernambuco que agilize a distribuição de sementes selecionadas para o Município apontado, em benefício dos pequenos agricultores. Essa ação, garantirá que os produtores rurais consigam ultrapassar a fase de estiagem que devasta a fonte geradora de emprego e renda. Sendo assim, o programa é extremamente importante, pois garante o plantio, a boa colheita e a sobrevivência de várias famílias que sofrem com a falta de chuva, por isso, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta Indicação, visto que se reveste de grande relevância social.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000314/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, para que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e a Excelentíssima Senhora Secretária de Defesa Social Carla Patrícia Cintra Barros da Cunha, no sentido de itensificar a presença constante de Policiamento no município de Olinda, principlamente nos bairros de Campo Grande, Salgadinho e Amaro Branco.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Carla Patrícia Cintra Barros da Cunha, Secretária de Defesa Social; Professor Lupércio, Prefeito de Olinda; Saulo Holanda, Presidente da câmara de vereadores de Olinda.

Justificativa

A proposição em tela visa solicitar as autoridades governamentais, o aumento do efetivo policiamento no município de Olinda, pricipalemte nos bairros de Campo Grande, Salgadinho e Amaro Branco, onde há alto índice de violência. Isto vem a ser de extrema importância face à atuação de meliantes que vem deixando em pânico os moradores do local.
Pelo exposto, requeremos o apoio dos nobres pares na aprovação da presente indicação, visto que se reveste de grande relevância social.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000315/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Pombos - PE
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Daniel Rogerio da Silva, Vice-Prefeito de Pombos; Exmo. Sr. Josuel Vicente Lins, Ex-Prefeito de Pombos; Exmo. Sr. Antônio Severino da Costa, Presidente da Câmara de Vereadores de Pombos; Exmos. Srs. Marcos Severino da Silva, Ivanilda Pereira da Silva e Adriano Alfredo da Silva, Vereadores de Pombos; Ilmo. Sr. Elias Batista de Lima, Liderança Política; Ilmo. Sr. Rogério Inaldo da Silva Borges, Liderança Política.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Pombos.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade. Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000316/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Cabo de Santo Agostinho - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Clayton da Silva Marques, Prefeito de Cabo de Santo Agostinho; Exmo. Sr. Ricardo Carneiro da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Cabo de Santo Agostinho; Exmo. Sr. Edelry Denis Pinheiro de Barros, Vereador de Cabo de Santo Agostinho.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Cabo de Santo Agostinho.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade. Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000317/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de São Caetano - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Josafa Almeida Lima, Prefeito de São Caetano; Exmo. Sr. Jeovázio de Almeida, Ex-Prefeito de São Caetano; Exmo. Sr. Abraão Caetano da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de São Caetano; Ilmo. Sr. Odair Ponte, Diretor da Rádio Cruzeiro FM; Ilmo. Sr. Rui Medeiros, Redator do Blog do Rui Medeiros.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de São Caetano.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade. Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000318/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de São Joaquim do Monte - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Eduardo José de Oliveira Lins, Prefeito de São Joaquim do Monte; Exmo. Sr. Fábio José de Melo, Presidente da Câmara de Vereadores de São Joaquim do Monte; Ilmo. Sr. Juciano Menezes, Liderança Política.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de São Joaquim do Monte.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade. Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000319/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Caruaru - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Av. Caxangá, n° 2200, Cordeiro, Recife - PE, CEP: 50711-000; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Rodrigo Anselmo Pinheiro dos Santos, Prefeito de Caruaru; Exmo. Sr. Bruno Henrique Silva de Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores de Caruaru; Exmo. Sr. Ricardo Liberato, Vereador de Caruaru, Vereador de Caruaru.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Caruaru.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade. Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000320/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Chã Grande - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Daniel Alves, Ex-Prefeito de Chã Grande; Exmo. Sr. Jorge Luís da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Chã Grande; Exmos. Srs. Severino Manuel da Silva e José Davino dos Santos, Vereadores de Chã Grande; Ilmo. Sr. Paulo Sérgio Paulino da Silva, Editor-Chefe do Blog Chã Grande News.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Chã Grande.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade. Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000321/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Gravatá - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Joselito Gomes da Silva, Prefeito de Gravatá; Exmo. Sr. Luiz Prequé Alves de Oliveira, Vereador de Gravatá; Ilmo. Sr. João Machado, Diretor da Rádio Gravatá FM; Ilmo. Sr. Clebson Amsterdan, Diretor do Gravatá Notícias.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Gravatá.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade. Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000322/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Machados - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio

Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Juarez Rodrigues Fernandes, Prefeito de Machados; Exmo. Sr. José Rogério, Presidente da Câmara de Vereadores de Machados; Ilmo. Sr. Manuel Plácido da Silva Filho, Ex-Prefeito de Machados.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Machados.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000323/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Cumaru - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exma. Sra. Mariana Medeiros, Prefeita de Cumaru; Exmo. Sr. Antônio Américo, Presidente da Câmara de Vereadores de Cumaru; Ilmo. Sr. Eduardo Tabosa, Liderança Política.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Cumaru.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000324/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Itaquitinga - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Patrick José de Oliveira Moraes, Prefeito de Itaquitinga; Exmo. Sr. Silvio Elias da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Itaquitinga; Ilmo. Sr. Roque João dos Santos, Diretor da Rádio Itaquitinga FM.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Itaquitinga.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000325/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Flores - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Marconi Martins Santana, Prefeito de Flores; Exmo. Sr. Luiz Heleno Alves Ferreira, Presidente da Câmara de Vereadores de Flores.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Flores.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000326/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Goiana - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Eduardo Honório Carneiro, Prefeito de Goiana; Exmo. Sr. Eduardo Batista, Presidente da Câmara de Vereadores de Goiana.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Goiana.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000327/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, e ao Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca, e ao Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Moreno - PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Aloisio Afonso de Sá Ferraz, Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca; Ilmo. Sr. Joaquim Neto, Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA; Exmo. Sr. Edmilson Cupertino de Almeida, Prefeito de Moreno; Exmo. Sr. Mozart Bruno, Presidente da Câmara de Vereadores de Moreno; Exmo. Sr. Admilson Barbosa Figueiredo, Ex-Vereador de Moreno; Ilmo. Sr. Edson Pereira, Diretor da Divulgadora Moreno.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora, ao Secretário Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do Instituto Agronômico de Pernambuco, visando a distribuição de sementes de milho e feijão para os agricultores do município de Moreno.
A agricultura local é um importante setor da economia, necessitando assim um destaque para o seu crescimento e continuidade.
Com o prenúncio do inverno, os produtores rurais carecem de incentivos para dar início aos seus plantios, especialmente, o de milho e feijão, que são favorecidos pelas características do solo de nossa região.
Nesse sentido, diante da relevância econômica da propositura em tela, esperamos contar com seu acolhimento pela aprovação pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Joaquim Lira

Indicação Nº 000328/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Governadora de Pernambuco, Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena e ao Secretária de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha, Sra. Ana Luíza Ferreira, a fim solicitar a vistoria e manutenção da vegetação do trecho da PE-76 localizado próximo à entrada da Praia de Tamandaré, no litoral sul do Estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Sr. José Cícero Nogueira da Silva, Evangelista; Sr. Isaias Honorato da Silva Marques, Prefeito de Tamandaré; Pr. Manoel Anízio da Silva, Pastor; Sra. Ana Luíza Ferreira, Secretária de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha.

Justificativa

O pleito que encaminho à Secretaria de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha tem por objetivo de solicitar a vistoria e manutenção da vegetação do trecho da PE-76, localizada próximo à entrada da Praia de Tamandaré, no Litoral Sul de Pernambuco.
Visando atender aos anseios dos condutores que utilizam essa rodovia diariamente, tendo em vista a presença de quantidade significativa de vegetação e a falta de conservação desse trecho, tem causado diversos transtornos aos motoristas de veículos de todos os portes.
O aumento da vegetação, sem manutenção adequada, no dito trecho da PE-76, aumenta a possibilidade de acidentes e gera insegurança aos motoristas que necessitam transitar por essa localidade.
Nesse ínterim, entendemos que a vistoria e manutenção das condições da rodovia citada é imprescindível, pois favorecerá a trafegabilidade e reduzirá as possibilidades de acidentes.
No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 15 de Fevereiro de 2023.

Adalto Santos

Indicação Nº 000329/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Governadora de Pernambuco, Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena e ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Evandro Avelar, a fim de solicitar a ampliação do número de rotas e voos partindo do Aeroporto Oscar Laranjeira, localizado em Caruaru.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Sr. Evandro Avelar , Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Sr. Rodrigo Pinheiro, Prefeito de Caruaru; Sr. Ailton José Alves Júnior, Pastor; Sr. Daniel Coelho, Secretário de Turismo e Lazer.

Justificativa

O pleito que encaminho à Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura do Estado tem por objetivo solicitar a ampliação do número de rotas e voos partindo do Aeroporto Oscar Laranjeira, localizado em Caruaru.
Há pouco mais de dois anos, o Aeroporto Oscar Laranjeira, localizado no município de Caruaru, iniciou suas operações de voos comerciais. A base localizada no Agreste Central, foi inaugurada pelo Governo do Estado em novembro de 2020. Atualmente, são oferecidas três frequências diárias de voos da Azul Linhas Aéreas.
No Aeroporto de Caruaru, o Estado realizou ações que contemplaram a instalação da Estação Meteorológica e de Superfície Automática; a reforma do terminal de passageiros e de um edifício anexo; serviços de climatização; inclusão de rampa de acessibilidade; banheiro adaptado para uso de portadores de algum tipo de deficiência ou com mobilidade reduzida; sala de inspeção para revista detalhada; e a pintura de sinalização horizontal do sistema de pistas. Foi iniciado, ainda, o trabalho que permitirá a expansão da capacidade logística do Oscar Laranjeira e será implantado o novo balizamento noturno com fonte de energia solar.
Na Capital do Agreste estima-se que desde a sua inauguração até o final do ano passado, 5.953 pessoas utilizam a malha aérea. Por tanto, devido ao aumento da demanda e visando a ampliação do espaço aéreo em nosso Estado, solicito a ampliação do número de voos e rotas partindo do aeroporto.
No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 15 de Fevereiro de 2023.

Adalto Santos

Indicação Nº 000330/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Governadora de Pernambuco, Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Evandro Avelar e ao Diretor Presidente Interino do Departamento de Estradas e Rodagens (DER), Sr. Roberto Salomão, a fim de solicitar melhorias no recapeamento, acostamento e barreiras que ficam às margens da PE-60, especificamente no trecho que liga os municípios de Cabo de Santo Agostinho e São José da Coroa Grande.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Sra. Raquel Texeira Lyra Lucena, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. Evandro Avelar , Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Pr. Manoel Anisio da Silva, Pastor; Ev. José Cícero Nogueira da Silva, Evangelista; Pr. Severino Vicente, Pastor; Pr. José Pedro de Souza, Pastor; Sr. Roberto Salomão, Diretor Presidente Interino do DER-PE.

Justificativa

O pleito que encaminho à Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura do Estado tem por objetivo solicitar a requalificação asfáltica da PE-060, no trecho que liga os municípios de Cabo de Santo Agostinho e São José da Coroa Grande, localizados no Litoral Sul do Estado, visando atender aos anseios dos condutores que utilizam essa rodovia diariamente, tendo em vista que falta de conservação deste trecho tem causado diversos transtornos aos motoristas de veículos de todos os portes.
O Governo de Pernambuco, no ano de 2019, criou um programa com o intuito de garantir segurança, qualidade de vida e mobilidade aos motoristas e à população usuária das rodovias estaduais priorizando ações de manutenção preventiva e corretiva, voltadas à garantia da trafegabilidade nas estradas, além de maior durabilidade do pavimento. O Programa executado pelo Departamento de Estradas e Rodagens de Pernambuco (DER-PE) tem por objetivo realizar ações voltadas à melhoria das condições de tráfego nas rodovias estaduais, executando serviços como capinação, desobstrução de dispositivos de drenagem, requalificação asfáltica e sinalização de vários trechos comprometidos das estradas do estado.
Ao passo que reconhecemos os esforços tomados pelo Governo do Estado solicitamos o envidamento de esforços para realizar a requalificação asfáltica do trecho da PE-60 que liga o municípios de Cabo de Santo Agostinho a São José da Coroa Grande, pois as más condições da estrada transformou o trajeto em um desafio, tanto para quem quer desfrutar das belezas naturais da região, quanto para os que precisam da rota para chegar ao trabalho. A rodovia está tomada por buracos o que aumenta a possibilidade de acidentes e gera insegurança fazendo com que o trânsito corra lentamente.
Nesse ínterim, entendemos que o melhoramento das condições da rodovia citada é imprescindível, pois favorecerá a trafegabilidade e reduzirá as possibilidades de acidentes.
Dessa forma, solicito com urgência o recapeamento e limpeza nos acostamos, melhorias no recapeamento, acostamento e barreiras que ficam às margens da PE-60, visando o bem-estar da população pernambucana que transita por dita localidade.
No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 14 de Fevereiro de 2023.

Adalto Santos

Indicação Nº 000331/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo ao Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; e à Secretaria de Educação e Esportes, Ivaneide Dantas, no sentido de convocar os aprovados no último concurso para professor da rede pública estadual.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Ivaneide Dantas, Secretária de Educação e Esportes.

Justificativa

Foi realizado no ano 2022 concurso público para professores da rede pública estadual, mas não houve a convocação dos mesmos para posse e posterior exercício de atividade. Registre-se que, O Ministério Público de Pernambuco instaurou um procedimento administrativo para acompanhar políticas públicas e cobrar a nomeação dos aprovados no concurso. A portaria de instauração foi publicada no Diário Oficial do órgão no dia 16/01/2023. Diante do relevante tema exposto, conto com o apoio dos Nobres Parlamentares para aprovar este apelo.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Rodrigo Farias

Indicação Nº 000332/2023

Indicamos à Mesa ouvido o Plenário e Cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, Exmo. Sr. Evandro Avelar, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco, Exmo. Sr. Roberto Salomão , Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/PE, no sentido de que seja viabilizada a retomada das obras da Estrada de Ibitiranga, a PE 380., no trecho que liga os municípios de Afogados, Ibitiranga e Silvestre na Paraíba.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
José de Anchieta Gomes Patriota,, Prefeito; Irenildo Pereira dos Santos, Vereador; Alex Mendes da Silva, Vereador; Juniano Angelo da Silva, Vereador; Josè Ivan Pereira, Vereador; José Jesus de Souza Bezerra, Vereador; Cícero Batista Lima, Vereador; Antonio Ferreira do Nascimento, Vereador; Vanderbio Quixabeira da Silva, Vereador; Izaquelle Maria Evangelista Ribeiro, Vereadora.

Justificativa

Ao todo a PE-380 compreende ,21,38 quilômetros de pavimentação asfáltica, com início na entrada de Afogados da Ingazeira, passando por Ibitiranga até a fronteira com a Paraíba, que fica a 4 quilômetros dos Povoados Novo Pernambuco, em Carnaíba, e Silvestre, em Tavares.
“A realização desta obra vai facilitar o acesso para moradores que residem em várias localidades de Pernambuco e da Paraíba, com fortalecimento do comércio, melhoria na saúde e no desenvolvimento da região.
. É necessário ressaltar que a presente rodovia e de extrema importância para o turismo, para o escoamento da produção agrícola da região ,e para o transporte alternativo de passageiros.
Considerando a importância da referida indicação, resta-nos solicitar de nossos pares legislativos a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Álvaro Porto

Indicação Nº 000333/2023

Indicamos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo a Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco, Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado, de Pernambuco, e de ao Exmo. Sr. Wilson José de Paula, Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco, no sentido de restaurar abertura dos processos de ICD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos) na Agência da Receita Estadual em Garanhuns (ARE Garanhuns).
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Wilson José de Paula, Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco; Giorgio Schramm Rodrigues Gonzalez, Presidente da OAB/Subseção Garanhuns; Luiz Carlos de Andrade, Presidente CDL/Garanhuns; Agência da Receita Estadual em Garanhuns – ARE Garanhuns, Diretor (a).

Justificativa

A indicação ora apresentada a esta Casa Legislativa objetiva um apelo a Exma. Sra. Governadora do Estado e ao Secretário da Fazenda do Estado, no sentindo que seja viabilizado a restauração da abertura dos processos de ICD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos) na Agência da Receita Estadual em Garanhuns (ARE Garanhuns), uma vez que este tipo não se encontra mais disponível para os contribuintes da região.
As únicas Agências da Receita Estadual que estão disponibilizando esse serviço são as de Recife, Caruaru e Petrolina.
Importante salientar que o Agreste Meridional comporta 26 (vinte e seis) municípios, quais sejam: Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Buíque, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Itaíba, Jucatí, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Pedra, Saloá, São João, Terezinha, Tupanatinga e Venturosa.
Dessa forma, todos os contribuintes da região, que almejam abrir e inventário ou transferir imóvel por meio de doação, necessitam deslocar-se para Caruaru, dificultando, assim, o acesso ao atendimento.
Nosso apelo é para que a abertura dos processos de ICD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos) seja restaurado na Agência da Receita Estadual em Garanhuns (ARE Garanhuns), tendo em vista que é um serviço indispensável promovido pela SEFAZ-PE aos pernambucanos da região do agreste meridional.
Por conseguinte, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Izaias Régis

Indicação Nº 000334/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Governadora Do Estado De Pernambuco, Exma. Sra. Dra. Raquel Lyra, ao Diretor Presidente da Compesa, Ilmo Sr. Romildo Porto, no sentido de regularizar imediatamente o fornecimento de água no Bairro da Bela Vista, no Município do Cabo de Santo Agostinho, fazendo a mudança do sistema atual, pelo sistema: PIRAPAMA.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Ricardo Carneiro, Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo; Clayton Marques, Prefeito do Cabo de Santo Agostinho; Romildo Porto, Diretor Presidente da COMPESA.

Justificativa

O abastecimento de água, no Bairro da Bela Vista, no Município do Cabo de Santo Agostinho não tem sido realizado de forma regular. A situação é dificultosa, e tem gerado transtornos aos moradores da região, que sofrem com a falta de água em suas torneiras, impedindo-os de fazer suas atividades cotidianas.
Solicitamos à Presidência da COMPESA que seja feita uma análise no bairro citado acima, e que venha ser regularizado o abastecimento de água na localidade.
Pelo exposto, requeremos o apoio dos nobres pares na aprovação da presente indicação, visto que se reveste de relevância para a sociedade.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000335/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Veemente Apelo a Exma. Sra Governadora Do Estado De Pernambuco Raquel Lyra, ao Ilmo. Sr. Diretor Presidente da Compesa, Romildo Porto, no sentido de determinar imediatamente a regularização do fornecimento de água no Bairro da Charneca, situado no Município do Cabo de Santo Agostinho, fazendo a mudança do sistema atual, pelo sistema: PIRAPAMA.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Clayton Marques, Prefeito do Cabo de Santo Agostinho; Ricardo Carneiro, Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo; Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Romildo Porto, Diretor Presidente da COMPESA.

Justificativa

O abastecimento de água, no Bairro da Charneca, no Município do Cabo de Santo Agostinho não tem sido realizado de forma regular. A situação é dificultosa, e tem gerado transtornos aos moradores da região, que sofrem com a falta de água em suas torneiras, impedindo-os de fazer suas atividades cotidianas.
Solicitamos à Presidência da COMPESA que seja feita uma análise no bairro citado acima, e que venha ser regularizado o abastecimento de água na localidade.
Pelo exposto, requeremos o apoio dos nobres pares na aprovação da presente indicação, visto que se reveste de relevância para a sociedade.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000336/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Veemente Apelo a Exma. Sra Governadora Do Estado De Pernambuco Raquel Lyra, o Ilmo. Sr. Diretor Presidente da Compesa, Romildo Porto, no sentido de determinar imediatamente a regularização do fornecimento de água no Bairro de Pirapama, no Município do Cabo de Santo Agostinho, fazendo a mudança do sistema atual, pelo sistema: PIRAPAMA.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ricardo Carneiro, Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo; Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Clayton Marques, Prefeito do Cabo de Santo Agostinho; Romildo Porto, Diretor Presidente da COMPESA.

Justificativa

O abastecimento de água, no Bairro de Pirapama, no Município do Cabo de Santo Agostinho não tem sido realizado de forma regular. A situação é dificultosa, e tem gerado transtornos aos moradores da região, que sofrem com a falta de água em suas torneiras, impedindo-os de fazer suas atividades cotidianas.
Solicitamos à Presidência da COMPESA que seja feita uma análise no bairro citado acima, e que venha ser regularizado o abastecimento de água na localidade.
Pelo exposto, requeremos o apoio dos nobres pares na aprovação da presente indicação, visto que se reveste de relevância para a sociedade.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000337/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, ao Excelentíssimo Diretor Presidente da Compesa, Romildo Porto, para que seja regularizado o abastecimento de água no Bairro de Vila Claudete, localizado no município do Cabo de Santo Agostinho.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Ricardo Carneiro, Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo; Clayton Marques, Prefeito do Cabo de Santo Agostinho; Romildo Porto, Diretor Presidente da COMPESA.

Justificativa

A proposição em tela, visa solicitar as autoridades governamentais, uma melhoria no abastecimento de água do referido bairro, onde moradores relatam várias interrupções, além da má qualidade da água que chega muitas vezes imprópria para o consumo. Além de regularizar o abastecimento na localidade supracitada, é necessário que seja realizado um serviço de tratamento da água em prol da saúde dos seus moradores.
Diante do ora exposto, rogamos aos Ilustres pares desse Parlamento Estadual a aprovação da referida indicação.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000338/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, ao Excelentíssimo Diretor Presidente da Compesa,Romildo Porto, para que seja regularizado o abastecimento de água no Bairro de Gaibu localizado no município do Cabo de Santo Agostinho.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Ricardo Cardoso, Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo; Romildo Porto, Diretor Presidente da COMPESA; Clayton Marques, Prefeito do Cabo de Santo Agostinho.

Justificativa

A proposição em tela, visa solicitar as autoridades governamentais, uma melhoria no abastecimento de água no referido bairro, ao qual moradores relatam um abastecimento com várias interrupções, além da má qualidade da água muitas vezes imprópria para o consumo. Além de regularizar o abastecimento na localidade supracitada, é necessário que seja realizado um serviço de tratamento da água em prol a saúde dos seus moradores.
Diante do ora exposto, rogamos aos Ilustres pares desse Parlamento Estadual a aprovação da referida indicação.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000339/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelos a Exma. Sra Dra. Governadora Do Estado De Pernambuco, Raquel Lyra, a Exma. Sra. Dra. Secretária Administração, Ana Maraíza, para a instalação de um posto de atendimento do Expresso Cidadão no municipio do Cabo de Santo Agostinho.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Clayton da Silva Marques, Prefeito do Cabo de Santo Agostinho; Ana Maraíza, Secretária de Administração; Ricardo Carneiro, Presidente da Câmara de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho.

Justificativa

O Cabo de Santo Agostinho é um município situado na Região Metropolitana do Recife, possuindo um grande polo industrial com grandes empresas, inclusive inclusive muitas delas multinacionais, sendo um município que gera bastnate emprego e renda, sendo indispensável os serviços do Expresso Cidadão, oferencendo mais rapidez, eficiência e conforto para a população que necessita deslocar-se para a cidade mais próxima.
Além disso, a referida unidade do Expresso Cidadão a ser instalada no Cabo de Santo Agostinho atenderá a população de municípios vizinhos como Sirinhaém, Barreiros, Rio Formoso, Escada, Primavera, Tamandaré, dentre outros da redondeza.
Pelo exposto, requeremos o apoio dos nobres pares na aprovação da presente indicação, visto que se reveste de grande relevância social.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000340/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais seja enviado apelo a Governadora de Pernambuco, Exma. Sra. Dra. Raquel Lyra, para que tome providências visando a manutenção da alíquota de 18% para a cobrança do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, aplicável às operações com combustíveis e energia elétrica, bem como às prestações de Serviço de comunicação, excetuando-se a alíquota do referido imposto aplicada à operação interna ou de importação do exterior de Álcool Etílico Hidratado Combustível cujo teto atual é de 15.52% devendo ser mantido. Indicação para que ambos os percentuais sejam mantidas no mínimo até o final do ano corrente, e que em caso de alteração durante o referido período, que seja para a sua diminuição, jamais majoração.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco.

Justificativa

A não majoração de impostos diminui a receita, mas aumenta o poder aquisitivo de compra. A diminuição no ano anterior do teto para a cobrança do tributo (ICMS) sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, importou em um grande avanço para a população de Pernambuco, sendo nada mais justa que a manutenção do disposto na Lei Estadual de nº 17.898 de 15 de julho de 2022.
Já a manutenação da alíquota do imposto aplicada ao etanol justifica-se, já que teve redução, para manter a sua competividade em relação à gasolina, devendo assim ser mantido o disposto na Lei Estadual de nº 17.920 de 25 de agosto de 2022.
Requer a manutenção dos percentuias definidos em ambas as Leis, no mínimo até o final do ano corrente, e em caso de alteração, que seja pela sua dimunuição, jamais majoração, fazendo com que o estado de Pernambuco se mantenha competitivo em relação aos outros estados, atraindo também mais investimentos.
Pelo exposto, requeremos o apoio dos nobres pares na aprovação da presente indicação, visto que se reveste de grande relevância social.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000341/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais seja enviado apelo a Governadora de Pernambuco, Dra. Raquel Lyra e a Secretária Estadual de Educação e Esportes, Ivaneide Dantas, a adesão e/ou expansão do programa Aprender Valor do Banco do Brasil na rede escolar,programa este que auxilia a rede estadual a implantar educação financeira nas escolas.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ivaneide Dantas, Secretária de Educação de Pernambuco; Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco; Igor Cadena, Secretário Executivo da Casa Civil de Pernambuco.

Justificativa

O Aprender Valor é uma iniciativa do Banco Central do Brasil que tem como objetivo estimular o desenvolvimento de competências e habilidades de Educação Financeira e Educação para o Consumo em estudantes das escolas públicas brasileiras. Financiado com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Programa vem sendo implementado desde o início de 2020, em caráter experimental (fase piloto), em escolas selecionadas de cinco estados (Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Paraná) mais o Distrito Federal.
A partir de 2021, a iniciativa entrou em fase de expansão nacional, possibilitando que outras escolas e redes municipais e estaduais de educação tivessem acesso aos recursos do Programa. Dessa forma, a partir de 2021, conhecimentos sobre formas de melhorar a gestão do dinheiro puderam chegar a estudantes de Ensino Fundamental de todo o país.
Tratar sobre Educação Financeira no contexto escolar é uma urgência social, tendo em vista os impactos, na vida individual e coletiva, no presente e no futuro, causados pelo modo como as pessoas lidam com o consumo e com os recursos financeiros e materiais. Levar o tema para dentro das salas de aula se alinha à demanda contemporânea de promoção do letramento financeiro na escolarização de nível básico.
O Programa disponibiliza formação específica para que diretores de escolas aperfeiçoem seus conhecimentos sobre metodologia de trabalho com projetos e sobre como implementar o tratamento de temas contemporâneos transversais – no caso, a Educação Financeira e a Educação para o Consumo – nas escolas. Os professores, por sua vez, recebem formação prática de como ensinar esse tema na sala de aula, de forma transversal e integrada, como propõe a BNCC.
Diante do ora exposto, rogamos aos ilustres Pares desse Parlamento Estadual a aprovação da referida Indicação.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000342/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Exma Sra. Governadora do Estado, Raquel Lyra, ao Ilmo.Sr. Diretor Presidente da Compesa, Romildo Porto, para que seja regularizado o abastecimento de água no Bairro da Iputinga em Recife.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Romildo Porto, Diretor Presidente da COMPESA.

Justificativa

A proposição em tela, visa solicitar as autoridades governamentais, uma melhoria no abastecimento de água no referido bairro, ao qual moradores relatam um abastecimento com várias interrupções, além da má qualidade da água muitas vezes imprópria para o consumo. Além de regularizar o abastecimento na localidade supracitada, é necessário que seja realizado um serviço de tratamento da água em prol da saúde dos seus moradores.
Diante do ora exposto, rogamos aos Ilustres pares desse Parlamento Estadual a aprovação da referida indicação.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000343/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, ao Excelentíssimo Diretor Presidente da Compesa, Romildo Porto, para que seja regularizado o abastecimento de água no Bairro de Fragoso em Olinda.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Romildo Porto, Diretor Presidente da Compesa.

Justificativa

A proposição em tela visa solicitar as autoridades governamentais, uma melhoria no abastecimento de água do referido bairro, onde moradores relatam um abastecimento com várias interrupções, além da qualidade ruim da água muitas vezes imprópria ao consumo. Além de regularizar o abastecimento na referida localidade, é necessário que seja realizado um serviço de tratamento na água em prol da saúde dos seus moradores.
Diante do ora exposto, rogamos aos Ilustres Pares desse Parlamento Estadual a aprovação da referida Indicação.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Indicação Nº 000344/2023

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Exma. Sra. Governadora do Estado, Raquel Lyra, ao Ilmo. Sr. Diretor Presidente da Compesa, Romildo Porto, para que seja regularizado o abastecimento de água no Bairro de Cordeiro em Recife.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Romildo Porto, Diretor Presidente da COMPESA.

Justificativa

A proposição em tela, visa solicitar as autoridades governamentais, uma melhoria no abastecimento de água no referido bairro, ao qual moradores relatam um abastecimento com várias interrupções, além da má qualidade da água muitas vezes imprópria para o consumo. Além de regularizar o abastecimento na localidade supracitada, é necessário que seja realizado um serviço de tratamento da água em prol da saúde dos seus moradores.
Diante do ora exposto, rogamos aos Ilustres pares desse Parlamento Estadual a aprovação da referida indicação.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Jeferson Timóteo

Requerimentos

Requerimento Nº 000075/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, com base no inciso II do art.146 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco, a constituição da Comissão Parlamentar Especial com a finalidade de ampliar a defesa dos profissionais de enfermagem e analisar as dificuldades e anseios dos profissionais de saúde no Estado de Pernambuco.
A referida Comissão será composta por 10 (dez) deputados, sendo 05 (cinco) titulares e 05 (cinco) suplentes, tendo o prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias e plano de funcionamento baseado na realização de reuniões periódicas e visitas técnicas aos locais de atividades correlatas ao tema.

Justificativa

A instalação desta Comissão Especial se faz necessária para que a Assembleia Legislativa de Pernambuco, contribua com a amparo dos profissionais de enfermagem, promovendo ações do processo legislativo à essa parcela importante da sociedade.
Em destaque as tratativas relacionadas ao piso nacional da categoria (Lei 14.434/22), no âmbito do Estado, repouso digno e melhoria das condições de trabalho.
Por todo o exposto, tendo em vista a relevância temática, solicito o apoio dos meus Ilustres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala das Reuniões, em 16 de Fevereiro de 2023.

Gilmar Junior
Deputado

Abimael Santos
Álvaro Porto
Antonio Coelho
Antônio Moraes
Coronel Alberto Feitosa
Dani Portela
Débora Almeida
Doriel Barros
Eriberto Filho
Fabrizio Ferraz
France Hacker
Francismar Pontes
Gilmar Junior
Gustavo Gouveia
Izaias Régis
Jarbas Filho
João Paulo
João Paulo Costa
Joãozinho TenÔrio
Joel da Harpa
Kaio Maniçoba
Luciano Duque
Mário Ricardo
Nino de Enoque
Pastor Cleiton Collins
Pastor Junior Tercio
Renato Antunes
Rodrigo Farias
Rodrigo Novaes
Romero Sales Filho
Rosa Amorim
Sileno Guedes
Simone Santana
Waldemar Borges
William Brlgido

Requerimento Nº 000076/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, em especial nos termos dos artigos 140 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja instalada nesta Casa Legislativa uma **COMISSÃO PARLAMENTAR ESPECIAL DE COMBATE A FOME**, com o objetivo de conhecer o fenômeno da insegurança alimentar e nutricional no Estado de Pernambuco, suas causas e construir, no que competir a essa Casa, proposições que contribuam com a superação desse quadro. A referida Comissão será composta por 10 (dez) deputados, sendo 5 (cinco) titulares e 5 (cinco) suplentes, tendo o prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias.

Justificativa

A Comissão Especial de Combate à Fome destina-se à criação de um espaço de diálogo, debates, proposições e deliberações no âmbito desta Casa Legislativa, que promovam e garantam o mais importante dos direitos, o direito à alimentação, resguardado pelo princípio da dignidade humana. A fome, condição de insegurança alimentar grave, volta a assolar o país, onde mais de 33 milhões de pessoas não têm o que comer ou não têm alimento suficiente na mesa, segundo dados da Rede Penssan de 2022.
Em Pernambuco, a cada dez pessoas, quatro encontram-se em situação de pobreza alimentar e nutricional, ocupando o quinto lugar no Mapa da Fome do Nordeste. Nas áreas rurais do estado, a falta de comida no prato se acentua ainda mais, no qual 60% dos domicílios encontram-se em situação de carência alimentar, afetando até mesmo os que vivem da produção e cultivo de alimentos.
Embora a pandemia da Covid-19 tenha acentuado ainda mais o quadro das desigualdades sociais, resultado das crises política, econômica e social, é fato que desde 2016, se instaurou um processo de desfinanciamento e sucateamento de políticas sociais inclusivas e promotoras do Sistema Alimentar e Nutricional. De tal modo, para a efetivação do direito humano à alimentação e à nutrição em seu mais amplo conceito, exige-se muito além da solidariedade ou das doações de alimentos, mas principalmente a construída com políticas e instituições públicas, e participação popular.
É necessário construir condições de saída para a fome estrutural, com descentralização e democratização da estrutura fundiária, ocupação da terra, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e combate à miséria, conforme política instituída da Reforma Agrária.
Desse modo, assegurar à população a soberania alimentar, implica dizer que todos e todas devem ter acesso à ampliação da produção e valorização de alimentos locais, agroecológicos ou orgânicos, em quantidade suficiente e qualidade nutricional adequada, integrando suas dimensões econômicas, política, de saúde, educação, ambiental, social e cultural.
Diante dos fatos, a criação de uma Comissão Parlamentar Especial de Combate à Fome priorizará, com instrumento estratégico, para redução gradual da insegurança alimentar e nutricional no estado de Pernambuco. Serão realizadas ações de aprimoramento legislativo no âmbito de sua competência, através de pesquisas, reuniões, seminários, visitas técnicas, audiências públicas e outras atividades afins, atuando conjuntamente com a sociedade civil, por meio dos Conselhos Participativos integrados ao mandato, especialistas no assunto e representantes de órgãos governamentais municipais, estaduais e federais, e também de associações e movimentos sociais.
Assim, contamos com o apoio dos Nobres Colegas para a criação e instituição da Comissão Parlamentar de Combate à Fome, bem como com a colaboração posterior para seu efetivo funcionamento.

Sala das Reuniões, em 16 de Fevereiro de 2023.

Rosa Amorim
Deputada

Abimael Santos
Adalto Santos
Aglailson Victor
Antonio Coelho
Claudiano Martins Filho
Dani Portela
Débora Almeida
Doriel Barros
Eriberto Filho
Fabrizio Ferraz
Francismar Pontes
Gilmar Junior
Jarbas Filho
Jeferson Timóteo
João de Nadegi
João Paulo
João Paulo Costa
Joaquim Lira
Luciano Duque
Mário Ricardo
Nino de Enoque
Pastor Junior Tercio
Rodrigo Farias
Rodrigo Novaes
Rosa Amorim
Sileno Guedes
Simone Santana

Requerimento Nº 000077/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de congratulações pelos 133 anos da emancipação do município de São Lourenço da Mata, comemorados em 10 de janeiro do corrente ano.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
ao Exmo. Sr. Vinícius Labanca, Prefeito de São Lourenço da Mata; ao Exmo. Sr. Leonardo Barbosa dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de São Lourenço da Mata; ao Exmo. Sr. Gilberto Queiroz Monteiro da Fonte, vereador; ao Exmo. Sr. Luciano Brito da Silva, vereador; ao Exmo. Sr. Arllan Dourado Gomes da Silva, vereador; ao Exmo. Sr. João Pessoa da Silva Filho, vereador; ao Exmo. Sr. Valdemir dos Santos Carneiro, vereador; ao Exmo. Sr. Rinaldo Alves de Moura, vereador; ao Exmo. Sr. Aílton Serafim de Vasconcelos, vereador; ao Exmo. Sr. José Roberto da Silva, vereador; ao Exmo. Sr. Fábio Santos de Miranda, vereador; ao Exmo. Sr. Luciano Francisco do Nascimento, vereador; ao Exmo. Sr. José Salvador de Souza, vereador; ao Exmo. Sr. Wlady Willamy Santos da Silva, vereador; à Exma. Sra. Swamy Marques de Lira, vereadora; à Exma. Sra. Maely Bartolomeu de França, vereadora.

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade congratular o município de São Lourenço da Mata pela passagem do seu 133° aniversário, comemorados em 10 de janeiro do corrente ano.
Emancidapada em 10 de janeiro de 1890, São Lourenço da Mata é considerada uma das cidades mais antigas do Brasil e possui uma população aproximada de 113.230 habitantes. Além de deter o título de capital do Pau-Brasil, o seu patrimônio histórico é bastante rico, com usinas, igrejas e engenhos dos tempos coloniais, como a Igreja Matriz de São Lourenço, as usinas Capibaribe e Tiúma, vários engenhos de cana-de-açúcar, Bosque Pau-Brasil, Matriz da Luz (a 2° Igreja Católica mais antiga do Brasil), Barragem de Tapacurá.
Diante de todo o exposto, solicito aos meus ilustres pares a aprovação deste voto de CONGRATULAÇÕES pelos 133 anos de emancipação política do município de São Lourenço da Mata.

Sala das Reuniões, em 14 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000078/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um Voto de Congratulações pelo 14º aniversário do blog do Brito.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
ao Sr. Antônio Henrique Araújo de Brito, blogueiro; ao Sr. Elton Brito, blogueiro.

Justificativa

O presente requerimento visa congratular a passagem do 14º aniversário do Blog do Brito, que possui grande alcance em São Lourenço da Mata e região.
Criado em 10 de fevereiro de 2009, através da URL blogdbrito.blogspot.com.br; o Blog foi uma idealização de Elton Brito. Independentemente das dificuldades encontradas ao longo do percurso, os comunicadores mantiveram, em todo esse tempo, a agilidade na publicação de notícias e a credibilidade do blog, características fundamentais para que uma página on-line se destaque no ambiente da internet. Ao longo desses 14 anos, o blog já recebeu algumas premiações e homenagens em reconhecimento ao seu destaque como um importante meio de comunicação.
Ante o exposto, solicito aos meus ilustres pares a aprovação deste voto de congratulações pelo 14º aniversário do Blog do Brito.

Sala das Reuniões, em 15 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000079/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de aplauso ao acadêmico de direito, Paulo Victor Calado de Oliveira, por assumir o cargo de presidente do Diretório Acadêmico de Direito Gilberto Freitas de Araújo.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
ao Sr. Paulo Victor Calado de Oliveira, presidente do Diretório Acadêmico de Direito Gilberto Freitas de Araújo.

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade congratular o acadêmico de direito, Paulo Victor Calado de Oliveira, pela posse como presidente do Diretório Acadêmico de Direito Gilberto Freitas de Araújo.
Autoridades da comunidade jurídica e política da região prestigiaram a cerimônia de posse realizada no último dia 14 de fevereiro, no auditório da faculdade ASCES-UNITA. Além de Paulo Victor, assumiu também a nova diretoria eleita.
Diante de tais considerações, solicito dos meus ilustres pares a melhor das acolhidas para a aprovação deste requerimento em Plenário.

Sala das Reuniões, em 15 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000080/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada uma Reunião Solene no dia 13 de março do presente ano, em homenagem aos 43 anos do Partido dos Trabalhadores.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Deputado Doriel Barros, Presidente Estadual do Partido dos Trabalhadores.

Justificativa

O Partido dos Trabalhadores completou 43 anos de fundação no dia 10 de fevereiro de 2023.
Quando do nascimento do PT, o Brasil passava por um distencionamento da ditadura imposta ao país pelo Golpe Militar de 1964. Eram anos de grande efervescência política onde a população exigia, com cada vez mais adesão popular, a volta da democracia. O Partido surge como o grande catalisador dos desejos da massa e rapidamente se credenciou como porta voz dos anseios do povo brasileiro.
Composto originalmente por uma grande base sindical, o Partido dos Trabalhadores foi tendo cada vez mais destaque na cena política brasileira. Foi um dos grandes responsáveis pela instalação da Assembleia Nacional Constituinte e foi o grande canal de interlocução entre a Constituinte e os segmentos sociais brasileiros, prestando uma contribuição fundamental à elaboração da nossa Constituição Cidadã de 1988.
Consolidado o processo democrático brasileiro, o PT finalmente chega ao poder central em 2002 com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva a presidente do Brasil. Lula implantou uma nova forma de governar, onde o povo mais vulnerabilizado foi a prioridade das ações governamentais. Foram 04 anos de desenvolvimento econômico e social. Em 2006 o PT vence de novo as eleições presidenciais com a reeleição de Lula. Após os oito anos de sucesso interno e reconhecimento internacional do governo Lula, o Partido dos Trabalhadores elege a primeira mulher presidenta do Brasil: Dilma Roussef.
Foram seis anos de Governo Dilma Roussef, primeiro e segundo mandato, até que a presidenta sofre o Golpe que interrompe o seu governo, pondo fim a 14 anos de gestão petista no Brasil.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

João Paulo
Deputado

Requerimento Nº 000081/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja consignado na Ata dos Trabalhos no dia de hoje, Voto de Pesar pelo falecimento do Ex-Deputado Hélio Urquisa Silvestre em 17 de fevereiro de 2023.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Maria Jacilda Godói Urquisa, Esposa; Flavio Urquisa Godoi, Filho; Izabel Urquisa Godoi Almeida, Filha.

Justificativa

Hélio Urquisa Silvestre nasceu em 11/10/1940, no município de Bom Conselho/PE. Torcedor apaixoando pelo Nautico, Hélio foi Diretor da Rádio Papacaça/Bom Conselho, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Olinda e Deputado Estadual. Hélio Urquiza era bastante atuante nos bastidores da política Pernambucana, em especial, nas campanhas do seu grupo político. O Ex- Deputado deixou viúva Jacilda Urquisa, ex-prefeita de Olinda, os filhos Izabel Urquisa, Flavio Urquisa, Hélio Urquisa Filho (in menoriam), Magda Urquisa (in menoriam) , genro, nora e netos. Hélio deixou o exemplo de um grande homem que construiu um legado de honestidade e amizades e uma bonita história de vida. A notícia abrupta do seu falecimento consternou todos os Pernambucanos.

Sala das Reuniões, em 17 de Fevereiro de 2023.

Joãozinho TenÓrio
Deputado

Requerimento Nº 000082/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de aplauso a Márcio Stefanni por assumir o cargo de diretor Financeiro, de Crédito e Captação da Finep.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
ao Sr. Márcio Stefanni, diretor Financeiro, de Crédito e Captação da Finep.

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade congratular Márcio Stefanni pela nomeação ao cargo de diretor Financeiro, de Crédito e Captação da Finep.
O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) anunciou, no último dia 17 de fevereiro, os novos diretores da Finep, a maior agência de financiamento à inovação do país. Dentre as nomeações, o pernambucano Márcio Stefanni foi escolhido para assumir a Diretoria Financeira, de Crédito e Captação.
Funcionário do BNDES e graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Márcio Stefanni é formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Márcio Stefanni foi diretor-presidente da Agência de Fomento do Estado de Pernambuco e possui diversas passagens pelo governo de Pernambuco, nas Secretarias de Turismo, Esporte e Lazer, Planejamento e Gestão, Fazenda e de Desenvolvimento Econômico.
Assim, desejamos os melhores votos de boa sorte ao novo diretor Márcio Stefanni em sua gestão à frente da Diretoria Financeira, de Crédito e Captação da Finep.
Diante de tais considerações, solicitamos dos meus ilustres pares a melhor das acolhidas para a aprovação deste requerimento em Plenário.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000083/2023

Requereiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de congratulações pelos 130 anos de instalação do Tribunal de Contas da União (TCU), celebrado em 17 de janeiro do corrente ano.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
ao Exmo. Sr. ministro Bruno Dantas, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU); ao Exmo. sr. ministro Vital do Rêgo Filho, vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU); ao Exmo. Sr. Walton Alencar Rodrigues, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); ao Exmo. Sr. Benjamin Zymler, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); ao Exmo. Sr. Augusto Nardes, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); ao Exmo. Sr. Aroldo Cedraz, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); ao Exmo. Sr. Jorge Oliveira, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU); ao Exmo. Sr. Antonio Anastasia, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade congratular o Tribunal de Contas da União (TCU), pela passagem dos seus 130 anos de instalação.
Criado em 1980 por iniciativa de Ruy Barbosa, institucionalizado em 1891 e regulamentado em 1892, o Tribunal de Contas da União (TCU) foi implementado em 17 de janeiro de 1983 pelo então ministro da Fazenda, Inocêncio Serzedello Corrêa. Ao longo da história, o Tribunal passou por mudanças em sua composição, estruturação e competências. Hoje, consolidado como uma instituição que atua firmemente na manutenção da democracia, o trabalho do TCU contribui para a melhoria da gestão pública e para o desenvolvimento do País.
Ele é composto por nove Ministros, tendo como seu presidente o ministro Bruno Dantas.
Ante tais considerações, solicito dos meus ilustres pares a plena acolhida para a aprovação deste requerimento em Plenário.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000084/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja consignada na Ata dos Trabalhos de hoje um VOTO DE APLAUSO ao Sr. Fabinho Queiroz , Prefeito do município de Buenos Aires, pela organização, eficiência e valorização de nossa cultura nos festejos carnavalescos da cidade de Buenos Aires/PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Ilmo.Sr Silvério Pessoa., Secretario de Cultura do Governo de Pernambuco; Ilma Sra RENATA BORBA, Presidente da FUNDARPE; Exmo Sr. Fabinho Queiroz, Prefeito do município de Buenos Aires; Ilmo.Sr Luiz Carlos, Presidente da Câmara de Vereadores de Buenos Aires.

Justificativa

A diversidade cultural foi marca do carnaval do município de Buenos Aires, um carnaval feito para o povo, com a participação dos moradores do município, turistas e do poder executivo municipal . Celebrou-se as festividades de Momo , exaltando o respeito às tradições e abraçando os novos ritmos que tomam conta de todo país. Um carnaval organizado com a intenção e finalidade de proporcionar alegria a todos os foliões que esperaram por dois anos para brincar ao som do frevo, maracatu , brega, entre outros ritmos que contagiam a todos .
Não posso deixar de destacar a excelência do trabalho realizado pela Prefeitura de Buenos Aires tanto , na organização como na segurança , uma verdadeira apoteose de alegria , irreverência, tranquilidade , diversão e entusiasmo .
Assim, pela realização de um carnaval marcado pela diversidade cultural parabenizamos a Prefeitura do município de Buenos Aires e, propomos o presente requerimento, esperando aprovação dos nossos Ilustres Pares.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Henrique Queiroz Filho
Deputado

Requerimento Nº 000085/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja consignada na Ata dos Trabalhos de hoje um VOTO DE APLAUSO a Sra. Adriana Paes, Prefeita do município de Glória de Goitá , pela organização, eficiência e valorização de nossa cultura nos festejos carnavalescos da cidade de Glória de Goitá /PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Ilmo.Sr Silvério Pessoa., Secretario de Cultura do Governo de Pernambuco; Ilma Sra RENATA BORBA, Presidente da FUNDARPE; Exma.Sra. Adriana Paes, Prefeita do município de Glória de Goitá; Exmo. Sr. Kaio Nery, Presidente da Câmara de Vereadores de Glória Goitá.

Justificativa

A diversidade cultural foi marca do carnaval do município de Glória de Goita , transformando os festejos de momo numa festa democrática e de valorização de nossas tradições . Foram dias de alegrias e diversão não só para os moradores do município mas também para os turistas que conheceram o carnaval do interior pernambucano, um carnaval multicultural , que respeita as tradições mas sem esquecer os novos ritmos que tomam contam de todo o país, um carnaval inovador feito para o povo onde a ordem era “Brincar e Ser Feliz”.
Esse foi o espírito da festa mais popular da cultura brasileira, mas tudo isso só foi possível por conta do trabalho admirável que a administração municipal realizou , transformando o Carnaval de 2023 do município de Glória de Goitá num dos melhores da região , uma verdadeira apoteose de alegria e diversão, onde o folião brincou ao som do frevo, maracatu e outros ritmos esbanjando alegria e irreverência, movido por um clima de paz e segurança.
Ante o exposto, é que propomos o presente requerimento, esperando aprovação dos nossos Ilustres Pares.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Henrique Queiroz Filho
Deputado

Requerimento Nº 000086/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja consignada na Ata dos Trabalhos de hoje um VOTO DE APLAUSO ao Sr. Irmão Aluízio Xavier , Prefeito do município de Tracunhaém , pela organização e eficiência na realização do “Carnaval do Povo “.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Ilmo.Sr Silvério Pessoa., Secretario de Cultura do Governo de Pernambuco; Ilma Sra Renata Borba, Presidente da FUNDARPE; Exmo Sr. Aluízio Xavier da Silva, Prefeito do município de Tracunhaém; Ilmo Sr Rodrigo,, Secretario de Turismo e Cultura do município de Tracunhaém; Ilmo Sr Alexsandro José da Silva,, Secretario de Segurança municipal de Segurança Pública; Giro Mata Norte, @giromatanorte.

Justificativa

A diversidade cultural foi marca do carnaval do município de Tracunhaém, o que transformou os festejos de momo numa festa democrática e de valorização de nossas tradições . Foram dias de alegrias e diversão não só para os moradores do município mas também para os turistas que conheceram o carnaval do interior pernambucano, um carnaval multicultural, que respeita as tradições mas sem esquecer os novos ritmos que tomam contam de todo o país, um carnaval inovador feito para o povo onde a ordem era “Brincar e Ser Feliz”.
Esse foi o espírito da festa mais popular da cultura brasileira em Tracunhaém , mas tudo isso só foi possível por conta do trabalho admirável que a administração municipal realizou , transformando o Carnaval do Povo num dos melhores da região, valorizando os artistas locais , investindo nas agremiações e blocos que arrastaram multidões, aquecendo com essas ações a economia local . Uma verdadeira apoteose de alegria e diversão, onde o povo brincou ao som do frevo, maracatu e outros ritmos esbanjando alegria e irreverência, tudo isso movido por um clima de paz e segurança, um trabalho incansável da Policia Militar . Não poderia ser diferente o Carnaval do Povo , dos Maracatus Pavão Dourado , Estrela de Tracunhaém, Estrela da Serra e da Caravana Andaluza e de tantas outras manifestações culturais ficará na história do município de Tracunhaém como o melhor carnaval de todos os tempos.
Ante o exposto, é que propomos o presente requerimento, esperando aprovação dos nossos Ilustres Pares.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Henrique Queiroz Filho
Deputado

Requerimento Nº 000087/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um VOTO DE APLAUSO ao Sr. João Henrique de Andrade Lima Campos, prefeito da cidade do Recife, pelos resultados excelentes do Carnaval 2023, o primeiro realizado sob sua gestão à frente do Executivo municipal.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Sr. João Campos, Prefeito da Cidade do Recife; Sr. Romerinho Jatobá, Presidente da Câmara Municipal do Recife.

Justificativa

O Carnaval do Recife 2023, que teve balanço de ações apresentado pela Prefeitura do Recife no dia 22 de fevereiro de 2023, foi marcado pelo sucesso de público e por resultados positivos em diversas áreas. Nos cinco dias oficiais de festa, mais de 2,7 milhões de foliões estiveram presentes em 44 polos descentralizados.
Cerca de 2,8 mil apresentações foram realizadas, com mais de mil horas de música entoadas. Na programação, 98% dos artistas foram da cena local, o que correspondeu a 1.644 apresentações da cultura popular (60%), 340 de orquestras de frevo e mais de 500 de bois de carnaval, caboclinhos, afoxés, maracatus e outras manifestações culturais.
Do ponto de vista da economia, mais de R$ 2 bilhões foram movimentados, nesse período, na capital pernambucana. Mais de 50 mil postos de trabalho temporários foram gerados pela folia. De acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Pernambuco (ABIH-PE), a ocupação hoteleira foi de 96,12%, com permanência média dos visitantes ao longo de cinco noites, um aumento em relação a carnavais passados.
Foi também um carnaval marcado pela preocupação com o social. De forma inédita, catadores e autônomos puderam deixar seus filhos em segurança na Casa do Pequeno Folião, em horário integral, e trabalhar com tranquilidade durante a folia. O espaço acolheu 43 crianças com idade entre zero e seis anos, oferecendo refeições e lanches, atividades recreativas e lúdicas. Outros três espaços de proteção acolheram 247 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou de trabalho infantil.
Foi, além disso, um carnaval inclusivo. No Camarote da Acessibilidade do Galo da Madrugada, mais de mil pessoas se inscreveram por meio do Conecta Recife. O espaço inclusivo montado no Pátio do Carmo recebeu 400 foliões, entre pessoas com deficiência e seus acompanhantes.
Na Segurança, a Guarda Civil Municipal contou com 3.494 agentes, 60 viaturas e quatro motocicletas ativadas em caráter extraordinário, dispondo ainda de 45 câmeras somente na Ilha do Recife.
Na Saúde, houve a escalação de mais de dois mil profissionais, 36 ambulâncias e 40 motolâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), totalizando 696 atendimentos no Galo da Madrugada e no posto fixo instalado na Avenida Alfredo Lisboa.
A Prefeitura do Recife também montou um grande esquema de limpeza urbana, recolhendo 417 toneladas de lixo a partir da mobilização de 1,2 mil trabalhadores.
Na Comunicação, destaco a TV Conecta Recife, recém-criada pela Prefeitura do Recife e estreante em sua cobertura momesca. Com uma equipe de 30 pessoas, a emissora pública levou imagens do Carnaval do Recife para mais de 30 países, contribuindo para divulgar nossa cultura.
Por todo o exposto, parabenizo o prefeito do Recife, Sr. João Henrique de Andrade Lima Campos, pela bem-sucedida coordenação de toda a equipe da Prefeitura do Recife responsável por tornar o Carnaval 2023 um dos mais grandiosos da história da cidade, e solicito dos meus ilustres pares a melhor das acolhidas para a aprovação deste requerimento em Plenário.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Sileno Guedes
Deputado

Requerimento Nº 000088/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades Regimentais, que seja enviado um VOTO DE APLAUSO à Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, grande campeã do Carnaval 2023 no Rio de Janeiro, que difundiu, para o Brasil e para o mundo, a cultura do cangaço tendo com personagem principal, Virgulino Ferreira, o Lampião.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense, Escola de Samba.

Justificativa

Sempre é motivo de orgulho ver a cultura do Nordeste e do sertão serem difundidas pelo país. Neste Carnaval de 2023, a Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense apostou no Movimento do Cangaço tendo como figura central Lampião.
Marcante na história do nordeste, Lampião independente de opiniões, figura como um dos grandes personagens nordestinos do século XX e responsável por marcar um período social da região.
O cangaço era um modo de vida, um movimento social organizado e que determinou diversos acontecimentos que marcaram o povo sertanejo. Para além das histórias contadas no teatro ou no cinema e na transformação de Lampião como um ser exótico, assim como tratou o enredo da referida escola de samba, o Cangaço, representado na figura de Virgulino Ferreira e do seu bando, uma importante e reflexiva passagem histórica de um povo e de uma região.
Se foi bandido ou herói, deixamos para que o senso crítico de cada sujeito interprete e compreenda da forma como a sua leitura histórica o permita. Mas sem dúvidas, Lampião é uma forte representação do sertão nordestino e da nossa tão brilhante cultura, o homem que aprendeu a desbravar a caatinga e sobreviver a partir da sua diversidade, motivo pelo qual um enredo que o retrata ganhou destaque no Brasil e no mundo.
Pelo exposto, solicito aos nobres Pares que aprovem o VOTO DE APLAUSO.
Sala das Reuniões, em 23 de fevereiro de 2023.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Luciano Duque
Deputado

Requerimento Nº 000089/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um VOTO DE APLAUSO à Escola de Samba Mancha Verde, vice-campeã do Carnaval 2023 em São Paulo, que difundiu, para o Brasil e para o mundo, a cultura do cangaço e cantou as maravilhas do Nordeste, com ênfase na dança Xaxado e em Lampião.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Escola de Samba Mancha Verde, Escola de Samba.

Justificativa

Sempre é motivo orgulho ver a cultura do nordeste e do sertão serem difundidas pelo país. Neste Carnaval de 2023, a Escola de Samba Mancha Verde cantou as maravilhas do Nordeste, com ênfase na dança do Xaxado e em Lampião, contendo no samba-enredo versos que enalteceram Serra Talhada. Destaca-se que o grupo de Xaxado Fundação Cabras de Lampião foi convidado e participou do desfile.
Este fato vai além de uma ação cultural ou apresentação de uma escola de samba, este acontecimento demonstra a força da nossa cultura e o legado desse histórico movimento denominado Cangaço, que retrata um período importante do Nordeste, em especial do sertão.
Sob o comando de Lampião, o movimento do cangaço se enraizou no sertão nordestino, tendo sua semente em Serra Talhada, terra natal do cangaceiro, e influenciou na formação cultural desse povo tão aguerrido.
Para além das batalhas e do desbravamento da caatinga, o Cangaço também desenvolveu valores artísticos e sociais entre os seus integrantes, sendo atribuído ao próprio Lampião o surgimento de uma das mais tradicionais danças e ritmos do nordeste: O Xaxado.
O movimento que já era conhecido e respeitado dentro do contexto histórico do país, ganhou um patrono que fez os valores artísticos do cangaço ganharem ainda mais visibilidade. Com Luiz Gonzaga, a música que animava o bando de Lampião, inclusive com composições do próprio Rei do Cangaço, tomou outra proporção e ampliou o seu alcance.
Bastante conhecido na atualidade, o Xaxado é uma das expressões culturais mais autênticas do país, sobretudo no Nordeste, motivo que levou esse gênero artístico a ganhar destaque no desfile das escolas de samba de São Paulo, representado pela Mancha Verde, conquistando o segundo lugar na competição, um marco histórico para a cultura nordestina, do sertão e de Serra Talhada.
Não custar rememorar que este Parlamento conferiu a cidade de Serra Talhada como a Capital do Xaxado e da História do Cangaço e a Dança do Xaxado Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco, conforme as Leis nº 14.381/2011 e 13.776/2009, respectivamente.
Pelo exposto, solicito aos nobres Pares que aprovem o VOTO DE APLAUSO.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Luciano Duque
Deputado

Requerimento Nº 000090/2023

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de aplauso pela atuação da Policia Civil na apreensão de 200kg de entorpecentes, ocorrida no bairro de Pontezinha, no Cabo de Santo Agostinho no dia 23 de janeiro do corrente ano.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
à Exma. Sra. delegada Carla Patrícia Cunha, secretária de Defesa Social de Pernambuco; à Exma. Sra. Simone Aguiar, chefe da Polícia Civil de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Mamedes Oliveira, delegado titular da Delegacia de Maria Farinha; ao Sr. Ricardo Soares Lopes, comissário de polícia; ao Sr. José Luciano do Nascimento, comissário de polícia; ao Sr. José Esperidião Feliciano Filho, comissário de polícia; ao Sr. Anderson Bezerra da Silva, comissário de polícia.

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade congratular a Polícia Civil de Pernambuco pela importante apreensão de 200kg de entorpecentes, realizada no último dia 23 de janeiro.
Esforços de investigação dos policiais civis das Delegacias do Janga e de Maria Farinha, em Paulista, levaram à prisão de um homem pelos crimes de Tráfico de Drogas Ilícitas e Posse Ilegal de Munições. Com o homem foram apreendidos 30 tabletes de maconha o equivalente a cerca de 30 quilos. Foram apreendidos ainda em sua residência 160 quilos que se encontravam no quarto do suspeito, onde também fora encontradas 29 munições calibre .40.
Diante da exemplar atuação da Polícia Civil de Pernambuco no combate ao tráfico de entorpecentes no Estado, e, especialmente, nesta exitosa apreensão, solicito dos meus ilustres pares a melhor das acolhidas para a aprovação deste requerimento em Plenário.

Sala das Reuniões, em 24 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000091/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja consignado na ata dos trabalhos legislativos um VOTO DE APLAUSO ao artista plástico Leopoldo Nóbrega em reconhecimento ao grande trabalho realizado com a criação e execução do Galo Preto Ancestral, por ocasião do Carnaval do Recife 2023.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Leopoldo Nóbrega, Artista Plástico.

Justificativa

Apresento, no dia de hoje, um **Voto de Aplauso** para render homenagens a Leopoldo Nóbrega.
Leopoldo Nóbrega foi o artista responsável pela concepção da escultura gigante, O Galo Preto Ancestral, que foi erguida na ponte Duarte Coelho, em homenagem ao Clube de Máscaras O Galo da Madrugada, no Carnaval do Recife 2023. A alegoria trouxe em suas cores a adereços referências à cultura negra.
O Galo da Madrugada tem sua origem no folclore nordestino e remonta ao tempo em que os criadores de galos de briga organizavam grandes desfiles com seus animais.
Com o passar do tempo, essa tradição se transformou em um evento carnavalesco que reúne pessoas de todas as idades e classes sociais, de forma democrática e inclusiva. O Galo da Madrugada é uma celebração da cultura popular nordestina, realizada com muita música, dança, alegria e irreverência.
Com o decorrer dos anos, o Galo da Madrugada tornou-se uma das mais importantes manifestações culturais do Brasil e do mundo e representa não só a alegria e a diversão do carnaval, mas também a força e a resistência de um povo que luta para preservar suas raízes culturais e sua identidade.
Ao vestir a alegoria do Galo da Madrugada com motivos africanos, o artista Leopoldo Nóbrega deu visibilidade a nossa matriz genealógica e criou uma grande vitrine em exaltação a importância do negro e consequentemente à cultura negra na formação do povo brasileiro. Vale também destacar a excelência do trabalho da produtora executiva e designer Germana Xavier, como também o trabalho de mais de 150 mulheres artesãs que contribuiram na confecção da alegoria do Galo da Madrugada.
Assim, ao elaborar visualmente um ícone do carnaval pernambucano, como é a alegoria do Galo da Madrugada, ancestral e negro, é digno o registro da manifestação de aplauso, em reconhecimento ao trabalho realizado pelo artista plástico Leopoldo Nóbrega.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

João Paulo
Deputado

Requerimento Nº 000092/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado Voto de Aplauso, a Empresa Masterboi, vencedora do prêmio de melhor gestão no ano de 2022, reconhecida pelo Programa Deloitte.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Dra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Exmo. Senhor Dr. Guilherme Reynaldo de Rangel Moreira Cavalcanti, Secretário de Desenvolvimento Econômico; Ilmo. Senhor Nelson Bezerra da Silva, Presidente do Grupo Masterboi.

Justificativa

Venho através desta proposição, prestar reconhecimento a Empresa Masterboi, vencedora do prêmio de melhor Gestão no ano de 2022, reconhecida pelo Programa Deloitte.
O Programa Deloitte trata-se de projeto que se originou no Canadá, e hoje está solidificado integralmente e presente em cerca de 48 países, cujo objetivo é avaliar empresas considerando diferentes dimensões: ESG, Estratégia, Cultura & Compromisso, Capacidade & Inovação e Governança & Finanças.
No Brasil a edição do ano de 2022 do programa encontra-se na 2ª edição, conta com o apoio da SingularityU Brazil – Aliança estratégica que guia líderes e empresas na jornada de inovação, por meio do ensino de tecnologias exponenciais, do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, da HSM, plataforma de educação corporativa, e teve 130 empresas participantes, das quais somente 12 foram selecionadas.
Vale destacar que a Masterboi, sendo uma empresa Pernambucana, tendo como proprietário o Empresário Nelson Bezerra da Silva, hoje é uma empresa referência no mercado, em seu portfólio estão cortes bovinos, caprinos e suínos, aves, pescados, vegetais, laticínios e embutidos, compondo um mix de mais de 700 itens entre marca própria e revenda. Atento ao mercado interno, externo e ajuda a movimentar a economia local com a geração de centenas de empregos, no Estado de Pernambuco.
Hoje a empresa é uma das maiores do Brasil no segmento, sendo um exemplo de sucesso e empreendedorismo para todos.
Esse prêmio melhor gestão no ano de 2022, reconhecida pelo Programa Deloitte, reconhece o empenho do Grupo Masterboi principalmente com as futuras gerações com certeza poderá contribuir para uma cadeia de valor equilibrada e um planeta sustentável.
Ante o exposto solicito dos meus ilustres pares aprovação para este requerimento.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Antônio Moraes
Deputado

Requerimento Nº 000093/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado Voto de Aplauso, ao Presidente do Grupo EQM, Senhor Eduardo de Queiroz Monteiro, pela passagem dos 132 anos de fundação da Usina Cucaú.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Senhora. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Exmo. Senhor Dr. Guilherme Reynaldo de Rangel Moreira Cavalcanti, Secretário de Desenvolvimento Econômico; Exmo. Senhor Eduardo Queiroz Monteiro, Presidente do Grupo Eduardo Queiroz Monteiro – EQM; Exmo. Senhor Paulo Pugliesi, Diretor Executivo da Folha de Pernambuco; Exmo. Senhor Renato Cunha, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco/SINDAÇÚCAR.

Justificativa

É com imenso orgulho que viemos à esta Tribuna celebrar a passagem dos 132 anos de fundação da Usina Cucaú, localizada no município de Rio Formoso, administrada pelo Grupo Eduardo Queiroz Monteiro – EQM.
Sua fundação ocorreu em 16 de fevereiro de 1891, na época administrada pela Companhia Geral de Melhoramentos.
No ano de 1943, foi adquirida pelo empresário Dr. Armando de Queiroz Monteiro, na qual modernizou sua estrutura, e deu início a uma das maiores produtoras de açúcar e etanol do Estado de Pernambuco.
Após o falecimento do Dr. Armando de Queiroz Monteiro, em 1989, a missão de dar continuidade ao grande estabelecimento industrial, ficou para os filhos Armando Monteiro, Dr. Múcio Monteiro, Dr. Rômulo Monteiro e seus descendentes, que contribuíram para o desenvolvimento e modernização da Usina Cucaú.
A Usina Cucaú tem uma capacidade de processamento de 11 mil toneladas de cana por dia, gera cerca de 5 mil empregos diretos e 15 mil indiretos no período de produção mais intenso da safra, que se inicia em setembro vai até o mês de março.
Nos dias de hoje o Grupo Eduardo Queiroz Monteiro - EQM, é presidido pelo empresário Eduardo de Queiroz Monteiro e ao longo de sua história a Usina Cucaú passou por grandes mudanças. Em recente entrevista à Folha de Pernambuco, o presidente do Grupo EQM, Eduardo de Queiroz Monteiro, relatou que o empreendimento é beneficiado por uma topografia favorável e boa localização para o escoamento da produção. “A Usina Cucaú é, sem nenhum favor, uma das melhores usinas de Pernambuco. Ela está no bioma da Mata Sul, portanto, um bioma mais úmido, de solos férteis e é uma Usina privilegiada na sua topografia. Cucaú tem grandes áreas de várzea que é o vale do Rio Sirinhaém, tem chãs e muitas áreas planas. Quase um terço da sua área de colheita pode ser mecanizada. Ela é muito bem situada, perto do Porto de Suape e, relativamente, perto do Recife (cerca de 100 km). Portanto, tem localização, também, muito privilegiada”.
Além de gerar empregos diretos e indiretos, produzindo cana, açúcar e etanol a Usina Cucaú, também investe nos projetos ambientais e sociais, nos quais podemos citar alguns:
Na área do meio ambiente é detentora de mais de 6 mil hectares de área de Mata Atlântica preservada, a Usina está em busca da formalização de uma área de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). A área a ser preservada tem aproximadamente 872 hectares da Mata do Jaguarão, fazendo com que sejam direcionadas ações de cuidado, reflorestamento e conscientização sobre a manutenção dos biomas.
Outro bom exemplo que podemos citar do programa ambiental da Usina Cucaú, visando o compromisso com o desenvolvimento sustentável é o espaço de Viveiro de Mudas, que pode ser considerada uma fábrica de conhecimento e educação ambiental.
Esse espaço tem como finalidade atuar para a produção de mudas de espécies da flora nativa, passando por várias fases da sementeira, da repicagem, da rustificação e seguindo para o plantio no campo e o reflorestamento.
Também tem um compromisso com o conhecimento para as crianças e adolescentes das escolas e comunidade local, que recebem palestras e participam de workshop sobre a sensibilização e a conscientização de como preservar o meio ambiente.
Ao longo de sua história a Usina Cucaú mostra a competência de suas ações e atitudes que atravessaram mais de um século e continua firme no propósito de dar continuidade a sua trajetória de lutas em favor do desenvolvimento da economia no Estado de Pernambuco.
Ante o exposto solicito dos meus ilustres pares aprovação para este requerimento.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Antônio Moraes
Deputado

Requerimento Nº 000094/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de aplausos à Prefeitura Municipal de Salgadinho pelo sucesso na realização do Carnaval 2023.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
ao Exmo. Sr. Jose Soares da Fonseca, Prefeito de Salgadinho; à Exma. Sra. Elane Barbosa de Lima Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Salgadinho; ao Exmo. Sr. Antonio Dionisio da Silva Filho, vereador; ao Exmo. Sr. Jose Rivaldo de Moura, vereador; ao Exmo. Sr. Luiz Francisco de Lira, vereador; ao Exmo. Sr. Sami da Silva Santos, vereador; ao Exmo. Sr. José Anderson da Silva Araújo, vereador; à Exma. Sra. Luzia Flora da Conceição, vereadora; à Exma. Sra. Janaína Vieira Dionízio da Silva, vereadora; à Exma. Sra. Josefa Severina da Silva, vereadora.

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade congratular a Prefeitura Municipal de Salgadinho pelo sucesso na realização do Carnaval 2023.
A festa realizada pela prefeitura, além de exaltar a cultura carnavalesca, foi de fundamental importância para economia e turismo local.
A programação cultural arrastou um grande número de pessoas para as ruas, o que fez movimentar economicamente todos os setores da cidade. O público presente pode aproveitar a festa com muito frevo, alegria e tranquilidade.
Assim, o festejo carnavalesco foi finalizado com grande sucesso e brilhantismo.
Diante do exposto, considerando o grande sucesso do Carnaval 2023 realizado na cidade de Salgadinho, solicito aos meus pares a aprovação para este requerimento.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000095/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de aplausos à Prefeitura Municipal de Timbaúba pelo sucesso na realização do Carnaval 2023.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
ao Exmo. Sr. Marinaldo Rosendo de Albuquerque, Prefeito de Timbaúba; ao Exmo. Sr. Josinaldo Barbosa de Araujo, Presidente da Câmara Municipal de Timbaúba; à Exma. Sra. Marileide Rosendo de Albuquerque, vereadora; ao Exmo. Sr. José Bernardo de Farias, vereador; ao Exmo. Sr. Emanuel Gouveia Ferreira Lima, vereador; ao Exmo. Sr. Tarcisío Batista da Silva, vereador; ao Exmo. Sr. Fellipe de Moraes Vasconcelos, vereador; à Exma. Sra. Risalva Brandão Rodrigues, vereadora; ao Exmo. Sr. Marcos Antônio Ferreira, vereador; ao Exmo. Sr. Glebson Márcio Barbosa de Araújo, vereador; ao Exmo. Sr. Ronaldo Gomes da Silva, vereador; à Exma. Sra. Iraílde de Oliveira Silva, vereadora; ao Exmo. Sr. Felipe Gomes Ferreira Lima, vereador; à Exma. Sra. Maria da Conceição Alessandra Silva de Santana, vereadora; ao Exmo. Sr. José do Nascimento Muniz de Andrade Filho, vereador.

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade congratular a Prefeitura Municipal de Timbaúba pelo sucesso na realização do Carnaval 2023.
A festa realizada pela prefeitura, além de exaltar a cultura carnavalesca, foi de fundamental importância para economia e turismo local.
A programação cultural arrastou um grande número de pessoas para as ruas, o que fez movimentar economicamente todos os setores da cidade. O público presente pode aproveitar a festa com muito frevo, alegria e tranquilidade.
Assim, o festejo carnavalesco foi finalizado com grande sucesso e brilhantismo.
Diante do exposto, considerando o grande sucesso do Carnaval 2023 realizado na cidade de Timbaúba, solicito aos meus pares a aprovação para este requerimento.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000096/2023

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de aplausos à Prefeitura Municipal de São José da Coroa Grande pelo sucesso na realização do Carnaval de Sanzé 2023.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
ao Exmo. Sr. Jaziel Gonçalves Lages, Prefeito de São José da Coroa Grande; ao Exmo. Sr. Nabuco Lopes Barbosa Filho, Presidente da Câmara Municipal de São José da Coroa Grande; ao Exmo. Sr. Jose Ramos Pereira, vereador; ao Exmo. Sr. Andrelino Patrocinio do Nascimento, vereador; ao Exmo. Sr. Humberto Jose dos Santos, vereador; ao Exmo. Sr. Elias Augusto Vieira Rabelo, vereador; ao Exmo. Sr. José Maria de Albuquerque Belo Neto, vereador; ao Exmo. Sr. Reythyner Bonyex Pedro Sales Alves, vereador; ao Exmo. Sr. Israel Rodrigues dos Santos, vereador; ao Exmo. Sr. Wagner Arante da Silva, vereador; ao Exmo. Sr. Antonio Mendes da Silva Filho, vereador; ao Exmo. Sr. Paulo Fernando Lins dos Santos, vereador.

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade congratular a Prefeitura Municipal de São José da Coroa Grande pelo sucesso na realização do Carnaval 2023.
A festa realizada pela prefeitura, conhecida como “Carnaval de Sanzé 2023”, além de exaltar a cultura carnavalesca, foi de fundamental importância para economia e turismo local.
A programação cultural arrastou um grande número de pessoas para as ruas, o que fez movimentar economicamente todos os setores da cidade. O público presente pode aproveitar a festa com muito frevo, alegria e tranquilidade.
Assim, o festejo carnavalesco foi finalizado com grande sucesso e brilhantismo.
Diante do exposto, considerando o grande sucesso do Carnaval de Sanzé de 2023 realizado pela prefeitura de São José da Coroa Grande, solicito aos meus pares a aprovação para este requerimento.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000097/2023

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de aplausos à Prefeitura Municipal de Barreiros pelo sucesso na realização do Carnaval 2023.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
ao Exmo. Sr. Carlos Artur Soares de Avelar Júnior, Prefeito de Barreiros; ao Exmo. Sr. José Henrique da Silva Costa, Presidente da Câmara Municipal de Barreiros; ao Exmo. Sr. Thomaz Dantas Buarque Pinheiro, vereador; à Exma. Sra. Ivalda Maria Pereira Farias, vereadora; à Exma. Sra. Wadja Oliveira Leite Ramos, vereadora; ao Exmo. Sr. José Idson Wanderley Batista, vereador; ao Exmo. Sr. Genival Ricardo Gouveia, vereador; ao Exmo. Sr. Manoel José Gomes Ferreira, vereador; ao Exmo. Sr. Lucas Lafaiete Nascimento dos Santos, vereador; ao Exmo. Sr. Péricles da Silva Souza, vereador; ao Exmo. Sr. Manoel Messias Germano dos Santos Filho, vereador; ao Exmo. Sr. Walter Buarque de Lima, vereador; ao Exmo. Sr. Cristiano Eduardo dos Santos Nascimento, vereador; ao Exmo. Sr. Euclides de Barros Xavier Filho, vereador.

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade congratular a Prefeitura Municipal de Barreiros pelo sucesso na realização do Carnaval 2023.
A festa realizada pela prefeitura, além de exaltar a cultura carnavalesca, foi de fundamental importância para economia e turismo local.
A programação cultural arrastou um grande número de pessoas para as ruas, o que fez movimentar economicamente todos os setores da cidade. O público presente pode aproveitar a festa com muito frevo, alegria e tranquilidade.
Assim, o festejo carnavalesco foi finalizado com grande sucesso e brilhantismo.
Diante do exposto, considerando o grande sucesso do Carnaval 2023 realizado na cidade de Barreiros, solicito aos meus pares a aprovação para este requerimento.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000098/2023

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de aplausos à Prefeitura Municipal de Lagoa dos Gatos pelo sucesso na realização do Carnaval 2023.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
ao Exmo. Sr. Stênio Fernandes de Albuquerque, Prefeito de Lagoa dos Gatos; ao Exmo. Sr. Sidrailson Batista da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa dos Gatos; ao Exmo. Sr. Airton Correia de Melo Junior, vereador; à Exma. Sra. Taynah Melo Monteiro, vereadora; ao Exmo. Sr. Julio José de Souza Maia, vereador; ao Exmo. Sr. João Antônio da Silva, vereador; ao Exmo. Sr. Antonio Carlos Badaró da Silva, vereador; ao Exmo. Sr. Sergio Teófilo da Silva, vereador; ao Exmo. Sr. Erivaldo Raimundo de Souza, vereador; ao Exmo. Sr. José Firmino da Silva Filho, vereador; ao Exmo. Sr. Alex Alan da Silva, vereador; à Exma. Sra. Sthefanny Fernandes de Albuquerque, vereadora.

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade congratular a Prefeitura Municipal de Lagos dos Gatos pelo sucesso na realização do Carnaval 2023.
A festa realizada pela prefeitura, além de exaltar a cultura carnavalesca, foi de fundamental importância para economia e turismo local.
A programação cultural arrastou um grande número de pessoas para as ruas, o que fez movimentar economicamente todos os setores da cidade. O público presente pode aproveitar a festa com muito frevo, alegria e tranquilidade.
Assim, o festejo carnavalesco foi finalizado com grande sucesso e brilhantismo.
Diante do exposto, considerando o grande sucesso do Carnaval 2023 realizado na cidade de Lagoa dos Gatos, solicito aos meus pares a aprovação para este requerimento.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000099/2023

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de aplauso pela atuação da Policia Federal na conclusão da Operação Polígono I, realizada em fevereiro de 2023.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
ao Exmo. Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, diretor-geral da Polícia Federal; ao Exmo. Sr. Antônio de Pádua Vieira Cavalcanti, superintendente da Polícia Federal de Pernambuco; ao Exmo. Sr. Júlio Cezar Figueiredo Machado, chefe da Delegacia de Polícia Federtal em Salgueiro; a todos os policiais federais, militares, civis e penais, envolvidos na operação.

Justificativa

O presente requerimento visa congratular a atuação da Polícia Federal na conclusão da Operação Polígono I que compreendeu os dias 02 e 16 de fevereiro de 2023.
A ação, que contou com a participação de policiais federais, militares, civis e penais, foi realizada em 3 fases (levantamento, percussora e deflagração da operação), na qual foi erradicado e destruído cerca de 128 mil pés de maconha e 24 mil mudas que estavam em 58 plantios, bem como apreendido 10 quilos de maconha já pronta para o consumo. Os plantios foram localizados através de levantamentos feitos pela Polícia Federal em algumas ilhas dos Rio São Francisco, na Região de Orocó, Salgueiro, Cabrobó, Belém do São Francisco, Betânia, Flores, Carnaubeira da Penha e Parnamirim.
Os policiais trabalharam com incursões terrestres e fluviais, com o emprego de botes infláveis e duas aeronaves sendo uma da PF através do GTA-Grupo Tático Aéreo da Secretaria de Defesa Social/PE e a outra da CIPOAER-Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas/CE.
Tais medidas fazem parte das estratégias adotadas pela Coordenação-Geral de Repressão a Drogas, Armas, Crimes Contra o Patrimônio, e Facções Criminosas-CGPRE, Órgão Central da Polícia Federal em Brasília/DF e Superintendência Regional em Pernambuco.
Diante da valorosa atuação da Polícia Federal, solicito dos meus ilustres pares a melhor das acolhidas para a aprovação deste requerimento em Plenário.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000100/2023

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de aplausos à Prefeitura Municipal de Pesqueira pelo sucesso na realização do Carnaval 2023.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
ao Exmo. Sr. Sebastião Leite da Silva Neto, Prefeito de Pesqueira; ao Exmo. Sr. José Maria Alves Pereira Júnior, Presidente da Câmara Municipal de Pesqueira; à Exma. Sra. Izabela da Silva Bezerra Lins, vereadora; ao Exmo. Sr. Jucenildo José Simplício Freire, vereador; à Exma. Sra. Arinete Beserra Acioli, vereadora; à Exma. Sra. Rochevania Maria da Silva Rocha, vereadora; ao Exmo. Sr. Mateus Cavalcanti Santos de Almeida, vereador; à Exma. Sra. Raniele Lopes da Silva, vereadora; ao Exmo. Sr. Lenivaldo Soares dos Santos, vereador; ao Exmo. Sr. Carlos Edvaldo de Mendonca, vereador; ao Exmo. Sr. Gean Marcelo Rodrigues de Souza, vereador; ao Exmo. Sr. José Maria da Silva Campos, vereador; ao Exmo. Sr. João Galindo Cavalcanti, vereador; ao Exmo. Sr. José Tenório de Brito Filho, vereador; ao Exmo. Sr. Edinaldo Jose Bezerra, vereador; ao Exmo. Sr. Diego Jose da Silva Ferreira, vereador.

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade congratular a Prefeitura Municipal de Pesqueira pelo sucesso na realização do Carnaval 2023.
Neste ano, o homenageado foi o cantor e compositor Antônio Sérgio Rodrigues Barbosa, conhecido como Sérgio Amaral, que comandou por 40 anos o bloco “Lira da Tarde”, uma das maiores agremiações de Pernambuco. As troças, blocos públicos e particulares arrastaram um grande número de pessoas para as ruas, em média 15 a 20 mil pessoas por dia, o que fez movimentar economicamente todos os setores da cidade. O público presente aproveitou a festa com muito frevo, alegria e tranquilidade.
Além da exaltação da cultura carnavalesca, o Carnaval de Pesqueira foi de fundamental importância para economia e turismo local.
Assim, o “Carnaval dos Caiporas” finalizou seus festejos com grande sucesso e brilhantismo.
Diante do exposto, considerando o grande sucesso da festividade carnavalesca realizada na cidade de Pesqueira, solicito aos meus pares a aprovação para este requerimento.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000101/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um **Voto de Aplauso** à Associação de Surdos de Pernambuco - ASSPE, na pessoa da sua Presidente Ana Lúcia Pereira da Silva, extensivo a toda a sua diretoria e componentes, pelo excelente serviço prestado à população surda no Estado de Pernambuco.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ilma. Ana Lúcia Pereira da Silva, Presidente da Associação de Surdos de Pernambuco - ASSPE.

Justificativa

É com muita satisfação que venho aos meus ilustres pares prestar uma homenagem à Associação de Surdos de Pernambuco - ASSPE, que é uma entidade sem fins lucrativos e trabalha junto à população surda do Estado de Pernambuco, atendendo principalmente as áreas de esporte e lazer. O objetivo da Associação é ampliar a atuação nas atividades desportivas de forma que mobilize as autoridades responsáveis pela melhoria nas condições de vida da sociedade em geral, buscando manifestações nos campos artísticas-culturais, turísticos, sociais, recreativas, de lazer, assistenciais e educacionais.
A Associação foi fundada em 17 de outubro de 1985, contribui para o movimento e representatividade da Comunidade surda em defesas dos direitos e interesses que implicam na luta do individuo surdo.
Sendo assim solicito aos ilustres pares a aprovação deste voto de aplauso, desejando à Associação de Surdos de Pernambuco meus mais sinceros votos de sucesso.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

João Paulo
Deputado

Requerimento Nº 000102/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Voto de Aplauso à Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco, pelos serviços prestados no carnaval de 2023, em razão de sua competência e profissionalismo.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Senhora Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Exma. Senhora Dra. Carla Patrícia Cintra Barros da Cunha, Senhora Secretária de Defesa Social; Exmo. Senhor Coronel Tibério César dos Santos, Comandante da Policia Militar de Pernambuco; Exma. Senhora Dra. Simone Aguiar, Chefe de Policia Civil de Pernambuco; Exmo. Senhor Coronel Frederico Reis Pouso Salas, Comandante do Corpo de Bombeiros de Pernambuco.

Justificativa

Venho através desta proposição, apresentar um voto de aplauso à Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco pelos serviços prestados no carnaval de 2023, pois sua presença foi constante em todas as festividades no Estado de Pernambuco de maneira competente e profissional.
O carnaval de Pernambuco, oficialmente, iniciou-se no dia 17 de fevereiro de 2023 e terminou no dia 22 de fevereiro de 2023, quarta-feira de cinzas. Durante esse período, várias festividades, shows, blocos aconteceram, dentre esses, o Galo da Madrugada, onde fez-se presente a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil de Pernambuco.
Durante esse período, não houve registro de maiores incidentes, pois tanto o Corpo de Bombeiros Militar, quanto a PMPE no serviço ostensivo e a Polícia Civil através de suas atividades, desempenharam de forma exemplar suas atribuições.
Assim, a população pernambucana pôde observar “in loco” a presença assídua dessas instituições, visto que, a Constituição Federal em seu art. 144 assegura como dever do Estado a garantia da segurança e a preservação da ordem pública através das suas polícias.
Desse modo, a população pernambucana pôde desfrutar de um carnaval multicultural, sendo reconhecido tanto nacionalmente, quanto internacionalmente pela união de suas diferentes celebrações de rua, desfiles carnavalescos e apresentações de artistas.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Antônio Moraes
Deputado

Requerimento Nº 000103/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um Voto de Pesar aos familiares do ex-Vereador do Município de Sertânia, José Etelvino Lins de Albuquerque, cujo falecimento ocorreu em 20 de fevereiro de 2023, na cidade do Recife.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Senhor Gustavo Maciel Lins de Albuquerque, Filho; Exmo. Senhor José Etelvino Lins de Albuquerque Júnior, Filho.

Justificativa

Faleceu no dia 20 de fevereiro de 2023, aos 90 anos de idade, na cidade do Recife, o ex-Vereador do Município de Sertânia, José Etelvino Lins de Albuquerque, “Zé Etelvino”, como era carinhosamente conhecido, era uma importante liderança política do município de Sertânia.
Auditor da Fazenda Estadual de Pernambuco aposentado, advogado, “Zé Etelvino”, era genitor do ex-prefeito do Município de Sertânia, Gustavo Maciel Lins de Albuquerque e do Vereador José Etelvino Lins de Albuquerque Júnior “Junhão Lins”, ele deixa a sua esposa, Dona Onilda Maciel, e cinco filhos.
O velório ocorreu na tarde do dia 21 de fevereiro de 2023, segunda-feira, na Câmara Municipal de Vereadores e o sepultamento no dia 22 de fevereiro, (terça-feira) no Cemitério Municipal.
O falecimento de “Zé Etelvino”, deixou uma grande lacuna, com o sentimento de saudade em todos, principalmente nos seus familiares, amigos mais próximos e para a sociedade sertaniense, grande homem que marcou a história do município.
Deixo aqui meus sentimentos a toda sua família e amigos, e expresso as minhas mais sinceras condolências pela perda.
José Etelvino Lins de Albuquerque, era reconhecido por todos na cidade. Os sertanienses se entristecem com essa grande perda de um homem de bem, que tem o reconhecimento de sua história de todos os munícipes.
Peço que Deus o receba de braços abertos e que ilumine e dê forças a todos seus familiares neste momento difícil.
Diante do exposto, solicito dos meus ilustres pares aprovação deste Voto de Pesar.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Antônio Moraes
Deputado

Requerimento Nº 000104/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, **VOTO DE APLAUSO ao Cantor e Compositor, Almir Rouche** pela bela iniciativa do artista de paralisar o Galo da Madrugada para pedir a valorização da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) que, como ele mesmo disse, ***“é a nossa última defesa contra a violência“*.**
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Almir Rouche, Cantor e Compositor; Raquel Lyra, Governadora; Carla Patrícia Cunha., Secretária de Defesa Social de Pernambuco; Coronel PM Tibério César dos Santos, Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco.

Justificativa

O presente voto de Aplauso tem o propósito de Parabenizar o Multiartista, Almir Rouche, pelo belíssimo discurso de valorização aos Policiais Militares de Pernambuco, em cima do Trio elétrico em pleno Bloco do Galo da Madrugada e diante das câmeras de todas as mídias nacionais e internacionais.

O Artista Pernambucano Almir Rouche já gravou em 2009 um frevo intitulado “Frevo Polícia Amiga” cuja letra do Frevo pertence a época aos membros da Honrosa Polícia Militar de Pernambuco Coronel José Lopes ao Tenente-Coronel Carlos Feitosa, música do Maestro e então Capitão da PM Exdras Santos e do 2º Tenente Ozias Fabrício, e arranjo do Sargento Jadiael Figueiredo, todos os PM’s citados com as patentes referentes ao ano de 2009.
O Artista foi muito feliz e merece nosso reconhecimento, pois a **Polícia Militar** tem papel de relevância, uma vez que se destaca, também, como força pública estadual, primando pelo zelo, honestidade e correção de propósitos com a finalidade de proteger o cidadão, sociedade e os bens públicos e privados, coibindo os ilícitos penais e as infrações administrativas.
É de Fato como ele disse no Trio Elétrico “A *nossa última defesa contra a violência* “.
Em razão da homenagem pública do Artista a esses verdadeiros heróis, solicito dos Nobres Pares, o apoio na aprovação deste Voto de Aplauso.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Coronel Alberto Feitosa
Deputado

Requerimento Nº 000105/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um Voto de Aplausos a empresa Ônibus Coletivos e Transportes Ltda, pelos seus 35 anos de fundação.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Adolfo José da Silva, Diretor Presidente; Rodolfo Torres Silva, Diretor Vice Presidente; Juliana Torres Silva, Diretora Financeira; Rodrigo Pinheiro., Prefeito de Caruaru; Bruno Lambreta, Presidente da Câmara de Caruaru.

Justificativa

A empresa Ônibus Coletivos e Transportes Ltda, fundada em 1988, cobre uma grande parte das linhas regulares do município de Caruaru e da região, favorecendo e facilitando a vida de milhares de habitantes, diariamente. A Coletivo dispõe de uma das mais novas frotas do Estado de Pernambuco.
O sistema de suporte operacional conta com equipamentos e profissionais treinados para resolver as mais diversas situações num tempo curto, evitando transtornos ao trânsito e aos usuários. A oficina própria está capacitada a resolver qualquer problema de manutenção dos veículos, com critérios de revisão preventiva, sempre com a meta de fazer o veículo transitar com segurança. Vale salientar que os nossos profissionais recebem constantemente treinamentos e reciclagem, o que complementa a qualidade dos serviços prestados há vários anos nesta região.
Segurança, eficiência e pontualidade fazem da Coletivo uma empresa altamente capacitada, com altíssimo nível de segurança, qualidade e confiabilidade, sem descuidar da limpeza e higiene. Seu principal campo de atuação é o de transporte urbano e rodoviário de passageiros, estando presente em praticamente 10% do território pernambucano. Atua também, com destaque e liderança, em outros segmentos de negócios, como turismo, locação e fretamento.
Nos últimos anos, a Coletivo foi reconhecida com o prêmio Top Marcas – as marcas de que Caruaru mais gosta, título concedido pelo Jornal Vanguarda através da JM Consultoria e Pesquisa, em razão do alto grau de reputação, penetração e conhecimento do nome no mercado. Esse reconhecimento só foi dado a um pequeno grupo de empresas regionais, graças ao reconhecimento do público usuário dos nossos serviços.
O Grupo Coletivo - Urbano, Intermunicipal e Turismo, completa 35 anos no próximo dia 25 de fevereiro, dessa forma, está consolidada como marca expressiva, sendo empresa sólida e prestigiada pelos clientes. Assim sendo, a Coletivo avança, se aprimora e cresce cada vez mais, como um dos mais conhecidos símbolos do empreendedorismo, presentes nas estradas desta imensa região.
Portanto, entendemos ser oportuno que esta Casa Legislativa parabenize essa brilhante empresa, que presta um relevante serviço a sociedade pernambucana.
Ante o exposto, solicitamos dos nossos Ilustres Pares a aprovação deste Requerimento em Plenário.

Sala das Reuniões, em 09 de Fevereiro de 2023.

Coronel Alberto Feitosa
Deputado

Requerimento Nº 000106/2023

Requereiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um voto de aplauso aos novos diretores da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE).
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
à Exma. Sra. delegada Simone Aguiar, chefe da Polícia Civil de Pernambuco; ao Exmo. Sr. delegado Mauro Cabral, subchefe da Polícia Civil de Pernambuco; ao Exmo. Sr. delegado Bruno Vital, diretor da DINTER-1; à Exma. Sra. delegada Isabella Cabral, diretora da DINTER-2; à Exma. Sra. delegada Beatriz Leite, diretora da DIM; ao Exmo. Sr. delegado Izaias Novaes, diretor da DINTEL; ao Exmo. Sr. delegado Hallysson Moji, diretor da DIAG; ao Exmo. Sr. delegado Thiago Uchôa, diretor da DTI; ao Exmo. Sr. delegado Nehemias Falcão, diretor do IITB; ao Exmo. Sr. delegado Antônio Barros, diretor do CORE.

Justificativa

O presente requerimento tem por finalidade congratular os novos diretores da PCPE.
No evento realizado pela Chefia da Polícia Civil de Pernambuco, conduzido pela chefe da Polícia Civil, Delegada Simone Aguiar e pelo subchefe, Delegado Mauro Cabral, os novos diretores tomaram posse formalmente no Gabiente da Chefia, no último dia 9 de fevereiro.
Tomaram posse o Delegado Bruno Vital como gestor da DINTER-1; a Delegada Isabella Cabral como gestora da DINTER-2; a Delegada Beatriz Leite como gestora da DIM; o Delegado Izaias Novaes como gestor da DINTEL; o Delegado Hallysson Moji como gestor da DIAG; o Delegado Thiago Uchôa como gestor da DTI; O Delegado Nehemias Falcão como gestor do IITB e o Delegado Antônio Barros como gestor do CORE.
Assim, desejo os meus mais sinceros votos de boa sorte a todos os novos diretores da Polícia Civil de Pernambuco (PCPE).
Diante de tais considerações, solicito dos meus ilustres pares a melhor das acolhidas para a aprovação deste requerimento em Plenário.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Eriberto Filho
Deputado

Requerimento Nº 000107/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito para os Anais desta Casa Legislativa, o artigo de autoria do ex-governador do Estado de Pernambuco, **Gustavo Krause**, intitulado **“Roberto Campos Neto, o neto do profeta”**, publicado na Coluna Opinião, no Jornal do Commercio do dia 26 de fevereiro de 2023.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exmo. Sr. Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ex-Governador do Estado de Pernambuco; Exma. Sra. Priscila Krause Branco, Vice-Governadora do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Fernando Antônio Caminha Dueire, Senador da República; Exma. Sra. Maria Teresa Caminha Duere, Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Armando Monteiro Neto, Ex-Senador da República; Ilmo. Sr. Paulo Sérgio Macedo, Empresário; Ilmo. Sr. Severino Mendonca, Empresário; Ilmo. Sr. Paulo Roberto Barros e Silva, Arquiteto.

Justificativa

A presente propositura visa a transcrever nos Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco o artigo intitulado “Roberto Campos Neto, o neto do profeta “, de autoria do ex-governador do Estado de Pernambuco, Gustavo Krause, publicado na coluna Opinião do Jornal do Commercio do dia 26 de fevereiro de 2023, cujo texto segue abaixo na íntegra:
“Roberto Campos Neto, o neto do profeta
GUSTAVO KRAUSE
Roberto Oliveira Campos (1917- -2001) foi um dos mais brilhantes pensadores da intelectualidade brasileira. Do grego à matemática, acumulou uma vastidão de conhecimentos que lhe proporcionava solidez lógica da argumentação, pole- mista exuberante com o tempero ardente e impiedoso da ironia.
Na legislatura de 1991-1994, a sorte me proporcionou exercer o mandato de Deputado Federal no mesmo quadriênio e admirar, nas comissões temáticas, o parlamentar que defendia, com destemor, teses malditas pelo atraso ideológico que o ofendia, no mínimo, como “entreguista”, versão rastaquera, de BOB FIELD.
No campo das ideias, jamais usou a falsa modéstia. Devolvia ao adversário a elaborada dialética do saber consistente. Ao reconhecer a necessidade de “abandonar a chupeta das utopias – confessou - fui um bom profeta. Pelo menos, melhor que Marx. Ele previra o colapso do capitalismo; eu previ o contrário, o fracasso do socialismo”
Com rara coragem cívica afirmou: “Cometi o único pecado que a política não perdoa: dizer a verdade antes do tempo: no Brasil a Res Publica é cosa nostra”.
De fato, o maior de todos os bens - a democracia - construída e bravamente defendida pelos brasileiros, correu o grave risco de ser capturada pelo populismo autocrático associado à profanação patrimonialista. A sociedade e as instituições democráticas responderam à altura a ameaça concreta.
Restou um cansaço social. O povo mergulhou na catarse momesca e, enquanto as avenidas se banhavam de alegria, ainda que efêmera, a política voraz disputava nacos de poder: a dimensão fisiológica da “mamãe eu quero”; e, de outra parte, nunca se tocou tanto: “ei, você aí, me dá um dinheiro, aí”, a dimensão do destino ideológico do Banco Central.
Se vivo fosse, o fleumático Roberto Campos estaria contrariado. Passou a entender que “neto é filho com açúcar”, uma teoria muito mais simples de ser compreendida do que as teorias jovens e antigas sobre as relações entre moeda, crédito, taxa de juro, metas de inflação, teto de gastos, câmbio flutuante, Banco Central autônomo, Nova Matriz Econômica e o grito raivoso “neoliberal” – a aplicação da malvadeza ilimitada dos ricos contra os pobres.
O Neto não quer briga. É discípulo de Lula no quesito: “quando um não quer dois não brigam”. Mas a turma da pesada quer eleger um inimigo do povo, o rentista o juro alto e vários bodes expiatórios a exemplo de baixo crescimento, desemprego, inflação alta, em permanente atrito.
Não entendo do assunto, mas se houvesse uma reunião com Lula (sem a chibata da Selic na mão), Roberto, o avô, Haddad e Campos, o Neto, eles chegariam ao primeiro consenso do governo: tem que dá certo, senão a extrema-direita volta.
Gustavo Krause, ex-governador de Pernambuco”
Diante do exposto, solicito a aprovação dos nobres Pares desta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Jarbas Filho
Deputado

Requerimento Nº 000108/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado **Voto de Aplauso ao Reverendíssimo Padre Agivaldo Lessa Leão, pelos 20 anos de Ordenação Sacerdotal.**
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Noelino Magalhães Oliveira Lyra, Prefeito do Município de Agua Preta; Teodorino Alves Cavalcanti Neto, Vice- Prefeito do Município de Água Preta; Rádio Litoral FM, Direção; Rádio Top Rio, Direção; Agivaldo Lessa Leão, Exmo Padre da Paroquia de São José da Agonia.

Justificativa

A presente proposição objetiva homenagear o Padre Agivaldo Lessa Leão, pelos 20 anos de comemoração de ordenação sacerdotal.
É reconhecido por seu zelo e dedicação, além de ser este amigo fiel e pai espiritual que conduz amorosamente os passos dos água-pretense em direção à religiosidade.
O sacerdote não é apenas o homem da liturgia, mas, aquele que faz da sua vida um culto litúrgico, identificando-se com a realidade da cruz, que é doação, amor e entrega aos irmãos e à Igreja, fazendo da sua vida um sacramento intenso e fecundo.
Parabéns ao senhor, Padre Agivaldo Lessa Leão, pela iniciativa tão grandiosa, e que Maria, mãe da igreja, plena do Espírito Santo, o impulsione cada vez mais a assumir sua vida sacerdotal dedicada ao povo.
Ante o exposto, peço aos ilustres pares, aprovação do Voto de Aplauso ao do Reverendíssimo Padre Agivaldo Lessa.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

France Hacker
Deputado

Requerimento Nº 000109/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, Voto de Pesar pelo falecimento do empresário Cyro Ferreira da Costa, ocorrido no dia 26 de fevereiro do corrente ano, na cidade do Recife.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Guilherme Ferreira Costa, Enpresário; André Ferreira Costa, Enpresário; Eduardo Ferreira Costa, Empresário; Flávia Ferreira Costa, Empresária; Lavínia Ferreira Costa, Emnpresária; Uneida Ferreira da Costa, Viúva.

Justificativa

Hoje, Garanhuns, Pernambuco, o Nordeste e o Brasil, perderam um grande homem, um visionário, um empreendedor nato, um homem com valores firmes e que soube transmitir para os filhos com maestria.
Morreu, Cyro Ferreira da Costa, um homem à frente do seu tempo, que fez da Ferreira Costa, o Home Center Ferreira Costa, inovando para o mercado, expandindo para o Nordeste e para o Brasil, sem perder a forte base familiar da empresa centenária.
Tive a honra de ser seu funcionário, sou e sempre serei um admirador, para mim ele sempre foi uma inspiração. E ainda tenho a honra de ter o respeito e a amizade dos seus filhos, Guilherme, André, Eduardo, Flávia e Lavínia.
Seu Cyro deixa um legado que orgulha nossa amada Garanhuns, sua terra natal.
Que Deus conforte e console a todos os familiares e a nós amigos e admiradores.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Izaias Régis
Deputado

Requerimento Nº 000110/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja registrado um **VOTO DE PESAR,** pelo falecimento do **Pr. João Severino Fernandes,** vice-presidente de honra da Convenção das Assembleias de Deus do Estado de Pernambuco (Conadepe)**,** ocorrido no dia 26 de fevereiro do corrente.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
CONADEPE-25, Templo IEADPE - Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco - Templo Central; CONADEPE, Direção; Esposa e Filhos, Familiares enltados.

Justificativa

Pastor Fernandes era vice-presidente de honra da Convenção das Assembleias de Deus do Estado de Pernambuco (Conadepe) e já atuou em filiais da igreja em São José do Egito, Petrolina, São Lourenço da Mata e Rio Formoso.
Sua trajetória é marcada por exemplos de dedicação, fidelidade e sabedoria, uma inspiração para a sua geração e as futuras.
Ele foi pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Petrolina (PE) de 1987 a 1998, oportunidade que construiu o Templo Central da Igreja no Bairro Vila Mocó, tendo sido o responsável por levar a palavra do senhor há mais de 20 mil evangélicos.
Como Cristão e Parlamentar não poderia deixar de apresentar a Família, aos Amigos e admiradores, nosso voto de Pesar.
Diante do exposto, solicito a esta Casa Legislativa a transcrição nos anais, deste Voto de Pesar e nossas condolências por este falecimento, e aos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.
Por assim ser, é que vimos pleitear dos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa, para que dispensem ao requerimento em pauta, a melhor das acolhidas, no intuito de sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

France Hacker
Deputado

Requerimento Nº 000111/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja desarquivado o Projeto de Lei Ordinária N° 1575/2020, de 24/09/2020, da 19ª Legislatura, que altera a Lei nº 15.631, de 29 de outubro de 2015, que obriga a inclusão do cartão de débito entre as formas de pagamento nas praças de pedágio sob administração do Estado ou de concessionárias e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de garantir a habilitação da função de cartão de crédito dentre os meios de pagamento de pedágio no Estado de Pernambuco.

Justificativa

O Projeto de Lei Ordinária N° 1575/2020, de autoria do Dep. Pastor Cleiton Collins, foi arquivado na 19ª Legislatura por não ter tido sua tramitação concluída.

O desarquivamento do projeto em pauta se faz necessário porque visa alterar a Lei nº 15.631, de 29 de outubro de 2015, que obriga a inclusão do cartão de débito entre as formas de pagamento nas praças de pedágio sob administração do Estado ou de concessionárias e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de garantir a habilitação da função de cartão de crédito dentre os meios de pagamento de pedágio no Estado de Pernambuco.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 000112/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja desarquivado o Projeto de Lei Ordinária N° 1796/2021, de 11/02/2021 da 19ª Legislatura, que dispõe sobre a vedação às instituições de ensino da rede pública e privada, bem como as bancas examinadoras de seleções e concursos públicos, no Estado de Pernambuco, a utilizarem em currículos escolares e editais, novas formas de flexão de gênero, denominada “linguagem neutra”, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas, e dá outras providências.

Justificativa

O Projeto de Lei Ordinária N° 1796/2021, de autoria do Dep. Pastor Cleiton Collins, foi arquivado na 19ª Legislatura por não ter tido sua tramitação concluída.
O desarquivamento do projeto em pauta se faz necessário porque dispõe sobre a vedação às instituições de ensino da rede pública e privada, bem como as bancas examinadoras de seleções e concursos públicos, no Estado de Pernambuco, a utilizarem em currículos escolares e editais, novas formas de flexão de gênero, denominada “linguagem neutra”, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas, e dá outras providências.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 000113/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja desarquivado o Projeto de Lei Ordinária N° 1799/2021, de 14/02/2021 da 19ª Legislatura, que inclui o ensino de Libras (Lingua Brasileira de Sinais) no currículo escolar das redes pública e privada de ensino do Estado de Pernambuco.

Justificativa

O Projeto de Lei Ordinária N° 1799/2021, de autoria do Dep. Pastor Cleiton Collins, foi arquivado na 19ª Legislatura por não ter tido sua tramitação concluída.
O desarquivamento do projeto em pauta se faz necessário porque visa incluir o ensino de Libras (Lingua Brasileira de Sinais) no currículo escolar das redes pública e privada de ensino do Estado de Pernambuco.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 000114/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja desarquivado o Projeto de Lei Ordinária N° 2416/2021, de 23/06/2021 da 19ª Legislatura, que dispõe sobre educação domiciliar e dá outras providências.

Justificativa

O Projeto de Lei Ordinária N° 2416/2021, de autoria do Dep. Pastor Cleiton Collins, foi arquivado na 19ª Legislatura por não ter tido sua tramitação concluída.
O desarquivamento do projeto em pauta se faz necessário porque dispõe sobre educação domiciliar e dá outras providências.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 000115/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja desarquivado o Projeto de Lei Ordinária N° 2417/2021, de 21/06/2021 da 19ª Legislatura, que dispõe sobre a proibição de comercialização, importação e publicidade de dispositivos eletrônicos de fumo, no Estado de Pernambuco.

Justificativa

O Projeto de Lei Ordinária N° 2417/2021, de autoria do Dep. Pastor Cleiton Collins, foi arquivado na 19ª Legislatura por não ter tido sua tramitação concluída.
O desarquivamento do projeto em pauta se faz necessário porque dispõe sobre a proibição de comercialização, importação e publicidade de dispositivos eletrônicos de fumo, no Estado de Pernambuco.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 000116/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja desarquivado o Projeto de Lei Ordinária N° 3220/2022, de 26/03/2022 da 19ª Legislatura, que altera a Lei n° 11.901, de 21 de dezembro de 2000, que altera a Lei nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977 e a Lei nº 11.185, de 22 de dezembro de 1994, que dispõem sobre as taxas devidas ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, a fim de extinguir a Taxa de Vistorias de Segurança em Meios de Transporte relativamente a Equipamentos de Proteção Contra Incêndio, Atendimento Pré Hospitalar em Acidentes de Trânsito e Combate a Incêndios (TVPHCI) destinada ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBEM.

Justificativa

O Projeto de Lei Ordinária N° 3220/2022, de autoria do Dep. Pastor Cleiton Collins, foi arquivado na 19ª Legislatura por não ter tido sua tramitação concluída.
O desarquivamento do projeto em pauta se faz necessário porque visa alterar a Lei n° 11.901, de 21 de dezembro de 2000, que altera a Lei nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977 e a Lei nº 11.185, de 22 de dezembro de 1994, que dispõem sobre as taxas devidas ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, a fim de extinguir a Taxa de Vistorias de Segurança em Meios de Transporte relativamente a Equipamentos de Proteção Contra Incêndio, Atendimento Pré Hospitalar em Acidentes de Trânsito e Combate a Incêndios (TVPHCI) destinada ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBEM.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 000117/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja desarquivado o Projeto de Lei Ordinária N° 3171/2022, de 04/03/2022 da 19ª Legislatura, que altera a Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco, a fim de assegurar o direito dos advogados.

Justificativa

O Projeto de Lei Ordinária N° 3171/2022, de autoria do Dep. Pastor Cleiton Collins, foi arquivado na 19ª Legislatura por não ter tido sua tramitação concluída.
O desarquivamento do projeto em pauta se faz necessário porque altera a Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco, a fim de assegurar o direito dos advogados.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 000118/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja desarquivado o Projeto de Lei Ordinária N° 3247/2022, de 02/04/2022 da 19ª Legislatura, que dispõe sobre o procedimento de notificação compulsória dos casos de interrupção da gravidez realizadas em hospitais públicos e privados localizados no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Justificativa

O Projeto de Lei Ordinária N° 3247/2022, de autoria do Dep. Pastor Cleiton Collins, foi arquivado na 19ª Legislatura por não ter tido sua tramitação concluída.
O desarquivamento do projeto em pauta se faz necessário porque dispõe sobre o procedimento de notificação compulsória dos casos de interrupção da gravidez realizadas em hospitais públicos e privados localizados no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 000119/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja desarquivado o Projeto de Lei Ordinária N° 3420/2022, de 23/05/2022 da 19ª Legislatura, que dispõe sobre a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Doença Rara no âmbito do Estado de Pernambuco.

Justificativa

O Projeto de Lei Ordinária N° 3420/2022, de autoria do Dep. Pastor Cleiton Collins, foi arquivado na 19ª Legislatura por não ter tido sua tramitação concluída.
O desarquivamento do projeto em pauta se faz necessário porque dispõe sobre a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Doença Rara no âmbito do Estado de Pernambuco.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 000120/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja desarquivado o Projeto de Lei Ordinária N° 3590/2022, de 08/08/2022 da 19ª Legislatura, que institui a concessão de gratuidade de ingressos às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Doenças Raras nos eventos socioculturais realizados em locais privados no Estado de Pernambuco.

Justificativa

O Projeto de Lei Ordinária N° 3590/2022 de autoria do Dep. Pastor Cleiton Collins, foi arquivado na 19ª Legislatura por não ter tido sua tramitação concluída.
O desarquivamento do projeto em pauta se faz necessário porque institui a concessão de gratuidade de ingressos às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Doenças Raras nos eventos socioculturais realizados em locais privados no Estado de Pernambuco.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 000121/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja desarquivado o Projeto de Lei Ordinária N° 3592/2022, de 08/08/2022 da 19ª Legislatura, que institui a obrigatoriedade da presença de Psicopedagogos nas Escolas Públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Justificativa

O Projeto de Lei Ordinária N° 3592/2022, de autoria do Dep. Pastor Cleiton Collins, foi arquivado na 19ª Legislatura por não ter tido sua tramitação concluída.
O desarquivamento do projeto em pauta se faz necessário porque institui a obrigatoriedade da presença de Psicopedagogos nas Escolas Públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, no âmbito do Estado de Pernambuco.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de Fevereiro de 2023.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 000122/2023

Requeremos à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado Pedido de Informação a Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco, e à Secretária de Defesa Social, Carla Patrícia Cintra Barros da Cunha, acerca dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) referentes ao carnaval 2023 (17/02/23 a 22/02/23) em todo o Estado de Pernambuco, incluindo os polos de folia localizados nos municípios.

Justificativa

A presente proposição tem por objetivo requerer os números das ocorrências de homicídios e roubos em Pernambuco durante o Carnaval 2023 (17/02/23 a 22/02/23), considerando que a Secretaria de Defesa Social divulgou que só irá liberar as estatísticas dia 15 de março.
A solicitação acontece após divulgação da Secretaria de Defesa Social (SDS), através da imprensa, de que as estatísticas seriam reveladas apenas no dia 15 de março, quando normalmente acontecia um ou dois dias após a folia. No último Carnaval, em 2020, a SDS divulgou os números na Quarta-Feira de Cinzas.
Em nome da transparência, que é um dos pilares da administração pública, o Governo do Estado tem o dever de divulgar os números referentes aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) do carnaval 2023, a fim de informar a sociedade as ocorrências em nosso estado, em cumprimento aos princípios da transparência e publicidade.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

Rodrigo Farias
Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 000123/2023

Requeremos à Mesa, cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado Pedido de Informação a Excelentíssima Senhora Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; a Ilustríssima Secretária de Educação Ivaneide Dantas, sobre o cumprimento da Lei nº 12.435, de 6 de outubro de 2003 especificamente no que trata o seu Art. 1º. Para tanto, solicito relatório contendo informações detalhadas, dos últimos quatro anos, sobre as entradas de livros na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

Justificativa

A Lei nº 12.435, de 6 de outubro de 2003 especificamente no que trata o seu Art. 1º diz o seguinte:
Art. 1º - Os administradores de editoras, gravadoras, situadas no Estado de Pernambuco são obrigados a remeter à Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, 03 (três) exemplares completos e em perfeito estado de conservação, de cada obra que executarem, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data do lançamento da 1ª (primeira) publicação da referida obra, cabendo ao seu editor e ao(s) autor (es) verificar a efetivação desta medida.
A inclusão de mais livros nas bibliotecas públicas é essencial para atender às necessidades da comunidade, proporcionando acesso a uma variedade de materiais de leitura e promovendo a educação e a cultura. Além disso, um acervo diversificado de livros pode incentivar a leitura em todas as idades, desenvolver habilidades de alfabetização e ampliar o conhecimento geral dos leitores.
Livros atualizados e relevantes também podem fornecer informações importantes sobre questões atuais e ajudar a combater a desinformação. A disponibilidade de mais livros nas bibliotecas públicas pode ter um impacto positivo na sociedade, ajudando a promover a educação, a inclusão e a diversidade cultural.
Diante do exposto, solicitamos estas informações para sabermos se uma Lei de tamanha importância está sendo cumprida em benefício dos pernambucanos.

Sala das Reuniões, em 23 de Fevereiro de 2023.

João Paulo
Deputado

DEFERIDO

Requerimento Nº 000124/2023

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um Voto de Aplauso a Sebastião Barreto Campelo, presidente de honra e criador do Movimento pró-Criança, pela sua dedicação ao bem do próximo.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Senhora Dra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Exma. Senhora Dra. Ana Carolina Pessoa Cabral, Secretária de Desenvolvimento Social, Criança, juventude e Prevenção a Violência e as Drogas; Exmo. Senhor Dr. Paulo José Barbosa, Presidente do Movimento Pró-Criança; Ilmo. Senhor Sebastião Barreto Campello, Criador do Movimento Pró-Criança.

Justificativa

Venho através desta proposição, prestar o reconhecimento ao Professor Sebastião de Araújo Barreto Campello, aos 94 anos de vida, completados no último dia 23/01, o Professor Barreto Campello tem no Pró-Criança o seu grande projeto social, ao qual dedicou uma importante parcela da sua vida, cuja repercussão das suas ações tem atingido outros Estados do país. Com o considerado sucesso no campo do Apoio Psicossocial, Artes, Esportes (judô) e Acesso à Empregabilidade, principalmente através da informática.
O Pró-Criança surgiu por conta de um problema que estava perturbando os habitantes de algumas cidades da Região Metropolitana do Recife, principalmente o Recife. Era um grande número de crianças e adolescentes consumindo drogas, resultando em perturbação da ordem pública. Isso era ocorrente nas décadas de 80 e início de 90. O que levou a implantação do Pró-Criança em 1993, com o apoio da Igreja Católica, através da Arquidiocese de Olinda e Recife. Desde a sua implantação até hoje, esta instituição já beneficiou mais de 50.000 crianças, adolescentes, jovens e suas famílias.
Por tudo isso, só temos a agradecer ao Professor Sebastião Barreto Campello pela sua dedicação ao bem do próximo, fundamento básico do Cristianismo ao qual ele defende ardorosamente e, que o transformou no maior Empreendedor Social de Pernambuco dos últimos 30 anos.
Por tudo exposto, peço o apoio dos Nobres Pares, para aprovação deste Requerimento, como forma de reconhecimento ao trabalho prestado por Sebastião Barreto Campelo.

Sala das Reuniões, em 27 de Fevereiro de 2023.

Antônio Moraes
Deputado

Resultados

RESULTADOS DA ORDEM DO DIA

QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 14:30 HORAS.

Discussão Única da Indicação nº 158/2023
Autor: Dep. Romero Sales Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, ao Secretário de Turismo e Lazer e ao Diretor-Presidente do DER no sentido de promoverem a requalificação/recuperação do asfalto, como também melhorias na sinalização em todo o trecho da PE-009 em Ipojuca.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 159/2023
Autor: Dep. Romero Sales Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor-Presidente da Compesa no sentido de regularizarem o abastecimento de água da população de Camela, no município de Ipojuca.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 160/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária Estadual de Justiça e Direitos Humanos no sentido de intensificarem as ações de fiscalização nos blocos, eventos e festividades carnavalescas, onde são oferecidos serviços de beleza como maquiagem e penteados, quanto aos cosméticos utilizados em tais serviços, em decorrência dos efeitos colaterais que podem ser causados, além da verificação se enquadram-se nas normas legais.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 161/2023
Autor: Dep. Coronel Alberto Feitosa

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário (SDA) e ao Diretor Presidente do ITERPE no sentido de viabilizarem a emissão dos títulos definitivos de propriedade rural das famílias assentadas nos assentamentos agrários Agrovila e Serrinha no município de Ribeirão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 162/2023
Autora: Dep. Rosa Amorim

Apelo ao Prefeito do município de Olinda e ao Diretor Presidente da Neoenergia Pernambuco no sentido de realizarem, com a maior brevidade possível, vistorias e manutenção da rede elétrica nas ruas de Olinda, em especial na altura da PE-001 - Carmo, tendo em vista o choque elétrico sofrido pela Deputada Estadual Rosa Amorim, no último sábado, dia 4 de fevereiro de 2023.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 163/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da 1° Travessa Bom Jesus, no Bairro dos Estados, na Cidade de Camaragibe .

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 164/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico na Rua dos Topógrafos, no Bairro do Timbí, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 165/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de viabilizarem, com urgência, melhorias para o abastecimento de água para a Rua Maria de Souza Araújo, no Bairro de Santa Tereza, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 166/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o abastecimento de água para a Rua Benjamin Constant, no Bairro do Timbí, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 167/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico na Rua Açude Um, no Bairro do Timbí na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 168/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-320, principal via de acesso ao município de Flores, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 169/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de retomar e concluir as obras de recapeamento asfáltico da PE-336, que liga os municípios de Ibimirim e Inajá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 170/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, bem como a limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na Rodovia PE-422 até o acesso de ligação à BR-316, no município de Itacuruba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 171/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o asfaltamento, roço do mato e instalação de sinalização vertical e horizontal, na Rodovia PE-460, nos trechos compreendidos entre Barra de Tarrachil - Belém do São Francisco e Belém do São Francisco - Riacho Pequeno.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 172/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o asfaltamento, roço do mato e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-340, única via de acesso ao município de Betânia, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 173/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-375, principal via de acesso ao município de Tacaratu, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 174/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-265, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 175/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-285, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 176/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-647, situada no município de Petrolina, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 177/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-292, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 178/2023
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-304, em toda sua extensão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 179/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil e ao Secretário de Infraestrutura do Estado de Pernambuco objetivando o término das obras de construção da PE-061.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 180/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil e ao Secretário de Infraestrutura do Estado de Pernambuco objetivando o início das obras de construção da PE-33.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 181/2023
Autora: Dep. Simone Santana

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Defesa Social no sentido de aumentar e restabelecer a presença constante de policiamento ostensivo no município de Nazaré da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 182/2023
Autora: Dep. Simone Santana

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Defesa Social no sentido de promoverem com a maior brevidade possível, ação que objetive a emissão de identidade no município de Nazaré da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 183/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária Estadual de Justiça e Direitos Humanos no sentido de intensificarem as ações de fiscalização do PROCON nos bares, restaurantes e danceterias, durante os eventos e festividades carnavalescas, a fim de inibir práticas comerciais abusivas como a cobrança de taxa de consumação mínima, bem como a cobrança de taxa para reserva ou aluguel de mesas e cadeiras. E ainda, que o referido Órgão de Proteção e Defesa ao Consumidor, disponha de um posto de registro de denúncias 24h em funcionamento durante toda a semana carnavalesca, localizado no Recife Antigo, no entorno da Rua Bom Jesus, onde os casos de cobranças indevidas por parte dos estabelecimentos são mais frequentes e ainda, que uma equipe de fiscalização esteja de prontidão para averiguar as denúncias recebidas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 184/2023
Autora: Dep. Simone Santana

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA em exercício objetivando a melhoria do abastecimento de água potável no município de Nazaré da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 185/2023
Autora: Dep. Delegada Gleide Ângelo

Apelo à Governadora do Estado, à Vice-Governadora do Estado de Pernambuco, à Secretária da Mulher do Estado de Pernambuco, à Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de Pernambuco e à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção às Drogas do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizarem, com a máxima urgência, a concessão de aluguel social às mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar com medida protetiva de urgência da Lei Federal nº 11.340 de 7 de agosto de 2006.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 186/2023
Autora: Dep. Rosa Amorim

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social no sentido de que sejam tomadas as devidas providências face a divulgação das imagens de agressão policial praticada contra uma mulher transgênero, professora, no Terminal Integrado de Joana Bezerra, no dia 09 de fevereiro de 2023.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 187/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil e ao Secretário de Infraestrutura do Estado de Pernambuco objetivando a instalação de sinalização de segurança da passagem no Km 2, da Rodovia PE-60, próximo ao Maxxi Atacado no Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 188/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil e ao Secretário de Infraestrutura do Estado de Pernambuco no sentido de procederem com estudos de viabilidade de duplicação do trecho Ipojuca/São José da Coroa Grande.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 189/2023
Autor: Dep. Doriel Barros

Apelo ao Prefeito do município de Garanhuns e ao Diretor Presidente da Autarquia Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes (AMSTT) no sentido de que seja viabilizada a instalação de um semáforo, em frente à Faculdade Integrada CETE, localizada na Rodovia BR 423 s/nº, Bairro São José, naquele município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 190/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de viabilizarem, com urgência, melhorias para o abastecimento de água para a Rua Elza Maria de Melo, no Bairro do Cajá, na Cidade de Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 191/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de viabilizarem, com urgência, melhorias para o abastecimento de água para a Rua Barão de Tracunhaém, no Bairro Novo, na Cidade de Tracunhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 192/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de viabilizarem, com urgência, melhorias para o abastecimento de água para a Rua Filhas de Santana, no Bairro de Madre Rosa, na Cidade de Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 193/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da

COMPESA no sentido de viabilizarem, com urgência, melhorias para o abastecimento de água para a Rua Camilo Antônio de França, no Bairro de Ouro Preto, na Cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 194/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de viabilizarem, com urgência, melhorias para o abastecimento de água para a Avenida Santana, no Bairro Novo, na Cidade de Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 195/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da Rua São Sebastião, no Bairro de Piedade, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 196/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da Rua Castro Alves, no Bairro da Mirueira na Cidade do Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 197/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da Rua Nova, no Bairro de Bom Jesus na Cidade de Araçoiaba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 198/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da Rua 1° de Abril, no Bairro de Nova Araçoiaba, na Cidade de Araçoiaba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 199/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da Avenida Nova, no Bairro do Centro, na Cidade de Araçoiaba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 200/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o saneamento básico da Rua da Alegria, no Bairro do Centro, na Cidade de Itapissuma.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 201/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o abastecimento de água da Rua Belém, no Bairro de Sucupira, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 202/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o abastecimento de água da Avenida Confederação do Equador, no Bairro de Alto dois Irmãos, na Cidade de Paudalho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 203/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Barreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 204/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Aliança.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 205/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Pesqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 206/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de São João.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 207/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de São José da Coroa Grande.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 208/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Jurema.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 209/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Lagoa dos Gatos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 210/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Sairé.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 211/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Cumaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 212/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Salgadinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 213/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 214/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de Timbaúba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 215/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de viabilizarem a distribuição de sementes para o município de São Lourenço da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 216/2023
Autor: Dep. Lula Cabral

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário Estadual de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor-Presidente do DER no sentido de que seja realizada a duplicação e reparação asfáltica da Rodovia Estadual PE-28, em razão da deterioração causada pelo tempo, no município do Cabo de Santo Agostinho**.**

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 217/2023
Autor: Dep. Lula Cabral

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário Estadual de Recursos Hídricos e Saneamento e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de providenciarem a reestruturação da rede de abastecimento no município do Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 218/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município São Lourenço da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 219/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Timbaúba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 220/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 221/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Salgadinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 222/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Cumaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 223/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Sairé.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 224/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Lagoa dos Gatos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 225/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Jurema.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 226/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município São José da Coroa Grande.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 227/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Barreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 228/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município Aliança.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 229/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando a disponibilização de alevinos para o município Pesqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 230/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA visando à disponibilização de alevinos para o município São João.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 231/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA objetivando melhorias para o abastecimento de água da Rua Paraiso, no Bairro do Loteamento Enseadas dos Corais, na Cidade do Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 232/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 233/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Timbaúba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 234/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de São Lourenço da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 235/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Jurema.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 236/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Lagoa dos Gatos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 237/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Sairé.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 238/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Cumaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 239/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Salgadinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 240/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de São João.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 241/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Pesqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 242/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao

Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Aliança.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 243/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de Barreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 244/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco e ao Presidente do IPA no sentido de disponibilizarem horas/máquinas necessárias à gradagem de terras no município de São José da Coroa Grande.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 246/2023
Autor: Dep. José Patriota

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco e ao Diretor-Presidente do DER-PE objetivando a conclusão das obras da Rodovia PE-380, no trecho que liga o Município de Afogados da Ingazeira ao Município de Carnaíba, até a divisa com o Estado da Paraíba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 247/2023
Autor: Dep. Jarbas Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco e ao Diretor-Presidente em Exercício do DER no sentido de providenciarem, em caráter de urgência, a requalificação da PE-109, Rodovia Massilon Pessoa Cavalcanti, do trecho que liga os municípios do Bonito e São Joaquim do Monte, mais especificamente até o Trevo de Formigueiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 248/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Frei Miguelinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 249/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Sr. Aloisio Ferraz e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Lagoa de Itaenga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 250/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Sr. Aloisio Ferraz e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Santa Maria do Cambucá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 251/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Glória do Goitá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 252/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Buenos Aires.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 253/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Chã de Alegria.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 254/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Gameleira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 255/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Belo Jardim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 256/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Cupira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 257/2023
Autor: Dep. William Brigido

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade no sentido de que seja criado um Conselho Estadual de Proteção Animal, com a finalidade de assessorar a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, na formulação e na condução de políticas públicas que tratem da causa animal.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única da Indicação nº 258/2023
Autor: Dep. William Brigido

Apelo à Governadora do Estado e a Secretária de Defesa Social objetivando a criação de uma Delegacia Eletrônica de Proteção Animal - DEPA, no Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 43/2023
Autora: Dep. Delegada Gleide Ângelo

Voto de Aplausos ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, especialmente ao 2° Ten. QOA BM Hans Leal, ao Asp. BM Vicente, ao 3° Sgt. BM Júnior e ao CB BM Delmiro, do Auto Comando Operacional (ACO); ao 3° Sgt. BM Leonardo, ao 3° Sgt. BM Alandelon e ao SD BM Wesley, do Auto Busca e Salvamento Pesado (ABSP); ao 2° Ten. QOC BM Carias, ao 3° Sgt. BM Hélio, ao 3° Sgt. BM Torricelli, ao CB BM Gabriel e ao SD BM Arturo, do Auto Busca e Salvamento Com Cães (ABSP Canil); pelos serviços prestados à sociedade pernambucana durante as operações de busca e salvamento de pessoas atingidas pelas fortes chuvas do dia 6 de fevereiro de 2023, no município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 44/2023
Autor: Dep. José Patriota

Voto de Congratulações com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), pela comemoração dos seus 43 anos de fundação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 45/2023
Autor: Dep. Doriel Barros

Voto de Congratulação com o médico pernambucano Jarbas Barbosa, em virtude de sua posse como Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 46/2023
Autor: Dep. José Patriota

Voto de Congratulações com o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, pela posse dos novos dirigentes para o biênio 2023/2025.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 47/2023
Autor: Dep. Renato Antunes

Solicita que seja criada a FRENTE PARLAMENTAR para Acompanhar a implantação da Escola de Formação e Graduação de Sargentos de Carreira do Exército em Pernambuco, nos termos do art. 357 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que reunirá em sua estrutura de funcionamento o Coordenador-Geral, o Deputado Renato Antunes e os membros efetivos: Coronel Alberto Feitosa, Débora Almeida, Eriberto Filho, Fabrizio Ferraz, Jarbas Filho, João de Nadegi, Joãozinho Tenório, Joel da Harpa e Mário Ricardo.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 48/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado e ex-Prefeito de Belo Jardim, Cintra Galvão, ocorrido em 9 de fevereiro de 2023.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 49/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Voto de Aplausos à nova Mesa Diretora do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-6).

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 50/2023
Autora: Dep. Socorro Pimentel

Voto de Pesar pelo falecimento do comerciante Gerinaldes Lindemberg de Souza Gomes, ocorrido no dia 09 de janeiro de 2023, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 51/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Voto de Aplausos ao advogado e servidor do Tribunal de Contas do Estado, Aldemar Santos, por assumir o cargo de secretário de Governo e Participação Social da Prefeitura da Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 52/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Voto de Aplausos o Senhor Luiz Carlos Orácio (oiti) da Silva, eleito Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Buenos Aires para o biênio 2023-2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 053/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Voto de Aplausos ao Senhor José Cláudio da Silva, Dunga Silva, eleito Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Santa Maria do Cambucá para o biênio 2023-2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 054/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Voto de Aplausos ao Senhor Emerson Ferreira Calado, eleito Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Cupira para o biênio 2023-2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 055/2023
Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Voto de Aplausos ao Senhor José Kaio Felipe Nery, Kaio Nery, eleito Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Glória do Goita para o biênio 2023-2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 056/2023
Autor: Dep. José Patriota

Voto de Congratulações com o *Blog* do Edmar Lyra, pela comemoração dos seus quinze anos de atuação, no dia 1º de janeiro de 2023.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 057/2023
Autor: Dep. Eriberto Filho

Voto de Aplausos aos novos procuradores de Justiça do Ministério Público de Pernambuco (MPPE).

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Discussão Única do Requerimento nº 058/2023
Autor: Dep. Joaquim Lira

Voto de Aplausos à Ortonobre pela mudança de sede para Vitória de Santo Antão, no Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/02/2023

DISCUSSÃO ENCERRADA, SUSPENSA A VOTAÇÃO PARA REUNIÃO PLENÁRIA SUBSEQUENTE (ART. 194, § 3°)

Errata

ERRATA

No PLO 102/2023, onde se lê: "às 1ª, 3ª e 9ª comissões", **leia-se:** "às 1ª, 3ª, 9ª e 11ª comissões em tramitação em conjunto com o PLO 234/2023"

Ata de Frente Parlamentar

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA SAÚDE MENTAL DOS PERNAMBUCANOS, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2023.

AOS VINTE SETE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, ÀS DEZ HORAS, NO PLENARINHO I, LOCALIZADO NO EDIFÍCIO MIGUEL ARRAES, SOB A COORDENAÇÃO-GERAL DO DEPUTADO JOEL DA HARPA (PL), E CONTANDO COM A PRESENÇA DOS DEPUTADOS MEMBROS TITULARES DEPUTADOS ESTADUAIS SOCORRO PIMENTEL (UNIÃO), DELEGADA GLEIDE ANGELO (PSB), GILMAR JÚNIOR (PV), JOÃO PAULO (PT), PASTOR JUNIOR TÉRCIO (PP), LUCIANO DUQUE (SOLIDARIEDADE), WILIAM BRÍGIDO (REPUBLICANOS), PASTOR CLEITON COLLINS (PP), JOÃO DE NADEGI (PV) E ROMERO ALBUQUERQUE (UNIÃO), REUNIU-SE A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA SAÚDE MENTAL DOS PERNAMBUCANOS, COM A FINALIDADE DE INSTALAR OS TRABALHOS DA REFERIDA FRENTE. OBSERVANDO O QUORUM REGIMENTAL, O DEPUTADO JOEL DA HARPA DEU POR ABERTA A REUNIÃO, CONFORME O EDITAL DE CONVOCAÇÃO, DECLARANDO O INÍCIO DOS TRABALHOS DA FRENTE, EXPLANANDO AS PROPOSTAS DE AGENDA. DISSERTOU QUE SERÃO DEBATIDOS NO SEIO DA FRENTE PARLAMENTAR OS TEMAS EM DEFESA DA SAÚDE MENTAL DOS PERNAMBUCANOS, DESDE AS AÇÕES DE PREVENÇÃO, ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA E PSIQUIÁTRICA NAS ESCOLAS E ENTIDADES COMUNITÁRIAS, E NO SEIO DAS CORPORAÇÕES MILITARES E DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO ESTADO, ENTRE OUTROS QUE PODERÃO SER SUGERIDOS PELOS MEMBROS DA FRENTE. O DEPUTADO JOEL DA HARPA ESCLARECEU QUE NOVOS REQUERIMENTOS PARA INGRESSAR NA FRENTE PARLAMENTAR PODERÃO SER SUBMETIDOS À APRECIAÇÃO DOS DEMAIS COMPONENTES DO COLEGIADO, CONTUDO O COLETIVO IRÁ DECIDIR SOBRE A ENTRADA DE NOVOS MEMBROS, CASO OBSERVADO O COMPROMISSO COM OS OBJETIVOS DO GRUPO. PARA FINALIZAR, CERTIFICOU QUE A SUGESTÃO DE PAUTA E A AGENDA INICIAL DA FRENTE SERÃO ENCAMINHODAS PELO COORDENADOR GERAL ATÉ O FINAL DA SEMANA EM CURSO. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, PEDINDO QUE EU, JOSETE BARBOSA DOURADO GUERRA, ASSISTENTE PARLAMENTAR, LAVRASSE A PRESENTE ATA, QUE VAI AO FINAL, DATADA E ASSINADA PELOS MEMBROS QUE COMPARECERAM A REUNIÃO.

Portaria

PORTARIA N.º 43/23

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 002577/2023**, do Deputado Adalto Santos**,
RESOLVE: alterar e atribuir a gratificação de representação dos servidores, conforme planilha abaixo, a partir do dia 1º de março de 2023, nos termos da Lei n.º 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
SEVERINA SOARES DA SILVA	Assessor Especial/PL-ASC	8%	111%
TATYANNE THAMYRIS SANTOS VIEIRA ESTANISLAU GOUVEIA	Assessor Especial/PL-ASC	0%	120%
ELEONILDO CARMO DE ALBUQUERQUE	Assessor Especial/PL-ASC	57 %	120%

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 27 de fevereiro de 2023.

Deputado **GUSTAVO GOUVEIA**
Primeiro Secretário

Escala de Férias

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO FUNCIONAL
GERÊNCIA DE CADASTRO FUNCIONAL

ESCALA DE FÉRIAS

A Superintendência de Gestão de Pessoas, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. 1º Secretário, faz publicar, nos termos dos Atos nº. 468/89 e 598/15 do Presidente e, cumprindo o disposto no artigo 103 da Lei nº. 6123/68, a Escala de Férias dos servidores integrantes dos quadros de pessoal efetivo e comissionado da Assembleia Legislativa, na seguinte ordem:

MAT	NOME DO FUNCIONARIO	EXERCICIO	GOZO	
00000420	ALEXANDRE GUEIROS LEITE DE FREITAS	2023	01/03/2023	30/03/2023
00021942	ANDREA JULIANO	2022	13/03/2023	11/04/2023
00000441	DANIELLE CAMPOS FERRAZ	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000601	EDUARDO RODRIGO ALBUQUERQUE ANTUNES	2022	01/03/2023	30/03/2023
00000205	ELIANE MARTINS RANGEL	2023	06/03/2023	04/04/2023
00000239	ELZA MARIA DE ANDRADE	2023	01/03/2023	30/03/2023
00028239	EROTIDES BANDEIRA DE ARRUDA	2022	01/03/2023	30/03/2023
00000543	FERNANDA DA SILVA PINHO	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000328	FERNANDO ANTONIO VIRAES	2023	06/03/2023	04/04/2023
00000411	FLAVIA DO O PESSOA	2023	06/03/2023	04/04/2023
00000524	GEORGE WILSON DE QUEIROZ CAMPOS	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000501	GUSTAVO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000360	IEDA MARIA DOS SANTOS	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000265	IZAQUIEL PEREIRA DOS SANTOS	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000263	JOAO AURELIANO DE OLIVEIRA	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000433	LILIANE CAVALCANTI BARRETO CAMPELLO PINTEIRO	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000542	LUCIANO SARAIVA DOS SANTOS	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000301	LUIS LEUDO WANDERLEY PEREIRA	2022	01/03/2023	30/03/2023
00000145	MARCOS DE FREITAS CARNEIRO	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000303	MARIA DA CONCEICAO DE SOUZA PESSOA	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000327	MARIA MATILDE AVELINO LEITE WATTS	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000211	MARIANGELA LUCENA SOUSA	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000440	MAVIAILSON CARNEIRO DA SILVA	2023	01/03/2023	30/03/2023
00000214	RAIMUNDO MANOEL DE SOUZA	2023	01/03/2023	30/03/2023
00024502	RODRIGO MOREIRA CORDEIRO	2022	01/03/2023	30/03/2023

Em 27 de fevereiro de 2023

EDUARDO TORRES GONCALVES LOPES
Gerente de Cadastro Funcional

TACIANA MARIA BARBOSA GUERRA
Chefe do Depto. de Gestão Funcional

DANIELLE CRHISTINA DE AGUIAR
Superintendente de Gestão de Pessoas